



SÃO LUÍS DO
MARANHÃO
CORPO E ALMA | VOLUME I

MARIA DE LOURDES LAUANDE LACROIX



MARIA DE LOURDES LAUANDE LACROIX

SÃO LUÍS DO
MARANHÃO
CORPO E ALMA
2ª EDIÇÃO AMPLIADA

VOLUME I

São Luís
2020

© 2020 Maria de Lourdes Lauande Lacroix

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Flávio Reis

FOTO DA CAPA

Edgar Rocha

DIAGRAMAÇÃO

Nazareno Almeida

TRATAMENTO DE IMAGENS

Nazareno Almeida e Isis Rost

REVISÃO

Alberico Carneiro Filho

Studio Edgar Rocha

<https://www.instagram.com/fotoedgarrocha/>

Lacroix, Maria de Lourdes Lauande
São Luís do Maranhão, Corpo e Alma. 2ª edição ampliada /
Maria de Lourdes Lauande Lacroix. São Luís: Edição da autora,
2020. Vol I. Edição em recurso digital.

380 p.

ISBN 978-85-64613-21-8

1. São Luís – Maranhão – História 2. São Luís – Expansão
urbana 3. São Luís - História Social. I. Título

CDD 981.21
CDU 94 (812.1)

*À memória de
Joseph Alphonse Gilles Lacroix,
eterna presença*



Prefácio 2º edição 11

Prefácio 1º edição 13

SÉCULO XVII: A CIDADE TRAÇADA 17

Franceses e portugueses em Upaon-Açu 19

Gênese da cidade de São Luís 21

A política de urbanização 27

A dinâmica social 44

Manifestações culturais 53

Artes e ofícios 53

Teatro e música 62

Letras 64

SÉCULO XVIII: INÍCIO DA EXPANSÃO 67

Primeiros tempos 69

Segunda metade do século 76

Sociedade 83

Economia 90

Artes 94



SÉCULO XIX: A ERA DO CASARIO	99
A cidade de porcelana	101
Escravidão	115
Censo e estatística	129
Ingleses em São Luís	131
Iniciativas privadas e obras públicas	136
Da Balaiada à era do açúcar	153
Brasileiros contra portugueses	161
Bancos	164
Saneamento	166
Transporte urbano	182
Ruas, calçamento e limpeza	190
Igrejas de São Luís	213
Costume testamentário	244
Sepultamento	246
Irmandades	254
Festas promovidas pelas irmandades	264
Festas populares e religiosas afro-ameríndias	274
Catolicismo popular	268
Sociedade	285
Reflexos das ideias libertárias	315
Teatro	317
Pintura	327
Música	340
Outros divertimentos	345
Renovação cultural	357
Telégrafo e telefonia	363
Fábricas	366



A reedição de um extraordinário livro

*Benedito Buzar
Academia Maranhense de Letras*

Um dos melhores presentes que o povo de São Luís ganhou em 2012, quando a cidade completou 400 anos de fundação, veio da inspiração e do labor da escritora e historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix, que, de modo silencioso, escreveu um livro de mais de 500 páginas, intitulado “São Luís do Maranhão, Corpo e Alma”, editado sob o patrocínio da Alumar.

O livro, que chegou de surpresa ao conhecimento público, não saiu da lavra de uma escritora neófito com relação a assuntos que dizem respeito a São Luís, ao contrário, foi produzido por uma idônea e respeitada historiadora, que, por pura modéstia e timidez, costuma dizer que não ostenta esse título, mas todos sabemos que o é, pela comprovada competência acerca da História do Maranhão, tanto que já escreveu dois relevantes trabalhos.

O primeiro, publicado em 2001, sobre “A fundação francesa de São Luís e seus mitos”, em que defende com ardor e conhecimento de causa, a tese de que a capital maranhense foi uma iniciativa determinada pela corte de Madrid, como consequência da expulsão dos franceses, e assim tratada pelos cronistas e historiadores até o final do século XIX, quando se estabeleceria um vínculo mitificado, segundo sua análise, localizando na missa dos capuchinhos franceses de 8 de setembro de 1612 o marco de fundação da cidade. O livro foi sucessivamente ampliado e teve três edições, a última, mais completa, em 2008. A tese, pela maneira como foi exposta pela autora, repercutiu e suscitou bastante polêmica, aqui e alhures.

Em 2006, havia lançado outro estudo relativo ao tema, com o título de “Jerônimo de Albuquerque Maranhão”, que trata do perfil histórico de um personagem que teve papel destacado na conquista do Maranhão. Registro ainda que a “História da Medicina em São Luís”, publicada em 2015, traz várias informações sobre a cidade, as condições sanitárias, epidemias e doenças recorrentes que assolavam a população. Em suma, sua atividade de pesquisa sobre São Luís já tem história.

Dito isto, resta-me fazer duas considerações a respeito desta obra de grande relevância, que a historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix escreveu de corpo e alma.

A primeira: o livro agora reeditado, veio a lume para atender aos numerosos leitores, que não conseguiram compulsar a primeira edição, rapidamente consumida por um público ávido de informações precisas sobre a cidade que completava quatro séculos e teve a felicidade de vê-la retratada, sob os mais diferentes ângulos e visões, por uma escritora de indiscutível envergadura intelectual.

A segunda: ao contrário da primeira edição, publicada em um só volume, a que ora chega às mãos do leitor, apresenta-se repartida em dois volumes, para permitir um melhor manuseio aos que terão o privilégio de ler uma obra que, pelo seu rico conteúdo, se juntará, na minha modesta opinião, a três outras e escritas por intelectuais de proa da cultura maranhense, que, como Maria de Lourdes, legaram à posteridade trabalhos importantes sobre São Luís: Bernardo Almeida, Jomar Moraes e Nauro Machado, respectivamente, autores de “Éramos felizes e não sabíamos”, “Guia de São Luís” e “Província”.

PREFÁCIO (1ª. edição)

Em divertidas tardes no decorrer de 2006, Carlos de Lima e eu alternávamos entre comentários sobre a reedição de sua História do Maranhão e experiências pessoais que ficaram guardadas e comparadas com minhas lembranças de infância e juventude. Hibernadas, esta volta ao passado emergiu em escrita livre sobre minha cidade natal, apoiada na memória e pesquisa, sem, contudo, maiores preocupações acadêmicas.

Sempre de olho nas transformações de São Luís, busquei manuscritos, documentos impressos, obras raras, livros contemporâneos, revistas e jornais de várias épocas, em leitura prazerosa do passado distante e do cotidiano vivido em tempos recentes. Complementaram o acervo levantado, conversas sobre assuntos diversos com Arlete Nogueira da Cruz, Benedito Buzar, Carlos Gaspar, Elvas Ribeiro (Parafuso), Eunice Lauande, Fernando Silva, Ibraim Mohana, José Boeres Filho, José de Jesus Paixão Martins, José Rui Lauande, Manoel Aureliano Ferreira Neto, Nizeth Medeiros, Noris Garrido, Ruy Justo Carneiro Cutrim, Stela Veloso e Zelinda de Castro e Lima, assim como, passeios pelas ruas e becos à busca dos sobrados, monumentos e outros traços físicos a testemunhar tempos esquecidos. Todos esses instantes e registros foram compilados e armazenados em computador quase aleatoriamente. Fruí as recordações em exercício lúdico, como uma criança rodeada de mil brinquedos, perplexa, sem saber quais escolher e guardar, motivo de lacunas imperdoáveis.

O Álbum Fotográfico de Gaudêncio Cunha, intitulado Maranhão 1908, propiciou um verdadeiro mergulho na São Luís do início do século passado, sendo muito utilizado na ilustração do texto, complementado por fotografias retiradas do álbum Maranhão Ilustrado, de 1899 e do Álbum do Maranhão, um conjunto de imagens colorizadas, tam-

bém do início do século passado, ambos editados pela alfaiataria de Gaspar Teixeira & Irmãos; do Álbum do Estado do Maranhão, de 1923, alusivo ao centenário da adesão à independência; do Álbum do Maranhão - 1950, organizado por Miécio Jorge; de fotografias variadas existentes nos arquivos de Edgar Rocha, mas, principalmente, das próprias lentes deste paulista radicado entre nós há quarenta anos e que se tornou o grande fotógrafo da cidade desde o paraense Gaudêncio Cunha, com inúmeros registros das ruas, casarões, igrejas, prédios, assim como das festas populares, das artes, da natureza exuberante e da magia das pequenas embarcações. Em três meses de trabalho árduo, mas repleto de momentos agradáveis, com a indispensável ajuda de Flávio Reis, que coordenou a edição, a orientação estética de Edgar e a paciente diagramação de Nazareno Almeida, este simples relato ganhou uma feição mais viva.

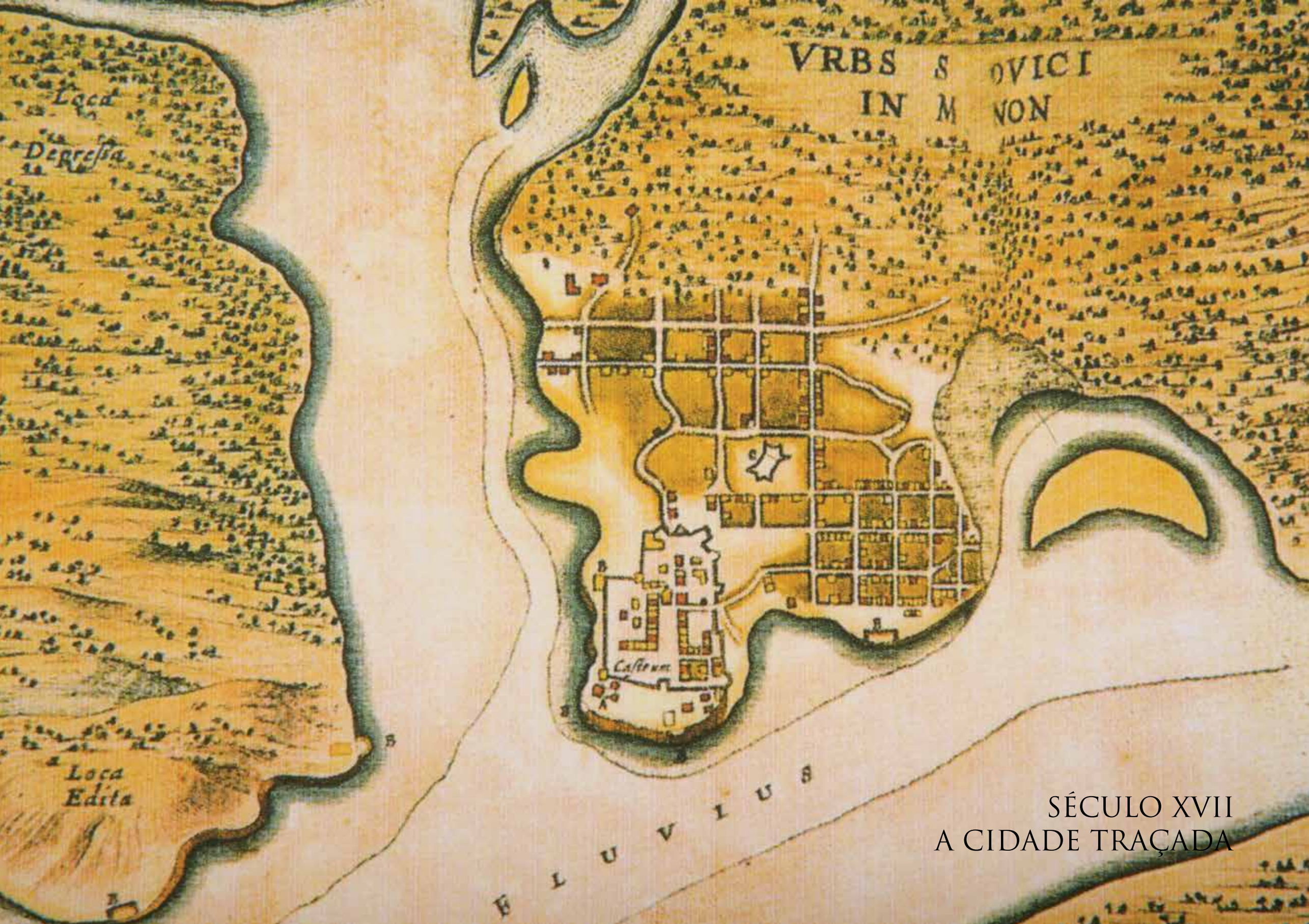
Às inúmeras dificuldades no âmbito da pesquisa foi acrescentada a falta de habilidade no uso do computador, superada por Mário Lauande Lacroix que, a seis mil quilômetros de distância, pelas facilidades da tecnologia, esteve sempre disponível com o necessário suporte técnico e infinita paciência na recuperação e ordenação gráfica do texto.

Na fase de finalização do trabalho, quando todo auxílio torna-se às vezes decisivo, tive a felicidade de contar com a solicitude de Lino Moreira, em várias situações, as oportunas correções de José Celso Cutrim Lauande, o acabamento estético feito por Valdenira Barros, a gentileza de Eliézer Moreira Filho e Ronald Sarney no rápido acesso a telas de artistas maranhenses contemporâneos e de José Reinaldo Martins, pesquisador da história da fotografia no Maranhão, além do incentivo e da preocupação de José Jorge Leite Soares que, atento aos custos quase proibitivos da publicação, sugeriu à Superintendência da Alumar, onde recebi apoio incondicional para esta edição, permitindo um módico preço final.

Sem pretensão de esgotar todos os ângulos, alguns inalcançáveis ou olvidados, excluí intencionalmente política, economia e dados estatísticos de instituições governamentais, pelo interesse exclusivo no aspecto físico e na vida desses espaços, usos e costumes dos seus habitantes. Com maior ênfase nos séculos XIX e XX, o trabalho, a rigor, encerra-se pelos idos de 1970, quando a cidade começa a vivenciar transformações mais acentuadas, como a expansão para o São Francisco e Calhau, a formação de grandes bairros populares no interior da Ilha ou aqueles propiciados pela construção da barragem do Bacanga. É o momento do ocaso da velha São Luís, da rápida expansão populacional e do aparecimento de novos – ou mesmo reposição de velhos – problemas.

Reconhecida como patrimônio da humanidade pela riqueza do seu conjunto arquitetônico colonial, a cidade ver-se-ia, a partir de então, na emergência de combinar conservação do passado e construção do futuro. O resultado até aqui deixa muito a desejar. A recuperação do centro histórico, iniciada há décadas, ficou pelo meio do caminho, hoje regredindo a olhos vistos e, apesar da euforia dos discursos oficiais com as possibilidades de crescimento, a cidade vive acelerada degradação ambiental, em expansão desordenada, feita à margem de qualquer intervenção coordenadora dos poderes públicos.

São Luís, dezembro de 2012
Maria de Lourdes Lauande Lacroix



VRBS S. VICI
IN M. NON

Loca
Depressa

Loca
Edita

FLUVIUS

SÉCULO XVII
A CIDADE TRAÇADA



Franceses e portugueses em Upaon-Açu

Desde fins do século XV, europeus, especialmente franceses, vasculhavam o litoral brasileiro, em relação amistosa com nativos por meio do escambo. Frustrada a tentativa de povoamento do Maranhão, evidenciada pela vila de Nazaré e de outras iniciativas portuguesas, gauleses estabeleceram uma feitoria em Upaon-Açu, embrião do projeto de estabelecimento de uma colônia no norte do Brasil.

Confirmada a riqueza da região, a receptividade silvícola e livre da posse dos descobridores, foi formada uma empresa autorizada pela Regente Maria de Médici. Organizada a frota, velas lançadas ao mar a 19 de março e, depois de algumas paradas, os súditos dos Bourbon chegaram a Upaon-Açu a 6 de agosto de 1612. Escolheram um lugar estratégico, com visão para os dois braços de rios que circundam a Ilha e construíram o forte principal, em pau-a-pique, nominado de *Saint Louis*. Na parte central do forte, chamada cidadela, ergueram choupanas de um ou dois pavimentos como abrigo dos chefes e soldados, um grande armazém para depósito de munições, mantimento e tudo mais necessário à expedição e uma capela para assistência à soldadesca. Num lugar não identificado, pela imprecisão na descrição de Claude d'Abbeville, foram levantados duas palhoças, a Capela de São Francisco e o convento, residência dos capuchinhos. Grande parte da comitiva se hospedou nas vinte e sete aldeias da ilha, completamente integrada à vida nativa, usando, como rede de comunicação, os primitivos caminhos e os rios, em canoas de um só tronco. Posteriormente, canhões foram adaptados em barreiras do Itapari e Cahur; os religiosos conciliaram catequese e estreitamento da amizade com os índios; os soldados partiram em expedições pelos rios da região em busca de metais preciosos e outras riquezas regionais.

Imagem parcial do "Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará", mostrando apenas a Cidade de São Luis e arredores, por João Teixeira Albernaz, em 1629. Arquivo digital da Biblioteca Nacional

A subsistência de aproximadamente quinhentos gauleses foi garantida pelo trabalho agrícola do íncola nas roças de mandioca, legumes e verduras, na coleta de frutos regionais, na criação de caprinos, suínos, aves, na caça e na pesca. O gentio ensinou e ajudou o francês a erguer o acampamento com armação de madeira e cobertura de pindoba, em caráter precário, provavelmente pela insegurança da posse do território.

A reação lusitana se concretizou com a chegada da Jornada do Maranhão, em 26 de outubro de 1614. Depois de pequenas escaramuças, os franceses foram vencidos na batalha de Guaxenduba, em incrível derrota, a 19 de novembro do mesmo ano. As facções deixaram a decisão final às Coroas, mandando emissários à França e Portugal. Por ordem do Rei ibérico, Alexandre de Moura efetivou a retirada definitiva dos gauleses, em novembro de 1615.

Dois anos e dois meses de efetivo trabalho em atividades essenciais para a implantação da França Equinocial só permitiram leves pegadas francesas na Ilha Grande. Em dezembro de 1614, a nau *Regente* partiu para a França com a maior parte dos franceses e, no ano seguinte, em dois navios desarmados, embarcaram todos os franceses que não quiseram ficar na colônia.

Como afirma Viveiros e computando o período de compreensível apatia entre o malogro e a expulsão, “...a França Equinocial não criou raízes, durou apenas três anos e quatro meses. Estava ainda em organização, quando lhe sobreveio o desastre de Guaxenduba.”¹ Os franceses trabalharam prioridades naquele primeiro momento, de agosto de 1612 a novembro de 1614, na exploração da região, solidificação da amizade nativa através da missão capuchinha, garantida, assim, a disponibilidade íncola.

¹ VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão*, 1º. Vol. Reedição Fac-similar, São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992, p. 7.

Gênese da cidade de São Luís

O general Alexandre de Moura, incumbido da retirada definitiva dos gauleses, no dia 1º de novembro de 1615, desembarcou numa ponta alta de barro sobre uma pequena praia, batizada, naquele momento, como Ponta de São Francisco, mandou fazer uma estacaria em pau-a-pique no barranco e, no dia seguinte, recebeu a rendição total de La Ravardière. Naquela ocasião, em ato simbólico, La Touche entregou a chave do Forte ao general português.²

Depois do reconhecimento de todo o sítio, como primeiro ato, o General Alexandre de Moura redigiu e entregou ao Capitão-Mor, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, um diploma legal, o Regimento de 9 de janeiro de 1616, referindo-se especialmente aos cuidados dedicados à fundação de uma cidade, “fazendo que fique bem arruada e dito conforme a traça que lhe fique em poder e para que a seu exemplo o fação todos os moradores; fará hua caza e viverá nella”, ordenando “que ele dito capitão-mor faça a dita repartição seguindo em tudo a traça que lhe deixo em seu poder feita pelo doutor engenheiro-mor.”³

O Regimento definiu a fundação da cidade, previu a reforma do *Fort Saint Louis* com novo nome de São Philippe, “na forma e ordem que pello tratado Capitão Francisco de Frias, engenheiro-mor do Estado do Brasil está desenhado... singindo todo o dito forte de parede pella parte de fora que fica junta e assim mais ajuda ter toda a que lhe for necessária, pois na falta de quantidade, e della lhe fiquão feitas outenta pipas

² Por questão de estratégia, o General aportou entre Jeviré e o Fort Saint Louis, na ponta de mato longe das armas e presença francesa. Lá viveu o português Sardinha, sendo o local apelidado de Ponta do Sardinha. Somente em 1720, a edificação em pedra e cal tomou o nome oficial de Forte de São Francisco.

³ AHU/ACL/CU-009, Cx. 1, Doc. 8, anexo 19.

ou mais de cal”,⁴ mandou guarnecer o Posto do Sardinha, fazer uma plataforma baixa oposta ao porto, reformar os terraplanos e fazer parapeitos de cestões.⁵ O nome do forte francês foi transferido para a nascente cidade, chamada de São Luís.

Cumpria-se a ordem real de reconquista da região e fundação de uma cidade, unidade estruturada logo no início de 1616, com imediata política de urbanização, ou seja, com organização sistemática de seu perfil urbano, pela urgente necessidade de preservação da posse e defesa da costa leste/oeste, última parte do território a ser reconquistada pelos lusitanos. O núcleo incipiente tomou o caráter de uma unidade urbana propriamente dita por seu papel de cidade fronteira, defensora de todo o litoral norte da América portuguesa.

O cuidado no planejamento da cidade de São Luís como entidade legal e distinta, cidade ideal, “abstrata”, com certo número de fenômenos particulares a ela, denota sua importância e destaque entre as urbes portuguesas do Brasil Colonial. O traçado mais antigo que se conhece, com regularidade semelhante aos esquemas inovados na Índia, atesta valor semelhante ao daquelas cidades, o cuidado e a “*tendência italianizante dos construtores portugueses*”, como escreveu Mário Chicó.⁶

Reunidos, Alexandre de Moura, Jerônimo de Albuquerque Maranhão e o Engenheiro-Mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita, escolheram o mesmo sítio no entorno do principal forte francês. A escolha do local não foi arbitrária como na maioria das cidades coloniais, mal orientadas ou ditadas por considerações passageiras. O sítio fica-

va em ponto estratégico de observação, bem acima do nível do mar, circundado por dois rios e duas enseadas convergentes de importantes rios do Maranhão. Já terraplanado para exercício da soldadesca gaulesa, incendiaram as desalinhadas palhoças do acampamento e aumentaram a área aterrada para demarcar o traçado da urbe, conforme plano elaborado pelo engenheiro fortificador. Discutiram a adequação do projeto concebido pelo técnico dentro das normas renascentistas, assistiram à marcação das balizas norteadoras das ruas e praças consoantes à traça e determinaram o modelo e material empregado nas casas.

O documento previu uma olaria “*feita em serviço de Sua Majestade*” para cobrir todas as casas do forte e da cidade, medida preventiva de incêndio “*que estão sugeitas as cazas palhossas, como já fica cuberta da mesma olaria a caza da pólvora*”.⁷ A casa da pólvora serviu de modelo para as demais, de barro e coberta de telha. Conforme Mário Meireles, “*chegou, ainda, a dar começo à construção de um prédio maior, para residência dos capitães-mores e que, concluído posteriormente, viria a ser o palácio dos governadores*”.⁸ Em 1626, o primeiro governador, Francisco Coelho de Carvalho mandou reedificar em pedra e cal o Forte de São Felipe, juntamente com uma casa para os governadores, possivelmente no mesmo local do atual Palácio dos Leões.

A noção de racionalidade e de intervenção do Estado, está caracterizada pela institucionalização da figura do Engenheiro-Mor do Brasil e determinação dos espaços urbanos, tais como, as ruas e praças, espaços públicos e privados.

Como última recomendação, o diploma legal ordenou que as “*cartas de sesmarias de chãos para cazas*” fossem feitas conforme “*a repartição e arrumação do Engenheiro-Mor Francis-*

⁴ O Forte de São Phelippe foi reconstruído em pedra e cal, na administração do Governador e Capitão-General, Francisco Coelho de Carvalho, em 1626.

⁵ AHU/ACL/CU-009, Cx. 1, Doc. 8, anexo 19.

⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira e EDUSP, 1968, p. 72.

⁷ AHU/ACL/CU-009, Cx.1, Doc. 8, anexo 19.

⁸ MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 3ª Edição atualizada, São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 60.

co de Frias Mesquita... seguindo em tudo a traça que lhe deixo em seu poder feita pello dito Engenheiro-Mor.”⁹

Os *chãos para cazas* definem a fixação categórica dos quinhentos recém-chegados portugueses a serviço da tropa, revelando o papel de agentes da colonização, não em atitude de ocupação temporária, mas como “proprietários”, legitimados pelas cartas de sesmarias. O documento reflete a composição dos habitantes da nascente cidade, formadores de um conjunto de elementos institucionais fundamentais na configuração mental e espacial da urbe.

Manuscritos seiscentistas mostram o interesse político na reconquista do Norte, a urgência comprovada com as primeiras providências na fundação da cidade de São Luís, sua importância como centro urbano e sua evolução no decorrer do século XVII. Providências executadas em curto espaço de tempo, pela premência na solidificação da conquista e resguardo de grande área ao império colonial português face à cobiça francesa.

A importância da Igreja no processo de fixação do colono à terra fez o Comandante, em 1615, marcar com exatidão os lugares para igrejas e conventos dos Carmelitas Calçados da Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo, Franciscanos, Mercedários da Real, Sagrada e Militar Ordem Calçada de Nossa Senhora das Mercês e da Redenção dos Cativos e religiosos da Companhia de Jesus. Para completar a incumbência, Alexandre de Moura, no emblemático dia 9 de janeiro de 1616, baixou atos no âmbito administrativo: a nomeação do Capitão-Mor, do Ouvidor e Auditor Geral, do Sargento-Mor, do Capitão do Mar, do Capitão das Entradas, do Capitão de Cumã, do Comandante do Forte de São Phelippe, do Comandante em São Francisco e do Comandante do Forte de Itapari, todos com suas respectivas guarnições. Foram ainda doados locais para a

⁹ AHU/ACL/CU-009, Cx. 1, Doc. 8, anexo 19.

construção das residências dos comandados de Jerônimo de Albuquerque Maranhão e determinadas terras para a lavoura, dentre outras providências. O exíguo número de colonos ocupou alguns espaços das ruas próximas à fortaleza de São Phelippe, no sítio de *Monsieur Pineau* ou dos franceses e uns poucos preferiram residir no Arassoagy.¹⁰

Em documento de 12 de dezembro de 1615, Alexandre de Moura reservou, para a futura Câmara Municipal, uma légua de terra “*separando a referida doação a beira-mar nos varadouros e portos desta cidade e defronte na largura de quinze braças da preamar, onde chega a maré para consertos dos navios que aqui vierem.*”¹¹ A ordem abrangeu ambos os lados da cidade, São José e Itapari, na ilha, e Santa Maria, em Gua-xenduba. Resguardada a légua ao redor da cidade, a Câmara podia aforar, para hortas, terrenos, medindo até cem braças quadradas.

A energia despendida nos preparativos para a fundação de uma cidade, instrumento colonizador por excelência, foi característica da maneira de governar dos reis espanhóis. Não é demais lembrar que, entre 1580 e 1640, Portugal e suas colônias estiveram sob o domínio da Corte de Madri.¹²

¹⁰ Os topônimos foram mantidos em sua grafia original, tais como, Arassoagy, Cahur, Genipapeiro, para ambientá-los mais próximos de suas origens seculares.

¹¹ MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon, 1970, p. 169.

¹² Considerada por cronistas e historiadores, até o final do século XIX, como fundada pelos portugueses, a cidade de São Luís veria a invenção de uma tradição, na expressão consagrada de Eric Hobsbawm, com a celebração do mito da fundação francesa, em 1912, em torno da Missa rezada pelos padres capuchinhos no dia 8 de setembro de 1612, cerimônia de posse transformada, séculos depois, em símbolo da fundação. Tratamos da questão em dois livros: *A Fundação Francesa de São Luís e Seus Mitos* (São Luís: Editora UEMA, 3ª ed., 2008) e *Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil colonial* (São Luís: Editora UEMA, 2006).



A política de urbanização

A Coroa exerceu influência mais direta e controle mais eficaz sobre São Luís e a série de cuidados por parte de S. Majestade deu à cidade sua condição específica de cidade de conquista. São Luís foi pensada a partir de fora, com racionalidade e intervenção do Rei. O núcleo, como unidade urbana, construído conforme a concepção de estruturação portuguesa, com um traçado preliminar, levando em conta a beleza e simetria formalmente determinada em 1615, diferente de muitas outras cidades coloniais do Brasil, de desleixo e liberdade; a figura do engenheiro-mor do Brasil visualizando o arruamento com vistas a um crescimento futuro; a demarcação de ruas retilíneas, quadras iguais, retangulares e praças, em malha ortogonal, conforme o plano; o Capitão-Mor sugerindo o modelo dos prédios cobertos de telhas; a organização da olaria e as pipas de cal deixadas para a execução dos trabalhos; a constituição do quadro administrativo e militar; a institucionalização de relações que iriam se desenvolver no decorrer do período colonial, tudo isso foi praticado, em São Luís, nos idos de 1616. A montagem da empresa colonizadora se fez através dela, “já com muitas casas de telha, muito boas olarias... e cada dia se vai enobrecendo a terra com igrejas e outros edificios particulares, e a Câmara do Maranhão tem perto de cem mil réis de renda de foro da sua légua de terra que se lhe tomou ao longo da cidade”.¹³

Como disse o professor Mário Tavares Chicó, “a verdade é que nas cidades construídas de um jacto é abandonada a tradição e aceita abertamente a cidade ideal”.¹⁴ E São Luís foi fundada “de um jacto” para evitar a volta de La Ravardière, aficionado com a ideia da implantação da França Equinocial.

Detalhe do mapa com o traçado original da cidade levantado pelos holandeses. Livro de Gaspar Barleus

¹³ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação Sumária das Cousas do Maranhão* (1624). 8ª Edição revisada. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 40.

¹⁴ REIS FILHO, op. cit., p. 324.

O plano de arruamento renascentista, simétrico e de ordenação lógica dos espaços públicos, deixado como norma, previu muito além do exigido pela rarefeita população daquele primeiro ano de colonização, limitada aos expedicionários da Jornada do Maranhão.

Os habitantes brancos, ocupados no serviço militar, dispunham somente do trabalho agrícola de setenta escravos tapuias comprados dos franceses, uma roça de maniva e algodão, únicos produtos da lavoura, produzidos em pequenas proporções. Contaram com alguns alqueires de farinha, suínos, caprinos, aves para as necessidades do momento, sob a forma de troca. O quadro administrativo prescindiu da figura do serventuário real para cobrar impostos, por inexistir excedentes para exportar, navios para transportar, nem comércio. A Carta Régia de 4 de maio de 1617 autorizando degredados virem para o Maranhão mostra a preocupação da Coroa em povoar a recente colônia.¹⁵ Simão Estácio da Silveira registrou a carência do Estado no livro *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, trabalho de propaganda com o objetivo de atrair imigrantes.

Na gestão do terceiro Capitão-Mor, entre 1619 e 1622, a população de São Luís aumentou com a vinda de duzentos casais açorianos e Jorge de Lemos Betancor, incumbido pelo Rei de trazer dos Açores os quatrocentos colonos ao preço de 400 mil réis. Simão Estácio da Silveira, já conhecido por sua atuação como capitão, na primeira tentativa de conquista do Maranhão, em 1613, comandou a nau capitânia trazendo aqueles primeiros imigrantes.

Com a chegada, em 1619, dos novos habitantes, a cidade passou de simples quartel de tropas, para sede de uma povoação de colonos, compelida à sua primeira ex-

¹⁵ As sucessivas ordens régias e alvarás – 1648, 1650, 1661, 1667 e 1685 – apontam para o não cumprimento e conseqüente ausência de degredados, no Maranhão.

pansão. Do coração do sítio urbano, no alto do tabuleiro entre a foz do rio Anil e o largo estuário do Bacanga, saíam vários caminhos chamados de estradas reais: da Praça do Forte, ladeiras se desdobraram nas futuras ruas do Quebra-Costa, Cascata, Formosa e Estrela, limitadas com Nazaré; de outra ladeira, tortuosa em sua base, originou-se a Rua do Giz, ladeando o alagadiço, futura Praia Grande; uma ladeira, antes, Rua Formosa, hoje Afonso Pena, ia até a igreja de São José do Desterro; a vereda da Rua da Palma encontrava-se com a trilha direcionada ao Convento de São Francisco, atual Santo Antônio. Estes foram os caminhos formadores das ruas previstas na primeira planta de São Luís. O perímetro urbano, até 1640, terminava no Largo do Carmo, vindo a mata logo depois.

Essas possibilidades atraíram as ordens religiosas. A ordem carmelita edificou o convento e a capela do Carmo, em 1615, na atual Rua do Egito. O capitão-mor construiu a primeira igreja matriz, em 1621, consagrada a Nossa Senhora da Vitória. A ordem de Santo Antônio, representada pelo frei Cristóvão de Lisboa, superior dos franciscanos, visitador eclesiástico e comissário do Santo Ofício, acompanhado de 18 padres, chegou em São Luís, a 5 de agosto de 1624 e, sem perda de tempo, construiu o convento de Santa Margarida, no lugar dos atuais convento e igreja de Santo Antônio, inaugurado em fevereiro de 1625. Os Jesuítas, a ermida de Nossa Senhora da Madre de Deus e a capela de Nossa Senhora da Luz, em 1626. A Igreja de São João Batista foi erigida em 1641. Os mercedários conseguiram licença do Senado da Câmara para construírem a Igreja do Convento de Nossa Senhora das Mercês, próxima à praia do Desterro, em 22 de maio de 1654. Estes foram os seis templos frequentados pelos colonos na primeira metade do século.

Além da tenacidade de viver isolado, enfrentando a reação nativa, a insuficiência de braços para a lavoura, sem

moeda circulante¹⁶ e o pouco excedente trocado por novelos e rolos de pano de algodão, outro mérito atribuído ao colono desse primeiro século de vida de São Luís foi a abertura e o palmilhar daqueles trajetos compatíveis ao plano original de urbanização.

O aumento de habitantes exigiu a organização da vida social e econômica da urbe. Para tal, foi instituído o Senado da Câmara. Uma correspondência, datada de 9 de dezembro de 1619, comunicava ao rei sua instalação e primeiros serviços à comunidade. O portador da carta foi o presidente eleito, Simão Estácio da Silveira.

Em 1621, São Luís foi elevada a capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará, independente do Estado do Brasil, superintendendo todas as outras congêneres amazônicas. O quadro administrativo foi constituído pelo governador e capitão general e, representando o monarca, um Conselho do Soberano, com autoridade suprema civil, militar, criminal, presidindo as juntas da fazenda, da justiça e investido de poderes para nomear pessoas para cargos importantes. O Alvará Régio, de 3 de dezembro de 1622, criou a Casa de Misericórdia do Maranhão, em São Luís, não desempenhando, contudo, uma atuação efetiva.

Compunham o Senado da Câmara, os “homens bons” - juízes ordinários, procurador e vereadores - com a incumbência de discutir e organizar a realidade espacial, no cumprimento daquela instituição, enquanto agente urbanizador. O escrivão, os almotacés, o tesoureiro, o alcaide, o porteiro, o afilador e o arruador construíam o corpo de funcionários. Ao tempo da reconquista do Maranhão, as Ordenações Filipinas regularam a jurisdição da Câmara na esfera administrativa e econômica de São Luís, sem nenhum caráter político. Os edis foram autoriza-

¹⁶ Somente em 12 de junho de 1748, um Alvará Régio autorizou circular dinheiro amodado, em ouro, prata e cobre, medida efetivada em maio de 1749.

dos a fazer posturas dentro dos estreitos limites do município. Uma licença da Câmara passou a ser exigida para a construção das casas, conforme o padrão urbanístico estabelecido. A ação do arruador era efetiva, inclusive na verificação da correspondência entre a carta de data com o “chão” concedido.¹⁷

Na prática, os senadores expandiram seu poder, taxando preços, regulando o curso da moeda, impondo ou recusando impostos, deliberando sobre estradas, descimentos, missões, paz e guerra contra os índios, criação de arraiais e povoações, chegando a prender e pôr a ferros funcionários públicos e particulares, fazendo e desfazendo alianças políticas, dentre outros abusos. Taxaram o preço do salário dos índios e demais trabalhadores livres, dos artefatos dos mecânicos, da carne, do sal, da farinha, da aguardente, do pano e fio de algodão, dos medicamentos e até das manufaturas do reino. Esse poder indevido veio da “*incapacidade, corrupção e conivência dos governadores, o mal definido, confuso e contraditório das leis, e finalmente as causas imprevistas e acidentais é que deram origem a tantas exagerações de poder.*”¹⁸

O destaque da cidade era justificado pelas boas perspectivas, com porto em posição estratégica, excelente barra com ventos ao longo da costa, facilitadoras da entrada e saída das embarcações a qualquer hora, dentre outras vantagens.

A monotonia de São Luís era quebrada com as festas da Igreja ou algum fato notável, como a chegada do primeiro governador, em 3 de setembro de 1626, debaixo do pátio da procissão de *Corpus Christi*, com pompa e circunstância. Nesse mesmo ano aconteceu a inauguração da Igreja de Nossa Senhora da Luz, muito festejada. Outro

¹⁷ A Câmara concedia “chãos” de légua de terra que recebeu como patrimônio inicial. Os passos para a concessão de uma data eram: petição, vistoria, deferimento e termo de concessão

¹⁸ MARQUES, op. cit., p. 169.

evento notável, em 2 de dezembro de 1652, movimentou a população: a procissão solene levando as relíquias dos mártires São Bonifácio e Santo Alexandre, do porto até a Igreja de Nossa Senhora da Luz.¹⁹

Enquanto o clero edificava casas, conventos, templos, organizava missões, construía fazendas, abria escolas, oferecia espetáculos, realizava cerimônias e festas religiosas, a burocracia e a inércia da Coroa emperravam iniciativas primordiais, contribuindo para a penúria em que viviam os moradores da capital do Estado, mesmo reconhecida a função de São Luís como o núcleo mais importante na defesa da região. Conforme Paulo Santos, “Belém resultou da extensão natural da conquista até o ponto estratégico da foz do Amazonas – estrada líquida de penetração numa riquíssima região, então infestada de franceses, holandeses e ingleses. E Macapá completou a defesa, estendendo-a até a margem oposta do rio”.²⁰ O único interesse da Corte era manter o território. A carência de ouro e pedras preciosas não atraiu grandes investidores metropolitanos, justificada a lentidão do processo de crescimento da Capitania do Maranhão, até meados do século seguinte.

O processo de institucionalização, com todo aparato simbólico, deu ao colonizador novos papéis a desempenhar ao lado de uma estrutura mental conservadora de sua primeira identidade.

Entre 1625 e 1632, chegaram a São Luís algumas dezenas de colonos, dinamizando o processo social e econômico, ao aumentar a comercialização do tabaco, cravo, algodão em caroço, algodão em ramo, aguardente, açúcar, sal, azeite,

¹⁹ Com o aval de D. João IV, o padre Antônio Vieira conseguiu a aprovação da Missão da Companhia de Jesus, no Norte, ocasião em que o Papa Urbano VIII doou as relíquias dos mártires. Trazidas de Roma pelo jesuíta Manoel de Lima, a de São Bonifácio ficou em São Luís e a de Santo Alexandre foi para Belém.

²⁰ SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 87.

couro, farinha de mandioca, baunilha, anil, sola, panos e fios de algodão, constantes da lista de produção local. Multiplicaram-se as residências, preencheram-se alguns terrenos baldios das ruas demarcadas anos antes. Naturalmente, o colonizador, ao meio das casas, orientou o espaço físico, conforme o modelo de ocupação usual, ao alocar setores administrativos, militares e religiosos, na fração alta e na parte baixa, as atividades comerciais do porto marítimo. O investimento na reconstrução em pedra e cal do principal forte, antes Saint Louis, de pau a pique, depois de São Phellipe, revestiu a urbe da imponência correspondente à sua importância.²¹

Em 1641, uma surpresa desagradável sacudiu São Luís: a brusca ocupação holandesa.²² Os invasores saltaram na praia do Desterro e sua igreja foi a primeira construção a ser danificada. De religião reformada, levaram as imagens de Nossa Senhora e a de Santo Antônio para a praça fronteira, despedaçaram a primeira e fuzilaram a segunda, deixando a imagem do santo cravejada de balas no meio do largo. Residências, quitandas, sítios e fazendas foram desbaratados e parte dos habitantes, evadida. Com a expulsão dos batavos, em 1644, os antigos moradores encontraram igrejas depredadas, casas invadidas e saqueadas, porém, a estrutura física da cidade, incólume e São Luís, sem alteração quanto ao seu traçado. O arreamento regular do projeto de Frias não seria muito diferente do mapa da cidade, publicado por Barlaeus, em 1647.

Em 1662, um tosco monumento à beira do caminho, no alto de uma colina da velha estrada do Anil, com uma cruz de pedra, denominado Outeiro da Cruz, marca o embate contra os holandeses. Simboliza a vitória da fé católica vencendo protestantes.

²¹ Obra executada pelo primeiro Governador e Capitão-General, Francisco Coelho de Carvalho, radicado em São Luís, a 22 de agosto de 1626, até sua morte, em 15 de setembro de 1636.

²² O porto foi tomado por 18 navios com 2000 homens armados e somente 150 soldados da guarnição da cidade tentaram reagir, em vão.



Foto do primitivo local denominado Outeiro da Cruz, marco da derrota holandesa. *Album do Maranhão*

A lenda criada pela imaginação popular relata que naquele local, Nossa Senhora tomou dos maranhotos suas armas de escassa munição, encheu-as de areia da estrada, logo transformada em pólvora, permitindo o destroço e fuga dos flamengos.

Recuperado o território, dentre inúmeros outros, persistiu o problema da mão de obra. Desde o início da colonização, a volúpia do colono sobre o índio foi a tarefa mais árdua enfrentada pelos jesuítas. Os primeiros jesuítas chegados, Manuel Gomes e Diogo Nunes iniciaram e seus companheiros continuaram a defesa da liberdade do indígena. O colono pretendia transformar o nativo em fornecedor dos produtos da terra, aliado na defesa contra invasores, como trabalhador e povoador. O padre Luís Figueira trabalhou na catequese em Uçagoiaba (Vinhais), edificou o convento e abriu a primeira escola de São Luís para ensinar primeiras letras aos filhos dos portugueses, além de lutar pela liberdade do nativo. A história do início dos tempos coloniais foi de alternância entre escravidão e liberdade dos donos da terra. O padre Vieira chegou ao Maranhão, em 1653, trazendo ordem da Corte para libertar o silvícola, motivo da indisposição de governantes e colonos contra o jesuíta.

Ao meio de lutas entre governo metropolitano e municipal, entre poder laico e eclesiástico, internamente entre conventos, entre religiosos regulares e padres seculares, entre comerciantes e lavradores, ricos e pobres e todos contra o nativo, São Luís ia-se estruturando dentro dos padrões pré-estabelecidos. Muitos conceituaram esta luta, verdadeira guerra comercial, presente ao longo da história do Estado do Maranhão e Grão-Pará. O padre Vieira justificou a atividade comercial dos seus companheiros como única maneira de garantir a continuação das missões do Maranhão, a construção e manutenção das igrejas, colégios e hospício de São Luís. Pela impossibilidade de uma fiscalização eficiente, a Câmara utilizava a delação premiada, contribuindo para relações de intriga, vingança, inveja, desunião e desarmonia social.

As dificuldades eram “resolvidas” através de leis. Em 14 de junho de 1655, os vereadores criaram o cargo de Juiz da Saúde, com a função de visitar os navios negreiros, pelas inúmeras moléstias presentes e atribuídas aos escravos africanos. Este e outros problemas permaneciam e os entraves ao crescimento de São Luís continuavam insistentemente justificados pela falta de mão de obra nativa.

O objetivo do colonizador – funcionários do governo, edis, ordens religiosas e do próprio colono – foi o de se locupletar do trabalho escravo do índio, nas maneiras mais variadas possíveis. O produto das guerras era vendido em leilão, ficando 1/5 e as despesas para a Coroa, joias para o Governador e o restante para oficiais, cabos e soldados. A Câmara chegou a ter toda uma aldeia a seu permanente serviço. Um documento do Rei, de 22 de março de 1688, alertou o superior do Convento de Santo Antônio do limite de índios permitido às suas necessidades. O colono, quando não tinha a cumplicidade do governador, inventava motivo para fazer guerra de corso ou induzia seus escravos a casar com nativas livres para aumentar o número de serviçais. Era constante o número de pedidos de moradores à Câmara e de governadores à Metrópole, alegando a falta de silvícola a serviço da colônia.

Em São Luís, da mais alta autoridade ao mais humilde colono, todos possuíam uma dúzia de escravos aborígenes, contando, invariavelmente, com o trabalho da “principal fazenda da terra.” As peças não utilizadas na lavoura ou nos serviços domésticos, eram alugadas como jornaleiros. O ameríndio passou de dono da terra a mercadoria. A título de ajuda, o Monarca disponibilizou o produto da venda em leilão de duzentos gentios para começar as obras da nova Igreja da Sé, de São Luís.

O preço do índio foi muito discutido, embora fosse mercadoria barata. Qualquer alta provocava protesto e reclamações. Na sessão do Senado da Câmara, de 15 de janeiro de 1670, os procuradores do povo responsabilizaram a miséria do Maranhão à carestia dos escravos autóctones, cujos preços eram estabelecidos pelos vendedores, gente poderosa da terra.

A parte espiritual acompanhada pela Igreja católica - nascimento, vida, testamento, morte, sepultamento - se estendeu à vida social do colono, inclusive com distrações lúdico-religiosas. Tudo girava em torno da Santa Madre Igreja. Os representantes do Rei, sem efetivo apoio material da Coroa, demonstravam pouco interesse na resolução dos problemas do povo. Os comerciantes trabalhavam pela cidade quando convinha a seus negócios.

Como solução às reclamações dos colonos, em 1661, Padre Antônio Vieira sugeriu ao Rei a vinda de negros africanos para o Maranhão.²³ Sugestão aceita. Data de 1671 uma petição assinada por leigos e frades requerendo ao Senado da Câmara de São Luís a compra de escravos vindos em dois navios estrangeiros, “pois do contrário consumir-se-ia a ruína da terra, já muito decadente.”²⁴

²³ Desrespeitada a ordem trazida em 1653, Vieira voltou a Lisboa para lutar pela liberdade dos índios, retornando em 1655 e permanecendo até 1661.

²⁴ VIVEIROS, op. cit., p. 84.

Uma via de ligação da pequena cidade aos aldeamentos e vilas da Ilha aos poucos se robusteceu e sua extensão justificou o nome de Caminho Grande, consolidado em 1665 com os primeiros melhoramentos e obras públicas.

Normalizado o cotidiano da cidade e vendo certa perspectiva de desenvolvimento do sistema comercial, em 1673, o Rei autorizou a vinda de cem casais idôneos para o trabalho e “mulheres mais capazes de propagação”, maneira de sanar as dificuldades dos habitantes da ilha de Fayal, vítimas da erupção de um vulcão.

A corrente migratória arrastou-se vagarosamente e o suprimento de mão de obra africana não ultrapassou a 3.000 escravos até 1756. Isto refletiu na produção extrativa e agrícola e, não obstante a prodigalidade da natureza com rios piscosos, grande variedade de caça, aves, terra fértil e considerável produção de drogas, o colono experimentou mais privação que riqueza. A produção de mandioca, transformada em “farinha de pau”, vez por outra, foi insuficiente para o consumo interno. A Câmara tomava certas medidas para não faltar o essencial, proibindo sair de São Luís para outras Províncias, açúcar, farinha, carne e outros produtos essenciais para a população. Alguns produtos eram exportados em pequena quantidade num único navio que saía de Lisboa em março e voltava para Portugal em setembro. O calado da nau mal dava para exportar as mercadorias dos potentados. Livros de acórdãos referem-se a navios, talvez piratas, no porto de São Luís, cujo carregamento, o mestre era obrigado a vender a comerciantes locais ou a varejo para a comunidade. Foi o exemplo de pipas de vinho e “farinha para missas”.²⁵

²⁵ Vários navios ancoraram em São Luís, com mercadores (N. S. da Conceição, S. João Batista) ou piratas. Um navio holandês aportou pedindo água, farinha, lenha e carne para abastecer a população. A Câmara impediu o fornecimento, atitude protecionista ao povo e por suspeição aos visitantes, fornecendo só frutas.

A causa da pobreza do colono ia além da falta de mão de obra escrava. Os dividendos gerados da exportação dos produtos locais ficavam nas mãos de poucos. O maior volume exportado pelo porto de São Luís não advinha do colono desbravador da terra. Quem mais lucrava eram os governadores e militares, homens escolhidos pelos serviços prestados ou por influência familiar, geralmente *“ignorantes, duros, rudes e incultos... chegados uma vez àquelas desamparadas capitânicas, era usar absolutamente das suas vontades, cevar os seus apetites desordenados, fazer guerra a estrangeiros e gentios, e ajuntar dentro do triênio, por todos os meios imagináveis, a maior soma possível de riquezas”*.²⁶ Poucos capitães-generais escaparam da corrupção, razão pela qual em resposta ao rei sobre um ou dois capitães-mores para o Estado do Maranhão, o padre Antônio Vieira escreveu: *“menos mal será um ladrão que dois; e que mais dificultoso serão de achar dois homens de bem, que um.”*²⁷

Autoridades civis e militares de outros escalões cometeram excessos no exercício do comércio, porém, mais moderadamente, temendo as possíveis sindicâncias. Religiosos igualmente exerceram atividades agrícola, pecuária e coletora, apoiados no braço nativo. Pela posição de protetora exclusiva dos índios, a Companhia de Jesus, aproveitando o trabalho de seus tutelados, amealhou considerável riqueza em tabaco, algodão, açúcar e âmbar, exportados pelo porto de São Luís. A diferença entre a ganância do leigo e o poder empresarial do jesuíta consistiu no emprego individual ou coletivo do lucro. Os jesuítas foram os introdutores dos livros no Maranhão, embora, na maioria, religiosos ou catequéticos. O Colégio de Nossa Senhora da Luz, com biblioteca de três mil livros, a igreja, convento e seminário de Santo Antônio, com aulas de primeiras letras, dentre outras realizações. Desde o início de

²⁶ LISBOA, João. *Obras*, Vol. 2, apud Viveiros, op. cit., p. 42.

²⁷ VIEIRA, Padre Antonio. “Cartas escolhidas” apud Lima, Carlos de. *História do Maranhão. A Colônia*. São Luís: Geia, 2006, p. 289.

seu estabelecimento, além da catequese e do ensino, os núcleos dos jesuítas representaram o principal centro propagador da cultura, com exibição de cantos, declamações, autos e inúmeras peças, como instrumentos didático-pedagógicos no teatrinho do Colégio, no interior das igrejas e no adro do Convento. Resta mencionar jesuítas com noções farmacêuticas e de enfermagem não se limitarem à assistência aos seus pares, mas a toda a comunidade.²⁸ Outras ordens religiosas comerciavam em menores proporções, porém o arrecadado era revertido em prédios ou obras sociais.

Todavia, os caminhos, estradas e ruas iam se fazendo. Era atribuição da Câmara recuperá-las, mas, alegando falta de recursos, conclamava os “homens bons” e seus escravos, em mutirão, para os devidos reparos, chegando ao extremo de imputar multa a quem não comparecesse. Como exemplos, em 1691, o procurador requereu a restauração da estrada do Conselho, da estrada da Lagoa e da Rua Amaro dos Reis, *“uma das principais da cidade e passagem do maior fluxo de pessoas e da procissão”*²⁹. Como tornou-se costume, os reparos foram transferidos para os almotacés e misteres.

A carência abrangia o fornecimento da água. Os Livros de Acórdãos da Câmara de São Luís³⁰ só registram duas fontes construídas no século XVII, a Fonte das Pedras e a Fonte da Telha, embora estejam assentados constantes pedidos para que fossem abertas novas fontes, *“para o bem dos moradores”*. Desde 1646, os procuradores do Conselho insistiam, junto aos camaristas, para que se fizesse o conserto da Fonte das Pedras, aparecendo semelhante solicitação no decorrer dos anos. Os misteres, homens destacados para ver as necessidades do povo, fizeram semelhantes

²⁸ Fazia parte da preparação dos futuros missionários jesuítas noções preliminares de medicina, farmácia e enfermagem.

²⁹ Livro de Acórdão da Câmara de São Luís.

³⁰ Levantamento feito por XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a Mira da Câmara. Viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. São Luís: Café & Lápis. Editora Uema, 2013.

pedidos, em 1691 e 1692, em relação à Fonte da Olaria, “*pois ela estava seca e com a arca da água arrombada.*”³¹ Por ser vital para a população, em 1694, a Câmara proibiu lavagem de roupa nas fontes, sob pena de cinco tostões de multa aos infratores. Em 1696, a Câmara declarou não ter recursos para reparar as fontes, apelando aos moradores. Até 1700 não foi mais registrada precariedade nas fontes, subtendendo-se ser mais eficiente a ação popular que a dos órgãos públicos. A mesma inaptidão se estendeu ao reparo da cadeia, do telhado do prédio da Câmara,³² da limpeza das praças, da poda ou derrubada das árvores infrutíferas, delegando a manutenção da cidade aos moradores, sob pena de multa, apontada pelos almotacés.

Não obstante a alegação de falta de recursos para construção e reparo das obras da cidade, a Câmara do Senado de São Luís e o Conselho tinham fontes de renda, tais como: a exploração do transporte de São Luís/Alcântara que os mestres das lanchas pagavam conforme a renda, com multa aos infratores pela sonegação ou seis mil réis pela avaria dos barcos;³³ a arrematação da venda da carne verde, através de pregão lançado pelo porteiro em todas as ruas da cidade.³⁴ A atividade piscosa também era fonte de renda. Quem pescasse com rede na ponta de São Marcos, impedindo os peixes chegarem à praia, era multado entre quinhentos e dois mil réis, ficando metade para a Câmara e metade para o delator.³⁵ Preço acima da tabela e local de venda fora da praça era motivo de multa. A pesca com rede foi posteriormente proibida.

No início de cada ano, a Câmara cobrava dos moradores o arrendamento pelo plantio em suas terras, conforme a área

³¹ XIMENDES, op. cit., p. 109.

³² Mesmo com o telhado caindo, os edis se reuniam no prédio arruinado.

³³ Os mestres de barcos pagaram de multa, no ano de 1670, onze mil réis em moeda e, em 1678, onze mil réis em panos de algodão.

³⁴ Ganhava quem oferecesse maior propina à Câmara e o marchante pagava multa, se não colocasse à venda, no dia certo da semana, a quantidade antes estipulada.

³⁵ Livro de acórdão da Câmara, 29.01.1646. XIMENDES, op. cit., p. 204.

plantada, quando as colheitas eram satisfatórias; multa de seis mil réis para quem não aforasse; multa de cinco tostões para quem não limpasse seus terrenos; multa de seis mil réis, se os senhores de engenho não colocassem caixas de açúcar para o consumo da população, e outros seis mil réis, se não apresentassem documento de pesos e medidas, conforme os padrões, após as caixas de açúcar serem pesadas pelo afilador. Multa pela instalação de engenhos em determinadas partes da Ilha e seis mil réis para quem fizesse novos molinetes para o fabrico de aguardente. Aos antigos molinetes eram cobrados dízimos e multa de seis mil réis pela venda além do preço determinado. A mesma quantia na multa para os fabricantes de aguardente de mandioca, para os curtidores vendendo sola além da tabela e fora da cidade, para que aos sapateiros não faltasse a matéria prima. Enfim, as posturas da Câmara eram o grande instrumento de renda e, sempre alegando déficit, transferia muitas de suas obrigações ao povo.

Todas as autoridades juntas (juízes ordinários, vereadores, procurador do Conselho, escrivão, juízes de ofício, afiladores, almotacés e alcaides) anunciavam um verdadeiro arrastão por todas as ruas, cantos e becos da cidade, em janeiro e em agosto, à busca de infrações praticadas por comerciantes e moradores. Era a célebre correição, instrumento de extorsão da população, através de multas, indo de tostão e mil réis. As faltas eram: preços acima dos tabelados, falta de licença para comerciar ou exercer qualquer ofício, quartilhos não afilados, local indevido para trabalhar, dentre outras faltas. Os tecelões eram os mais visados pelo rolo e pano de algodão representarem dinheiro. Houve caso de tecelão, em sua residência, pagar a multa de seis mil réis, ser tomado o pente do tear, quebrado e queimado o resto da aparelhagem.

Em 1678, foram arrecadados vinte mil e quinhentos réis, oito mil para os oficiais de justiça e o restante para o Senado. Estes eram os ônus do povo e a maneira da Câmara e do Conselho exercerem o poder, em nome de Sua Majestade.

Em 1682, um grupo de negociantes lusitanos e o governo do Reino formaram uma Companhia de Comércio com privilégio exclusivo em todo o Estado, por 20 anos, dentre outras prerrogativas. Os assentistas se comprometeram a trazer dez mil negros africanos, quinhentos por ano, a fornecer fazendas e gêneros necessários comprados a prazo pelos colonos por intermédio da Companhia, remeter produtos da lavoura para obter, em troca, dinheiro amoedado. Os jesuítas e os frades da missão de Santo Antônio foram dispensados do estanco. O monopólio, a desonestidade na falsificação dos pesos e medidas usados nas transações comerciais, a péssima qualidade das fazendas e comestíveis expostos à venda, a desobediência à tabela de preços, especialmente na venda de escravos, pouca regularidade dos navios, dentre outras falcatruas, descontentaram o povo. As Câmaras de São Luís e de Belém representaram ao Governador e ao Rei. O poder local não atendeu às reclamações e mandou devassar os opositores ao estanco. O clamor geral foi liderado por Manuel Beckman, senhor de engenho, corajoso denunciador dos desmandos das autoridades de São Luís. Apoiados pela população e por alguns frades, os revoltosos exigiram a extinção do estanco, expulsão dos jesuítas, deposição do governador e do capitão-mor. No Palácio, desarmaram a guarda e prenderam o Capitão-Mor; no Colégio, prenderam os jesuítas e apoderaram-se da casa do estanco. São Luís amanheceu em festa, inclusive com passeata dos meninos das escolas pela rua em demonstração de alegria pela vitória da rebelião. Na casa da Câmara, o clero, a nobreza e o povo votaram a criação de um novo governo, a Junta dos Três Poderes; na matriz um *Te Deum* solenizou a vitória dos insurgentes restritos a São Luís. Foi fatal a chegada tardia de um emissário da insurreição ao Reino, já ouvidas as acusações inicianas. Em nome do Monarca, o novo governador julgou, prendeu e condenou à forca o principal líder do movimento. A cidade chorou ao ouvir o grito do condenado: "*Morro feliz pelo Maranhão!*" A natureza econômico-comercial do movimento foi reconhecida e extinto o estanco pelo alto preço de uma vida ceifada.

Não havia preocupação da administração em resolver problemas essenciais para o crescimento da colônia. Uma das dificuldades, a precariedade do porto da Praia Grande, no bairro comercial de São Luís, era ignorada pela Câmara. Pequeno, por entre olhos d'água e juçarais, alagado na época das chuvas, sem higiene, o porto apresentou obstáculos os mais diversificados, no decorrer do século. Esse e outros entraves ao crescimento não atraíam colonos. Como política de povoamento, a Coroa determinou, em 1686, a transferência para o Maranhão de ciganos condenados em Portugal.

Medidas de segurança foram tomadas. No ano de 1691, iniciou-se a construção do Forte da Ponta d'Areia, e a cidade dispôs de "*uma bonita e bem ideada fortaleza da invocação de Santo Antonio*". No fim daquele século, a cidade contava com a bateria da ilha de São Francisco, de excelente artilharia; com dois baluartes para segurança do porto; com as cortinas e baluartes altos em pedra do forte São Phelippe; e já tinham sido refeitos, ainda de pau a pique, os fortes de São Francisco e do Itapari. Em 1693, foram criadas tropas regulares com atividades iniciadas imediatamente.

Década após década, muitas foram as ordens reais - cartas régias, alvarás e determinações da Câmara do Senado - demonstrando menor cuidado com o bem-estar do colono, melhor proveito aos poderosos e maior zelo da Coroa com a segurança do território reavido. Os poucos investimentos do governo, muitos deles, delegados à iniciativa privada ou realizados pela própria necessidade da população.

A entrada dos holandeses no Maranhão foi imortalizada por uma pintura de de Frans Post, mostrando disparos de dois fortes artilhados ao pé da grande fortaleza. (detalhe)



A dinâmica social

A vida comunitária, no século XVII, se restringiu às missas, procissões, festas natalinas, de Páscoa, velórios, cortejos fúnebres e assistência a doentes e desvalidos. O cortejo fúnebre de pessoas ricas, verdadeiro acontecimento social, costumava acontecer à noite, à luz de tochas, causando grande rebuliço e quebrando a monotonia da cidade.

A atuação da Igreja, em sua missão catequética, procurou substituir a crença nativa pelo catecismo católico; a figura do Pajé, o curandeiro, pela medicina portuguesa; as festas das aldeias pelas missas e procissões. Esta foi a política adotada desde os primeiros jesuítas Manoel Gomes e Diogo Nunes.

As celebrações religiosas e acontecimentos culturais promovidos pela Igreja e pela Câmara animavam os habitantes de São Luís. Estas festas apresentavam várias facetas. A Igreja reafirmava seus dogmas, crenças e valores religiosos às novas gerações, através de cânticos, do visual das vestes, do colorido das flores em altares e andores, da luz das tochas e das orações e cânticos coletivos, conjunto de elementos propícios também a amenizar as agruras do cotidiano.

A Câmara, por sua vez, reafirmava seu poder e controle, fazendo celebrar cinco festividades públicas ordinárias e regulares anualmente, com Missa cantada e sermão: depois de Pentecostes, a de *Corpus Christi*; em janeiro, a de São Sebastião; em julho, a do Anjo Custódia; em novembro, a de Nossa Senhora da Vitória e, em dezembro, a da restauração de D. João IV, chamado especialmente d'El-Rei, desde 1640. O roteiro dessas cinco passeatas cristãs era regulamentado, a liturgia, rigorosamente obedecida e imposto aos diversos segmentos sociais o comparecimento

e a colaboração material das festas.³⁶

O transbordamento das festas litúrgicas do calendário religioso do interior das igrejas para as ruas provocou o deslocamento da diretriz religiosa (fé e devoção) para objetivos profanos (poder secular e diversão). A teatralização de caráter evangélico dos primeiros religiosos, com participação coletiva e encenação de episódios bíblicos, passou às ruas sob a forma de procissões espetaculares. Em São Luís, encenações aconteceram nas igrejas e conventos, nos adros e nas ruas, com alegorias sobre as virtudes cristãs, denominadas “moralidades”. Tinhorão, referindo-se à Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro afirmou que a procissão dos Passos, com determinadas paradas representativas do itinerário de Jesus até o local da crucificação, foi teatro em procissão, *um auto ambulante, em clima religioso-festivo*.³⁷

A procissão de *Corpus Christi*, festa oficial da Igreja, mobilizava as autoridades civis e militares, os dignitários eclesiásticos, as figuras mais representativas da terra e o povo de São Luís. Diferentes segmentos trabalhavam o ano inteiro nos preparativos. Os ciganos, pagos pela Câmara, acompanhavam com diversas danças e outras figuras simbólicas, como os “farricocos”, a caráter, davam à solenidade um tom quase profano e carnavalesco, com evocação de santos e de quadros bíblicos. Muitas eram impostas a quem se omitisse de concorrer para o brilhantismo da festa. Em 21 de junho de 1692, a Câmara cobrou multa de seis mil réis dos lojistas que não deram a figura do rei David para

³⁶ Livros de acórdãos estabeleciam: aos padeiros, arcos enramados e danças; aos pescadores de rede, insígnias nas procissões e danças; aos carpinteiros, pedreiros, alfaiates e sapateiros, bandeiras do ofício em varão de ferro e insígnias nas procissões d'El Rey; aos ferreiros, levar a imagem de São Jorge na procissão de *Corpus Christi*; aos mercadores, tochas, apresentação de danças e na procissão de *Corpus Christi*, levar a figura do rei David e duas tourinhas. Aos faltosos, multas de 5 tostões, 500 réis, 1 ou 3 cruzados, conforme as posses. XIMENDES, op. cit., p. 154.

³⁷ TINHORÃO, José Ramos. *As Festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 79.



Um dos Passos da Paixão de Cristo, atualmente aberto na época natalina com exposição de presépio.
Foto Edgar Rocha

a procissão de *Corpus Christi*. No ano seguinte, outra condenação do juiz ao oficial de ferreiro, por não ter dado o São Jorge. Era a herança portuguesa dos piedosos reis e santos monges vivendo nessas procissões suas seculares tradições.

Os Passos ainda hoje conservados em alguns pontos de São Luís testemunham a realização de autos semelhantes aos encenados em outras cidades coloniais.

O elenco e o público da procissão de *Corpus Christi* e de outras procissões festivas gratulatórias, herdadas de Portugal, eram formados pela população de gente negra e mestiça somada à minoria branca de portugueses e mazombos.

As festas proporcionavam à gente comum daqueles tempos figurar como personagens ativas, não apenas como simples espectadores.

Ainda no século XVII, São Luís recebeu negros bantos de Angola e do Congo. Não obstante a condição de escravos e o pequeno número em relação às levas chegadas a partir de 1755, sua participação nas procissões foi efetiva, em posição subalterna, trabalhando como profissionais carpinteiros, marceneiros, alfaiates e incumbidos de carregar nos ombros o andor. Em fins do século, os africanos e seus descendentes crioulos participavam do corpo da procissão como fiéis ou, talvez, como foliões.

O elemento agregador se fez pelo ajuntamento nas senzalas do culto aos orixás, voduns e inkices, de suma importância para guardar a identidade, a lembrança e saudade da mãe África. O culto aos deuses africanos comportava festas, tambores, aliando a religião à distração. O nativo, centrado no

pajé, exprimiu sua organização social, hierarquia, imaginário coletivo, na motivação, nos preparativos e no momento das festas. Essas expressões culturais se misturaram, somadas ao elemento religioso europeu, resultando em festas profanas ou profano-religiosas. Livres e escravos se distraíam nos terreiros, nas brincadeiras lúdicas, sempre embutindo traços religiosos. Apoiado em documentos fornecidos por Nassau, Barlaeus localizou nos povos integrantes do reino do Congo e Angola uma tradição de representação de fato da realidade através de danças dramáticas. Os cativos de São Luís, da mesma procedência, deviam promover suas festas de maneira semelhante, não obstante a intolerância da Igreja, fortalecida pela Inquisição.

O policiamento inquisitório foi generalizado, atingindo colonos portugueses, índios, negros, religiosos, padres seculares e todos que demonstrassem “traços heréticos”, através de falas, gestos e festas religiosas afro-brasileiras ou lúdicas. O padre Antônio Vieira viu-se impedido de escrever e de pregar por algum tempo, vitimado pela intolerância da Inquisição. A violenta repressão, especialmente sobre exercícios rituais e cerimônias de origem africana, obrigava a maioria das festas acontecerem em lugares afastados da cidade para evitar denúncias de feitiçaria ou quaisquer práticas suspeitas e ameaçadoras de prisão. O negro era considerado feiticeiro e isto se estendia às festas de caráter lúdico, muito fiscalizadas e reprimidas. Luiz Mott, pesquisando a tradição religiosa afro-brasileira em arquivos portugueses, no período de 1531 a 1821, não encontrou nenhuma referência a práticas de rituais e cerimônias de origem africana, no Maranhão, um dos estados brasileiros de população negra mais expressiva. As denúncias de feitiçaria ou manifestações suspeitas na fé não chegaram à abertura de processo ou prisão dos acusados, por se tratarem de superstições e diabolismos ingênuos e de pouco alcance.

As famílias festejavam acontecimentos ligados à religião. Os filhos eram batizados em tenra idade. Ao voltarem da igreja, pais, padrinhos e convidados saboreavam algumas gu-

loseimas, como cuscuz, bolo de macaxeira e outros biscoitos, conforme as possibilidades da família. Na primeira comunhão, obrigatória para crianças com sete anos de idade, em jejum, vestidas de branco, com vela, missal e terço na mão, entravam com pompa na igreja. O desjejum era semelhante ao café dos batizados. Os casamentos regidos pelo direito canônico com efeito civil, envolviam relações econômicas, políticas e sociais. Em presença de um clérigo, os noivos confirmavam o propósito da união, embora a determinação partisse do consenso das famílias, incluídos acordos materiais, como sobre os bens do casal, herança, dote, mesmo insignificantes e, como último pressuposto, a questão sentimental.³⁸ Realizados pela manhã, com Missa seguida, na casa da noiva, de um almoço com aves assadas ou cozidas, quartos de porco assado, farofa e doces com frutas da terra, com a simplicidade imposta pelos poucos recursos disponibilizados naquele primeiro século de colonização. As casas novas eram bentas com rezas, entronizado o santo padroeiro da família e, depois da cerimônia religiosa, comidas e bebidas com brindes a parentes e amigos. Outro costume português implantado em São Luís, o silêncio e o jejum na Sexta-Feira Santa impediam as crianças de brincar ou serem castigadas, tudo retornado ao normal depois dos dias da Quaresma. Recolhida a procissão do Senhor Morto, voltava a algazarra dos meninos. Ao meio dia do Sábado d' Aleluia, os sinos tocavam e o contentamento pela ressurreição de Cristo, expresso e vingado com muita surra nos Judas.

Com o passar do tempo, o Maranhão colonial cresceu em importância. A cidade de São Luís foi elevada a bispado por bula papal de 1676.³⁹ A sociedade, mais complexa, distin-

³⁸ Talvez pela escassez de testamentos e inventários, “a historiografia maranhense ainda não analisou a situação do patrimônio e dos bens dotais no século XVII.” ABRANTES, Elizabeth Sousa. *“O Dote é a Moça Educada” mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*. São Luís: Eduema, 2012, p. 53.

³⁹ O primeiro bispo da diocese, D. Gregório dos Anjos, tomou posse a 11 de julho de 1679, permanecendo até sua morte, em 31 de março de 1689.

guia seus grupos conforme as atividades. Os oficiais tecelões, alfaiates, sapateiros, ferreiros, serralheiros, carpinteiros, marceneiros, entalhadores, escultores, pedreiros, oleiros, pintores, douradores e pescadores eram considerados superiores aos trabalhadores braçais. Organizaram-se as corporações de ofícios com profissionais previamente submetidos a um exame, mostrando o domínio do ofício. Os vereadores, através de pregões, convocavam os oficiais de ofício para elegeram seus juizes de ofício, intermediários entre profissionais e a Câmara. Os eleitos nomeavam seus escrevães e ambos juravam sobre os Santos Evangelhos e comprometiam-se a guardar as caixas e posturas da Câmara. Os juizes de ofício acompanhavam e fiscalizavam o trabalho de seus mestres, aprendizes e obreiros, impediam estranhos à corporação exercerem o mesmo trabalho e constituíam a bandeira e as insígnias da corporação, obrigatórias nas festas.

O desenvolvimento da cidade exigiu nova política urbanizadora, necessitando de ampliação dos seus quadros técnicos. Em fins do século XVII, a demanda de profissionais e a impossibilidade de provimento por parte da Metrópole levaram a Coroa a determinar a abertura de aulas militares no Estado, como em outros centros. Conforme Varnhagen, foi determinado ao Capitão-Geral do Maranhão *“Hei por bem que nesse Estado em que há Engenheiro, haja aula, em que elle possa ensinar a fortificação...”* Para suprir as três finalidades – ensino, projeto e execução de construções – a cidade contou com a presença ininterrupta dos engenheiros Tomé Pinheiro de Miranda, Pedro de Azevedo Carneiro e Custódio Pereira, chegados nos anos de 1671, 1685 e 1691, respectivamente. Nova Carta Régia, de 15 de janeiro de 1699 determinou *“aula de fortificação em São Luís para até 3 discípulos com o vencimento diário de Rs \$0,50, além do soldo, se forem soldados.”*⁴⁰

⁴⁰ MEIRELES, Mário. *Efemérides Maranhenses*. Organização de Carlos Gaspar e Caroline Castro Licar. São Luís: Edições AML, 2016, p. 28/29.

Em 1677, instituída a Diocese do Maranhão, dependente do Arcebispado de Lisboa, certo ânimo refletiu na edificação de novos templos, trinta e seis anos depois da construção da última igreja. O padre João Felipe Bettendorff iniciou, a 8 de setembro de 1690, o levantamento da segunda igreja de Nossa Senhora da Luz, depois Matriz de Nossa Senhora de Vitória e atual Sé Catedral do Arcebispado do Maranhão, situado na Avenida D. Pedro II. Os jesuítas administraram a atual Igreja e o Seminário de Santo Antônio. A Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte foi inaugurada a 30 de julho de 1699 pelo bispo Dom Timóteo do Sacramento, na presença de todo o clero secular e regular, autoridades civis e militares e grande afluência.

Os arredores das nove igrejas e dos conventos atraíram colonos, adensando determinadas áreas da urbe, interligadas umas a outras por toscas veredas.

Embora a recomendação fosse de construir casas de pedra e cal, cobertas de telha, os poucos recursos limitaram os colonos a levantarem suas moradas de taipa de vara ou de pilão, cobertas de palha, portas e janelas de urupema ou meaçaba, com a técnica passada pelos índios. Assim, formaram a bem regulada cidade, *“que depois se foram aumentando em melhor ordem e matéria pelo decurso do tempo.”*⁴¹

A falta de recursos da colônia aliada à inoperância do Senado da Câmara redundou em embaraços para a população. O poder público não deu nome às ruas, designadas pelos pontos a que o povo se dirigia (rua que vai à Olaria, Rua da Fonte, da Telha, da Forca); descuidou da limpeza da cidade; da iluminação; dos reparos; da segurança nos logradouros públicos; da retirada de loucos, embriagados e animais danados das ruas; não impôs limites de velocidade aos cavaleiros; não determinou lugares adequados e limpos para abate de gado e para o

⁴¹ MORAES, José de. *História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará*, (1759). 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987, p. 57.

funcionamento de feiras livres; não reprimiu atravessadores e especuladores; não advertiu moradores *a manter o asseio, segurança, elegância, e regularidade externa dos edifícios e ruas*; do bom uso dos espaços públicos, dentre outras medidas diretamente ligadas à vida urbana, como constava dos regulamentos. Na fase colonial, os melhoramentos urbanos reduziram-se à regularização das ruas e alguns trechos revestidos de calçamento.

A miséria dos conquistadores e mantenedores da terra de El-Rei, cujo número ocupava umas poucas ruas do traçado original da cidade, foi bem retratada pelo padre Antonio Vieira: *“... na noite de Natal deixaram de vir, por não terem suas filhas que vestir para ir à missa. Que era tal e tanta miséria que o geral dos moradores, e ainda os mais qualificados, andavam vestidos de pano de algodão grosso da terra...”* Époça difícil, sem dinheiro, sem comércio, sem agricultura, com suprimento da Metrópole somente uma vez por ano, embora o porto de São Luís tenha recebido várias embarcações de aventureiros, no decorrer dos anos, com mercadorias atrativas aos moradores.⁴² O povo não contava com médicos, uma vez que decretos reais nomeavam físicos e cirurgiões com atribuições específicas: velar pela saúde das tropas e higiene dos hospitais militares.

O raquitismo da lavoura e do comércio, fruto da política governamental de cerceamento do progresso, conservou a cidade de São Luís acanhada nas diversas áreas sociais. A população mantinha-se desprovida de qualquer recurso no âmbito da saúde. Em documento de 22 de maio de 1653, o padre Vieira reclamou ao Provincial da Ordem dos Jesuítas do Brasil *“muita falta de medicamentos como de médicos, que não havia.”*⁴³

⁴² Como exemplo, em 29.03.1670 um termo de vereação obriga Manoel Fernandes, mestre do barco vender vinho a varejo. Em 16.03.1675, o mestre de barco Luís Franco foi alertado a vender vinho e farinha para serem utilizados nas missas. XIMENDES, op. cit. p. 178/179.

⁴³ MARQUES, César. op. cit., p. 458.

Manuscritos aludem a um médico em São Luís em 1693. Este o primeiro cirurgião-mor de São Luís quis regressar a Lisboa e a Câmara embargou a viagem “por ser em grande prejuízo deste povo, pelas grandes curas e muita assistência que nele fazia e que pereceria totalmente todo povo na sua ausência.”⁴⁴ Dispondo de um médico somente no fim do século, como medicina alternativa, o colono seguia a experiência nativa dos chás de folhas variadas, casca e raízes de pau, beberagens e unguentos fornecidos pelos pajés.

A dificuldade na obtenção de comestíveis europeus alterou o cardápio do colono. Farinha de mandioca, milho, feijões, abóbora e batata doce, além de caças, comidas assadas e moqueadas, pimenta, chibé, aluá, bebida fermentada, raízes e frutos silvestres; o comer com as mãos, fazendo montinhos para levar à boca, assim como o punhado de farinha jogado na boca escancarada; a sesta na rede de tucum e o comer de cócoras, todos foram hábitos aborígenes assimilados pelo português e pelo africano. A luta pela sobrevivência e a concepção do sobrenatural foram passados pelo exemplo ou pela tradição oral do nativo aos curumins.

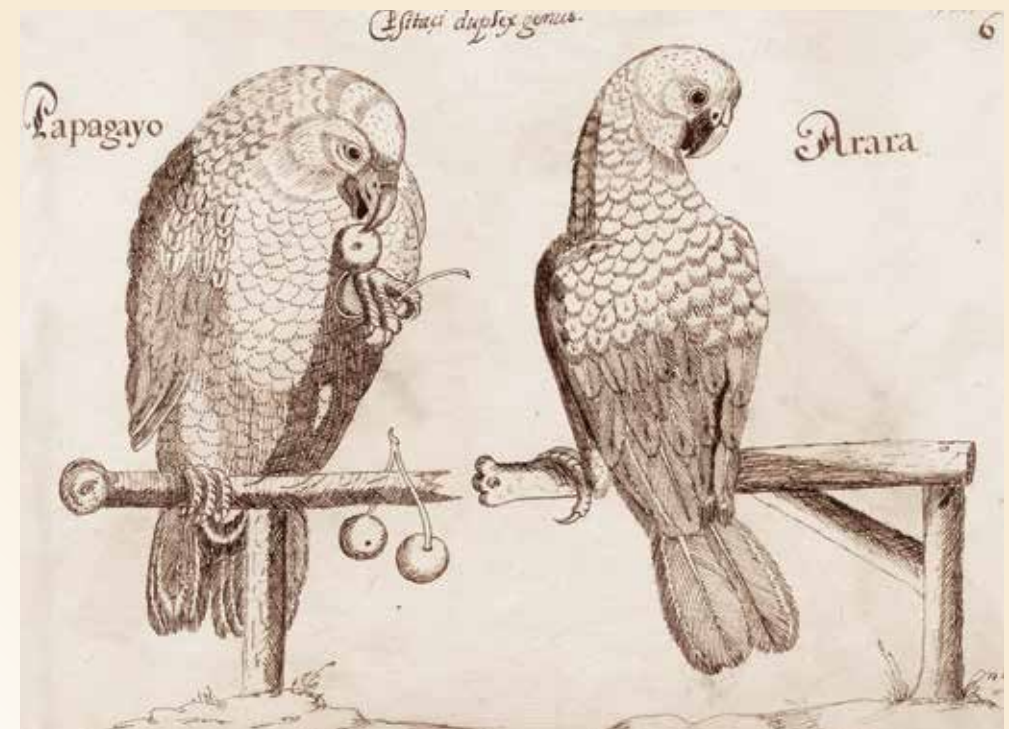
A educação do colono, somente oferecida por religiosos e muito prejudicada pelas várias expulsões dos jesuítas; as veredas formadas pelas pegadas dos próprios habitantes; os locais insalubres e inadequados para venda de comestíveis; o porto precário; a comunicação apenas anual com a Metrópole e outras deficiências, foram enfrentadas pelos moradores de São Luís por todo o século XVII.

⁴⁴ Ibidem, p. 458.

Manifestações culturais

Artes e ofícios

Com a reconquista lusitana, tem-se notícia de um traçado urbano desenhado pelo engenheiro-mor do Brasil, Francisco Frias de Mesquita, como plano piloto da cidade, cuja planta, já aumentada, é conhecida através da reprodução datada de 1642. Religiosos portugueses e cronistas do século XVII desenharam ou pintaram aspectos da colônia. Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652) residiu no Maranhão, entre 1624 e 1635, como superior dos capuchos de Santo Antônio e escreveu a *História dos animais e árvores do Maranhão*, ilustrando seu trabalho com desenhos de peixes, animais, pássaros e plantas regionais, assinalando o nome dado pelos silvícolas a cada espécie registrada.





Vista panorâmica de São Luís em 1641. Gravura de Frans Post. Livro de Gaspar Barlaeus

O artista flamengo Frans Post (1612-1680) veio para o Brasil em 1637 a serviço de Nassau. Além de muitas paisagens nordestinas, por ocasião da invasão holandesa no Maranhão (1641-1644) desenhou e pintou em óleo sobre tela uma vista panorâmica de São Luís. O trabalho feito em 1642 foi gravado em metal e esta última versão faz parte da série de gravuras ilustrativas do livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos*, publicado em 1647, por Gaspar Barlaeus (1584-1648)

É escasso o acervo pictórico do Maranhão entre os séculos XVII e XIX. Uma série de painéis em óleo sobre co-

bre, representando os *Passos da Paixão*, feito em Lisboa pelo português Bento Coelho da Silveira (1678-1708) e trazido em fins do século XVII para a Igreja de Nossa Senhora da Luz, hoje figura como parte da decoração da sacristia da Igreja da Sé.

Das pinturas religiosas permanecem em São Luís seis exemplares da *Paixão de Cristo*, em óleo sobre metal, na Capela do Bom Jesus dos Navegantes e um óleo sobre tela de *Nossa Senhora da Penha*, na capela de São José das Laranjeiras.

Páginas seguintes: à esquerda, uma das telas do conjunto *Passos da Paixão*, da Sacristia da Igreja da Sé; à direita, exemplar da série *Paixão de Cristo*, na Capela do Bom Jesus dos Navegantes.
Foto Edgar Rocha





Nossa Senhora da Luz.

Ao que parece, essas pinturas foram encomendadas a oficinas ou pintores fora do Maranhão. Trabalhos produzidos no final do século XVII, *aplicadas as mais modernas tendências artísticas*, têm ligação direta com a Coroa portuguesa e pouca probabilidade de vínculo com particulares.

Deveu-se a jesuítas, capacitados oficiais em carpintaria, marcenaria e entalhe, a transmissão de ensinamentos de diversos ofícios manuais, escultura, pintura, além da música e do teatro para índios livres, escravos e noviços brancos portugueses. Para a conversão e aculturação dos nativos, o Colégio de Nossa Senhora da Luz, núcleo principal do ensino e a Casa de Exercícios e de Campo da Madre de Deus, preferiram atividades sensoriais como estratégia pedagógica. Os cânones artísticos de padrão barroco, caracterizado pela gestualidade,

de movimento, realismo e dramaticidade, ajudavam no convencimento da fé, tão necessário para as missões. Por necessidade do culto católico houve grande produção de imagens de santos, objetos esculpidos, entalhados e torneados para suprimento de igrejas e capelas. Esta prática resultou na produção de obras artísticas com características locais, não obstante os princípios adotados pelos primeiros mestres jesuítas. Santos com farta cabeleira repartida ao meio, mechas caídas sobre os ombros e costas, rostos roliços e largos, olhos pequenos e ligeiramente amendoados dão certa peculiaridade à produção local. Estudiosos consideram uma Escola Maranhense de Imaginária.⁴⁵ Pe-

⁴⁵ BOGÉA, Kátia Santos. RIBEIRO, Emanuela Sousa. BRITO, Stella Regina Soares de. *Olhos da Alma. Escola Maranhense de Imaginária*. São Luís, 2002, p. 24.

ças e imagens conservadas em igrejas e capelas do interior e da capital, belos exemplos da produção imaginária do século XVII e XVIII, reproduzidas no livro *Olhos da Alma*, demonstram o trabalho de mestres religiosos, oficiais e aprendizes índios, mestiços e negros. Nota-se, porém, a ausência de pinturas murais, em tela ou metal. Isto remete à hipótese da tarefa do pintor se limitar à última etapa da produção estatuária. Depois de esculpidos, santos eram encarnados pelos pintores. O trabalho inaciano no Maranhão não alcançou o extraordinário nível plástico desenvolvido pela missão jesuítica junto aos nativos do sul, na República Guarani. Os jesuítas chegaram ao Maranhão em 1615 com Alexandre de Moura, logo voltaram para Madri por desentendimentos com colonos, retornaram em 1622, retirando-se em 1649, depois do assassinato de três padres. Restabeleceram a Missão em 1652, sendo expulsos, com volta em 1661; outro confronto com colonos e breve ausência em 1684 e a expulsão definitiva em 1759, por ordem do Marquês de Pombal. Essas idas e vindas talvez tenham refletido na atividade artística, limitada ao trabalho utilitarista.

A nosso ver, os documentos alusivos a uma oficina de pintura mantida pelos padres jesuítas no Colégio de Nossa Senhora da Luz em São Luís referem-se àquela atividade para o fim específico de colorir imagens. A oficina chamada "*Pintura, onde se ataviavam e pintavam as imagens que se esculpiam noutra oficina, a de escultor e entalhador*"⁴⁶ justifica a ausência de trabalhos de pintura produzidos nessa oficina, nem os inacianos deixaram a herança de técnicas pictóricas peculiares, à semelhança do acervo existente em locais das antigas missões sulinas.

⁴⁶ LEITE, Serafim. "Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)" apud BOGÉA, Kátia Santos. RIBEIRO, Emanuela Sousa. BRITO, Stella Regina Soares de. op. cit., p. 28.

Ao lado,
última pintura
sobreposta
na Nave da
Igreja da Sé,
feita em 1927
e restaurada
em 1954 por
João de Deus,
retratista,
paisagista e
pintor sacro
maranhense.

Foto Edgar Rocha

Detalhe do
forro da
primeira Nave
da Igreja da
Sé.
Foto Edgar Rocha

Acompanhando o costume renascentista, algumas igrejas maranhenses tiveram seus forros artisticamente elaborados, porém o tempo destruiu aqueles trabalhos e os arquivos não oferecem a descrição das cenas, o autor, nem a época, deixando somente fragmentos impossíveis de uma reconstituição. Pesquisadores encontraram comprovação de pintura no forro e na nave central da Igreja de Nossa Senhora da Luz, construída no século XVII pelos jesuítas.

Houve intervenções no século XVIII e XIX e, com a reforma de 1927, as pinturas foram substituídas por outras de autoria de João Batista de Deus e novas pinturas foram posteriormente sobrepostas àquelas.



Teatro e música

A primeira escola criada em São Luís pelo jesuíta Luís Figueira, destinada à instrução dos colonos portugueses, determinava aos alunos recitar poemas, declamar orações e representar comédias. Segundo registro do padre Mury, o teatro de natureza catequética, apresentava registros do evangelho, sob forma cênica. Em 1626, a apresentação de “Diálogos”, de autoria do Padre Luís Figueira, fez parte dos festejos da inauguração da Igreja de Nossa Senhora da Luz. O primeiro espetáculo, embrião do teatro local, foi seguido de outros, tais como “Auto da Pregação Universal”, redigido pelo Padre Nóbrega, “*para substituir alguns abusos que faziam com os autos nas igrejas.*”⁴⁷

O jesuíta Thomaz do Couto também exercitou seus discípulos para a boa prosódia, fazendo-os recitar poemas, declamar orações e apresentar comédias, surpreendendo os espectadores. Em 1668, foi encenado no Colégio o “Auto de São Francisco Xavier”, seguido de muitos outros.

Em agosto de 1677, os mercedários promoveram uma comédia no adro do convento de Nossa Senhora das Mercês, talvez antecedida e precedida de outras.

Muitos espetáculos foram apresentados nas igrejas de São Luís, porém, “*Não eram só estas manifestações lúdico-religiosas que prendiam a atenção da cidade, vês por outra, profissionais itinerantes exibiam como fosse possível suas habilidades.*”⁴⁸

Não existe registro de teatro laico naquele primeiro século de colonização. As festas populares trazidas de Portugal e conservadas pelo saudosismo da terra natal, como

⁴⁷ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus*. Lisboa: Livraria Portugália, 1938, vol II, p. 41.

⁴⁸ JANSEN, José. *Teatro no Maranhão*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974, p. 18.

autos natalinos, presépios, e outros passatempos, expressões culturais afro-ameríndias eram dançados e acompanhados por músicas profanas, mescladas com melodias e ritmos africanos e nativos.

A música instrumental ou vocal, predominantemente sacra, auxiliava as missas, os sacramentos e outras cerimônias religiosas. Os jesuítas conseguiram de Felipe II, de Portugal e IV, da Espanha, em dezembro de 1629, o Alvará Régio nomeando Manoel da Mota Botelho, Mestre de Capela da Igreja de Nossa Senhora da Luz.⁴⁹

O cantochão, conhecido e cantado por religiosos e fiéis, prevaleceu por todo o século XVII e, talvez por isso, as escolas jesuítas mantiveram aulas de solfa. Mais influente, em comparação às atividades mercedárias, carmelitas ou franciscanas, os filhos de Loiola moldaram um modelo cultural barroco e tridentino.

O povo, por sua vez, não esquecia as modinhas, cantigas de viola e glosas de quadras portuguesas com estribilhos e versos das canções urbanas herdadas de rua dos antigos trovadores. Cantos e danças, considerados pela Igreja como mundanos, faziam parte dos folguedos complementares às festas religiosas. A festa de São Gonçalo e a do Rei Davi mobilizavam o povo de lugares e sítios distantes até a urbe, para cantar e dançar primitivos autos africanos, adaptados às técnicas dramáticas usadas pelos lusitanos nos seus autos.

⁴⁹ DANTAS FILHO, Alberto. *A Grande Música do Maranhão Imperial: estudo histórico-musicológico a partir do Acervo Musical João Mohana*. Teresina: Halley, 2014, p. 12.

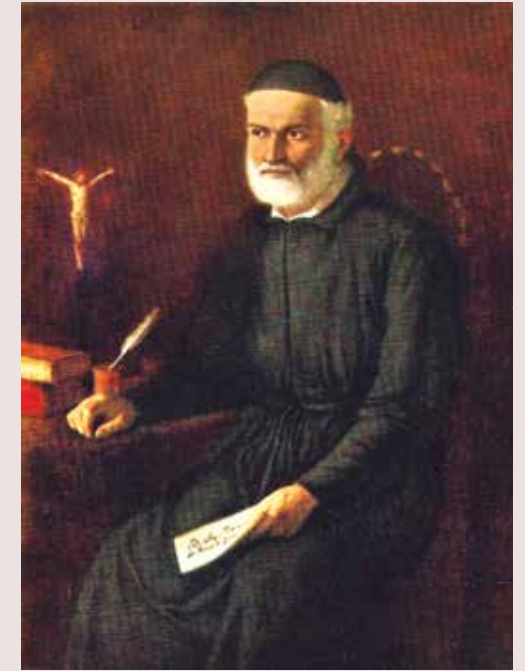
Letras

O primeiro trabalho versando sobre as maravilhas das intocadas terras maranhenses, “*a beleza e as delícias da terra, sua fertilidade e fecundidade*” foi escrito pelo capuchinho francês Claude d’Abbeville, texto de propaganda, descritivo das riquezas naturais, “*a terra é tão refrescada pelo sereno da noite e o orvalho da manhã, pelos rios e fontes e pelas chuvas da estação, que sem indústria nem cuidados basta semear a terra e cobri-la, sem sequer cavicá-la antes, que dentro em pouco se tira bom resultado... por aí existem muitas minas de ouro e pedras preciosas e muitos viveiros de pérolas.*”⁵⁰ O frade ressalta ainda as qualidades humanas dos tupinambás, amigos, hospitaleiros, inteligentes, virtudes responsáveis pelo sucesso missionário e base da visão edênica acolhida pela literatura dos viajantes. O confrade Yves D’ Evreux, descreve a continuação dos trabalhos da expedição, das missões, dos usos e costumes nativos e dificuldades enfrentadas entre 1612 e 1614. Outros cronistas da literatura de informação fazem parte do acervo sobre o Maranhão do século XVII. A *Jornada do Maranhão*, feita no ano de 1614 e atribuída a Diogo de Campos Moreno, narração da preparação, epopeia da viagem da expedição até o Maranhão e a batalha de Guaxenduba; *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, escrita em 1624 por Simão Estácio da Silveira, de louvação à terra. Frei Cristóvão de Lisboa apresentou o Maranhão com a *História dos animais e árvores do Maranhão*, escrita presumivelmente de 1625 a 1631. Os desenhos de animais e plantas, talvez elaborados em ocasiões diversas, nos intervalos entre as missões e suas pregações, foram mais valiosos que o texto explicativo. O padre Antônio Vieira, autor de vasta obra literária, dentre as quais, sermões proferidos por ocasião do trabalho missionário no

⁵⁰ ABBEVILLE, op. cit., p. 161 e 163.

Maranhão em 1653, representa o mais importante exemplo do barroco, primando pelo purismo do idioma português. Em junho de 1654, antes de viajar para Lisboa, redigiu o Sermão de Santo Antônio, pregando aos peixes, uma das obras primas de sua eloquência. Voltando ao Maranhão em 1655, permaneceu por sete anos em trabalho árduo, cujo balanço está em um de seus sermões. Como bem observa Ricardo Leão, os escritos do Padre Vieira, com muita propriedade pelo tempo suficiente em que esteve no Maranhão (1653-1661), ao contrário da visão edênica de prodigalidade da terra e da gente, apresentam um contraponto às peças anteriores de elogios à terra e ao homem, desnudando a miséria local e a corrupção do colono. “... o jesuíta inscreve o seu nome na longa *démarche* de constituição da identidade maranhense, no sentido avesso, uma vez que funda o princípio dialético da mentira como constitutivo do telos local.”⁵¹

A poetisa D. Amélia Rodrigues “cantou em versos lapidares, dum sabor clássico, o desprendimento do nobre missionário nos sertões densos do Brasil”.⁵² Outros poetas viveram em São Luís naquele século. José Veríssimo lembrou processos contra homens versistas, autores de sátiras, críticas aos maus administradores da colônia.



Padre Antônio Vieira.

⁵¹ LEÃO, Ricardo. *Os Atenienses. A invenção do cânone nacional*. Imperatriz: MA, Ética, 2011, p. 185.

⁵² SERMÕES, *Obras Completas do Padre Antônio Vieira*. Prefácio de Padre Gonçalo Alves Volume I. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1959, p. XLVII.



SÉCULO XVIII
INÍCIO DA EXPANSÃO

Primeiros tempos

A tentativa frustrada de incentivo ao crescimento, com a implantação da Companhia de Comércio, instituída em 1682, condenou o Maranhão ao atraso por mais de meio século no quadro da colonização do Brasil. A morosidade da administração foi uma constante. Ofício da Câmara, de 16 de outubro de 1709, registrou a concessão de finta para as obras da cadeia de São Luís. Documentos informam a localização da cadeia e da Capela de São Luís Rei de França, edificadas nos fundos do Paço Municipal, sem precisar o tipo de construção, ano de inauguração, quantidade de presos etc.

Talvez a indiferença do poder público se explique pela rala população de São Luís. Preponderavam militares nos cargos da administração, pela natureza de cidade fronteira. Funcionários públicos, em sua maioria, militares – capitães, alferes, sargentos, soldados –, civis ou eclesiásticos, vivendo de salário; poucos fazendeiros comerciando suas boiadas; capitães-mores aumentando seus bens com a compra e venda de mercadorias diversas; colonos ligados ao alto clero, fornecedores de vinho, de tecidos nobres e, pobres, prestadores de serviços, vivendo em precárias condições. Os comerciantes ainda não representavam uma classe especializada, pois, antes do período pombalino, o comércio foi atividade secundária. Os funcionários, mais bem aquinhoados, além das residências, possuíam chãos, casas de aluguel e sítios de onde garantiam parte de sua receita.

Com a esperança de melhorar a condução dos destinos da cidade, a Carta Régia de 14 de janeiro de 1710, possibilitou aos maranhenses a organização da Companhia de Privilegiados, composta dos “homens bons da terra”, na tentativa de selecionar o quadro do Senado da Câmara.

A mais acurada escolha dos edis não melhorou em nada o ambiente econômico e social local.⁵³

A população continuou completamente abandonada no período dos capitães-generais governadores. Em 1715, a Câmara pediu a sua Majestade um médico “*sendo pago metade tirada da Real fazenda, e o resto ‘por um pedido’ pelos moradores, que por sua pobreza não podiam contribuir com tudo*”.⁵⁴ Três anos depois ainda insistiam no pedido, os colonos prometendo pagar “*pontualmente do 50\$000 anuais ajustados*”.

São Luís abrigava 854 habitantes, em 1718, somados brancos, índios, mestiços e poucos negros africanos. Nas gerações subsequentes, miscigenadas pela habitual convivência do colono com escravas índias ou africanas, as famílias, na maioria, tinham descendência militar sem, contudo, conservarem as regalias e vantagens anteriores. Antonia Mota, analisando testamentos do século XVIII, verificou percentual significativo de testados solteiros com união livre e filhos adotivos.⁵⁵

Em 1719, ainda não chegara nem médico nem boticário. Os habitantes de São Luís continuaram assistidos por barbeiro sangrador até a década de setenta, figura indispensável em qualquer povoação colonial.

Para superar as dificuldades impostas pela distância, foi criado, naquele 1719, o Bispado de Belém do Pará, também ligado a Lisboa para melhor assistência aos fiéis. A diocese do Maranhão passou a assistir somente às Província do Maranhão e do Piauí.

Além da lentidão, o governo dificultava a iniciativa privada de civis e clérigos. Conforme Serafim Leite, o Colé-

⁵³ A desobediência popular às normas da Igreja Católica resultou na excomunhão geral sobre a cidade pelo bispo D. Timóteo do Sacramento, vindo a ser absolvida por D. José Delgarte, em 1717, mesmo ano da organização do Cabido da Sé.

⁵⁴ MARQUES, César, op. cit., p. 458.

⁵⁵ MOTA, Antonia. *Família e Fortuna no Maranhão Colônia*. São Luís: Edufma, 2006, p. 58.

gio dos Jesuítas do Maranhão apresentou, em 1731, a peça “Concórdia” em celebração pelas pazes do Governador com o Vice-Provincial em contenda pela edificação, às expensas da ordem, de uma casa para melhor acomodação das recreações religiosas.

O transporte fluvial, precário e moroso, contribuiu para dificultar transações comerciais, deixando a cidade de São Luís quase isolada. Os navios dependiam das marés, pela deficiência portuária. A solução encontrada para a navegação costeira foi pensar um atalho, encurtando a distância e escapando da violência das águas do Boqueirão, causadoras de constantes naufrágios das embarcações, com sacrifício de vidas e perda de mercadorias. Na primeira investida para a abertura do leito artificial, o Capitão-General do Estado convocou moradores a contribuírem com dinheiro de pano de algodão, mantimentos e escravos. A aceitação foi imediata, dando logo início à obra, pela vantagem da segurança daquele meio de navegação entre a capital e todos os lugares por onde banham os rios Munim, Itapecuru, Mearim e Pindaré. Os trabalhos foram suspensos com a transferência do Capitão-General para o Pará, em agosto de 1743. A questão voltou à baila e, treze anos depois, em 1756, o governador pediu ajuda a S.M., cuja resposta resumiu-se à seguinte ordem: para moradores e religiosos tomarem empréstimo da Fazenda Real, impondo-se algum tributo correspondente ao pagamento da dívida. “*Como não podia o povo desta cidade, o mais pobre de toda a América, tomar sobre si a satisfação de toda a mais despesa... e não querendo expor-se a mais uma finta...*”, pelos encargos determinados pelo Rei, pela segunda vez desistiram do projeto da abertura do canal ligando a baía de São Marcos com as águas que circundam a ilha de São Luís. Vinte e dois anos depois, em 1776, nova tentativa foi proposta, com o recolhimento pela Alfândega ao “Cofre de Ferro” de imposto sobre o algodão para o fim específico da cons-

trução da Passagem de São Joaquim. Reiniciadas as obras, em pouco tempo foram paralisadas, embora o imposto tenha sido cobrado até 1808, rendendo 621:463\$533, quantia posteriormente desviada para reparos no prédio da Alfândega e edificação de um quartel para a tropa de linha.

Não foi exemplo de rapidez a construção da estrada da Estiva, ligando São Luís ao estreito dos Mosquitos, outro pleito dos colonos tratado com o mesmo descaso pela Metrópole. Seria a melhor possibilidade de comunicação terrestre da ilha com o continente, justificada pela necessidade de transporte do gado e de víveres para a capital. Depois de um século de insistência junto à Coroa, algumas pessoas abastadas propuseram construí-la com a vantagem de receber taxa por cada cabeça de gado. Proposta rejeitada. Em 1754, o governador participou ao Rei da referida construção, cais, rampas e currais às suas expensas, pelo visto, não realizados, uma vez que, trinta anos depois, outro chefe do Estado registrou a conclusão da obra da Estiva e solicitou à Câmara fazer, no sítio chamado Quinta, um cercado para descanso do gado vindo do sertão para ser *picado* no açougue público. Ofício da Câmara de dezembro de 1784 negou o pedido por falta de recursos. O governador autorizou a derrama entre os moradores de São Luís, depois de justificada a utilidade da obra. Curioso é o conteúdo do ofício do governador à Câmara em agosto de 1802: “*em diversos tempos se fizeram algumas tentativas pouco adequadas a conseguir esta estrada...*” Vistoriado o local, o encarregado respondeu ao governador que só roçaram os mangues, “*de que resultou tornar quase a ficar no mesmo antigo estado, incapaz de se poder por ela transitar.*”⁵⁶

Enquanto o colono era vítima dos desmandos e lardeza da administração nos mais variados âmbitos, os

⁵⁶ MARQUES, César, 1970, op. cit., p. 266.

padres organizavam também estabelecimentos de ensino. Em 1721, foram apresentadas teses dos concluintes do curso de Artes do Colégio Máximo de Jesus, de São Luís. O Colégio concedeu graus a bacharelados, licenciados, mestres e doutores.⁵⁷ Por bula papal, em 1740, o bispado de São Luís foi confirmado e, conforme Alvará Régio de 7 de abril de 1745, São Luís ganhou definitivamente o Cabido da Sé.⁵⁸ Tanto a organização interna do clero, quanto assuntos relevantes da sociedade foram trabalhados pela Igreja, a exemplo da escravidão indígena, no Brasil e no Maranhão, proibida, em 1741, pela breve *Immensa Pastorum*, do papa Benedito XIV.

A política colonizadora caminhava lentamente, porém, vez por outra, surgia uma inovação e a grande novidade de agosto de 1749 foi a circulação de moedas de ouro, prata e cobre, em substituição aos novelos e rolos de algodão.⁵⁹ Idêntica melhoria no âmbito social foi a autorização ao padre Gabriel Malagrida de fundar o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios sob os cuidados das irmãs Ursulinas do Sagrado Coração de Jesus, para educar meninas órfãs e desvalidas.⁶⁰

A única referência encontrada sobre um médico em São Luís foi no episódio do falecimento de D. Frei Francisco de São Tiago. Os padres, por precaução, mandaram o doutor João Domingos Alberti acompanhar o bispo em

⁵⁷ Em 1727, “O papa Bento XIII concedeu à Vicaria do Carmo, no Maranhão, pelo breve *Exponi Nobis*, o privilégio de conferir o grau de doutor em Teologia aos que concluíssem o curso que mantinham no Convento de São Luís.” MEIRELES, op. cit, 2016, p. 183.

⁵⁸ O quadro clerical comportou arceidiago, arcepreste, chantre e mestre-escola, doze cônegos presbíteros, oito beneficiados com ordem presbiterial, dezesseis capelães, dois mestres de cerimônia e seis moços de coro.

⁵⁹ Alvará Régio de 12 de junho de 1748.

⁶⁰ Alvará Régio de 2 de março de 1751. Enquanto não tiveram prédio próprio, o Recolhimento funcionou na Rua da Palma. O Senado da Câmara doou um terreno e, com as esmolas recebidas pelo padre Malagrida, foi construído um prédio no local onde atualmente está o Colégio Santa Teresa.

desobriga pelo interior da Colônia, devido o seu precário estado de saúde. Falecido na foz do Iguarapé Cajapió, e, pela obrigatoriedade de ser enterrado com as exéquias exigidas pela Igreja, o médico procedeu o embalsamamento retirando vísceras e salgando as entranhas. A providência do médico, presente casualmente no Maranhão, permitiu a população assistir, em 1752, a festa do enterro do prelado. Logo depois, expediente reclamava a falta de médico na colônia, comprovação de pouco zelo com a saúde do colono e muita preocupação com a conservação do território, demonstrada pela Carta Régia de 11 de dezembro de 1752 criando a Linha de Infantaria do Maranhão.

De modo geral, a população mantinha costumes pouco diferenciados do meio rural. Em casa, os homens andavam de ceroulas e camisa, alguns com signos religiosos ao pescoço. Nas recepções, visitas ou cerimônias religiosas usavam quimão, timão ou chambre. Princípios rígidos herdados do medievo português davam ao homem direitos patriarcais. De retraimento quase monástico, as mulheres viviam na maior parte do tempo em seus aposentos, com roupas bem simples, de pano grosso de algodão, saias e camisas, sem meias e sem tamancos, junto às mucamas contadoras de histórias, hábeis em fazer cafuné e em pentear os fios lisos dos cabelos das brancas. As solteiras aprendiam bordar, costurar, cozinhar receitas portuguesas, pratos com temperos africanos, milho e os tubérculos nativos e outras prendas domésticas obrigatórias às moças casadoiras. Os esposos eram escolhidos pelos pais ou responsáveis e, no caso de transgredirem as tradições da família, as sinhás eram castigadas, indo da simples reclusão doméstica ou em convento até a morte. Muitas iam à Missa de madrugada para não serem expostas, por questão de honra, dignidade, pureza e respeito. Em datas especiais, as de maior posse circulavam sempre ao lado de pessoa da família.



A pobreza preponderou na cidade e no interior das casas, em sua maioria, com móveis e utensílios rústicos, improvisados, sem camas, cadeiras, arcas e outras mobílias só posteriormente usadas.

Tudo aconteceu vagarosamente na primeira metade do século XVIII. Convém transcrever uma afirmativa de Viveiros: *“Foi assim em todo o regime colonial, em que o tempo era pouco para explorações de toda a casta, e o que sobrava consumia-se nas intrigas da terra, que achavam eco no Conselho Ultramarino; nos conflitos de jurisdição entre Governadores e Bispos; ou finalmente, em tratar-se de mesquinhos interesses, cuja retribuição recaía sobre o serviço dos malfadados índios.”*⁶¹

⁶¹ VIVEIROS, Jerônimo, op. cit., p. 212.

Segunda metade do século

O Maranhão, colônia pobre e sem gente, não superava de três mil o número de escravos, embora a figura do Capitão do Mato tenha sido criada pelo governador General Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca para auxiliar o Capitão de Milícia na destruição de mocambos.⁶² O Capitão do Mato Francisco Raimundo Campanha foi destacado para aprisionar os negros fujões de São Luís.

Mais de cento e cinquenta anos de estagnação foram superadas por ocasião da nova política econômica adotada por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, Primeiro Ministro de D. José I. Em 1751, foi assinado um acordo entre a Coroa e Joseph Álvares Torres para transportar mil pessoas das Ilhas dos Açores para a colônia. Do Arquipélago, chegaram imigrantes incentivados pela chamada política dos casais, ou seja, com tratamento diferenciado: navios novos e somente para passageiros, com câmara e antecâmara para abrigo das mulheres, um capelão, duas refeições por dia servidas a bordo, ajuda de custo de oito mil réis para cada imigrante e a permissão de levar cama, arca, refrescos, sementes e plantas na bagagem dos maiores de quatorze anos.

A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, constituída em 1755, mesmo ano em que foi decretada a liberdade dos aborígenes, teve por objetivo inserir o Maranhão no sistema agroexportador, injetando mão de obra escrava de origem africana; propiciando o cultivo do algodão em larga escala; introduzindo sementes de arroz branco de Carolina, tipo exportação, em substituição ao arroz vermelho, da terra; fornecendo ferramentas agrícolas e disponibilizando navios para assegurar a exportação dos excedentes.

⁶² A Carta Régia de 7 de julho de 1757 criou os Corpos de Milícias do Maranhão.

Entre 1756 e 1777, a Companhia adiantou numerário aos colonos para o aumento da lavoura, garantiu a regularidade de navios mercantes e abasteceu o Maranhão com doze mil escravos africanos a preços módicos, providências básicas para a dinamização do sistema agroexportador. A frota da Companhia saía de Lisboa a 1º de março e voltava do Maranhão na primeira lua de agosto, tendo prioridade nos despachos sobre quaisquer outros navios nos portos do Maranhão e do Grão-Pará. Todas as embarcações com destino aos aludidos portos eram obrigadas a integrar seu comboio.

O Marquês de Pombal, com restrições quanto a influência entre os habitantes e a força política de certas ordens religiosas, manipulou a expulsão de algumas congregações.⁶³ Iniciativas outras foram tomadas, inclusive a instalação da Junta de Justiça, em 1777.⁶⁴

Com a nova política pombalina, de 854 almas contadas em 1718, foram registrados 16.580 colonos, em 1788. O aumento demográfico gerou grande concentração de atividades econômicas, mudança de hábitos da população, valorização do solo urbano, reforma ou construção de residências e casas comerciais em pedra argamassada com cal de sarnambi, óleo de peixe e madeira de lei, garantidos pelo braço escravo africano, sob a orientação de engenheiros e mestres de obra vindos de Lisboa e do Porto.

⁶³ Capuchinhos e jesuítas foram desterrados do Estado do Grão-Pará e Maranhão, de conformidade com o Alvará Régio de 5 de fevereiro de 1758, pela não obediência à nova legislação sobre a catequese e o descumprimento do Alvará Régio de 7.6.1755 sobre a liberdade dos índios. Em 1760 foi extinta a Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios. O governo confiscou convento, igrejas, todos os bens havidos em São Luís e os das vinte missões e vinte e duas fazendas.

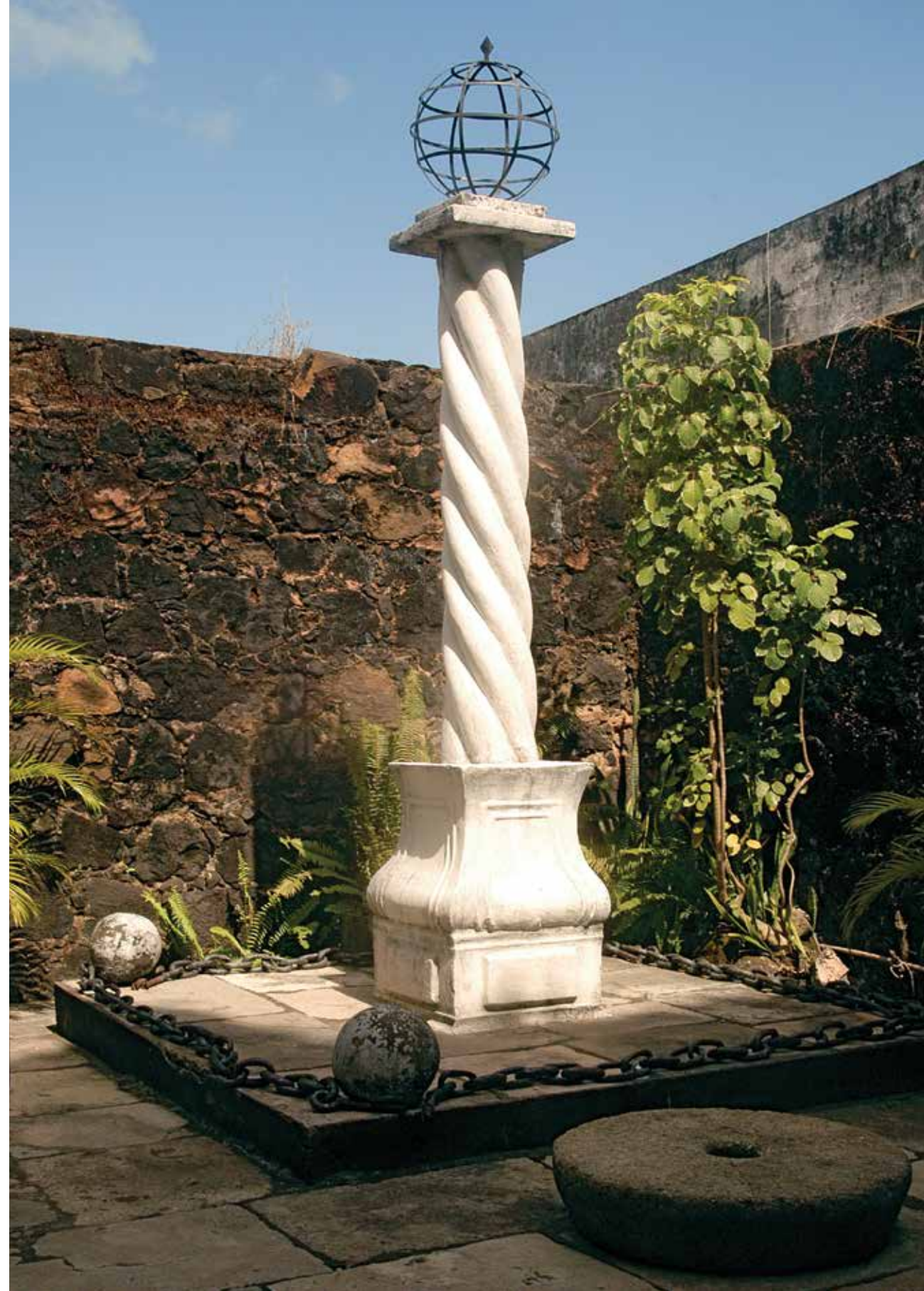
⁶⁴ Criada em 4 de novembro de 1777, foi composta de um presidente, um relator e alguns juizes, sendo substituída pela Relação do Maranhão, em 4 de novembro de 1813.

Em 1766, Joaquim de Melo e Póvoas, reedificou em tamanho e forma atual, a sede do governo, com melhorias imprescindíveis ao acolhimento dos representantes oficiais da metrópole.⁶⁵ Em 1792, foi construída a Fonte do Ribeirão, o Forte de Santo Antônio, na Ponta d'Areia e a Ponte da Alfândega.

O sistema escravista impôs símbolos de poder, força e opressão. O mais importante signo foi o Pelourinho, monumento da época colonial, sempre colocado no centro da cidade, lugar bem visível aos transeuntes e advertência especialmente aos escravos. Um termo de entrega dos bens da Câmara Municipal, de 3 de janeiro de 1691, alude a *“um pelourinho com suas ferragens”*, porém, em 1787, observou e, em 12 de novembro de 1790, o Governador reiterou: *“Com admiração vi pela primeira vez uma cidade sem pelourinho.”* O Livro de Lembranças, assinala: *“Em setembro de 1815 levantaram o pelourinho em um adro do Carmo, para se castigar os delinquentes. Maranhão, 30 de setembro de 1815.”*⁶⁶ Crônicas da época fazem alusão aos primeiros açoitados, no dia 7 de dezembro de 1815: um escravo de um tenente-coronel, outro de um capitão e um cabra do sertão. Intrigante a afirmativa da Câmara, negada noventa e nove anos depois e ratificada com a construção do pelourinho, vinte cinco anos mais tarde.

Na década de 1860, o chafariz da Companhia das Águas do Rio Anil e o pelourinho faziam parte da paisagem do Largo do Carmo.

Outro espaço repressor de São Luís foi o Largo da Força Velha, depois, em ironia macabra, chamado de Praça da Alegria. A descrição mostra o horror causado pela pena capital. Os carregadores do palanquim de uma senhora a caminho da



Ao lado: réplica do Pelourinho assentado no adro do Carmo, em 1815. Museu da Cafua.
Foto Nael Reis

⁶⁵ Sem córrego ou outra fonte d'água próximos, o problema do abastecimento d'água foi resolvido com a abertura de um profundo poço, hoje desativado.

⁶⁶ MARQUES, César, op. cit. p. 430.

Capela de Nossa Senhora do Desterro fizeram uma parada, forçados pelas vozes surdas, entrecortadas de gemidos angustiosos e gritos abafados de muitas pessoas. Pendido do alto da trave da Forca, nos derradeiros estertores da vida, o corpo esquelético de um negro balançava à brisa fresca de uma manhã sangrenta de agosto. Até meados do século XIX, cenas semelhantes foram frequentes no Largo da Forca Velha.

Nos porões ou nos baixos dos grandes palacetes e sobrados de paredes grossas, verdadeiras muralhas de fortalezas, erguiam o Tronco, peça ameaçadora e geralmente assinalada por frades de pedra nas entradas. A ferros, escravos apontados como faltosos eram açoitados, justamente os responsáveis pela riqueza da terra.

O crescimento econômico proporcionado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão impulsionou o processo de expansão de São Luís, alargando o tecido urbano, à medida que núcleos mais afastados foram incorporados ao termo da cidade. Dois eram os bairros importantes: o da Praia Grande ou freguesia de Nossa Senhora da Vitória, o mais populoso, embora menos extenso com “... muito sofríveis edifícios, e com muita commodidade; mais a desigualdade do terreno lhes tira huma parte da sua formosura, e algumas mal calçadas fazem a sua serventia bastante incommoda. A liberdade que cada qual tem de edificar como lhe parece, faz que tudo he irregular.”⁶⁷ O segundo, da freguesia nova de Nossa Senhora da Conceição, mais vasto e de menor densidade demográfica, com expectativa de ampliação pelo grande número de terrenos a edificar.

Em meados do século, as missões intensificaram seus trabalhos em São Luís com a atuação de Mercedários, Carmelitas, Franciscanos e Jesuítas, estes últimos muito atuantes na formação cultural do maranhense. Somente depois da política

⁶⁷ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*. (1818) Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970, p. 113.

pombalina de redução drástica do domínio do clero regular, padres seculares predominaram na composição eclesiástica.

Antes do aumento da população e conseqüente ampliação da área urbana, São Luís era assentada num tabuleiro cuja traça primitiva, a *caput urbis*, só abrangia a extremidade da chapada do sítio da fortaleza de São Phelippe, ao Largo do Carmo, coração da cidade, centro da parte principal entre o bairro antigo e a lombada mediana. Da mata aos fundos do Largo do Carmo o colono palmilhava vielas paralelas, cujos caminhos deram acesso a outros núcleos. Na primeira etapa de expansão, uma grande coluna vertebral de cinco ruas, atuais Afogados, do Sol, da Paz, Grande e Santana, foram abertas sobre o dorso principal, terminando no espaço denominado Campo d’ Ourique, onde foi construído, por volta de 1793, o Quartel do 5º Batalhão de Infantaria, grande prédio, “com todas as acomodaçoens, e officinas necessárias.” Das cinco ruas desceram transversais para os vales e apicuns vizinhos, formando os núcleos de São Pantaleão e Remédios, atraídos pelos dois templos religiosos. As regiões deprimidas intermediárias dificultaram a edificação, vindo a influir na forma da cidade, de dupla cruz. Deste dorso, somente a Rua Grande se alongou com o nome de Caminho Grande, única estrada até o interior da ilha, começando na Rua Grande, passando pelo Alto da Carneira, Areal, pelas terras de João Paulo, chegando às margens do Rio Maioba, futuro Anil. A estrada dos Remédios, continuada pela futura Rua do Passeio, cortava a cidade de norte a sul. A história da formação urbana de São Luís teve início no diagrama cruciforme como fio condutor e, no decorrer do tempo, cresceu e se aformoseou.

Fora do núcleo urbano, outras povoações, inúmeros sítios de recreio e pomares com amplas casas contribuíam para espraiar a área construída. A chácara do Comendador Casusa Lopes, com enorme pomar e a Quinta, ambas no Caminho Grande, chegavam às bordas do rio Anil; a Quinta do Genipapeiro, à margem do rio Anil, ia até a Camboa; o

sítio São Jerônimo, no Alto do Bacanga, o sítio do Cutim do Padre, próximo ao Anil, dentre muitos outros, valorizavam as franjas de São Luís. A construção caprichosa das moradias das quintas, em estilo colonial, guardava o porte senhorial de vivendas. Por volta de 1770, formaram-se, na freguesia de Santa Filomena do Cutim, chácaras e quintas para lazer ou pomares lucrativos dos lusitanos, logo após a tentativa de exploração da indústria do anil.

Alguns serviços foram criados, reflexo da exigência da classe hegemônica de portugueses e ingleses, proprietários de casas comerciais de exportação e importação. Em 1770, um serviço regular de médicos foi implantado. Dr. Manuel Rodrigues de Oliveira, o *médico do Tijuco*, assim chamado por ter, à sua custa, aterrado o lamaçal do antigo terreno do gasômetro e o Dr. Joaquim José Coelho Rodrigues de Melo, *médico de Chachéu*, ambos conseguiram curas assombrosas sem grandes recursos.

No último quartel do século XVIII, atraídos pelas perspectivas de crescimento econômico da capitania, São Luís recebeu imigrantes da Europa e negros da África, mais especificamente de Cachéu Bissau, Guiné e Angola, crescendo consideravelmente a população da cidade.

Com a densidade demográfica citadina, o perímetro urbano foi alargado através da distribuição de títulos de terra pelo Senado da Câmara,⁶⁸ crescendo desordenadamente, com casas cobertas de palha ao lado de sobrados, motivo do Governador, em 17 de dezembro de 1779, recomendar ao Senado da Câmara *“que não se concedessem cháos a pessoas sem possibilidade para fazerem edifícios nobres, e que quando fossem concedidos devia ser debaixo dessas condições.”*⁶⁹

⁶⁸ O quadro de cartas de datas e sesmarias de São Luís mostra o notável aumento de lotes urbanos, a partir de 1784. MOTA, Antonia da Silva. *As famílias principais. Redes de poder no Maranhão Colonial*. São Luís: Edufma, 2012, p. 93.

⁶⁹ MARQUES, César. op. cit., p. 446.

Sociedade

A discrepância entre o conforto nos sobrados e as carências da população pobre é comprovada quando o Governador, depois da posse, em 1787, ao examinar a cidade, dentre outras observações, *“viu a ruína da única fonte pública que tinha esta cidade para socorrer os seus numerosos habitantes, viu as ruas intransitáveis, sem calçadas e com barracas, os terreiros e praças públicas cheias de matos e taboca, e com admiração viu pela primeira vez uma cidade sem pelourinho.”*⁷⁰

Chegado na Província naquele mesmo ano, Gaioso pode classificar, naquele fim de século, a população de São Luís, *“conforme as notícias que tenho dos últimos numeramentos feitos pelos róis da desobriga, não chegava a trinta mil almas.”* Quatro anos antes da independência do Brasil, ele descreveu a organização social maranhense, dividindo os habitantes em cinco classes.

A classe mais poderosa, dos filhos do reino, ocupante dos cargos de maior importância da administração pública, formava a burguesia enriquecida pela exportação dos produtos agrícolas e importação de manufaturados europeus.

O segundo segmento social, dos nacionais ou descendentes dos europeus estabelecidos no Maranhão, geralmente conformados com sua exclusão dos quadros administrativos, preferia passar grande parte do ano retirado em suas fazendas. Obtinham minguados lucros do produto de sua lavoura pela falta de estreito contato com a Capital, necessário para participar de um comércio ativo e possíveis transações com o interior da capitania, com as capitanias vizinhas e com a Europa sem a intermediação de negociantes ou comissários. A preferência do governo pelos portugueses gerou rivalidade entre estas duas classes mais poderosas, embora referida tensão não trouxesse maiores transtornos à harmonia social, *“pela boa índole dos nacionais. Quando acontece algo que abale o sossego público, raras vezes se*

⁷⁰ *Ibidem*, p. 446.

achão compreendidos nelle os nacionaes: a origem do mal vem dos filhos do reino, e não delles."⁷¹ A política de exclusão dos brasileiros de cargos importantes da administração deu origem ao futuro menosprezo de brasileiros por portugueses, com reflexos no século XX.

A terceira classe, da geração "misturada", consequência da mestiçagem do europeu com negra (mulatos) ou com índia (mestiços), representou parte considerável da população. "*Hé comtudo esta classe de habitantes, cuja constituição é muito robusta, a que exercita todas as artes mechanicas, e todas as occupações da sociedade que requerem actividade, e que em geral os habitantes das classes superiores desprezão occuparse nellas, mais por vaidade do que por preguiça, ou talvez por huma, e outra.*"⁷²

A quarta classe, dos negros, a maioria assimilada na lavoura, uma porção menor foi usada em serviços domésticos para satisfazer o luxo, vaidade e capricho dos ricos e remediados.

Os índios, antigos donos do território, considerados como última classe, a princípio escravizada, "*graças às luzes da razão, e da humanidade, de certos tempos a esta parte, os Índios tem melhorado de condição.*"⁷³ Os aborígenes foram amparados por lei e considerados cidadãos. Em suas vilas seguiam as ordens dos seus principais, como por exemplo, na vila de Vinhaes, pequena povoação de nativos, os membros do governo municipal eram os próprios índios. Depois, o Vinhaes se interligou a São Luís, assim como os núcleos margeados pelo Caminho Grande, o Areal, a Jordoa até o Anil.

Como coroamento da defesa nativa, foi criado o cargo de Procurador Geral dos Índios para representá-los perante a Justiça em defesa a possíveis opressões.

⁷¹ GAIOSO, op. cit., p. 117.

⁷² Ibidem, p. 120.

⁷³ Ibidem, p. 121.

A esta divisão social descrita por Gaioso corresponde sua descrição dos usos e costumes da época, cujo alvo de crítica concentra-se nas três últimas classes e, ao mesmo tempo, localiza a origem do que chama de costumes corrompidos no procedimento dos brancos. A aceitação metropolitana de mestiçagem entre europeus e naturais do país teve como objetivo a constituição de uma nação harmonizada. Somada à política colonial, o crítico afirma: a *lascidão dos costumes e ardência do clima* contribuíram para o grande número de mestiços representar parte considerável da população do Maranhão. Gaioso considera as senhoras brancas muito superiores aos homens, por descansarem seus maridos "*em mil serviços, talvez superiores à delicadeza do seu sexo ... Em geral são muito laboriosas, e industriosas: trajão com gosto, e com nobreza, e tem a louvável vaidade de merecerem a preferência pela sua viveza, actividade, e poudunor, sobre todas as Senhoras das outras províncias do Brasil.*"⁷⁴ Acusa ambos os sexos das três últimas classes de incontinência, desrespeito aos princípios religiosos, frágeis diante da paixão, "*superior nelles, em hum clima tão cáldo... A maior parte destas três especies, vive em huma mancebia continuada, e o mais he que há brancos que preferem esta amizade ilícita com uma mulata, negra, ou India, ao mais ajustado casamento. Outros há que já ligados ao estado matrimonial, abandonão huma mulher formosa, e que muitas vezes fez a sua fortuna, por uma negra, ou mestiça, que certamente não merecia a menor predileção, ao negro mais feio da costa da África.*"⁷⁵

O observador justifica o iniciar-se e, muitas vezes, o coabitar dos brancos nacionais com negras ou mestiças pelo fato de terem sido aleitados e cuidados na infância por escravas, cujo convívio afetoso suplantou o preconceito. Testamentos apontam para tal assertiva. Além de beneficiados os herdeiros legítimos, muitos, na maioria, solteiros, doavam à "negrinhas", "mulatinhas", declaradas afilhadas, crias ou

⁷⁴ Ibidem, p. 117/118.

⁷⁵ Ibidem, p. 122.

adotadas, terras, gado, escravos pretos, caboclos e índios, além de dinheiro, roupas de cama e mesa, joias, objetos de uso pessoal e *“rolos de pano para o vestido de capa do casamento”* das favorecidas. O dote foi uma preocupação presente dos pais e padrinhos nos arranjos matrimoniais.⁷⁶

Práticas, atitudes e comportamentos denunciavam a desigualdade social em São Luís. Antecipar o nome de uma mulher com a palavra *“dona”* era distingui-la como pessoa respeitosa, rica, dinâmica no sentido administrativo ou político. A origem portuguesa pesava nesta carga simbólica, embora, no decorrer do tempo, negras ou mestiças, com as mesmas qualidades gozaram a prerrogativa da antecipação de *“dona”* ao seu nome.⁷⁷ A postura das mulheres brancas se diferenciava das *“misturadas”* no transitar pela cidade, no trajar, no calçar, no viver em ritmo lento de vida, em obediência a um quase ritual determinado por convenções aceitas por todos. Recatadas, as primeiras eram vistas esporadicamente, de madrugada, sempre acompanhadas, a caminho da igreja, do teatro ou, mais raramente, em visita a casa de amigas. No burburinho das ruas transitavam mulheres índias, negras ou mestiças, geralmente descalças, algumas *“ricamente vestidas, e carregadas de huma taboleta de ourives de ouro ao pescoço... Outras há que nem camiza úzão, e apenas por compustura deitão a camiza que he curta, a que chamão cabeçaço, a roda do pescoço.”*⁷⁸

Os valores europeus foram impostos aos donos da terra e aos escravos, sem grande significação a ambos os dominados. Nenhuma necessidade física, estética ou moral de usar sapatos ou cobrir o tórax com camisas, bastando colares, hábito usado como adornos pelos índios e africanos. Nos idos do século XVIII

⁷⁶ Alguns testamentos, entre 1741 e 1754, foram arrolados por Abranches, op. cit., no capítulo *“A cesta da noiva”*, cuja transcrição dos bens deixados apontam para doações a moças, inclusive para jovens desvalidas do Recolhimento do padre Gabriel Malagrida.

⁷⁷ Ver CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas*. São Luís: Café & Lápis: Fapema, 2010.

⁷⁸ GAIOSO, op. cit., p. 123.

ainda circulavam pelas ruas de São Luís mulheres cujos cordões de ouro tremulavam entre os seios expostos, com a mesma naturalidade como eram exibidos rostos, braços, pernas e pés. A proliferação de mulatos em São Luís, como falou um viajante, era o sintoma da *‘libertinagem’* e do amor desordenado dos brancos pelas mulheres de cor.

Do meado do século XVIII em diante, a cidade beirando seus dezessete mil habitantes, o movimento pelas ruas de São Luís foi aumentado pelas idas e vindas de comerciantes, caixeiros, escravos, carroças, cavalos e tudo mais exigido pelas relações sociais, transações comerciais e culturais da cidade, despontando para uma nova fase de seu processo de colonização.

Considerando a pequena sociedade de São Luís, reduzida à monotonia de uma rotina semelhante às outras cidades coloniais brasileiras, qualquer oportunidade fugindo à rigidez do cotidiano era motivo de festa ou pretexto para gozo do lazer. Predominavam oportunidades oferecidas pelo calendário religioso, embora solenidades cívicas por iniciativa de particulares, um motivo eventual ou mesmo sem pretexto algum, artesãos, pequenos comerciantes, livres ou cativos passavam o tempo de descanso cantando e dançando ao som da viola, da flauta ou do tambor. Nas procissões, todas as casas das ruas por onde passava o andor brilhavam pelas lanternas, lamparinas e archotes para aplaudir o alegre desfile em tom quase carnavalesco. A cada ano, novidades eram agregadas nas festas religiosas. Em 1777, parada de tropas e salvas foram acrescentadas na festa de São Sebastião.

Com certa hierarquia, religiosos à frente, seguidos dos portugueses, depois, caminhando com seu natural rebolado de quadris, entre filas de soldados e pobres livres, escravas negras, negros e grande quantidade de mulatos, acompanhavam o cortejo.

Em outubro de 1784, o desembarque de um bispo, com tiros de artilharia, deu motivo a festa, com entrada solene na cidade, por uma porta simbólica, na Rua do Sol, esquina com

São João, cujo arco, “com a pompa da riqueza e a magnificência da arquitetura”, às expensas da Câmara, continha um altar ricamente ornamentado onde o aguardavam, o governador, a câmara, a nobreza e o povo. O bispo, montado em um belo cavalo, foi saudado pelo sargento-mor ao pé do arco. A autoridade eclesiástica, debaixo do pátio, desceu a Rua do Sol, ao som do canto *Ecce Sacerdos Magnus*, passando por um arco financiado por comerciantes e outro por artistas. Portas e janelas enfeitadas e a rua coberta de murta e flores. O homenageado montou outro “ginete ajaezado a capricho”, conduzido pelo governador até a Catedral.

Com o aumento populacional e a dinâmica nos negócios, a capital da Província foi brindada com o acréscimo de imóveis, inclusive pelos grandes fazendeiros, que viram na construção de casas possibilidade de investimento lucrativo. Conforme inventários analisados por Antonia Mota, além de suas residências, diferenciadas pela localização – Largo das Mercês, do Carmo, Praia Grande, próximo ao porto, das repartições públicas e igrejas - muitas edificações para aluguel fizeram parte do patrimônio arrolado por inúmeros endinheirados. A segregação social se definia por bairros, por área construída, pelos materiais aplicados nas construções, pelo número de andares, e até pela decoração do interior das moradias. “O ‘recheio’ das casas variava conforme a renda e a cultura da família.”⁷⁹

A decoração dos solares distinguia os ricos: móveis, como baús, camas, armários, cômodas de até cinco gavetas, bancas, mesas de jantar, não raro, com doze cadeiras, cristaleiras, bufete, mesas de centro com pés entalhados, caixas de costura ou para mantimentos diversos; oratórios com santos em estilo barroco, em madeira e ouro ocupavam os diversos ambientes dos sobradões, adornados com castiçais, serpentinas com braços retorcidos sustentando várias velas, imagens, crucifixos, relógios de parede, bandejas, vasos de cristal, de porcelana, floreiras e outras peças decorativas.

⁷⁹ MOTA, op. cit. p, 202.

Famílias de menor estatura também possuíam algumas dessas peças, porém o diferencial estava na qualidade dos móveis ou objetos. Em vez de moscovita (couro da Rússia), madeira nobre, palhinha importada, ouro, prata, cobre, cristal ou porcelana, os móveis eram de madeira da terra, utensílios de ferro, arame, latão, casquilho, vidro e pó-de-pedra.

Em contraste com os remediados ou pobres, que dispunham do essencial e mais simples para seu descanso, a minoria rica usufruía do macio das redes, tecidas com linha esterlina, ou camas envoltas em lençóis e almofadas de puro linho, bordados a mão, fronhas para travesseiros de pluma. A mesa, coberta com fina toalha e guardanapo adamascado em desenhos combinados, era posta conforme a refeição a ser servida. O aparelho de chá ou café – xícaras, pires e pratinhos de sobremesa, açucareiro, manteigueira, bule, leiteira e fruteira – ou o de jantar – prato raso e fundo, terrina, travessas de muitos tamanhos, sopeira - de porcelana, traziam desenho artísticos, embelezados com as taças e copos de cristal reluzentes como os talheres de prata, rigorosamente lustrados e servidos em bandeja de prata, pela escravaria.

As cozinheiras dispunham de panelas, caldeirões, tachos, bacias em cobre, além de moringas, garrafas e potes disponíveis para a feitura dos quitutes, ao gosto dos “barões”.

Os remediados possuíam algumas peças essenciais, de material inferior, ferro, arame, e os pobres, escravizados ou miseráveis, às vezes, morando em casas de madeira cobertas de palha, uma panela, um tacho e uma caixa para guardar miudezas, também acondicionava uma rede barata, uma coberta ou um lençol de bertanha.

Os modos de viver, vestir, comer delimitavam a distância social entre os prósperos habitantes de São Luís, remediados e pobres.

Economia

O grande interesse da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em promover a cultura do algodão para exportação e para consumo interno sob a forma de fio, rolo ou tecido deu consideráveis resultados, assim como, em 1765, o arroz branco de Carolina representou bons lucros. De 130 sacas de algodão produzidas em 1760, foram registradas 29.799 sacas em 1800. Em 1766, produzidas 2.847 arrobas de arroz e, em 1773, a produção beirou 100.000 arrobas, enviadas para o Reino em quinze naus. Vários engenhos e máquinas, usados para facilitar seu beneficiamento e o primeiro engenho d'água, instalado em 1766, em Santa Filomena do Cutim, duas léguas distantes da cidade, movimentaram a primeira fábrica de soque de São Luís. A expansão das atividades comerciais correspondeu ao maior fluxo de pessoas e diversificação de atividades na cidade.

Desde as primeiras décadas do século XVII existe referência do cultivo do arbusto denominado anil, cujas folhas, depois de algum tempo de molho, se desfazem em uma tintura azul. A alusão ao aproveitamento da planta com fins comerciais deu-se a partir de 1770. Muito usado na tintura da seda, da linha, da lã e do algodão e, misturado com outras cores, resulta em grande variedade de tonalidades. Na época de atuação da Companhia pombalina aconteceu uma intensa plantação no sítio que tomou o seu nome, o futuro bairro do Anil. Não há registro da boa qualidade da tinta e talvez isto justifique o abandono da cultura em grande escala, pouco procurada no mercado. Algumas pessoas continuaram seu cultivo doméstico usado na tintura do fio para fabrico de redes de dormir e de transporte, cuja técnica da tecelagem foi ensinada pelas negras de Cabo Verde. Em São Luís, a água de anil continuou sendo usada pelas engomadeiras para dar à roupa uma cor azuladamente disfarçada.

Outra indústria foi incentivada na época pombalina: a produção local da seda. Algumas famílias, especializadas em fiar casulos e tratar dos bichos, vieram para São Luís e um mestre de campo importou grande porção de bichos e fez considerável plantação de amoras. O empreendedor conseguiu acasalar certa quantidade dos insetos, chegando a produzir alguns quintais de seda, oferecidos ao monarca Dom José I e com os quais o Soberano mandou fazer uma roupa. Talvez pelos insetos não se aclimatarem, a terceira geração de ovos não fecundou e a indústria da seda não prosperou.

O volume de exportação requeria espaços adequados no porto. Em 1784, ainda existiam chãos vazios na Praia Grande, dificultando a descarga dos navios. Entre os baluartes e a cortina do Forte de São Phelippe, um fosso era invadido pela maré enchente e, quando vazava, a lama impedia a circulação entre aquele lado da cidade e a Praia Grande. O mar escavava a base da grande muralha e ao mesmo tempo açoreava o porto a cada ano. Até 1717 as naus ancoravam sem perigo de encalhar e, em 1799, os navios não mais atracavam no surgidouro próximo ao Desterro e fundeavam com dificuldade no porto defronte do Baluarte. Além do prejuízo ao comércio, o pântano, desde o Baluarte até os Remédios, era foco de mosquitos prejudiciais à população. As epidemias agrassaram São Luís, fruto das pútridas emanações daquela orla da cidade. Epidemias de varíola, sarampão, febre amarela, cólera, febre cataral e febre perniciosa, assustavam a população pelas constantes recidivas.

A Casa das Canoas, de propriedade de Sua Majestade, ficava perto do antigo açougue velho, entre a Praça do Mercado e as praias do Portinho. A abertura desta casa aponta para a importância da navegação e dependência do velejar costeiro da própria Coroa, contudo, inoperante, quando se tratava de medidas efetivas. Os transtornos diários se agravavam e, no decorrer do século, nenhuma das propostas da construção de um cais, a partir do Forte até a praia das Mercês, foi cogitada. Postas em prática,

*“estaria realizado pela eficaz cooperação que encontraria por parte do comércio, pois que proporcionaria comodidades para o estabelecimento de armazéns e edificação de uma Alfândega.”*⁸⁰

A intensificação da lavoura e a necessidade da guarda e venda da produção agrícola premiu o governador a mandar organizar um terreiro público, pelos idos de outubro de 1789. Em janeiro do ano seguinte, a Coroa pediu ao Governo do Maranhão a planta do terreiro e de um cais, recomendando os proprietários a levantarem seus prédios, a fim de formar uma praça regular. A edificação de um cais defronte da alfândega foi autorizada pela Metrópole, recomendando seu prolongamento pelos proprietários naquelas proximidades, com a finalidade de formar uma praça de quarenta metros de comprimento. O protesto de moradores contra as construções fez adiar a urbanização da Praia Grande até o século XIX.

Depois da extinção da Companhia, seguidos ainda os rígidos princípios da economia lusitana, o Maranhão exportou quatro vezes mais que importou. Foi a época florescente das grandes fortunas maranhenses e avultados lucros a firmas inglesas.

Aumentado o poder aquisitivo da população, a cidade pulsava com movimentado comércio de secos e molhados, a grosso e a retalho em lojas ou tendas. Chamavam secos, farinha e comestíveis e molhados, presuntos, paios, chouriços, queijos, sardinha, castanhas, ameixa, azeitonas, cebolas, alhos, alecrim, louro. Para o Reino iam farinha de mandioca, melão, coco, gengibre, cacau, goma, doces, abanos, cuias, papagaios e outras aves, bugios, saguis, fora a grande exportação de algodão, arroz e couro.

Para ampliar suas transações, a lavoura, o comércio e a indústria careciam de estabelecimentos de crédito. A Metrópole reconheceu a necessidade e concordou com a abertura de um banco, porém, sem efetiva ajuda. Em reunião, a 17 de fevereiro de 1800, o Presidente da Província sugeriu aos mais abastados a organização de uma caixa de crédito, recusada, pelos baixos

⁸⁰ MARQUES, César, op. cit., p. 165.

lucros oferecidos aos acionistas, e o assunto foi encerrado por vinte e oito anos. Os juros seriam de 3% nas ações, enquanto o lucro no comércio era de 30%. A capital continuou sem um único estabelecimento bancário por todo o século XVIII, o povo e o Estado dependentes dos endinheirados, através de suprimentos com altas taxas de juros. O Estado contraiu avultados empréstimos ao famoso comerciante apelidado de Barateiro, chegando a dever oitenta contos de réis.

O desenvolvimento da economia maranhense alavancado pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão intensificou os laços políticos e culturais da sociedade com a Metrópole, esmaecendo o sentimento nativista dos maranhenses com interesse agroexportador, especialmente porque a maioria dos burocratas, altos funcionários públicos, comerciantes e a elite local era de portugueses. A necessidade de comunicação foi respondida pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos, em 1797 e reiterada em fevereiro de 1798, mandando organizar os serviços de correio do Maranhão. Outros fatores, como a separação administrativa do Brasil desde 1621, maior facilidade de comunicação com a Metrópole, a formação educacional dos filhos das famílias ricas, em Lisboa ou Coimbra, intensificaram o lusitanismo maranhense, transformando São Luís em uma cidade de elite letrada, no século seguinte. Na última década do século, a Provisão Régia constituiu uma banca para julgar pessoas que soubessem ler, escrever, contar e conhecedora do catecismo e hábeis para exercer o magistério para regerem uma terceira escola em São Luís. Em julho de 1794, os filhos de colonos frequentaram uma escola aberta.⁸¹

Em 1798, a Coroa nomeou o primeiro físico-mor para o Maranhão e no mesmo ano, uma Carta Régia agraciou São Luís com o Arsenal de Marinha.

⁸¹ A banca foi constituída pelo ouvidor e corregedor e dois mestres régios, sendo um eclesiástico. O professor, com ordenado de Rs. 100\$000 anuais pagos pelo cofre do subsídio literário.

Artes

O ligeiro progresso da colonização na primeira metade do século, aos poucos, abriu espaço a pessoas vocacionadas às artes plásticas e José Luís da Rocha encabeçou a lista de artistas maranhenses, cujas habilidades abrangeram a pintura e a arquitetura, civil e militar. A este ludovicense nascido em 1744, são atribuídos



os desenhos das fontes das Pedras e do Ribeirão.⁸² Os mais afortunados mostravam riqueza construindo boas moradias e, como exigência do *status* social, exibiam retratos pintados a óleo em suas salas. No campo da arquitetura, muitos prédios públicos e residências testemunham a preocupação estética do arquiteto setecentista, em São Luís. As casas e sobrados, embora com o mesmo modelo de fachada, se diferenciavam pelos variados tipos de arcos e adornos nas janelas e portas, rendilhados de ferro das sacadas e bandeiras, nenhum igual ao outro, cercaduras, batentes em pedra e escadas e corrimões trabalhados em madeira e sempre buscando suplantar o vizinho, em beleza. Somente no século seguinte as fachadas seriam revestidas de azulejos.

⁸² COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Geia, 2005, p. 170 e 171.

Em matéria de arte cênica, os religiosos foram os pioneiros. Em 1758, a população católica, *de confissão e comunhão*, registrada na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, era de 475 homens brancos, 1.161 mulheres brancas, 2.311 escravos ou forros e 2.874 mulheres escravas ou forras, o que justifica o dinamismo dos religiosos da Companhia de Jesus ao acompanhar a evolução, conservando sua pedagogia de catequizar, utilizando o teatro. O evangelho, a vida dos santos, dentre outros temas continuaram suas apresentações em São Luís. Com licença concedida para serem encenadas na Igreja do Colégio do Maranhão, foram aplaudidas as peças, “Vida e Conversão de Santo Inácio”, “A Fidelidade de Leontina”, “Santo Adrião” e “Aman”, de autoria do padre Gabriel Malagrida. Talvez para plateia mais restrita, constou do repertório do teatro jesuítico da capital, a comédia em latim, *Silentium Constans*, de autoria do padre Jerônimo da Câmara.

Tentativa da construção de um teatro leigo deveu-se a um Alvará de 17 de julho de 1771 aconselhado pelo governo “o estabelecimento dos teatros públicos bem regulados, pois que deles resultava a todas as nações grande esplendor e utilidade, visto serem a escola, onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor da pátria, do valor, do zelo e da fidelidade, com que devem servir os soberanos.”⁸³ A Metrópole sugeriu, mas não ofereceu nenhuma ajuda material para o empreendimento. A população, ávida por diversão e estimulada pelo alvará, trabalhou no sentido de atender à recomendação da Metrópole, construindo uma casa de espetáculos nas imediações da igreja da Misericórdia, no Largo do Paço, mais tarde, destruída por um incêndio. De frente do Quartel de Polícia, atual Rua Herculano Parga e um na Praça das Hortaliças, hoje, Mercado Central. Essa primeira experiência teatral laica teve duração efêmera.

⁸³ MARQUES, César, op. cit., p. 595.

Dos escritores do século XVIII, mais preocupados em registrar informações, fatos e documentos, figura Bernardo Pereira de Berredo, autor do livro *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, com levantamento histórico desde o descobrimento até o ano de sua posse, 1718, como governador do Maranhão, preferindo silenciar os acontecimentos do seu governo, terminado em julho de 1722. O militar, conselheiro de D. João V, expressou a mentalidade do colonizador, com informações detalhadas sobre os conflitos, o poder de mando, descobrimento e problemas de ocupação do território. Varnhagen o considera justo, reto, grave, consciencioso e, sobretudo, caridoso, embora critique sua afetação.

Concernente às letras, fora os religiosos, raras pessoas se mostraram amantes da leitura. Quando da expulsão dos jesuítas, em 1760, foram tomados da livraria do Colégio Nossa Senhora da Luz três mil volumes, *grandes e estimáveis de todas as ciências e faculdades*; do Colégio da Madre de Deus, seiscentos, *escolhidos e especiosos*; outros tantos do Convento de Nossa Senhora do Pilar de Alcântara e do Seminário de Aldeias Altas e levados para o Bispado. Jogados no chão úmido de uma sala e, pela falta de uso, todo esse acervo terminou danificado. Não há documentação que acuse o funcionamento de biblioteca pública em São Luís no decorrer do século XVIII.

Em março de 1789, o governo do Maranhão mostrou a necessidade do estabelecimento do Correio, que também servisse para venda de livros. Em 1802, um documento alusivo à referida atividade indicava a venda de livros nos Correios de São Luís, embora nove anos depois o Governador tenha participado a Corte, *“que a extração de livros dificilmente poderia ter o êxito, que se desejava, atenta a indiferença, ou para melhor dizer, repugnância destes povos a toda a qualidade de aplicação literária...”*⁸⁴

⁸⁴ Ibidem, p. 235.



O comércio de livros em São Luís era praticamente nulo, em parte, face às restrições impostas na Alfândega de Lisboa, onde os pacotes eram revistados e se o livro fosse considerado de leitura nociva, o dono o perdia.

Essas dificuldades foram amenizadas a partir da segunda metade do século XVIII. O número de imponentes construções, o mobiliário, o trânsito das famílias na Europa, o luxo, as joias, as festas, mudança de hábitos seguindo os ditames de além-mar e muitos outros elementos presentes na sociedade apontam para o aumento da riqueza, refletindo, especialmente, no cultivo das letras, disseminado pelos jovens de famílias abastadas no retorno de universidades portuguesas, francesas e inglesas.

Grande é a variedade de grades a enfeitar o casario.
Foto Edgar Rocha

SÉCULO XIX
A ERA DO CASARIO





A cidade de porcelana

Como reflexo da política mercantilista do século XVIII, o Maranhão figurou entre os exportadores de algodão para a Inglaterra, canalizando grandes lucros até as duas primeiras décadas do século XIX.

Amargas foram as impressões deixadas por Bernardo José da Gama (1782-1854), aportado em São Luís, em 1808, como Juiz de Fora da Província e membro do Governo Provisório, entre maio a novembro de 1811. Observando a pequena cidade, composta de duas freguesias *“as quaes em sendo de brancos só a décima parte; mas toda a força da população acha se espalhada pelas Fazendas,...daqui vem o achar-se as ruas da Cidade quase sempre desertas, e raramente avistar-se nelas hum homem branco”*, Gama considerou a cidade fúnebre. Com as chuvas, a maior parte das ruas ficavam intransitáveis, *“conduzindo muita quantidade de terra para o Anchoradouro dos Navios... na entrada hua vista escura e tosca... cortando a passagem publica com hum medonho despenhadeiro, e cavidade de quarenta palmos de altura, como he a que circunda a Cadea, o Jardim do Governador, e o do Bispo, etc.”*⁸⁵ Sem segurança, pela fragilidade das fortalezas de São Marcos e da Ponta d’Areia, *“únicas que goarnecem o Anchoradouro”*; a iluminação dos faróis de Santana e Itacolomi, organizados em 1803, não passava do fogo de lenha no alto do pedregulho. Sem trapiche para carga e descarga dos navios; sem *“hua caza de Alfândega nem de Inspeção do algodão”*, nem hospital de misericórdia nem casa de expostos ou outra obra pia, somente o hospital Militar e um prédio *“feito à custa da Fazenda e dos miseráveis Índios... para distrahir-se grandes somas, de que nunca se derão conta, e para servir o mesmo Edifício de Hospedaria para os Generaes interinamente residirem antes e depois de*

Sobrados na
Rua Portugal.
Foto Edgar Rocha

⁸⁵ GAMA, Bernardino José da. *Informações sobre a Capitania do Maranhão dada em 1813*. 2ª. Edição. São Luís: 360º. Gráfica e Editora, 2013, p. 44/45.

governar.”⁸⁶ A Câmara encarregou um médico de assistir os enfermos pobres, com salário anual de quatrocentos mil réis, pagos “inutilmente, sem serem os pobres curados, e nem ao menos vistos por este ímpio Médico”. Cidade sem escolas⁸⁷, sem teatro, nem passeios, sem lugares aprazíveis ou estradas públicas, edifícios nobres ao lado de casas de palha, a opulência “misturada no meio da maior baixera...” O pó vermelho e fino levantado das ruas da cidade e dos arrabaldes e as estradas sem nivelamento dão “ideias barbarescas, e hum não sei que de melancólico... e por falta destes intretimentos tenha muito contribuído, para que se devirtão com intrigas, cabalias, e desordens, que tanto tem inquietado o Ministério.”⁸⁸ Ao lado do total abandono de São Luís, “os grandes interesses, que lhes rezultão daquele começado Comércio, não lhes ocorre outra idea, se não o plantar muito, para exportar muito, sem advertir que por muito poderosa que seja a Agricultura, vem toda a sua produção a consumir-se nos altos preços por que mandão a Europa comprar todas as necessidades da vida...”⁸⁹

Estes ganhos refletiram no desenvolvimento da capital, atraindo muitos jovens de Portugal, sedentos por instaurar seus comércios. A política de D. João VI de incentivo ao estabelecimento de indústrias no Brasil proporcionou a instalação de curtumes, fábrica de anil, de sabão, de velas, azeite, soque de arroz, a primeira fábrica a vapor de pilar arroz, quatro refinarias de açúcar e duas prensas de algodão em São Luís.

O crescimento no volume dos negócios e o aumento de comerciantes compeliram colonos mais abastados a promoverem benefícios à cidade, refletindo na expansão e embelezamento urbano com o calçamento de ruas e substituição de construções precárias por edifícios de pedra e cal, fruto

⁸⁶ Ibidem, p. 47.

⁸⁷ A Carta Régia de 1 de maio de 1800 concedeu bolsa anual de Rs 250\$000 a quatro jovens para estudarem em Coimbra, Matemática, Medicina e Cirurgia.

⁸⁸ Ibidem, p. 48/49.

⁸⁹ Ibidem, p. 54.



da ação de comerciantes e senhores de terra de grande fortuna gerada pelo trabalho escravo. Sobrados em estilo colonial clássico português foram levantados, obedecendo a um projeto comum, destinados a comércio e residência, cujo conjunto adquiriu a monumentalidade, tanto em termos arquitetônicos quanto urbanísticos, antes privilégio dos palácios.

Sobrados com ricos adornos vindos de Portugal, de dois, três ou até de quatro andares, alguns com mirantes, na maioria, fachada revestida de preciosos azulejos portugueses, alguns com piso de lioz trabalhado em cantaria, altivos balcões e varandas herdados dos árabes, portas alinhadas com arcos em ferradura lembrando Marrocos, com ombreiras, ver-

Mapa de São Luís, em 1844. Reprodução de O Maranhão no Centenário da Independência, de Ribeiro do Amaral.

gas e barras da mesma pedra completam a elegância com rendadas grades de ferro batido e forjado, soberbos frisos e cujos beirais, terminados com telhas, tipo pagode chinês, representam a transformação da vida da cidade, com a ascensão e o poder da classe enriquecida com o comércio. Os maiores sobrados dispunham de até cinco portas. A entrada central, às vezes diferenciada das laterais por algum detalhe em cantaria, antecedia o vestíbulo, peça de ligação às áreas internas e ao exterior. Sobrados mais luxuosos tinham seus vestíbulos de pisos trabalhados com desenhos em pedra de lioz e seixos rolados, formando bandeiras, arabescos ou outros motivos. A escada para os altos, com corrimão de madeira arredondada, sustentado por colunas de madeira torneada ou rendados em ferro, dava acesso aos andares superiores por degraus de pau santo. A maioria das escadas com acesso ao porão de alguns prédios era tosca ou de pedra bruta. Na parte superior do vazio central da escada que serpenteava os andares, a iluminação partia da luz da claraboia ou telhas de vidro salpicadas no telhado.

A ocupação desses sobrados obedeceu a certa hierarquia: a parte térrea, reservada para o comércio de lojas, armazéns e depósitos; no primeiro pavimento, vãos amplos divididos por arcos com bandeiras de vidro e grades de ferro, soalhado com tábuas largas sobre barrotes, um módulo reservado ao escritório do proprietário e a maior parte à residência da família, dispunha de sala, quartos, varanda e cozinha; o segundo pavimento, com as mesmas divisões do primeiro, destinava-se à residência dos caixeiros e hospedava fregueses vindos do interior para as compras, viajante ou pessoas amigas procedentes de fora da Província; no porão, moravam os escravos.⁹⁰

A funcionalidade se uniu à estética. Óculos com grades em ferro rendado instalados nas cozinhas, ofereciam aeração e

⁹⁰ Por muito tempo, os quartos escuros faziam medo às crianças por guardarem histórias de pesadas lembranças.

luz, além da beleza do detalhe. A combinação harmônica de vidros coloridos nas bandeiras das janelas filtrava a luz solar, banhando os ambientes com a alegria das cores. Alguns forros dos cômodos mais nobres, além da beleza dos desenhos intercalados de treliça, permitiam grande aeração. As janelas, vazadas de rótulas ou venezianas na parte inferior, ventilavam e guardavam a privacidade contra os olhares da rua; na parte superior das janelas, a vidraça transparente deixava entrar a luz solar e evitava a água da chuva no interior das residências.

Os mirantes, em alguns sobrados, ofereciam: iluminação e ventilação para a parte central do imóvel; visão da paisagem inspiradora dos poetas; controle e sinalização às embarcações por interesse comercial. Era também lugar de repouso, isolamento de doentes ou de donzelas voluntariosas. Um dos personagens de Aluísio Azevedo, em *O Mulato*, empregado da loja, dormia no mirante. O mirante, integrado à fachada do sobrado, infunde certa imponência, lembrando as torres ou torreões dos castelos antigos. “O mirante constitui o coroamento final da composição arquitetônica, definindo a paisagem em sua amplitude inter-relacionando o espaço ao seu nível, à sua altura, produzindo conforto visual, liberdade mental, tornando o sobrado um veículo de sedutora urbanidade com sua forma plástica, simbólica...”⁹¹

Um cômodo era destinado para a vaza da casa, transportados os dejetos até a maré, nos cabungos de fezes pelos escravos, os tigres. Outro quarto reservado para o banho de cuia com água em baciões ou por imersão em tinas ou alguns proprietários improvisavam um cômodo no quintal ou ao lado do poço. Em alguns casos, o poço servia para duas ou mais casas com abertura nas divisas dos lotes. Duas peças das casas – banheiro e quarto da vaza – mostram o modo de vida dependente do sistema escravista, de implicações diretas na urbanidade dos edifícios. O escravo fazia o papel do esgoto,

⁹¹ VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzetti de. *Urbanidade do Sobrado. Um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís*. São Paulo, Editora Hucitec, 2006, p. 143.

do abastecimento d'água quente ou fria no quarto de banho, do ventilador, do transporte na cadeira, da mamadeira com o leite da negra etc. O negro, em relação direta com a arquitetura e fazendo parte da paisagem.

A senzala variava de local, forma e tamanho, conforme a constituição do prédio, a estrutura do sobrado, casarão, morada inteira, meia morada. Aquelas instalações expressavam o número de escravos e de pessoas de maior ou menor posse. Rés ao chão nos fundos das lojas, nos porões, num rancho, construção rústica, retangular, de taipa, coberta de palha, nos fundos do quintal ou outro modelo onde fosse possível acorrentar o negro. Lembrando Viveiros Filho: “urbanidade e escravidão são incompatíveis, mas coexistiram, traduzindo a ‘união’ da civilidade com a incivilidade no processo da longa etapa de formação histórico-social brasileira”.⁹²

Fora da Praia Grande, cuja compactidade dos terrenos exigiu a verticalidade dos sobrados, outros locais, além de sobrados, tiveram grandes e belas moradas térreas, internamente semelhantes às divisões e decoração dos sobrados, acrescentados quintais com frondosas árvores frutíferas. Não raro, nos quintais, carneiros, porcos, perus e galinhas ciscavam à sombra do arvoredo. O verde dos quintais amenizava o calor, deixando a cidade muito aprazível.

O aumento de construções de casas de comércio e moradias preenchiam antigos terrenos vazios, delineando melhor as ruas. J. Veiga, por iniciativa própria, elaborou uma planta da cidade. O *Jornal do Comércio* de 1º de agosto de 1860 comenta a exatidão do mapa, não esquecendo um só detalhe, tais como, os chafarizes, o pelourinho e outros detalhes. Ainda no mesmo artigo: “Os engenheiros que enchem esta cidade de planos, etc., não satisfariam talvez, tão bem como o sr. Veiga que não possui um título de mestre-de-obras, de

⁹² Ibidem, p. 144.



arquiteto de estradas, de pontes e calçadas.”⁹³ Frisa também o artigo o mérito do autor sem usar os “dinheiros públicos ajuntados com novos tributos e impostos onerosos com que se acha sobrecarregado este infeliz povo.”⁹⁴ O mapa foi litografado na Inglaterra e vendido a dois mil réis o exemplar na firma Moon & Companhia ou na própria residência do autor.

Mapa da cidade de autoria de J. Veiga, 1860. Biblioteca Nacional

⁹³ *Jornal do Comércio*, 01.08.1860. In: MELLO, op. cit. p. 95.

⁹⁴ Ibidem, p. 96.

Em 1865, a Câmara Municipal substituiu nomes antigos de algumas ruas por nomes de maranhenses e brasileiros notáveis e de feitos heroicos, todavia, caindo no esquecimento popular.⁹⁵

A sociedade carecia de festas. Quarenta e cinco anos depois da Independência do Brasil, no 1868, a Sociedade dos Patriotas Anônimos planejou acordar as famílias do entorno do Largo de São João com salva de tiros, foguetes, subida de um balão e início de um desfile com autoridades, empregados públicos, negociantes, alguns oficiais da Guarda Nacional, principiado por um carro com um *índio, entesado*, levando o estandarte nacional e uma alegoria com a figura do Imperador e frases como *Independência ou Morte e vivas ao 28 de Julho*, aos Heróis da Independência e à Constituição do Império. Das janelas, flores e aplausos. Entre os largos de São João e dos Remédios, várias paradas com discursos, acrescentadas poesias, no término da andança matutina. A Sociedade da Vitória não deixou por menos: todos os membros de branco com fitas verde/amarelo nos chapéus a desfilar em plena tarde. À noite, a elite ludovicense, rigorosamente bem trajada, compareceu ao Largo dos Remédios, clareado com lanternas chinesas para apreciar os fogos de artifício e um segundo balão a iluminar os céus maranhenses. Desta vez, não houve no portão do Palácio, como de costume e à meia noite, reverência ao retrato do Imperador.

A população da cidade era mais diversificada. Os habitantes posicionados entre os ricos e os menos favorecidos, os intermediários constituíam uma fatia da sociedade hierarquizada, indo desde bacharéis, médicos,

⁹⁵ A Rua de Santana, Gonçalves Dias; a de São João, Odorico Mendes; a das Violas, Gomes de Souza; a do Egito, João Lisboa; a das Hortas, Brigadeiro Falcão; da Manga, Tamandaré; a Nova do Cano, Barroso; a da Cascata e parte da Inveja, Rua Riachuelo.

engenheiros, matemáticos, com possibilidades políticas e projeção intelectual, até artífices, músicos, professores, pequenos comerciantes, caixeiros, outras ocupações até os marginais. Esta gradação de pessoas com maior ou menor posse refletiu no tipo de moradia, explicada na constituição das ruas da cidade colonial: sobradões, sobrados, sobradinhos, moradas inteiras, meias-moradas e porta e janelas, perfazendo, nos idos de 1895, o número de 5.298 casas, em 74 ruas, 21 travessas, becos e, para lazer da população, 16 praças. Não foram incluídos os casebres nas fraldas dos bairros.

O local e o tipo de moradia correspondiam à natureza do trabalho e definiam cada grupo social. Pedreiros, carpinas, lavadeiras, carregadores, vendedoras de tabuleiro habitavam pequenas casas em travessas ou regiões mais afastadas e alagadiças. A diversidade de atividades, desde a tarefa mais simples até a mais especializada, entre livres, libertos ou escravos proporcionava um cenário urbano variado. Ao escravo eram destinadas múltiplas funções, conforme sua aptidão e isto refletia no local de moradia. O escravo de aluguel, com renda fixa ao senhor pelo trabalho a terceiros e o escravo de ganho, remunerado pela atividade na rua, nas horas de folga, ambos com participação nos lucros auferidos, muitas vezes, optavam por morar em casas alugadas.

A sede do governo não condizia com a exuberância dos novos tempos, exigindo contínuas e dispendiosas reformas.⁹⁶

⁹⁶ Dentre as inúmeras reformas incluem-se a do Duque de Caxias e a do governador Ambrósio Leitão da Cunha que, em 1863, recebeu iluminação a gás e o passeio lajeado em frente ao prédio. A grande reforma aconteceu em 1896 sob as ordens do Capitão-Tenente Belfort Vieira.

O aumento da população e dos negócios presenteou a cidade com o conjunto arquitetônico no estilo colonial português, com azulejaria em diversas cores e desenhos, sacadas com balaústres rendados em ferro forjado, esculturas em cantaria nos portais, portas, janelas e barras, entalhes em madeira, dentre outros detalhes decorativos. O século XIX foi dos azulejos, depois de abandonadas as regras pombalinas da mais enérgica economia nas obras, com fachadas simples, pintadas a ocre, em que o azulejo só era colocado internamente, mesmo porque, no século XVIII não havia a produção de azulejos em escala industrial. A moda de fachadas em azulejo, generalizada em Portugal, chegou a São Luís no segundo quartel do século XIX, sendo azulejados até prédios mais antigos, como, por exemplo, um sobrado do Largo do Carmo, edificado em 1756.

Houve necessidade dos potentados, comerciantes e lavradores em ascensão, mostrarem sua estatura social através da moradia, cada um se esforçando em edificar o mais bonito sobradão, no afã de exibir seu poder econômico e social, construindo prédios com revestimento protetor ante a fragilidade das paredes ameaçadas pelas chuvas em um clima quente-úmido e pela beleza da porcelana multicolor, muito importante no significado de grandiosidade e sobriedade buscadas. O período entre 1808 e 1856 foi o mais movimentado em termos de importação de azulejos, soleiras, portais de cantaria e de profissionais especializados em construção civil, supervisores dos trabalhos mais pesados executados pela escravaria. O azulejo foi usado em todos os tipos de edifícios, do mais imponente até a menor porta e janela. O conjunto urbano adquiriu extraordinária força plástica, com brilho e realeza, se revestindo de um material fácil de limpar, decorativo, herança mourisca ao português e seus descendentes brasileiros, aguçando o gosto pelo asseio, pela limpeza, pela claridade, pela água.



Havia sério contraste entre o magnífico casario e as poucas ruas calçadas na parte nobre da cidade. Muito vagarosamente os caminhos das zonas menos importantes foram calçados, embora permanecessem constantes reclamações acerca do desconforto nas ruas de terra. Era a gestação da utopia maranhense, sedimentada no imaginário coletivo de prodigalidade da terra e genialidade do homem, cujas raízes remontavam à visão edênica dos capuchinhos franceses, continuada na literatura dos viajantes, de historiadores e das experiências históricas vividas e decantadas por mais de um século, concretizando-se na mentalidade, nos hábitos e, sobretudo, no discurso da identidade local. Preponderou o discurso da visão idílica, abafando a voz contrária de cronistas seiscentistas, explicitada pelo Padre Vieira e, séculos depois, pelas análises de João Lisboa.

Foto de Franz Krajcberg.

Páginas seguintes majestosos sobrados no Largo do Carmo e exemplo de mirante.
Foto Edgar Rocha





Escavidão

O sistema agroexportador impunha braços para a lavoura, em atendimento ao mercado externo. No período de atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, nos pregões de São Luís, constaram doze mil negros vindos de Guiné, Cacheu e Angola. Entre 1760 e 1800 foram registradas trinta e cinco mil “peças” e, no período de 1801 a 1820, entraram por terra da Bahia e os chegados pela Baía de São Marcos, mais de trinta e seis mil.⁹⁷ O plantel, num total de cento e trinta mil almas vendidas em pregões maranhenses, caracterizou-se pela grande diversidade étnica saída de portos de embarque do Atlântico Norte e do Atlântico Sul africano.⁹⁸

Aguçados pelo desejo de enriquecimento à custa do trabalho escravo, os senhores vão escrever a página mais cruenta da história de São Luís. Antes da ereção de construções necessárias ao uso comum, em 15 de fevereiro de 1815, foi construído um patíbulo público no chamado Largo da Força, palco de muitas atrocidades. Em 1833, uma senhora em direção ao porto de São Luís para embarcar de volta à Europa, deu um depoimento registrado por Abranches: *“Um odor fétido exalava incessantemente daquela gaiola flutuante. Gritos lancinantes, verdadeiros uivos, partiam desses porões malditos. Azorragues brandiam dia e noite sobre as bestas humanas, ali amontoadas, na mais impudica promiscuidade.”*⁹⁹ Aquela cena incluiu alguns corpos lançados ao mar, talvez cadáveres ou pessoas impelidas pelo desespero ou maus-tratos. As praias não

⁹⁷ A população escrava do Maranhão aumentou consideravelmente pelo fornecimento de negros por baianos e pernambucanos. VIVEIROS, op. cit., p. 87.

⁹⁸ No auge da importação (1760/1800) chegaram em terras maranhenses negros mina, angola, benguela, congo, cabinda, mandinga, papel, bijagó, fula, balanta, cassange e nalu. MOTA, (2012) citação de Assunção contida na p. 80.

⁹⁹ ABRANCHES, Dunshee de. *O Cativo*, 2ª. Edição. São Luís: ALUMAR, 1992, p. 26.

eram utilizadas para banhos porque corpos e animais mortos exalavam mau cheiro quando as ondas os deixavam na areia.

Outro documento confirmatório de ações desumanas vivenciadas no regime escravista é um romance inspirado em realidades assistidas na primeira metade do século XIX. Uma negra, apresada em pleno trabalho na roça, deixando mãe, marido, filhos na sua doce África, inicia sua *via crucis* no navio e termina ao meio da saudade dos seus, aos maus tratos do senhor e da humilhação da perda da liberdade. Outro exemplo foi de uma escrava, liberta pelo pagamento à vista feito por seu marido ao desonesto senhor que entregou uma falsa carta de alforria e, no ato de sua viuvez, dois filhos foram vendidos aos 8 anos de idade. Os gritos dos meninos a enlouqueceram, castigos e fugas se alternaram até sua morte.¹⁰⁰



Instrumento de castigo. Cafua das Mercês. Foto Nael Reis

¹⁰⁰ REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Ed Mulheres. Belo Horizonte: PUC, Minas, 2004, p. 115 e 243.

A escravaria, genericamente nominada de “Mina”, advinha da Costa da África.¹⁰¹ Encafuada em casebres nas imediações do Portinho e do Desterro, no Beco Feliz, no Beco da Caela e no Beco do Precipício, depois era vendida. A maior parte destinada às fazendas e engenhos do interior, um menor percentual ficava em São Luís a serviço dos senhores ou em trabalhos de obras públicas, na melhoria da cidade.

A princípio, a quantidade de escravos foi superior, porém, na segunda metade do século, o contingente de pessoas livres ultrapassou o dos cativos. A sociedade, mais complexa, não se reduzia ao binômio senhor/escravo. As elites, nos salões de fantasia, fingimento e ilusão desconheciam a complexidade da sociedade. Outros segmentos, remediados e pobres, funcionários públicos, comerciantes, lavradores, libertos, brancos pobres e índios representavam o bloco dominado.

O número de negros libertos alterava a vida da cidade, embora as lembranças do sofrimento anterior estivessem muito vivas. Os constantes açoites do feitor, o caminhar para trabalhos além de suas forças, os castigos com palmatória pela vagareza presumida pelo algoz no labor, as injustiças sofridas por vingança, as prisões premeditadas e surras no tronco, para suas mulheres serem violentadas pelo verdugo, o levantar de madrugada ao som da voz ou do chicote do feitor, a alimentação insuficiente ou fome, o rigoroso serão depois de um dia cansativo, o dormir no chão em meaçaba ou em couro de boi, todas essas recordações deixaram marcas profundas. Afetação,

¹⁰¹ O termo “negros de mina” tem origem no local de embarque das diversas tribos – nagôs, jeje, popôs, santis, fantis, angoius, krus – no Forte de Elmina ou de São Jorge da Mina, principal entreposto português de escravos. O grupo daomeano do Maranhão, de negros jeje, fundou a Casa das Minas. NUNES PEREIRA, *A Casa das Minas. Culto dos voduns jeje no Maranhão*, 2ª. Edição. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 15.



Cafua das
Mercês,
atualmente,
Museu do
Negro.
Foto Nael Reis

imodéstia, pedantismo, vaidade eram comportamentos frequentes entre os alforriados, como reação a experiências anteriores.

Até casas pouco aquinhoadas em São Luís foram servidas por cativos. A elite aparentava opulência e prestígio social pelo número de escravos. Ser servido e reverenciado presumia nobreza: honra, dignida-

de e poder de mando. A ilusória riqueza também era exibida pelo bem vestir dos escravos domésticos. Negras de saias largas, decotes generosos, cordões de ouro quebracogote e alvos torsos na cabeça, rodopiavam pelos salões dos sobradões a servir doces em pratos de porcelana e licores em cálices de cristal pousados em salvas de prata. Tudo isto servia para mostrar fortuna às visitas, especialmente quando pessoas ilustres participavam das reuniões familiares. O tratamento aos cativos variou conforme a família, a época e o local. Os escravos também vestiam seus librés quando acompanhavam os senhores pelas ruas em dias de grande gala.

As tarefas, diversificadas: pedreiros, marceneiros, ferreiros, funileiros, dentre outros ofícios, conforme a necessidade do senhor e a habilidade do escravo. Fazia parte da receita do sobrado, o comércio de produtos dos quintais e chácaras, vendidos por cativos. Comum também em São Luís, a figura do escravo de aluguel, trabalhando para outros senhores ou para o Estado. Pedras de cantaria em grandes blocos vindos de Portugal como lastro dos

navios foram muito empregadas nas obras públicas. O preto de canga era forçado a levar nos ombros toneladas dessas peças e quebrá-las ou esculpi-las na forma de portais, moldura de janelas, degraus, batentes, pisos, conforme o projeto de cada obra. Em geral, o esforço físico despendido prejudicava a coluna vertebral e muitas hérnias se espalhavam por seus corpos deformados. A exploração das mulheres não foi menor. As escravas executavam trabalhos domésticos, cuidavam de aves, animais domésticos e domesticados, algumas eram hábeis ao dedilhar os bilros na confecção de renda de almofada, no enchimento de bastidores para varandas das redes saídas dos teares, costuravam camisas e calças de pano grosso de algodão para os escravos, dividiam ou subtraíam o leite materno dos seus rebentos para nutrir os filhos das senhoras; acompanhavam o crescimento das crianças; vendiam frutas, doces, distribuía leite ou qualquer outra atividade determinada pelo senhor. A expressão *fala como a nega do leite* veio do falatório de uma cativa, no silêncio da madrugada, acordando a cidade, quando parava de porta em porta a contar as novidades do dia anterior, enquanto vendia o leite do canjirão trazido na carroça. Ser escravo na cidade não representava trabalho menos duro que nos algodoais e canaviais. Agricultores e fazendeiros, cansados do meio rural, vinham para a capital conviver com cidadãos nas nababescas recepções, em teatro, chás, jogos ou conversas entre liberais ou conservadores, trazendo consigo os atos de selvageria, acirrados pela figura do feitor, homem bom e fiel ao senhor a quem servia e cruel ao escravo, seu subordinado. O aterrorizador de centenas de homens fortes, mentia, batia, prendia, estuprava e o proprietário conhecia seus instrumentos, vilania, covardia e vícios, mas consentia e se amesquinha por depender de sua inteligência e de seus braços. Consultor, confidente e administrador, no sobrado; instrutor, disciplinador e fis-

cal, na senzala, conseguidos com manha e maneira torpe, simples de manejar no meio dos escravos. Facções de escravos brigavam e se uniam nas senzalas, acordos e desavenças entre negros e feitores, e “em caso de luta na intimidade, dividia-se a família em partidos, que surda e ferozmente se debatiam com prejuízo da ordem e do bem-estar de todos.”¹⁰²

Em novela baseada em fato histórico, Clodoaldo Freitas descreve o envenenamento de três crianças brancas com arsênico colocado em papa, cozinhada por uma escrava e, para provar o crime, o escravo assassino colocou resto do veneno no baú da infamada, como vingança por ter sido rejeitado. Embora negasse o crime, “Joaquina foi conduzida para o largo da Trindade, com a corda amarrada no pescoço, de camisola branca, acompanhada por um padre, Frei Caetano, da irmandade do Sacramento, cercada de grande aparato de força. Ao lado dela, com um crucifixo na mão, frei Caetano rezava a Salve-Rainha.”¹⁰³ Muitos choraram ao ouvirem seus ossos estalarem, sua língua sair da boca e o rosto congestionado, na sinistra imobilidade da morte.¹⁰⁴ O Largo da Trindade foi palco daquela cena desumana porque o primeiro patíbulo público levantado na cidade, em 1815, no Largo da Forca, por ordem da Câmara, em 1820, foi transformado em mercado de frutas e hortaliças. Largo da Forca Velha, posteriormente denominado Praça da Alegria, talvez para apagar a lembrança pesada do passado. A forca passou a ser volante. Como seus apetrechos eram guardados no Arsenal de Marinha, no Beco da Alfândega, esquina com Rua da Estrela, por questões práticas, os esforçamentos se faziam, geralmente, na Praia Grande.

¹⁰² MORAES, Nascimento. *Vencidos e Degenerados. Romance (Crônica maranhense)*. 4ª Edição. São Luís: Centro de Cultura Nascimento Moraes, 2000, p. 85.

¹⁰³ FREITAS, Clodoaldo. *O Palácio das Lágrimas*. (1910), 2ª. Edição, São Luís: AML/EDUFMA, 2008, p. 75.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 76.

No mesmo trabalho, o autor descreve o “populoso harém” de alto comerciante da cidade, onde as negrinhas eram engravidadas, logo desprezadas e, no caso de uma cobrança pelas promessas não cumpridas, a resposta era, “filho de negra não tem pai.”¹⁰⁵

Pairava no ar uma relação de amor e ódio. A amizade incondicional das mães de leite por seus sinhozinhos, sinhazinhas e sinhás ia até as confidências dos jovens e adultos. Nos tempos coloniais e no Primeiro Império a vida de relação da sociedade se fazia nas cozinhas. “O escravo era o leva-e-traz das notícias, das intrigas e dos mexericos do dia; o onzeletras entre os namorados; o capanga, o braço vingador das disputas e das rixas entre familiares; o espião dos casais ciumentos; o confidente muitas vezes dos mais graves negócios e dos crimes mais abjetos dos seus senhores.”¹⁰⁶ Ou se apaixonava pela causa ou tornava-se delator de seu senhor. O ódio recalcado contra os portugueses, antigos usurpadores, pais dos bastardos presentes em toda a cidade, aflorou na ocasião do movimento político de separação da Metrópole. Os escravos foram instrumento importante, surrando portugueses durante a noite e cercando São Luís às vésperas da chegada do Lord Cochrane. Desertaram em massa da Casa Grande, relacionando a Independência do Brasil com o primeiro passo rumo à abolição.

Tinha fundamento o rancor de negros e mulatos. Ao lado de senhoras generosas, de bom coração, a história registra a crueldade de muitas mulheres da elite social. Em certos casos, a brutal reação vingativa era produto da revolta de saber ou (pres)entir a infidelidade dos maridos com mulheres de cor. As escravas, pela própria condição servil, liberalidade e descompromisso com os pudores impostos pela religião cristã, satisfaziam os instintos libidinosos dos

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 35.

¹⁰⁶ ABRANCHES, op. cit., p. 47.

senhores. Outras vezes, senhoras de origem humilde, enriquecidas pelo matrimônio, em represália ou porque não perderam os hábitos adquiridos no meio da senzala e do fetichismo, desforravam as nódoas do passado nos seus subalternos. Alguns observadores classificaram o Maranhão como a Província mais cruel para com os escravos.

O símbolo da tirania escravagista, o pelourinho, construído em 1815, no Largo do Carmo, coração da cidade, impecável coluna de mármore retorcida, terminada por uma lança, não intimidava os negros.¹⁰⁷ Grande foi a festa de destruição da malfadada coluna, sob os aplausos de ex-escravos, abolicionistas e o discurso inflamado de Paula Duarte.

Danças e cantos nativos e africanos eram reprimidos, mas, não amedrontados. Negros de canga ou de ganho, com suas rodilhas bem arrumadas, costumavam se reunir em dias da semana na esquina da Rua Formosa com Santana e em alguns domingos antes do carnaval para cantar e batucar. As reuniões eram motivo constante de implicância dos brancos a ponto de, no jornal *Publicador Maranhense*, de 9 de janeiro de 1863, sair a seguinte nota: “Entrudo: - Sobre este inocente brinquedo, pede-se um nosso assinante, que chamemos a atenção da polícia para a grande algazarra e ajuntamento de pretos, que todos os domingos fazem no Canto Pequeno, a ponto de impedirem o trânsito das famílias.”¹⁰⁸ A posição subalterna do negro impedia a penetração nos lares. Quando o entrudo se expandiu a outras camadas sociais, a brincadeira tornou-se mais grosseira, com a invasão das casas e agressão dos moradores com jato d’água, tapioca, tinta, redundando em violência e, curiosamente, menos reprimida pelo Estado.

¹⁰⁷ A Câmara tentou transferi-lo para o Largo da Cadeia, porém o governador provincial não permitiu.

¹⁰⁸ *Publicador Maranhense*, 9 de janeiro de 1863, p. 2.

Outra manifestação cultural praticada em São Luís pelos escravos bantos e angolezes, desde tempos coloniais e reprimida pelos senhores, foi a capoeira, que passou a divertimento dos africanos, aos domingos e em outros dias, nas noites enluaradas, nos descampados ou em certas esquinas da cidade. Menos de cunho competitivo, era praticada mais como preparo físico, meio de defesa em circunstâncias de fuga, ganhando agilidade para escapar da captura. Djard Martins lembra: “Na defesa, quando descobertos, achegavam-se a um campo aberto, na capoeira, o lugar onde o mato é ralo. Lá, o escravo sentia-se mais seguro, capaz de exibir sua malícia e força. Fazia uso dos pés e braços, gingando o corpo.”¹⁰⁹ O jornal “*Diário do Maranhão*”, de 10 de janeiro de 1877, no artigo intitulado *Jogo de Capoeira*, anotou: “Tendo sido visto, por noites sucessivas, um grupo, que, no canto da rua das Hortas ao sair para o Largo da Cadeia, se entretém em experiência de força, quem melhor dá cabeçada, e de mais fortes músculos, acompanhando sua inocente brincadeira de vozerio e bonitos nomes que o tornaram recomendável à ação dos encarregados do cumprimento da disposição legal, que proíbe o incômodo dos moradores e transeuntes.”¹¹⁰ Não eram só os capoeiristas das imediações do Largo da Cadeia, do rancho de pretos da Quinta do Marajá, bairro dos Remédios, que se reuniam em São Luís. Cativos e livres formavam rodas de capoeira entre a Rua de Santana e a Rua das Flores e entre outros pontos da cidade. Essa disseminação das rodas de capoeira na capital assustava os senhores, especialmente porque, transplantada e adaptada às condições do Brasil do século XIX, aperfeiçoou as técnicas desenvolvidas por negros e mulatos, ao som do berimbau. As leis republicanas tentaram inibir os *vadios* e *capoeiras* e, com muita resistência, conseguiram ganhar ares de competição esportiva somente a partir de 1907.

¹⁰⁹ MARTINS, Djard. *Esporte, um mergulho no tempo*. São Luís, 1989, p. 182.

¹¹⁰ *Diário do Maranhão*, artigo ‘Jogo de Capoeira’, 10 de janeiro de 1877, p. 2.

Uma das maiores resistências culturais do africano, em São Luís, é o tambor de Mina. Nina Rodrigues, em 1896, entrou em contato com uma anciã jejê e outra nagô, conhecidas como negras de minas, residentes em casinhas na rua de São Pantaleão, célula primeira da Casa das Minas. Em 1937, Nunes Pereira visitou a secular casa, terreiro de entidades e cultos de origem daomeana. Naquele tempo Mãe Andresa substituíra a vigésima segunda “Velha”, na direção da Casa.¹¹¹ Quatro festas maiores, de “obrigações” e “deveres” ainda hoje acontecem no terreiro da Casa Grande: em 20 de janeiro, a de São Sebastião; em 24 de junho, a de São João; em 27 de setembro, a de Cosme e Damião e em 4 de dezembro, a de Santa Bárbara. Outras festas, como em 24 e 25 de dezembro, do culto do Natal, com danças e comidas africanas consideradas sagradas.¹¹² No domingo, após o 1º dia do Ano, acontece a festa de Pagamentos. Tecidos, bebidas e artigos de uso pessoal são oferecidos pelos Voduns aos tocadores e tocadeiras da Casa. A festa do Carnaval ou das Meninas, com dança em volta de uma travessa de acarajé, antes da distribuição de pipocas torradas e frutas para irmãos, irmãs, filhos, filhas dos Voduns e para os participantes. A festa de Badé, dia de São Pedro, com fogos, comes e bebes, liderada por Noviches, com seus vestidos azuis, cabeções bordados com renda de almofada, faixas vermelhas ou azuis, cordões de ouro ao meio de colares de contas e búzios, brincos de ouro e outros detalhes nas indumentárias oferecem um espetáculo colorido e de muito movimento com danças, ora

¹¹¹ A relação nominal das Mães memorizada por Andresa está contida em NUNES PEREIRA, op. cit. p. 26.

¹¹² Dentre as comidas: abobó, amió, agramá, acarajé, chossun, caruru, dovró e nonufon. Os principais ingredientes são: feijão branco de olho preto, dendê e farinha seca. Como complemento de algumas receitas: quiabo, pimenta malagueta, pimenta do reino, gengibre, louro, camarão e chibarro, morto na cerimônia. *Ibidem*, p. 41/42.



Sede da Casa das Minas.
Foto Edgar Rocha

pesadas com mais movimento nos braços; ora mais leves e rápidas em ritmo marcado por palmas, tambores (runs), cabaças (gôs) e ferro (ogã). Antes da festa, esses instrumentos são saudados pelas Noviches e pelos próprios Voduns. Orquestras populares da cidade com contrabaixo, violino e cavaquinhos tocam músicas profanas, resguardados às cantigas de Voduns nas danças litúrgicas e nas cerimônias do culto os instrumentos da Casa das Minas. Da mesma maneira, a reverência a um defunto é feita ao som de tambor, cabaça e ferro, cantos e, vez por outra, gritos de Voduns.

Outro terreiro é da Casa de Nagô, com semelhanças e pequenas diferenças em seus rituais como o dançar em frente ou em roda do falecido.

O grande esforço da preservação de seus cultos, usos e costumes não bastava.¹¹³ A reação dos cativos, demonstrada na organização de quilombos na própria ilha de São Luís,

¹¹³ Símbolos, como o amuleto, saquinhos de pano contendo papéis com escritos do alcorão e signo de Salomão, identificavam os mandinga, com a continuação do uso ancestral.



Foto da Casa da Minas, cedida por Dona Celeste.

garantia uma sucessão das fugas.¹¹⁴ Nas matas do sítio São Jerônimo, no Bacanga, subsistiu o quilombo da Sumaumeira, cujo nome foi derivado da grande árvore, com raízes colossais partidas do tronco, muito acima do solo e projetadas a quatro metros de distância, permitindo aos escravos armarem suas redes nos espaços formados. Rapazes abolicionistas do Diretório dos Cinco levavam alimentos aos fugitivos até escaparem para o Ceará ou para os seringaais da Amazônia. Quando os negros eram capturados, as surras eram tantas que, não raro, pereciam. Sem direito a sepultamento, eram jogados no mar com um peso amarra-

¹¹⁴ A Lei 236, de 20.08.1847 criou o Capitão do Mato no Maranhão.

do ao pescoço. A força da maré enchente trazia os cadáveres para a areia, fazendo a festa dos urubus atraídos pelos ares fétidos e empestando a cidade.

As mestiças ludovicenses, consideradas as mais belas do Norte do País, conseguiram fortuna pelo próprio trabalho. Outras negras se notabilizaram pela íntima ligação com ricos da terra. A alforriada Catarina Rosa Ferreira de Jesus, negra famosa, amealhou grosso cabedal à custa de duro trabalho, viveu com muito luxo, farta escravaria, posição de senhora branca, de elegância notada e grande poder de sedução. Depois de casada, Catarina Rosa foi proprietária de uma casa de comércio ao sopé do Beco da Praia Grande, denominado de Catarina Mina.¹¹⁵ Essas negras ricas ostentavam sua fortuna, cobertas de joias, desfilando pelas ruas e rodeadas pelo séquito de mucamas. Não dispensavam seus cativos, umas generosas e caritativas, outras de uma crueldade sem igual com os servos. Algumas mestiças queriam, à viva força, passar por brancas. Tinham necessidade de se apropriar dos símbolos da classe social mais elevada, das roupas, adereços, usos e costumes, se bem que discrepantes pelo exagero. As menos aquinhoadas, mesmo com tecidos inferiores, vestiam modelos parecidos aos das antigas donas. As roupas e outros usos aproximavam mulheres, afastadas pela riqueza, pela cor e pelo estatuto jurídico da liberdade, porém, roupas e joias não escondiam a condição social inferior das negras ou mulatas libertas.

A riqueza das alforriadas originada de casamento ou amancebamento com brancos ricos, foi uma exceção. O trabalho projetou e enriqueceu a maioria de negras e negros emancipados. Houve exemplo de alforriada abrir barraca ou quitanda para vender café, mingau de milho, caru-

¹¹⁵ MORAES, Jomar. *Guia de São Luís do Maranhão*, São Luís: Legenda, 1989, p. 12 e 174.

ru, arroz de cuxá, manuê e cuscuz aos caboclos vendedores de produtos no mercado e aos caixeiros e criados nas idas e vindas pelo centro da cidade. O lucro obtido geralmente era guardado até completar quantia suficiente para a manumissão de um parente.

Duas entidades trabalharam pela manumissão. A Irmandade de São Benedito, criada pelo dr. Antonio Marques Rodrigues, em 1867, alforriava 15 crianças no dia do santo padroeiro. Dois anos depois, a Sociedade Manumissora 28 de Julho, constuiu um quadro de sócios, cuja contribuição objetivava libertar o maior número de escravos menores de idade.¹¹⁶

Alguns libertos se destacaram como profissionais e enriqueceram. Na passeata de 5 de janeiro de 1878, promovida por liberais, Abranches alude à ascensão econômica de um ex-escravo. Em ligeira parada defronte da Botica Francesa, discursos foram proferidos “... do sobrado do Bruno Alfaiate, um mulato famoso pela sua tesoura de artista e pela sua boa situação de fortuna...”¹¹⁷ Outro exemplo é o registro de mulata de fortuna morando num belo sobrado na Travessa do Teatro. Seu genro manteve um armazém de molhados na Rua do Sol, fronteiro ao Teatro São Luís, com bilhar nos fundos e botequim ao lado, bem animado e local preferido por boêmios da cidade.

A condição de liberto variou, desde os que enriqueceram comerciando, como profissionais liberais, jovens “moleques” da casa dos bancos, meninas “crias” ou criadas até os menos afortunados, vivendo de biscates ou ajudas ocasionais em luta constante pela sobrevivência.

¹¹⁶ O Presidente da Província, presidente honorário e o bispo, protetor.

¹¹⁷ ABRANCHES, op. cit., p.12.

Censo e estatística

Desde os primeiros tempos, os dados estatísticos são muito imprecisos. Abbeville contabiliza doze mil índios, enquanto Simão Estácio da Silveira se refere a “300 vizinhos dos portugueses”. Manoel Souto Maior e Guedes Aranha, em 1662, registram “mil e muitos homens” e Bettendorff (1696-1701) aponta quatrocentas famílias. Em 1691, Teixeira de Morais calcula “800 homens capazes de pegar em armas”, vinte anos depois, em 1711, o capitão general Costa Freire considera “150 cidadãos e filhos” e vinte e seis anos depois, o Frei Domingos Teixeira lista quinhentos homens. O vigário da Igreja de Nossa Senhora da Vitória apresentou uma lista de 16.500 criaturas, Robert Southey diminuiu seus cálculos para 12.000 e Gaioso subiu para 30.000. Frei Francisco dos Prazeres afirma haver, em São Luís, 16.000 habitantes e Bernardino Pereira do Lago aumentou para 19.611 pessoas. Na segunda metade do século XIX, a média ficou em 35.000 habitantes, conforme Cândido Mendes e Gomes de Castro. A variação de números e as expressões usadas não oferecem a precisão necessária para uma análise mais acurada.

Alguns elementos podem ser elencados através de relatórios dos presidentes da Província ou por artigos de jornais. A falta desses registros já era sentida no passado. Várias vezes, os membros da Comissão Particular de Administração e Interesse Público, os do Conselho Geral da Província, os da Assembleia Legislativa, membros da Sociedade Filomática Maranhense e até os Presidentes da Província, tentaram fazer trabalhos de censo e estatísticos, porém inacabados ou reduzidos a magníficos projetos. Esta falha explica a imprecisão de Gaioso, quando atribuiu talvez 30.000 almas no Maranhão de 1808. Em 1819, Bernardo da Silveira apresentou um trabalho estatístico, porém incompleto e Eduardo Olímpio Machado contratou

dois engenheiros: João Nunes de Campos, encarregado de proceder ao recenseamento e levantamento da planta da cidade e o Visconde de Saint-Amand, com a tarefa de explorar os rios Tocantins e Araguaia, fazer mapas topográficos das comarcas, municípios, freguesias e capelas curadas ribeirinhas, organizando a estatística das respectivas populações. Conforme declaração do próprio Presidente, não foi possível o trabalho porque a 2ª Seção do Tesouro priorizou outros afazeres.

Passadas quase três décadas, Gardner informou que a população de São Luís, pela importância do seu porto, classificado como o quarto do Brasil, era de 26.000 almas. O Tesouro, no exercício fiscal de 1836-1837, lançou 25.000 habitantes, quantitativo aproximado ao de Gardner.

A inexatidão perpassa todo o século. Em mensagem ao Congresso Estadual, em 1892, Belfort Vieira referiu-se ao recenseamento, afirmando ser irreal, pela retração dos habitantes com receio de falar da idade, temendo o alistamento militar e declinar a renda, por causa da cobrança dos impostos. Serviço incompleto, inclusive na Capital, “*pois mais de um quinto da população deixou de ser alistado.*” José Ribeiro do Amaral, em *O Estado do Maranhão em 1896*, conferiu a São Luís uma população de 50.000 habitantes, em números redondos, calculado com base nas 5.298 casas lançadas pelo Tesouro.

Inglezes em São Luís

O tratado comercial de 1810, trocando Lisboa por Londres, favoreceu a economia britânica e redundou em déficit da balança mercantil maranhense. O Maranhão colonial, segundo maior produtor de algodão, depois de Pernambuco, foi cobiçado pelos ingleses e grandes casas de exportação e importação enriqueceram seus proprietários, a partir de 1811. As mercadorias inglesas pagavam 15% de imposto, enquanto as portuguesas, 24%. Os ingleses tinham o monopólio da importação de tecidos, louças e ferragens; os portugueses exportavam arroz e couro; o francês vendia joias, bijuterias e outras novidades. O Maranhão exportou para Portugal, Espanha, Estados Unidos, porém a Inglaterra ocupou a melhor posição na importação do algodão. A prepotência, concorrência desleal e astúcia em formar o primeiro cartel de história econômica de São Luís geraram o ódio tão bem demonstrado, em 1813, no *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*, escrito pelo lavrador Gaioso.

Alguns dos importantes sobrados da Rua da Estrela e outros, no entorno do coração econômico da Praia Grande, foram ocupados por firmas inglesas, tais como dos Bingham, Wilson, Paterson, Lille, Ely Hill, Henry e John Moon, Clark, Neilson, Season, Gunston, Bieber, Chavanes, Hocart, Granger, Sumnes, Willcox, Johnstone, Turner, liderados sucessivamente pelos cônsules Robert Heskethe, chegado em 1813, Moon e Youle; o superintendente da Companhia Telegráfica Western, Lewis Gordon King ocupou lugar de destaque no setor econômico de São Luís, presidindo o Banco Comercial na década de 1880; F. Carpenter o substituiu na superintendência da C.T. Western a partir de abril de 1881; Henry Airlie, forte negociante na praça e vice-cônsul da Inglaterra; Charles Booth, banqueiro e chefe da firma Booth & C. Ltda, dentre outros, foram exemplos de britânicos bem sucedidos na praça da capital. Esses súditos britânicos se tornaram lendários em São Luís pelas

grandes carraspanas e pelos malabarismos monopolistas. O altíssimo sobrado do líder Moon proporcionava observar, do mirante, os navios vindos dos Estados Unidos e Inglaterra. Conforme prévio acordo, capitães dos barcos anunciavam, por sinais convencionais, as cotações em vigor para a compra do algodão. Nos dias em que os navios ficavam à vista do Farol de São Marcos sem poder entrar no porto, Moon e seus sucessores Youle e Henry Airlie faziam as transações, preterindo os portugueses.

Não somente sobradões foram ocupados por ingleses. Existem alguns exemplos de moradias construídas pelos britânicos, como a residência do cônsul Walfred Scott, na Rua Grande, notável pelos gradios rendados e balcões para os chás da tarde.

Chalet do cônsul inglês, 1908.
Foto Gaudêncio Cunha.



Alguns ingleses tiveram facilidade de se aproximar dos maranhenses através das atividades esportivas. John Shipton prestou relevantes serviços ao futebol ludovicense, como sócio fundador do Fabril Athletic Club. Como reconhecimento à ajuda no âmbito esportivo, o F.A.C. promoveu uma partida entre o *Black and White* a que o inglês fazia parte e o *Red and White* e, à noite, ofereceu uma festa dançante nos salões bem decorados e cujos participantes receberam com palmas o homenageado, por seu retorno definitivo à Inglaterra. Septimus Sumner fundou o hipódromo Racing Race's Club. Poucos casamentos entre ingleses e maranhenses foram registrados, inclusive de Henry Airlie com a filha adotiva de João Lisboa e cuja herdeira do casal casou-se com Almir Nina, professor e médico emérito em São Luís.

Pela difícil integração à sociedade ludovicense, a grande concorrente dos magnatas locais elegeu o Caminho Grande como espaço para algumas residências nas primeiras décadas do século XIX, tempo de muitos pomares lucrativos, porém muito pouco habitado. Suas vivendas com nomes ingleses - Britânia, Irlanda, Escócia, dentre outras – se diferenciavam das construções locais, pelo estilo de vida britânico transplantado para São Luís. Os terraços para o chá das cinco confirmavam os hábitos da terra natal daqueles comerciantes. Poucas foram as heranças deixadas aos maranhenses, além do uso de ternos de linho branco e a preferência pelo *whisky*. A predileção dos ingleses pelo Caminho Grande redundou na extensão da cidade.

Diferenciados pela religião reformada, os ingleses faziam seus cultos nas próprias residências. Quando, em 3 de julho de 1875, o missionário John Rockwell Smith desembarcou em São Luís para sondar a possibilidade de fundar a igreja presbiteriana, elogiou a sociedade local, mais tolerante e mais indiferente às questões religiosas, em comparação à cearense de beatos supersticiosos. Falando do seu trabalho, registrou: “preguei, na noite de domin-



Exemplo do isolamento inglês: a casa de moradia, distante da zona urbana. Sítio Britânia, na estrada do Anil.

Foto Gaudêncio Cunha.

go, para algumas pessoas de língua inglesa em casa do Mr. Air-lie..."¹¹⁸ Dez anos depois da visita de Smith, a 15 de março de 1885, aportou em São Luís o missionário George Butler e sua esposa Rena, com a tarefa de implantar a primeira Igreja Presbiteriana. Em casa emprestada, o primeiro culto aconteceu na Rua Grande, n. 69; em 1886, passaram para outra casa, onde hoje está o Palácio do Comércio. As boas relações com autoridades civis, militares e clero facilitaram a aquisição da sede própria para a igreja na Praça da Força Velha, que àquela altura, servia de depósito dos instrumentos do antigo palco de tortura. No dia 26 de julho de 1886 foi inaugurado o novo templo, em atividade até nossos dias.

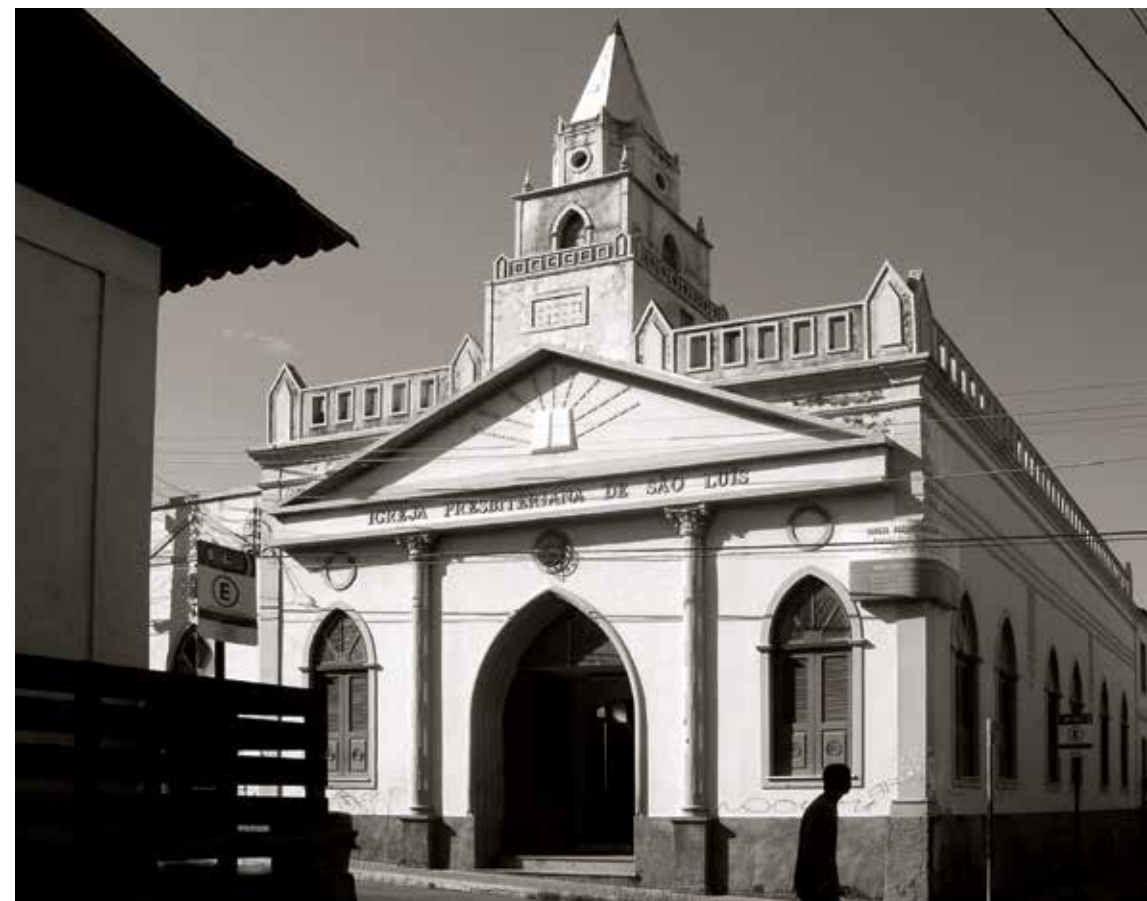
¹¹⁸ BANDEIRA, Abderval Pinto. *Igreja Presbiteriana de São Luís (1886-1986). Um século de lutas e vitórias*. São Luís: s/d., p 7.

Os ingleses construíram seu cemitério, de grades de ferro bastante grossas e bem trabalhadas, em frente à Igreja de São Pantaleão, com o esforço do primeiro cônsul inglês e ajuda do parlamento britânico. O Cemitério dos Ingleses enterrava protestantes pela incompatibilidade com os católicos apostólicos romanos. Quando saíram de São Luís trasladaram os ossos dos conterrâneos para os respectivos lugares de origem.

A exclusividade se estendeu à esfera da saúde. Médicos britânicos clinicaram em São Luís desde 1812 até a extinção da colônia. Esses bons serviços prestados à saúde não amenizaram o ódio dos nacionais pelos britânicos.

No sopé da Montanha Russa, esquina com a Beira-Mar, a The Western Telegraph Company construiu a primeira quadra de tênis para os funcionários mais graduados. Esses espaços demonstram o distanciamento daqueles estrangeiros, com locais exclusivos para o lazer, praticar seus cultos, médicos britânicos para assisti-los, lojas e casas de comestíveis condizentes ao paladar britânico.

Sede da primeira Igreja Presbiteriana de São Luís.
Foto Edgar Rocha



Iniciativas privadas e obras públicas

A morosidade da administração pública e as conturbações políticas independentistas voltaram a alterar a vida cidadã, porém não impediram o crescimento de São Luís, mantendo sua regularidade por mais de dois séculos, conforme indica a planta publicada em 1838, confirmada em 1844.

A força do comerciante português, dominante na capital, e dos grandes proprietários de terra e escravos proporcionou a fundação do bairro da Praia Grande. Aterraram os pântanos, secaram olhos d'água, roçaram os mangais, construíram muitas braças de cais e trapiches.

O volume dos negócios e o aumento de comerciantes abastados possibilitaram certa pressão junto ao poder político. A necessária escola de pilotos práticos foi conseguida por Alvará Régio de 1803. Em setembro de 1804, o Governador contratou a feitura de uma praça pública com quarenta braças de comprimento guarnecidas de barracas por três lados. Entre março e outubro de 1805, foram concluídas as barracas para a venda de frutas, peixes, aves, animais vivos ou mortos e farinha. As reclamações pela desorganização e insatisfações de toda ordem forçaram a construção da primeira feira, chamada, naqueles tempos, Celeiro Público, Barracão, Curro ou Tulha. O regulamento de 1820, concernente à organização daquela incipiente feira, dentre outras precariedades, não resolveu a questão da higiene.

Aterradas as áreas alagadas, construções de pedra e cal ocuparam chãos devolutos, definindo melhor as ruas traçadas originalmente e preservada uma parte destinada à necessária praça pública. A Câmara somente deferiu o aforamento dos terrenos e foi rigorosa no cumprimento da traça primitiva, determinada pelo engenheiro da comitiva de Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

O casario da Praia Grande, perto da rampa de desembarque, na encosta da colina do Largo do Palácio e cujas facha-

das, coladas umas às outras, formaram o passeio público, denominado de Rua do Trapiche, antes um espaço alagadiço, se destaca pela “*extrema relação da arquitetura com a paisagem*”, uma vez que a massa construída reconstituiu a topografia, quando “*depois de cortá-la, rampá-la, retalhá-la e utilizá-la, a recompôs com arquitetura*”. Como afirmou Francisco Fuzzetti de Viveiros Filho, valorizaram a paisagem, “*qualificando positivamente a urbanidade do sobrado, sob a hegemonia da racionalidade*”.¹¹⁹ Os engenheiros e mestres de obra portugueses acharam soluções práticas, seguras e estéticas na composição da aludida rua.

Além do casario, de iniciativa privada, outras providências foram tomadas pelo governo, conforme as necessidades do momento, inclusive várias ruas calçadas e algumas praças reurbanizadas. Em 1812, por Aviso Régio foi estabelecido um correio, por terra, para o Ceará. A primeira fábrica de soque de arroz branco, de Caroina e a estrada da Estiva.¹²⁰ Em 1819, a Rua Formosa ganhou calçamento e iluminação.

A primeira tipografia foi fundada em 1820, seguida de outras, fechadas por falta de lucro. Passados mais de vinte cinco anos, gráficas com impressoras americanas modernas foram instaladas, em 1847, 1853 e 1857. A mais famosa, de Belarmino Matos, notabilizou-se fora do Maranhão pela qualidade de seus trabalhos, embora escritores maranhenses continuassem a imprimir seus livros em Paris, Lisboa ou no Porto.

A falta de comunicação entravava os negócios e a cobrança por longos anos resultou na Ordem Régia em prol do serviço de Correio com o Grão-Pará e Piauí, inaugurado em 24 de janeiro de 1821. Nesse mesmo ano, uma iniciativa privada animou a sociedade com a constituição do Teatro de Variedades.¹²¹

Páginas seguintes:
Rampa do Palácio.

Foto Gaudêncio Cunha

Rua do Trapiche, uma das mais movimentadas e importantes da Praia Grande.
Álbum do Maranhão

¹¹⁹ VIVEIROS FILHO. Francisco Fuzzetti, op. cit., p.124.

¹²⁰ Obras do engenheiro tenente-coronel José de Carvalho, chegado em São Luís a serviço da Companhia Geral do Comércio.

¹²¹ João Argueles de Abranches, o Sábio, construiu e manteve o teatro a sua custa.





As dificuldades marítimas eram de toda ordem naquele início da segunda década do século. Os naufrágios noturnos, por falta de faróis, foram reconhecidos pelo governador, em 1820, observando em ofício. “O mais singular e irrisório é o chamado Farol, que se compõe de um montão de pedras em cima do qual de noite se acende uma fogueira.”¹²² Vários afundamentos por encalhe das embarcações na Coroa Grande deixaram a cidade de luto.¹²³

Em 1822, foi criada a Comissão Particular de Administração e Interesse Público com o objetivo de verificar as obstruções ao desenvolvimento do Maranhão, emendar, corrigir e apresentar sugestões para sanar problemas prejudiciais à coletividade. Referida Comissão solicitou da Junta Governativa a colocação de faróis na costa maranhense, o levantamento de dados estatísticos, dentre inúmeras medidas. O Governo chegou a pedir sugestões ou elaboração de estudos, que depois de apresentados, foram engavetados. Vários relatórios de técnicos opinaram pela necessidade de levantarem ou modernizarem faróis, ainda com fogo a lenha.

Data de 26.06.1822, o primeiro documento concernente à melhoria de um forte, exarado por uma comissão cujo parecer sugeriu a substituição do fogo a lenha por um candeeiro de 10 a 12 lumes, no farol da Ponta d’Areia. A segunda iniciativa do governo refere-se ao forte de São Marcos, onde, depois de marcados os pontos, em 1862, construíram uma torre de pedra e cal para acentar o farol alimentado por seis candeeiros a alumiar a distância de 15 milhas. Em fins de 1884, passou por grandes reformas, sendo reinaugurado em 25.02.1888, com pompa e circunstância. O de Itacolomi, antes débil, foi inaugurado em 15.01.1865. O de

¹²² MEIRELES. *Efemérides*, p.49.

¹²³ Dentre os constantes desastres marítimos por falta de orientação noturna próximo à ilha, destacou-se o naufrágio do navio Providência em que tripulantes, autoridades civis e militares, pessoas ilustres e beneméritas morreram, consternando a comunidade.

Sant’Ana, situado na ilha do mesmo nome, antes precário, aprovada a tramitação dos ofícios, pareceres e discussão, dez anos de demora até pelo nome a ser dado, decidiram modernizá-lo e passou a funcionar em 02.12.1883. E, por último, na entrada do porto de Alcântara, uma luz branca ilumina todo o horizonte, desde 01.09.1884. É o farolete substitutivo do antigo.

Dois séculos (XVII e XVIII) de tragédias ocasionadas pela desorientação dos navegantes, contando com pequenas fogueiras insuficientes para visibilizar rochedos e bancos de areia na escuridão da noite, foi exíguo tempo para a resolução deste grave problema, chegando aos primeiros anos do século XIX, sem pressa, onde a burocracia impôs a lentidão na substituição do fogo a lenha por iluminação mais eficiente. Havia um imposto específico para a criação e regularização dos faróis, chegando o governador, em 26.08.1820, a questionar “que aqui não existia farol algum e como enquanto não fossem edificados não se podia estabelecer a dita contribuição na conformidade do Alvo. de 25.abr e Dec. de 9.dez.1818 e editais da Real Junta do Comércio e Agricultura, de 8.jan.1820, não podia mandar cumprir as ditas provisões régias sem expressa resolução sobre o que ia representar.”¹²⁴

Enquanto particulares melhoraram e embelezaram a cidade com palacetes e outras construções imponentes, o poder público não tinha sedes próprias para seus órgãos. Em 1843, a Assembleia Provincial propôs que todas as obras públicas fossem feitas com a administração do Governo e mediante planta, plano e orçamento. As aperturas financeiras e as delongas na decisão de construir obrigaram o Estado a alocar suas instituições em prédios religiosos. A Assembleia Legislativa funcionou no Consistório dos Cônegos da Catedral; o Tribunal da Relação, numa das casas da Companhia de Jesus; as primeiras tentativas de biblioteca pública da cidade aconteceram em espaço do Convento do Carmo; em 1838,

¹²⁴ MARQUES, César. Edição 1970, p. 275.

o Liceu iniciou suas atividades nos baixos do Convento do Carmo e a Catedral, na Igreja de Nossa Senhora da Luz.

Vez por outra, a cidade era presenteada com alguma obra, sempre com a contribuição de particulares. A dinâmica dos negócios levou um negociante português a pensar, em 1827, numa Sociedade Agronômica para Colonização de Estrangeiros, Comissões e Bancos, porém esbarrou no impasse da adesão de acionistas. A Sociedade planejava introduzir homens brancos para substituir a mão de obra africana, limpar os rios, melhorar a navegação e estabelecer créditos para a lavoura. Novas tentativas com o mesmo propósito e mesma frustração ocorreram em 1833 e 1841.

A demorada burocracia acompanhou a história. As construções públicas permaneceram em ritmo lento e iniciativas de outras naturezas não perduraram. Em 1826, perante o Conselho da Província, o Barão de Pindaré lamentou *“o avultado cabedal que se tem gasto, desde a nossa feliz independência, em delírios e projetos de sangue, e admirou-se de não se ter empregado um ceutil em livros, e nem sequer nos elementares para instrução dos escolares maranhenses, pelo que indicava a criação nesta cidade de uma biblioteca pública...”*¹²⁵ Três anos depois dessa advertência, a Câmara promoveu uma subscrição para a compra de livros e solicitou dos frades do Carmo uma das salas do convento, no andar de cima do futuro Liceu, para funcionamento da primeira biblioteca pública, inaugurada em 1829. Pouco procurada talvez pelo local escondido, e abandonada às traças, fechou após alguns anos pelas precárias instalações e indiferença da população. A segunda tentativa de criação da Biblioteca Pública, por insistência do Barão de Pindaré, foi instalada em 3.05.1857 ainda no Convento do Carmo.

Em dezembro de 1830, o Conselho da Província postulou ao Presidente a urgente construção de dois cais para

¹²⁵ MARQUES, César, op. cit., p. 109.

superação do grave problema na exportação e descarga dos navios: um cais desde o Baluarte até a ponta dos Remédios e outro, da barreira de São Francisco até a embocadura do igarapé da Jansen. As obras do nominado Cais da Sagração foram iniciadas em setembro de 1841, quando já estava insustentável o perigo da constante escavação do mar na barreira da Praça do Palácio. Os trabalhos sofreram várias interrupções. Na primeira etapa foi entulhado desde o Baluarte até a praia do Caju e sustada a obra pelo Ministério da Marinha. Recomeçada a construção, três engenheiros atuaram entre 1845 e 1846, dando cabimento à afirmativa do engenheiro André Rebouças:¹²⁶ *“Cumprer citar a triste história das obras públicas, que o govêrno imperial tem intentado construir no Maranhão.”*¹²⁷ Foi criticado o método, levada em conta a natureza especial do porto, a falta de arte e o dispêndio no decorrer de 24 anos da obra inacabada. *“Uma muralha e uma rampa, fendidas e abatidas em um sem-número de pontos, cercando um pântano no qual a maré penetra todos os dias, e a cujas pútridas emanações se atribui a epidemia que presentemente grassa na cidade de São Luís do Maranhão!”*¹²⁸ A comunicação entre a Praia Grande e o Largo do Palácio, somente feita pelo alto, porque o espaço entre os baluartes e a muralha do forte invadido pela maré alta e, na vazante, a lama e o mau cheiro inevitáveis impediam a circulação pela praia. Fazia mister um aterro e a feitura de um cais, iniciado em 1841. Concluído, o Cais da Sagração auferiu sobre o mar ampla área. A ampliação do porto era outra preocupação dos comerciantes. Somente em 1863, uma segunda rampa de desembarque foi construída pelo lado da foz do rio Bacanga, a Rampa Campos Melo.

¹²⁶ Encarregado pelo Ministério da Marinha de examinar as obras do cais e estudar os melhoramentos necessários ao porto de São Luís.

¹²⁷ Ibidem, p. 165.

¹²⁸ Ibidem, p. 165/166.



O Cais da Sagração, iniciado em 1841. A avenida foi completada apenas em 1926.
Album do Maranhão

Em 1926, completada a obra com a balaustrada do cais na extremidade norte da Rua do Egito, urbanizada em forma de avenida, deu origem a construções modernas e à estação central da Estrada de Ferro São Luís-Teresina.

Vinte anos depois, a Intendência da Marinha foi substituída pela Capitania dos Portos, mais eficaz na questão da navegação e na fiscalização dos portos.

A atuação lusa foi efetiva. Para alargar o conhecimento, foi fundado o Gabinete Português de Leitura, em 1852 e, para elevar o nível de atendimento, a classe comercial, em 1868, fundou a Sociedade Protetora dos Caixeiros com aulas noturnas aos trabalhadores do ramo e a seus filhos. No ano seguinte, a Sociedade 1º de Dezembro passou a oferecer aula primária e secundária para adultos.

A iniciativa privada tinha pressa. A Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão fez a primeira viagem com o navio Progresso, em 18.04.1857, começo de vinte anos de atividade. O poder público procrastinava. Exem-

plo de delonga em construções públicas foi a da cadeia de São Luís. As reclamações pela precariedade da primitiva cadeia, nos fundos do Paço Municipal, não foram formalizadas até 1803, quando o ouvidor-geral falou das grades arruinadas da prisão. Em 1830, a Câmara Municipal enviou uma planta para a nova cadeia da capital. No ano seguinte foi liberado o recebimento de *“toda cantaria, grades de ferro, madeiras e mais objetos, que S.M. mandou aplicar às obras da cadeia.”*¹²⁹ Em 1834, aprovada a construção, dois anos depois, alterado o plano e a obra ficou abandonada desde 1842, pelo descumprimento do contrato pelo empresário. Em 1855, foi autorizada a feitura de um dos raios do edifício, a casa da administração e muralhas interiores, para possibilitar a transferência dos presos que *“estão nas grandes lojas do paço da Câmara Municipal, o que foi realizado em 13 de fevereiro do ano seguinte.”*¹³⁰ Da planta, liberação de materiais, aprovação do projeto, alteração do plano, abandono da obra até a feitura de metade do prédio passaram-se vinte e seis anos.

Como se o problema do governo fosse falta de leis ou órgãos, em janeiro de 1831, o Conselho Geral da Província aquiesceu à proposta da criação do Cargo dos Edifícios Públicos. Após cinco anos ainda se arrastavam as obras do governo. Para justificar a existência do órgão, dez anos depois de sua criação, foi colocada uma pirâmide, a Pedra da Memória, no centro do espaço posterior ao Quartel do 5º Batalhão de Infantaria, no Campo d’ Ourique, imortalizando a coroação de D. Pedro II.¹³¹ Em 1836, foi criado o Corpo Policial da Província. Em 1838, por Lei Provincial, foi criado o Tesouro Público Provincial. Em 1855, o Tribunal do Comércio do Maranhão e

¹²⁹ Ibidem, p. 163.

¹³⁰ Ibidem, p. 163.

¹³¹ Em 1945, a Pedra da Memória foi transferida para o Cais da Sagração, plantada no centro de um dos antigos baluartes portugueses, vulgarmente chamados de meias-laranjas.



Brasão Português, frontal da porta principal do Terreiro Público.
Foto Edgar Rocha

o século termina com a criação da Guarda Civil, em 1891 e a nova organização municipal, em 1892.

O capital privado foi preponderante em outras construções, além dos sobrados. A primeira feira da capital, chamada de Celeiro Público, Barracão, Curro ou Tulha, de barracas sem segurança e *“pouco agradável com tanoeiro ocupando uma barraca que fora construída para venda de comestíveis”*, em 1854 recebeu novo tratamento promovido pela Companhia Confiança Maranhense. O pardieiro foi substituído por um edifício quadrado com 60 metros de cada lado, térreo, quatro portões de entrada, o principal, em frente da Rua da Estrela, distinto dos demais, mais alto e mais largo, com frontão triangular, neoclássico, esculpida uma coroa em mármore, as armas do Império e a data da primeira pedra da construção, 28 de julho de 1855; os outros três portões, abertos para as ruas do Trapiche, da Alfândega e para o Beco Catarina Mina.

A fachada foi recuada do alinhamento da Rua da Estrela para deixar reservada uma área livre de 40 braças para o Largo do Comércio, ponto aglutinador das pessoas. A Casa das Tulhas, de fachada simples, comportou

vinte e quatro lojas comerciais para aluguel, doze de cada lado dos portais, lojas de fachadas uniformes, retangulares, com medida correspondente ao tamanho do corpo do prédio no sentido transversal. Na parte interna, uma praça em estilo neoclássico, com chafariz ao centro geométrico do espaço, rodeado de grama e árvores, onde se encontravam vendedores e fregueses, em relações descontraídas. O vasto edifício retangular, de risco elegante, denominado Casa da Praça, funcionou como espaço ideal para estabelecerem transações comerciais de maneira relaxada, espaço convidativo para entabular negócios, em linguagem peculiar, entre gírias e chalaças. O restante dos terrenos ficou para o saneamento e aproveitamento de particulares. A implantação do prédio alinhou definitivamente as ruas da Estrela, da Alfândega do Trapiche e o Beco Catarina Mina, formando o quarteirão mais bonito do tecido urbano da Praia Grande.

A capital maranhense não tinha monumentos até 1864. Foi necessário a morte do grande poeta maranhense Gonçalves Dias, para Sotero dos Reis, Antonio Rego e Henriques Leal redigirem um manifesto conclamando os maranhenses e brasileiros a contribuírem para a feitura de uma estátua em bronze ou mármore para garantir a imortalidade de um dos conterrâneos mais distinguidos.

Em 1871, elaborado o modelo na oficina de Germano José Salles, no Aterro da Boa Vista, foi encaminhado para a oficina de escultura do mesmo senhor, na Rua do Arsenal, em Lisboa. Chegada em São Luís e previamente determinado o local no Largo dos Remédios, a demora na colocação da estátua deveu-se às discussões sobre a posição da estátua, travadas entre colaboradores de O Paiz e do Publicador Maranhense: o poeta olhando para o mar, de costas ou de lado. Venceu a primeira proposta, de Henriques Leal e Araújo Porto Alegre. Enfim, a cidade tinha sua primeira estátua, nos idos de 1873.

Páginas seguintes:
Praça do Comércio, vendo-se à esquerda a Casa das Tulhas.
Foto Gaudêncio Cunha





Da Balaiada à Era do Açúcar

A fase de crescimento econômico inaugurada em 1780 mostrou sinais de curva descendente em 1820, porém, nos trinta anos subsequentes, uma névoa impedia visão mais aguçada da realidade, talvez pelo trabalho africano, fundamental na manutenção da ilusão de progresso ininterrupto.

Um grave episódio contribuiu para relativa estagnação do desenvolvimento urbano de São Luís. A luta surda entre liberais e conservadores através dos jornais e a Lei dos Prefeitos prepararam a Província para um conflito. A revolta denominada Balaiada desordenou o interior, prejudicando a economia algodoeira com fugas de escravos e sobressaltou os habitantes da capital. A revolta, entre 1838 e 1841, se estendeu pelo vale do Itapecuru, grande parte da Baixada Oriental e do sertão, mobilizando onze mil homens, dos quais três mil escravos fugidos. A lavoura em estado desolador e outros setores em grande desarranjo tiveram como consequência a paralisação de imprescindíveis projetos de urbanização causada pela consternação e desânimo. Engrossado o lado Bem-te-vi pelo flanco dos escravos, o conflito evoluiu rapidamente para uma guerra racial. As notícias vindas do interior sobre a belicosidade dos balaios causaram inquietação em São Luís, quebrando o ritmo social, os encontros festivos nas igrejas e fora delas, além da desorganização no ambiente habitacional com a chegada de parte da assustada população rural. O problema da moradia enfrentado pela cidade persistiu com a fixação definitiva de porção dos emigrados do meio rural.

Ambas as facções, liberal e conservadora, de idênticos interesses quanto à mão de obra servil, perceberam o perigo de desmoronamento do edifício econômico-social. Burguesia mercantil, em sua maioria portuguesa e oligarquia rural, principalmente brasileira, conservadora ou liberal, se uniram, mostrando a verdadeira natureza do

O Largo dos Remédios tornou-se Praça Gonçalves Dias após a colocação da estátua do poeta.
Foto Franz Krajcberg

poder da Província do Maranhão. São Luís foi o caldeirão onde ferveram ideias e pleitos de conveniências sociais e econômicas reparadores dos diversos entraves ao desenvolvimento. O interesse comum das classes dominantes, no entanto, não arrefeceu as tensões entre comerciantes portugueses e lavradores nacionais.

Sufocado o movimento balaio, investimentos com capitais públicos e privados, destinados ao desenvolvimento da economia, foram, geralmente, mal aplicados.

Os antigos projetos da feitura do canal e do cais caeceram sair da gaveta, à vista do permanente problema do transporte fluvial. O projeto anterior de abertura de um canal no igarapé Arapapahy, que deságua perto da baía de São Marcos, iria diminuir a distância, evitar naufrágios no Boqueirão, com grandes prejuízos para a economia e baixar os altos fretes dos gêneros vindos do interior. Desde 1841, discussões, propostas, projetos e início dos trabalhos se arrastaram. Em 1850, as obras foram paralisadas, ficando quinhentos e cinquenta contos de réis enterrados e a população sofrendo com esses desencontros.

Ventos bons voltaram a soprar. Em 1842, as seis fábricas de arroz conseguiram pillar 245 sacas. A maior, Feliz Esperança, chegou a ocupar 18 homens. O comércio se tornou mais dinâmico. Em 1848, o *Almanaque Popular, Mercantil, Industrial e Científico do Maranhão* registrou vários negociantes matriculados, escritórios comerciais, armazéns, lojas de fazenda, lojas de ferragens, lojas de livros, botequins e bilhar, açougues de carne de boi, de carne de porco, casa de pasto, corretores, cambistas, padarias, alfaiates, chapeleiros, sapateiros, ourives, relojoeiros, marceneiros, funileiros, armeiros, caldeireiros, charuteiros e um picheleiro.

Comerciantes discutiam seus problemas reunidos numa casa na Rua da Estrela, esquina com a Travessa da Alfândega, no centro do bairro comercial, em frente do Terreiro Público ou Casa das Tulhas. Em 1854, resolveram

dar cumprimento ao artigo 34 do Código Comercial, que estabelecia: “Os comerciantes de qualquer praça poderão eleger entre si uma comissão que represente o corpo do comércio da mesma praça.” Depois da reunião de 21 de agosto, nasceu a Comissão da Praça, instalada solenemente em 7 de setembro de 1854, com o objetivo de defender os interesses dos comerciantes. Dentre as mais importantes sugestões da Comissão da Praça à Junta Governativa foram: a colocação de faróis no litoral maranhense, providências contra a depredação da lavoura pelos índios e o levantamento estatístico pela administração pública. Eleito presidente o dinamarquês Martinus Hoyer, novo direcionamento foi dado. Em 1862, a Comissão da Praça instalou-se em sede própria, numa das melhores casas das Tulhas, de frente para a Praça e de lado para o Arsenal, depois armazém da antiga Alfândega. O jornal *O Paiz* passou a ser órgão da classe. Dentre outras, a Comissão solicitou do Presidente da Província, a escavação do porto obstruído, o prolongamento da ponte da Alfândega até a baixa-mar e a construção de um novo edifício para a Alfândega. Esta Comissão, pouco prestigiada pelo governo provincial, continuou em atitude perseverante e insistente até sua nova designação como Associação Comercial do Maranhão.

O problema marítimo não passou de projeto até quase o fim do século. Em 1891, o engenheiro Aarão Reis, da Companhia Industrial de Melhoramentos do Brasil, apresentou três soluções para resolver os problemas da navegação e portuário de São Luís e nenhum deles foi realizado. Firmado no Decreto n. 909, de 23.10.1890, o contrato propunha: a) ampliar o porto existente anexando o dique das Mercês e abertura do canal de Arapapaí; b) construir uma bacia flutuante na foz do Anil; c) construir um porto no Itaqui, uma ferrovia de 8.800 metros até a cidade, e uma ponte de 1.000 metros de comprimento e 11,45 de largura com um vão central móvel. E as obstruções persistiram.

Depois desta fase pouco promissora, a partir de 1850 e com sua culminância entre 1873 e 1882, aflorou nova curva ascendente baseada na agricultura da cana de açúcar.

O Presidente da Província lançou o *slogan* “Melhoramentos morais e materiais” e criou verba para Obras Públicas, incluindo a abertura de estradas e pontes para facilitar a comunicação entre o interior e a capital. Pelos mais variados obstáculos, o problema das estradas não foi resolvido no período monárquico, fazendo-se pouco mais que no período colonial.

Portugueses proprietários de destacadas firmas, além de prédios e fazendas agrícolas, construíram palacetes, joias da arquitetura colonial, nos bairros da Praia Grande e no de Nossa Senhora da Conceição, enobrecendo São Luís.

Entre os ricos lusitanos exibicionistas de poder e riqueza, podemos citar quatro dos mais importantes. José Gonçalves da Silva, o Barateiro, opulento banqueiro da terra, residente na Quinta das Laranjeiras, situada na Rua Grande, antigo Caminho Grande. Fazia parte do Morgado das Laranjeiras, amplas propriedades, centenas de cabeças de gado, escravos, diversos sobrados, em São Luís, e a capela, de São José das Laranjeiras, ao lado da Quinta onde morava. Astolfo Serra faz alusão ao primeiro colégio particular, aberto pelo italiano Roca, na Quinta das Laranjeiras.

Simplício Dias da Silva, de pais ricos, estudou na França, passeou pela Inglaterra, Itália, Espanha e Portugal e regressou com hábitos exóticos de luxo e dissipação. Residiu em soberbo palácio, ligado à igreja por uma galeria. Presenteou D. Pedro I com um cacho de banana em ouro, de tamanho natural, e pediu licença ao Governo para calçar o vestibulo de seu palácio com patações de prata.

Antonio José Meireles, comerciante e líder do partido português, sobreviveu à crise política de 1822 e o governo permitiu a continuação de seu maior negócio: o abastecimento da carne da capital. Meireles dizia ter o palacete mais luxuoso da cidade, com salões dourados e guarnecidos de alfaias à Luís XV.



Entrada principal da Quinta das Laranjeiras, Caminho Grande.
Foto Franz Krajcberg

Entre as décadas de 1830 e 1860 teve lugar no panorama socioeconômico de São Luís uma das figuras mais expressivas, Ana Joaquina Jansen Pereira, Ana Jansen ou simplesmente Donana. Rica e dominadora, proprietária de fazendas de lavoura, vendeu algumas terras para investir na compra de prédios na cidade. Dentre os vários imóveis, seu preferido foi o palacete azulejado da Rua Grande, “onde não se fechavam as portas nem se apagavam as luzes”. Na sala, de luxuosa mobília e ornatos, passaram estrangeiros ilustres, presidentes, militares, altos funcionários, deputados, desembargadores, chefes de polícia, juizes, inspetores de fazenda. Desta sala saíram decisões importantes para a vida político-econômica da Província.

O núcleo urbano se expandiu, as ruas principais receberam calçamento, ainda que precário, o Largo do Palácio atraía a população aos domingos, duas linhas contínuas – Passeio/Remédios e Egito/Formosa – se estabelecem. Em 1860, pela importância da ermida de Nossa Senhora dos Remédios, reedificada às custas de donativos dos fieis, foi inaugurado o passeio até a Ponta do Romeu. Muitos edifícios foram construídos em pontos dispersos da cidade. A concepção patriarcal, escravocrata, refletiu na arquitetura, definindo a unidade da paisagem urbana. Os sobradões, geralmente nas três colinas da cidade, assinalam a idade de ouro de São Luís dos barões, de ricos donos de engenho e fazendas, abastados comerciantes de largas transações com centros europeus. Nesses solares antigos viveu uma sociedade de princípios rígidos, preconceituosa, casta de homens de têmpera inquebrantável e mulheres retraídas, pela própria natureza patriarcal impregnada em suas mentes. Tempo em que a honra era lavada com sangue e o julgamento do “conselho de família” revestido de uma severidade quase medieval. As virtudes femininas foram inspiração de poetas e romancistas. Os desenganos e amores proibidos fazem parte da literatura maranhense, tendo como expoente máximo os versos de Gonçalves Dias no “*Ainda uma vez adeus*”. Gilberto Freyre escreveu: “*Assim o que os sobradões*

de São Luís representam como civilização, urbanidade, polidez, dificilmente poderá ser separado da doce, mas profunda influência, que teve nessa hoje um tanto obscura área brasileira, a mulher dona de casa, a mulher mãe de família, a mulher senhora de salão, a mulher inspiradora de poetas e romancistas.”¹³² A postura, discricção, elegância e inteligência feminina ludovicense foi registrada por cronistas, cantada por poetas e tema de romancistas.

A cidade era como uma linda estátua de mármore com pés de barro. A camada refinada ao lado da população analfabeta, imponentes sobradões em ruas mal calçadas e sujas. O esforço para higienizar o novo complexo foi em vão pela precariedade na distribuição da água, falta de iluminação, de limpeza pública, ordenamento na circulação e descarga de mercadorias.

Uma firma, representada pelos norte-americanos Marcus Williams e Sylveestre S. Battin, foi contratada para instalar a primeira iluminação urbana a gás hidrogênio em São Luís, com 500 combustores, em substituição aos 174 lampiões a álcool terebentinado.¹³³ O privilégio foi transferido para a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, efetivada em novembro de 1862.

As classes produtivas não esmoreciam no fim de século. A Companhia Progresso, criada em 1880, propôs construir o Engenho Central do Pindaré e sua ferrovia de 10 km, nas terras da extinta Colônia de São Pedro.¹³⁴ Funcionou de 1884 a 1916. As dificuldades de ligação da capital com as zonas produtivas, ensejou a formação, em 1882, da Companhia Fluvial Maranhense, cujos sete navios a vapor muito supriram as zonas do Itapecuru, Mearim, Pindaré, Cajapió, Munim e São Bento. A companhia de Seguros Maranhense foi outra iniciativa privada criada em 1883, assim como, em 1890, o serviço de telefonia urbana, com 211 aparelhos, distribuídos por 16 quilômetros de linha.

¹³² FREYRE, Gilberto apud Serra, Astolfo, op. cit., p. 127.

¹³³ Lei Provincial n. 562, de 20.07.1860

¹³⁴ Concessão da Assembleia Provincial através da Lei n. 1.228, de 19.4.1881.



Brasileiros contra portugueses

Por ocupar os melhores cargos do poder público, o português sempre se destacou como alvo de críticas, sendo muito combatido através dos jornais. Em 1824 houve tentativa de expulsar os portugueses solteiros do Maranhão.¹³⁵ Debates entre centralistas e federalistas resultaram na revolução de 7 de abril de 1831, como reação do grupo de brasileiros contra a colônia portuguesa, de vasto poder econômico e político na Província e hostil à independência. Este movimento, objetivando a expulsão dos portugueses de São Luís e demissão de seus aliados dos postos oficiais, abalou a cidade, pela ameaça de retirada das grandes fortunas e pelas fugas de mestiços e escravos adeptos aos independentistas, depois da derrota dos nacionais.

Este sentimento antilusitano prevaleceu por todo o século XIX com reflexos no século XX. Vale a pena transcrever a resposta do jornal *Censor* ao *Argos da Lei*, de Odorico Mendes, quando chamou os portugueses de homens de vara e de côvado. *“Foram os homens da vara e do côvado que fizeram a cidade: Olhe, ali no Largo do Carmo, onde existia uma casa velha de palha, ocupada por uma tasca do Frege Mosca, Francisco Coelho de Rezende, um dos homens do côvado e vara, fez construir aquele bonito palacete e o sobrado contíguo; e só pelo terreno ele pagou a Pedro La-magner dez mil cruzados; mais adiante, no Largo do Palácio, quase defronte do adro da Sé, está uma bela propriedade de duas frentes, obra de um semi-puçã, que é lavrador em Guimarães e também pega na vara e côvado; do lado oposto, em*

Ao lado, casa comercial de Maia, Sobrinhos & Cia.
Foto Gaudêncio Cunha

¹³⁵ Europeus solteiros sem bem de raiz na Província tinham prazo de 8 dias para saírem, dilatado para 15, se residentes em São Luís e 30 aos do interior. Tornado sem efeito o edital, somente portugueses vadios e ociosos e, por fim, somente os que não prestaram juramento de fidelidade exigido pelo decreto de 14.01.1823.

*vez de feias casas, repare para a galeria de nove janelas com magnífico mirante, que aí levanta Manoel Domingues Dias, e êle é outro puçã; vá pela Praia Grande e veja no fundo da calçada, já na outra rua, do lado esquerdo, uma famosa casa de cantaria fina com uma larga varanda na frente em meia lua ao gosto da Côrte, feita por Faustino Antonio da Rocha num terreno ganho no jogo; mais abaixo deparará com os sobrados de Caetano José da Cunha, puçã de vara e côvado; do lado oposto, dois sobrados de mirante, nos quais há de ver uma marca, que outros prédios da cidade tem e que é sinal de pertencer ao Comendador Antônio José Meireles, puçã de côvado, que não tem pena de residir em palacete, cuja sala nada inveja dos salões dos Duques de França.”(...) “E depois de tudo isto, chamam-nos puçã de vara e côvado”.*¹³⁶

A comunidade portuguesa, bem estruturada, estratificada social e economicamente, se recusava a ser atendida no meio de soldados no Hospital Militar, tampouco entre os pobres e desvalidos mantidos pela Irmandade da Misericórdia. Através da Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, fundada em 1862, decidiu criar uma enfermaria própria, na Rua dos Afogados, esquina com a Rua da Alegria, inaugurada em dezembro de 1867, sob a proteção de São João de Deus, protetor dos doentes. Os dezesseis leitos eram assistidos pelo Dr. Afonso Saulnier de Pierrelevée, cirurgião do Hospital da Caridade da Misericórdia e pelo Dr. César Augusto Marques, como substituto. Logo foi pensada a construção de um hospital moderno e amplo. A Quinta do Monteiro, na Rua do Passeio, próxima à Santa Casa da Misericórdia foi comprada, ampliada a casa já existente e inaugurado o Hospital Português, com muita pompa a 31 de outubro de 1869. Pela primeira vez o ambiente

teve sua própria luz elétrica, diferente dos lampiões a gás usados por toda a sociedade ludovicense. Na década de 30 do século XX, um anexo ao prédio original permitiu a aceitação de doentes fora da colônia portuguesa, priorizando lusitanos e seus descendentes.

Hospital Português, orgulho dos lusitanos.
Foto Gaudêncio Cunha



¹³⁶ ABRANCHES, Garcia de. *O Censor Maranhense (jan/1825-mai/1830)*. Reedição organizada por Jomar Moraes. São Luís: SIOGE, 1980, p. 27-33.

Bancos

Em 1841, um dos obstáculos ao avanço nas relações comerciais, a falta de estabelecimentos bancários, pressionou o Presidente da Província a publicar uma lei de criação do Banco Maranhense, sob a imediata proteção do Governo e da Assembleia Legislativa Provincial. Essa proposta pouco vantajosa aos homens de negócio, logo fracassou. A ideia veio novamente à baila em 1846 com proposição mais vantajosa aos futuros acionistas. Abertas as subscrições na Casa da Praça e com adesão imediata, em 1847, foi inaugurado o Banco Comercial, instalado na Rua do Giz, n. 20, com franco desempenho até 1855. O Governo Imperial decidiu dissolvê-lo para posterior fusão com a Caixa Filial do Banco do Brasil. Foi trocado aquele estabelecimento modelar por outro, lacunoso e falho, não atendendo aos interesses da Província. Verificado o erro, em 1870, o Governo Central mandou fechar referido estabelecimento bancário. Em 1858, o corpo comercial de São Luís abriu o Banco do Maranhão¹³⁷; logo depois, o segundo Banco Comercial¹³⁸ e, em 1878, o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão¹³⁹, todos funcionando na Rua do Giz, considerada a rua dos bancos. Este quarto estabelecimento bancário declinou em 1888, quando a abolição e, conseqüente, desvalorização da propriedade rural lhe causaram grandes prejuízos.

Além da São Luís oitocentista contar com três bancos – do Maranhão, Comercial e Hipotecário – a gente miúda se valia da Caixa Econômica, instalada em 1877, no pavimento térreo do Palácio do Governo. Outro estabelecimento bancário destinado aos de pouca renda, o Monte Socorro emprestava

¹³⁷ O Decreto Imperial n. 3085 aprovou seus estatutos. Funcionou de 1857 até 1969, quando seu controle acionário foi vendido a um capitalista pernambucano e incorporado ao Banco do Comércio e Indústria de Pernambuco.

¹³⁸ O banco foi extinto no governo Paulo Ramos e incorporado ao Banco do Estado do Maranhão.

¹³⁹ Autorizado pelo Decreto Imperial n. 6.587, de 23.06.1877.



sobre penhora de prata, ouro e diamantes, a baixos juros, por ser o “banco dos pobres”. Calcula-se que essas casas bancárias para os de baixa renda contribuíram também para o melhoramento das casas mais humildes, as portas e janelas, refletindo no aspecto físico da cidade.

Mais tarde, a praça local contou com o London Bank, funcionando no Largo do Palácio, no local da atual sede do Banco da Amazônia.

Considerável movimento existiu com a participação dos bancos. Navios enfeitados de velas e bandeiras de muitas nações aportaram em São Luís trazendo cebola, azeite e bacalhau, ao lado de livros e ideias; pedra de cantaria e porcelana de Sèvres; louça inglesa, prataria do oriente, mosaicos pirogravados ou pintados à mão, telhas de porcelana, de vidro ou de cerâmica do Porto para os beirais das casas; sedas, merinos, alpacas, casimira inglesa e linho irlandês. Retornavam carregados de algodão, açúcar e, em menor escala, atoados, couro, gergelim, cacau, cera, goma e toros de madeira.

A “rua dos bancos”, como era conhecida a Rua do Giz.
Foto Gaudêncio Cunha

Saneamento

A condição primordial na escolha da fixação de arraiais era contar com boa água e a ilha de Upaon Açu era pródiga nesse aspecto. Desde o século XVII, enquanto São Luís não dispôs de água canalizada, até meados do século XIX, a população ludovicense foi suprida da água de rios, riachos, bicas, fontes e poços. Alguns veios ocultos da terra ou de subterrâneos sombrios foram adaptados em forma de fontes, em lugares estratégicos da cidade, para uso geral da comunidade. As fontes minoraram a distância ao suprimento nos rios, de águas impuras e a carência pela inacessibilidade aos poços privativos.

No primeiro quartel do século XVII, religiosos e colonos de maiores posses, solicitaram do Senado da Câmara direito de construir fontes em vários olhos d'água da Ilha. Certos proprietários, leigos ou religiosos, cederem fontes privadas à população por beneplácito. Aos fundos do Seminário de Santo Antônio, um tanque todo de azulejo pintado a fogo recebia a água e abastecia os arredores. Em 1860, os religiosos ergueram um muro de proteção ao Seminário, incluindo a fonte, motivo de grita popular. No século XX, o Seminário recuou seus muros e doou à Prefeitura de São Luís a Fonte do Seminário de Santo Antônio, com novo endereço: Beco do Rancho no encontro com a Rua do Alecrim. A aquisição paulatina das fontes pelo poder público resultou na cobrança de tarifa aos consumidores ou descaso e posterior ruína. A de Santo Antônio, abandonada, hoje, é quase um terreno baldio com boa parte aterrada e cercada de mato e lixo.

No local da Fonte das Pedras, Jerônimo de Albuquerque descansou suas tropas em 1615. Alguns historiadores atribuem sua construção aos holandeses pelo fato dos invasores terem se abastecido naquele manancial. As características da construção em estilo colonial português negam tal afirmativa. No meio de um jardim, protegida por muro, com portão brasonado, quatro pilastras encimadas por entabamento, seguram um frontão de

perfil ondulado, centrado por um coruchéu. Em seu interior, de quatro carrancas em cantaria escoam as águas de mais de quatro nascentes para um tanque revestido de grandes pedras de cantaria. Em 1762 registraram avarias, porém, somente em 1774, o governador Melo e Póvoas alertou o Senado da Câmara sobre a diminuição da vazão, principalmente nos meses de verão, representando problema no abastecimento de água da população. Em 1818, em função do agravamento, a Câmara proibiu o corte do arvoredo nas imediações da fonte. Sem os reparos exigidos, por volta de 1867, estava quase em estado de destruição, com sérios riscos de infiltração de esgotos e águas das chuvas empoçadas, sem nenhuma preocupação da conservação por parte do poder público municipal. Em condições precaríssimas foi encampada pela Fábrica Santa Amélia para uso do estabelecimento fabril e da população carente. Fechada a fábrica, o prédio está sob guarda da Universidade Federal do Maranhão e a fonte, conservada por um vizinho, às suas expensas, até seu falecimento. Hoje, voltou à Prefeitura Municipal de São Luís.

A fonte entre o Largo de Santiago e a Quinta da Boa Hora, construída na segunda metade do século XVII com dois poços, ficava próxima ao mar, sendo invadida pelas grandes marés. Lugar aprazível preferido pelas lavadeiras pela vegetação rasteira usada como coradouro de suas roupas. Depois do terceiro bispo da Arquidiocese do Maranhão ficar confinado por ordem de prisão do Ouvidor-Geral, à noite, o epíscopo ia tomar água na fonte. Este episódio levou o povo a chamá-la de Fonte do Bispo. O poder público a deteriorou com a posterior construção do Anel Viário e do Aterro do Bacanga. Atualmente está reduzida a pequena cacimba de poucos centímetros de profundidade e resto de alicerce em forma retangular, distante do mar e sufocada entre casas, ruas estreitas e o muro da Quinta. As águas de serventia dos moradores da parte alta da cidade ameaçam sua estrutura, pelo perigo de infiltração. Duas folhas de ferro em duas águas, apoiadas diretamente às bordas, cobrem o local totalmente esquecido pelas autoridades competentes.

Construída em 1796, entre as ruas dos Afogados, das Barrocas e do Ribeirão, a Fonte do Ribeirão tem um pátio revestido de pedras de cantaria, protegido por paredes, com um quadro ladeado por duas pilastras ornadas com frisos, encimados por coruchéus, apoiando nestas pilastras um entablamento com frontão, gravados símbolos pagãos e cristãos e uma estátua de Netuno. Três janelas gradeadas de ferro dão acesso às galerias de canalização dos lençóis subterrâneos e, mais abaixo, cinco carrancas de pedra com biqueiras de bronze despejam as águas num tanque que lajeia todo o pátio e escoam em direção à antiga Praia do Caju. Em ruínas, recebeu alguns melhoramentos em 1832, porém, em fins dos anos 1860 encontrava-se deteriorada, mesmo sendo um belo monumento. Alguns atribuem a procedência dos lagos subterrâneos, parte de um grande labirinto escavado pelos jesuítas nas eras co-

Fonte do Ribeirão, belo exemplo de engenharia e arquitetura executados em 1796.
Foto Edgar Rocha



loniais para facilitar a fuga dos padres em momentos de crise. A história da Fonte é um exemplo de especulações e invenções encampadas pela história da cidade. Suas galerias, motivo lendário na imaginação popular, abrigariam uma serpente com a cauda na Igreja do Carmo e a cabeça na Fonte, espiando “a gente, por trás da grade de uma das bocas da fonte, com a boca muito aberta, uma língua muito comprida e vermelha, saindo do meio dos dentes, cujos olhos de fogo advinham na sombra do subterrâneo. E se a serpente partisse a grade?”¹⁴⁰

O livro da Câmara, de 1723, registra a Fonte da Olaria. Outra anotação de 1793, de um realengo cedido a uma portuguesa da Quinta do Gavião, hoje o Cemitério do mesmo nome. No mesmo ano, análogo realengo foi concedido ao Padre Roque Jacinto Lopes Tourinho e transformado na Fonte da Telha. O terceiro realengo concedido formou a Fonte do Açogue, manancial próximo à Fonte das Pedras, assim chamado por ficar anexo ao curral de matança de bois. A quarta, Fonte da Salina, também de particular, iniciou a assistência à população a partir de 1793. Todas essas cinco, passadas ao poder público, sofreram paulatina deterioração, pelo descaso, chegando à extinção.

Encostada ao muro dos fundos do Convento das Mercês, fonte de abastecimento das casas e lavagem de roupa na falta de água encanada, as Pocinhas, como eram chamadas, foram um ponto de encontro no decorrer dos séculos. Na reforma do Convento, em 1989, o Governo do Estado mandou construir um tanque e um banco de lavar, com cobertura de amianto para melhor conforto das lavadeiras.

Em 1827, na Quinta do Apicum, o major engenheiro André de Andrade Braga construiu uma fonte, aproveitando as nascentes subterrâneas do Caminho da Boiada

¹⁴⁰ MONTELLO, Josué. *Os Degraus do Paraíso*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

direcionadas a seis bicas e seis poços. Foi de grande utilidade para a população da Quinta e adjacências. Em passos cadenciados e silenciosos, nas primeiras horas dos sábados, com potes e bilhas nos ombros, Noviches ou Irmãs, devotas e pagadoras de promessas iam buscar a divindade natural, a límpida e pura água da Fonte do Apicum, em gesto tradicional, revestido de ritualística cerimoniosa e cândida. As negras professoras daqueles rituais sagrados, com suas jarras d'água para os cultos afro, pediam aos seus orixás a perenidade da Fonte do Apicum. No século XX, o conjunto de casas do bairro foi construído em cima do riacho isolado por galeria de cimento.

A Fonte do Marajá, construída em 1828 junto à Quinta do mesmo nome, e localizada nas atuais Rua dos Veados e Silva Jardim, com uma parede, um frontispício e duas bicas, serviu aos moradores daquele arraial até meados do século XX. As árvores foram derrubadas, a fonte aterrada e o lugar transformado numa tosca praça de esportes e, ao fundo, uma escolinha da Prefeitura com toda a insalubridade indesejada. Um matagal característico de lugares úmidos danificou as construções e a água da nascente continua a jorrar num dos locais mais abandonados da cidade, vizinho a um órgão da área da saúde, pertencente à Universidade Federal do Maranhão.

A Fonte do Mamoim, construída em 1876 nas proximidades do quartel do Campo d'Ourique para suprimento das tropas, fica no começo da Rua dos Veados. Os paredões e carrancas por onde deveria correr a água ruíram. O poço, de forma circular e todo em pedra, guarda água até sua borda, com pouco aproveitamento por estar coberta de mururu. Este lugar agradável poderia ser transformado em um parque ou um bosque, somado a outro matagal ao lado, com poço atijolado, de água límpida, hoje é reduzido à frequência dos *voyagers* da Praça Deodoro em seus banhos diários e necessidades fisiológicas.

Vários poços com belos trabalhos em pedra e cal, água clara e sempre transbordante, fundo de areia branca, feitos pela escravaria, entre os séculos XVII e XIX, são testemunhos de nossa história. Foram espaços onde as comunidades se reuniam para lavar roupas, trocar ideias, contar ou saber das novidades, comentar escândalos familiares ou acontecimentos da cidade, desabafar as desditas, discutir, brigar pela disputa da água, namorar, recanto preferido pelos amantes a fiúza de dividirem o peso dos potes, ponto de mulheres fáceis, quase sempre escravas, locais para fazer sexo, que chegaram a abalar conventos, envolvendo frades em encontros amorosos, tendo como cúmplices a escuridão da noite e as moitas de mato, próximas às fontes. Todo o resgate da história desses pontos de informação, divulgação rápida e precisa passa despercebido. Na região dos Vinhais, ainda existe uma série desses sítios, a maioria, antigas propriedades de Ana Jansen, uns à beira dos barrancos ou junto aos pequenos portos, outros, em toda a extensão do mangue.

Já se passara a metade do século e a população ludovicense continuava se auto-abastecendo das águas de fontes ou nascentes. Os solares tinham seus próprios poços nos quintais. Na falta de água própria, a maioria dos habitantes recorria a comerciantes do ramo ou, por longos



Carranca da Fonte das Pedras, por onde passou a tropa de Jerônimo de Albuquerque em 1615.
Foto Edgar Rocha

anos, compraram o precioso líquido dos aguadeiros, tipo social dos mais expressivos no cotidiano. Com o crescimento da população, as fontes espalhadas pelos diversos pontos da cidade, se tornaram difíceis e insuficientes, muitas delas diminuídas com o desmatamento, pelo aterramento para construções ou pela privatização. A cidade se expandiu e as maiores distâncias sacrificavam os negros, carregando nos ombros, paus de carga com dois barris nas extremidades ou em jumentos com duas pipas. Um espanhol, radicado em São Luís, além de abastecer os navios, iniciou a venda de água numa barraca defronte da Casa das Tulhas. O bom lucro estimulou a fornecedora Ana Jansen, proprietária de muitos poços, a propor uma sociedade monopolizadora da venda do líquido, em barracas ou entregue a domicílio. Colhida sem higiene por escravos e trazida em canoas dos Vinhais ou em carros de boi, do Apicuns, era vendida pelos negros, com mãos e canecos sujos a tirar a água das pipas para entregar a domicílio em carroças trepidantes. As pipas transbordavam, molhando as pedras das principais ruas e atordoando as pessoas com gritos anunciando de água fresca. Os aguadeiros eram os mesmos tigres, transportadores do lixo, dos resíduos apodrecidos, dos excrementos das casas senhoriais em barris, pipas ou cabungos de fezes. Levando na cabeça, o conteúdo dos barris era despejado nos rios, nas praias, nos becos escuros ou matos mais próximos. Não raro, esses barris, velhos e fendidos pelo uso, largavam o fundo, derramando a sujeira pelas ruas, impregnando de odor insuportável o ar da cidade.

O sacrifício do escravo não era menor ao deixar água nos diversos andares dos sobrados para consumo dos senhores. As tinhas e gamelas foram substituídas por banheiras de cobre ou de flandres e, como disse Gilberto Freyre *“uma das gabolices de alguns sobrados ilustres era que os senhores tomavam banhos mornos e deixavam escorrer para a*

*rua azulada pelo fino sabonete e aguardente da melhor qualidade e diziam se orgulhar de não feder a negro.”*¹⁴¹ É possível cenas como esta, acontecidas em São Luís, pela extravagância e exibicionismo de senhores verificada em outras circunstâncias.

Com a volta de rapazes ricos dos centros europeus depois de concluírem seus cursos superiores, algumas modificações ocorreram na vida ludovicense com novas ideias, hábitos e outra visão de mundo, capaz de enxergar pontos negativos da vida da Província. Raimundo Teixeira Mendes, descendente de família tradicional maranhense, formou-se em engenharia pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris. Organizou a empresa de navegação fluvial e costeira com grande sucesso. Identificando a água contaminada como principal causa das epidemias de varíola, sarampo e febre amarela, o engenheiro propôs organizar uma companhia de fornecimento suprida pelo rio Anil. Estudos prévios garantiram quantidade suficiente do líquido para atender às necessidades da população e qualidade indiscutível, boa e límpida das águas do rio Anil, chamado, em sua cabeceira, de Rio Azul. O volume d'água do rio era assegurado pelos afluentes, à margem esquerda o Rio Angelim e à direita, os rios Cutim, Barreto e Aurora, navegáveis até as imediações da Vila do Anil. A água viria por um conduto até uma caixa d'água de 4 metros de altura, no Campo d'Ourique, redistribuído o líquido por canos de ferro para sete chafarizes ingleses instalados nos largos do Quartel, do Carmo, de Santo Antônio e nas praças da Alegria,¹⁴² da Misericórdia, do Mercado e do Comércio. Outras fontes in-

¹⁴¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 27ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

¹⁴² A princípio, o chafariz foi colocado no Largo de São João. Como uma linda estátua de bronze, Vênus saindo do banho foi considerada por padres e muitas famílias *“uma imoralidade”*. O governo, através da Lei 537, de 30.06.1859 autorizou o traslado daquele Largo para a Praça da Alegria.



termediárias com as mesmas qualidades seriam canalizadas em diversos pontos e distribuídas por meio de ductos de ferro, ligados ao reservatório principal, superior a estes pontos.

A preocupação estética dos engenheiros foi demonstrada na feitura da caixa d'água, verdadeira obra de arte em alumínio, esguia, rodeada por escada com acabamento rendado e cúpula arrematada com franja, colocada em frente do Galpão. Semelhante empenho pelo aformoseamento da cidade foi confirmado na escolha dos chafarizes, importados da Inglaterra, lindamente decorados com esculturas em bronze, sensibilidade ausente entre administradores subsequentes. A caixa d'água foi demolida e alguns chafarizes excluídos na reforma das respectivas praças. O

A primeira caixa d'água, instalada em 1856 pela Companhia das Águas do Rio Anil.

mais simples e pobre em arte, único conservado no primitivo local, na Praça da Misericórdia, encontra-se abandonado; dois em 1832, os mais simples e artisticamente pobres, deslocados para o Museu Histórico e para o Palácio Cristo Rei e os quatro outros tomaram paradeiro ignorado.

Aprovada a proposta em 1850, a Companhia das Águas do Rio Anil foi criada em 1856, com privilégio exclusivo da venda de água durante sessenta anos. O capital foi levantado e os trabalhos logo iniciados. Usina, roda hidráulica, canos de alvenaria, condutor da linha até o Campo d'Ourique, um reservatório de 4 metros de altura e o encanamento de ferro até os chafarizes. A Companhia foi mal recebida e sistematicamente perseguida, tendo o contrato alterado várias vezes. Despendida a soma de trezentos contos de réis e concluída a obra, em 1º de janeiro

de 1862, solicitou ao governo o privilégio exclusivo da venda da água por 60 anos, estipulado o preço e o pagamento dos juros sobre o capital investido a que se julgava com direito. Esta pendência arrastada até 1867 não impediu a inauguração, com muita alegria. Água boa e limpa, dizia o povo.

O espanhol, José da Cunha Santos, sócio da venda de água a domicílio até aquela data, ameaçado de perder seus gordos lucros, foi até a empresária monopolizadora do negócio, dizer do sucesso da Companhia e teve como resposta: "*Olhe, Nhô Mundico aprendeu foi fazer calçadas, não vender água. Eu ainda não entrei na dança.*"¹⁴³ Dias depois, começou uma campanha contra o novo sistema de abastecimento de água da Capital. Os escravos da matrona saíram anunciando: *Gato podre na Caixa d'Água!* Com repugnância, o povo se absteve de usar a água dos chafarizes. Esvaziado o depósito e enchido com água limpa, a população abandonou os aguadeiros de Donana Jansen. Corpo de Guardas foi criado para vigiar a caixa d'água. Em altas horas da noite, negros encapuzados atacaram os guardas, amordaçados, peados e jogados em terrenos baldios. Um pelotão de soldados armados garantiu o local quando, certo dia, faltou água nos chafarizes. Operários da Companhia trabalharam intensamente desligando torneiras, afrouxando luvas e cotovelos e só descobriram o defeito quando encontraram os canos da rede geral soldados aos dos chafarizes. Soldados patrulharam os chafarizes. Outra obstrução com uma parede no cano geral do Cutim. Em seguida, roubo de uma peça importante da rede hidráulica. A cada sabotagem, surgiam negros *aguadeiros de rua*. Com o fornecimento irregular, o falecimento de Teixeira Mendes, as conseqüentes más administrações e recusado

¹⁴³ VIVEIROS, Jerônimo. *Ana Jansen, Rainha do Maranhão*. São Luís: Edições AML, 1989, p. 37.



o cumprimento do acordo pelo Governo, a Companhia entregou a rede de canalização d'água, em 1866, e Donana Jansen voltou a distribuir água poluída por mais oito anos.

Novo contrato em 1867, com o inglês Jonh Blount, representou a tentativa de penetração do capital inglês no setor de abastecimento d'água, simpática à sociedade ludovicense, pois o capital e a tecnologia britânicos para este fim eram os mais desenvolvidos do mundo. O contrato previu a incorporação do patrimônio existente, indenização aos particulares acionistas da antiga Companhia no prazo de dez meses, ampliação da canalização das três já existentes para nove milhas inglesas, aumento do número de torneiras nos chafarizes, devidamente cercados de engadamento de ferro e sempre conservados cheios, dentre outras exigências. O rigor das cláusulas contratuais levou o contratado à desistência. O interesse econômico de Ana Jansen pesou mais que as epidemias, fragilmente enfrentadas pelo governo.

Depois de algumas tentativas frustradas, em 1874, a cidade contou com água encanada, distribuída pela Companhia das Águas de São Luís, com suprimento do rio Anil e de outros mananciais, fontes e regatos, com capacidade diária de um milhão de litros.¹⁴⁴ Por questões operacionais, mais tarde somente as águas do Barreto e do Cutim foram aproveitadas. Sem o monopólio da venda do líquido, preço tabelado, gratuidade a estabelecimentos públicos e na instalação dos registros residenciais, com rígida fiscalização dos mananciais e instalações pelo governo, a Companhia funcionou precariamente. Dois terços da população, equivalente a 3.059 domicílios, dos 4.814, estavam fora da capacidade de abastecimento do serviço

Chafariz da Praça da Misericórdia, o mais simples e único conservado no primitivo local.
Foto Edgar Rocha

¹⁴⁴ Contrato entre Martius Hoyer, José João Alves dos Santos e Manuel José da Silva e o governo provincial, depois das dificuldades da Companhia do Anil, iniciada em 1856 e denunciada em 1867.

de água, ou seja, somente as camadas privilegiadas foram providas pelo serviço público. O restante dos habitantes contava com os aguadeiros, fontes, bicas e nascentes e, o mais grave, a qualidade, a potabilidade, passou a ser discutida, pelo descaso como eram tratados os mananciais. As nascentes em regiões pouco habitadas tinham água pura, tais como o Ingaúra e as nascentes do Anil e do Cutim. As águas do Apicum se deterioraram pelos capinzais utilizados para pasto do gado e área de esterco. As lixeiras contíguas às fontes públicas usadas pela população pobre ofereciam água imprópria para alimentação. As roças às margens dos mananciais e a crescente devastação das matas diminuía o volume d'água e contaminavam o solo pela população ribeirinha.

O material fecal do casario era colhido nos cabungos de fezes e levado por escravos para o mar. O cansaço, a distância, o odor ou o comodismo dos tigres, não raro, os obrigavam a um percurso mais curto, deixando os dejetos em terrenos baldios, matagais e becos. Os ventos vindos do mar amenizavam o odor fétido espalhado pela cidade e a água das chuvas torrenciais corria pelas ladeiras como rios caudalosos, levando os detritos até o mar. A brisa marinha despoluía o ar e o inverno limpava as ruas de São Luís. O único trabalho feito na época colonial que servia a restrito número de privilegiados foram umas poucas galerias de águas fluviais que, ao mesmo tempo, escoavam fezes e águas residuais, pela inexistência de encanamentos especiais. Com a escassez das chuvas os detritos e materiais fecais ficavam acumulados ao longo do coletor, representando mais perigo à saúde pública, além das paredes das galerias, edificadas com material permeável, permitirem infiltração, contaminando o solo. O século XIX chegou ao fim sem uma rede de esgoto em São Luís: latrinas inutilizando poços e lençol freático ou as águas da chuva empurrando a sujeira para os rios e praias.

Alguns comerciantes propuseram à Assembleia Provincial construir uma canalização de esgoto em São Luís, com privilégio por 40 anos.¹⁴⁵

A nova organização republicana criou, em 1891, o cargo de Inspetor de Higiene do Maranhão e seu titular, o médico Almir Nina, em decorrência do caos estabelecido, elaborou um projeto prevendo rede de abastecimento de água, remoção e incineração do lixo, calçamento de ruas e vias públicas, arborização de praças e ruas, drenagem de pântanos, dentre outras medidas efetivas e indispensáveis à salubridade urbana. Sempre inexecutável por falta de verba, o governo, frente às epidemias, apelava para a lei. Em 1896, uma lei criou o Serviço de Higiene, também inoperante por falta de recurso e aparelhagem. A situação calamitosa, causada pela peste bubônica de 1903, coagiu o governo a criar o Serviço Extraordinário, pouco eficaz. O discurso de ligar as habitações à rede de esgotos teve a aprovação de técnicos, como do engenheiro Palmério Cantanhede e a reação de outros contra o “despotismo sanitário”. Bastou para justificar a omissão e o descaso das autoridades no enfrentamento real do problema. Os governantes alegavam a falta de educação da população em seguir as regras básicas de higiene e de consciência de que as latrinas, os baixos dos sobrados e os cortiços eram focos perniciosos de insalubridade, maneira falsa de formular um diagnóstico transformando o efeito em causa determinante. Ao mesmo tempo, os pobres conheciam as regras sanitárias, mas eram privados dos serviços de higiene.

Páginas seguintes:
Chafariz do
Largo do Carmo,
importado da
Inglaterra, em
1856.
Foto Gaudêncio Cunha

¹⁴⁵ O primeiro a propor, José Maria Bernes e em seguida, Henry Airlie, M. da S. Sardinha e Ignácio do Lago, conforme o Diário do Maranhão, de 25.02.1889. PALHANO, Raimundo. *Coisa Pública. Serviços Públicos e Cidadania. São Luís: IPES, 1988, p. 222.*



Transporte urbano

Daniel Kidder, em suas *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil*, registra o uso da rede “na qual se viaja comodamente” e é por isso que na São Luís colonial raríssimas eram as cadeirinhas de arruar e carruagens em uso. Era o mais comum transporte individual, fora o cavalo usados pelos homens, as redes de coberta, de linha, finas, elegantes, de padrões vistosos ou toda branca com varandas de labirinto, sustentadas por tabocas e conduzidas por negros africanos ou crioulos no transporte das damas e senhoritas da elite para passeios pela cidade, à igreja ou a visitas a amigos. Os senhores de bigodes frisados, cabeleiras empoadas, camisa de renda e bordados caríssimos faziam esforço para mostrar bom gosto, respeito e civilização, chegando com sua família em cadeirinhas, algumas doiradas, escoltadas por pajens vestidos a rigor.

Até a primeira metade do século XIX foram usados carruagem, carroça e cavalo para transportar famílias, carga ou homens. Imitando europeus, os mais bem aquinhoados possuíam palanquins, seges, traquitanas ou carriolas com tração animal, boleados pelo dono, por negros africanos ou crioulos escravos. Esses carros costumavam ser emprestados a amigos em batizados e casamentos até surgir o novo negócio de coches de aluguel. O primeiro “empresário de uma cocheira de aluguel”, o Porto, logo enfrentou a concorrência do “Guimarães, e depois deste o Ferreira, e por fim o Vicente... Era um verdadeiro martírio tomar um carro de aluguel.”¹⁴⁶

Dois foram os motivos das reclamações: a trepidação em calçamento acidentado e irregular, desde grandes pedras da época dos capitães-mores, passando por mata-

¹⁴⁶ Livro do Sesquicentenário de Celso Magalhães (1849-1999). São Luís: MPEM/AML, 1999, p. 119.

cão, macadame e, por fim, paralepípedo; e o desconforto de ver “cocheiros desalmados a arrebentarem-se a si próprios, arrebentando o chicote no lombo e nas magras costelas dos pobres animais.”¹⁴⁷

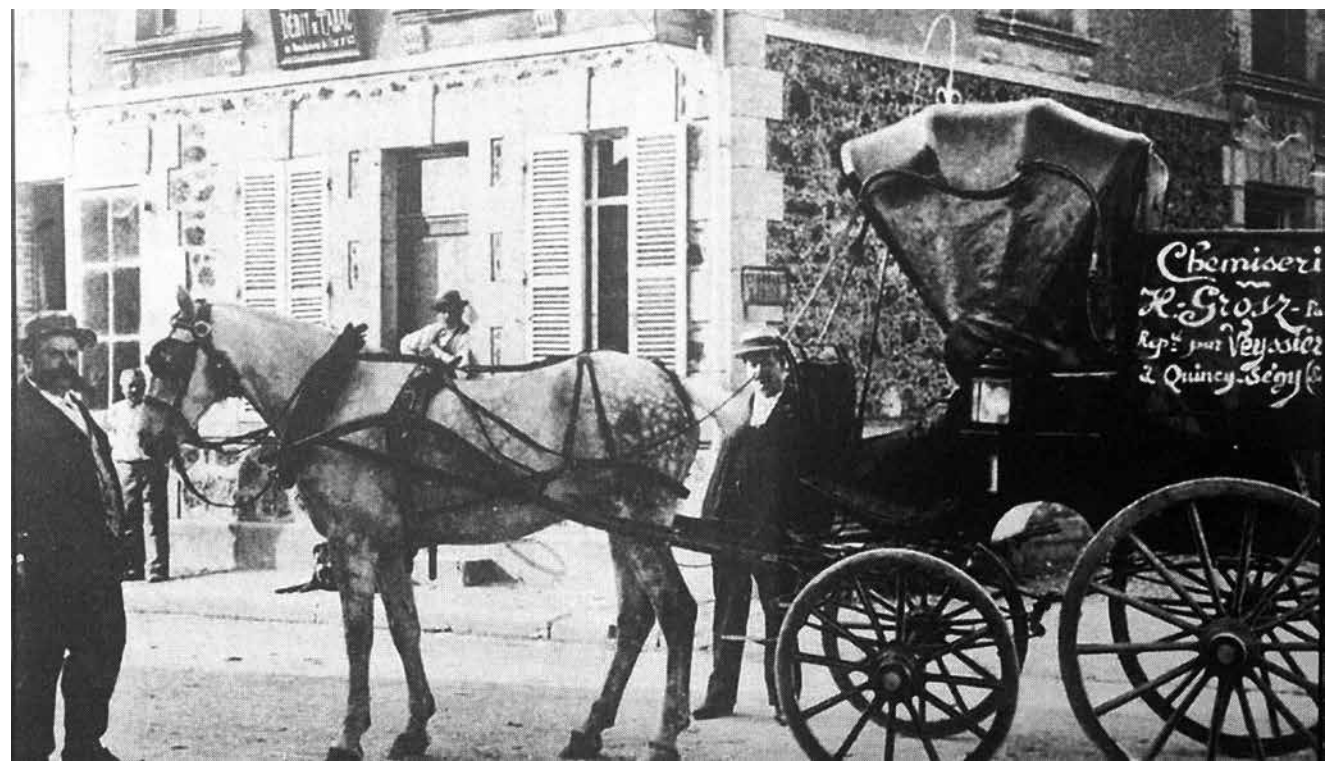
Findando o século, São Luís só dispunha de uma empresa locadora, a do Bartoldo que se via “em palpos de aranha para com doze carros atender a todos os pedidos.”¹⁴⁸ Conforme as notícias europeias, fazia parte das boas maneiras os convidados chegarem pontualmente nas festas, gerando grande tensão entre as famílias dependentes de charretes de aluguel. Famílias mais ricas tiveram suas carretes próprias.

O crescimento do tráfego exigiu lei municipal, proibindo a parada de diligência com carga e transporte de objetos que embaçassem o trânsito ou parada de cavalo em passeios públicos. Na segunda metade do século, as longas

¹⁴⁷ Ibidem, p. 120.

¹⁴⁸ LOBO, Antônio. *A carteira de um Neurasthenico* (romance). Maranhão: Edições d'A Revista do Norte, 1903, p.105.

Charrete de aluguel, 1903.



distâncias exigiram transporte coletivo para a população, embora a maioria andasse a pé; estradas abertas ou melhoradas e ruas alargadas, compatíveis com o aumento do trânsito de cargas e carregamentos; medidas inovadoras, tais como licenças para circular carruagens, carros, carroças, seges ou carrinhos previamente numerados; permissão de carros com rodas movidas sob eixos na cidade; faixas de trânsito para fluxo dos veículos; lanternas acesas à noite nos carros e chocalhos no pescoço dos animais durante o dia. Parte do abastecimento da cidade chegada do interior da Ilha vinha em carros com rodas fixas e para não danificar o calçamento do centro, foram designados os limites de circulação até as áreas da Praça da Alegria à Madre Deus, não muito distantes dos locais de consumo.

Pensado um contrato de linhas férreas para bondes, e pelas muitas reclamações dos usuários, as empresas de coches a tração animal foram encerrando suas atividades. Firmado o referido contrato,¹⁴⁹ o engenheiro e o empresário, “tomaram conta da cidade, fizeram das ruas e praças armazém de ferros e madeiras; empacharam-nos o caminho de dormentes e longarinas, revolveram pedras, assentaram trilhos de dia e de noite, e por fim encalharam nas curvas. Prontas as curvas, inaugurou-se a linha do Caminho Grande.”¹⁵⁰

Naquele ano de 1872, entrou em circulação o bonde de tração animal, transporte urbano muito rudimentar, instalado pela Companhia Ferro-Carril São Luís. Partia do Largo do Palácio ao Cutim, passando pela curva da Rua da Estrela, pela Estação, pela estrada dos Remédios e pelo lugar Francisco Abrantes. Os carros de segunda classe aceitavam cargas.

No fim da década já era alvo de críticas e indignação do povo pelo preço da passagem, seletivo e proibitivo

¹⁴⁹ Lei Provincial 907, de 15.07.1870 e contrato firmado com José Maria Bernes.

¹⁵⁰ Livro do Sesquicentenário, op. cit., p.120.



às camadas pobres; pela impontualidade; pelo transtorno no encontro das linhas; pela falta de condutores; pelo mal estado dos cartões de passagens; pela gritaria; pelas goteiras nos carros; pelo comportamento dos cocheiros e pelo mau tratamento aos animais. Cenas inacreditáveis eram presenciadas no itinerário Largo do Palácio/Cutim, via Caminho Grande. A longa distância, peso além da capacidade das bestas e o cansaço obrigavam os animais a se ajoelharem e nem sob os mais raivosos açoites, prosseguiam. Quanto mais apanhavam, por mais tempo empacavam. Os passageiros mais sensíveis protestavam contra os maus tratos aos animais. Os mais fortes saltavam e ajudavam a empurrar o bonde; outros, preocupados com a hora de chegada ao trabalho ou nas escolas, vez por outra, completavam o percurso a pé. Durante muito tempo foi assim. Trecho do artigo publicado no *O Jornal*, de 12 de janeiro de 1920, descreve com detalhes o suplício vivido pela po-

Estação da
Companhia
Ferro-Carril de
São Luís.
Foto Gaudêncio Cunha

pulação e mais ainda pelos animais: *“Sexta-feira última, à tarde, quando o bonde n. 1 descia dos Remédios teve que parar no desvio que fica em frente a redação d’O Jornal, a espera do outro carro que subia da Avenida Maranhense.”* Um calor asfixiante envolvia a cidade. *“Uma das animarias que puxava o escangalhaço veículo não suportou mais o tempo e o cansaço, que lhe fazia arfar, sob os arreios que lhe suplicavam o pêlo e jogou-se, em plena via pública, calma e serenamente, ao solo de paralelepípedos, ali ficando por muito tempo, para gaudio dos passageiros e tranzeuntes, que comentavam o caso em todos os tons. O cocheiro e o condutor, homens de bons corações talvez, não se animaram a tirar o miserável daquele dulce farmiente sabedores como são de que esforço dispendido pelos magníssimos animais bem lhe garante horas de folga, embora em prejuízo da estética da cidade.”*

Para evitar excesso de peso proibiram passageiros em pé e somente quatro em cada banco, medida fiscalizada pela Guarda Civil, enérgica no prosseguimento da viagem, se desobedecida a ordem. O problema estava no fundamento para exclusão de passageiros no caso de superlotação. Qual o critério de seleção adotado? Ficariam os de mais elevada posição social? Os mais idosos? Ou ficariam os mais fortes, certamente úteis, caso os trôpegos burricos empacassem?

A população gritava contra a redução do número de passageiros nos mesmos bondes em circulação. Os jornais da oposição protestavam contra a corrupção, injustiça, clientelismo, desamparo às camadas populares e aos serviços públicos, em geral. O problema se agravou quando a Empresa de Viação Urbana de São Luís adquiriu do Estado de Minas Gerais jericos com pouco ou sem nenhum adestramento para puxar bondes da linha do Anil. Sem nenhuma condição para o trabalho, mudaram os jericos para linhas mais curtas. A atuação dos *mineiros* irritou tanto os passageiros quanto o troco substituído por vales de passagens. O governo obrigou a Companhia



trocar os vales por dinheiro. A precária manutenção dos carros ocasionava descarrilamentos, atrasando a viagem e irritando os passageiros. Nem a mudança do nome da firma, em 1880, para Empresa Ferro-Carris Maranhense, melhorou o estado deplorável dos bondes. Em 1886, uma terceira mudança de nome e de proprietários, estimulada pelo governo, conseguiu melhorar e, em 1891, a Empresa iniciou a construção de uma linha férrea suburbana para carros puxados por locomotiva a vapor. A 30 de janeiro de 1893, inaugurado o trecho entre a estação e o alto do sítio Basson, próximo ao Prado da cidade. No Basson era feita a baldeação para bondes, de passageiros e cargas, uma vez que o comboio era misto.

Em 1896, São Luís dispunha de três linhas urbanas partindo do Largo do Palácio, para a Estação Central (farol branco), para os Remédios (farol encarnado) e para São Pantaleão (farol verde). Três linhas suburbanas com tração a vapor percorriam: da Estação Central ao Anil; da Estação Central à Jordoia e da Jordoia ao Anil.

Bonde a tração animal com capacidade para 16 passageiros.

Páginas seguintes:
Estação Suburbana.
Foto Gaudêncio Cunha



Ruas, calçamento e limpeza

Conforme registrou o Padre José de Moraes, com o “primeiro calçamento que aqui houve”, em 1759, as ruas de São Luís ofereciam comodidade, sem prejuízos causados pelas chuvas, benéficas por realizar seu asseio. Vinte anos depois, em 1780, ofício do Ouvidor-Geral à Câmara destacava a precariedade do calçamento. Até o início do século XIX, constantes críticas apontavam o péssimo material empregado, a técnica utilizada, a maior parte das ruas aterradas, muitas obstruídas ou quase intransitáveis e sem passeios. Em 1804, através de ofício à Câmara, o governador reiterou a necessidade de calçar as ruas de São Luís “onde o comércio e civilização tinham dado passos agigantados, fazendo em outros assuntos envergonhadas as outras cidades da América ainda as mais antigas!”¹⁵¹

O último capitão-general e governador do Maranhão, empossado em agosto de 1819, realizou várias obras de suma importância, como aformoseamento do Largo do Palácio, reparação da rampa de desembarque, construção de novo armazém de pólvora, aumento do hospital militar, recuperação de quase todos os prédios públicos e o calçamento e iluminação da Rua Formosa, a primeira beneficiada por tais benfeitorias. Na falta de calceteiros, mandou calçar outras ruas centrais da cidade pelos presos e com a contrapartida financeira dos moradores. À falta de rendas da Câmara, os proprietários forneceram as pedras para o calçamento, feito por calcetas. Isto justifica o núcleo central, habitado pela elite fornecedora das pedras, receber calçamento e regularização das artérias públicas, cujos trabalhos tiveram início em fins do século XVIII, com o processo de expansão urbana.

¹⁵¹ MARQUES, César, 1970, op. cit., p. 167.

Em 1822, a Junta Governativa pediu à Câmara 14 presos para escavar pedras nas pedreiras do Itaqui e continuar as calçadas da capital. Os encarcerados, primeiros calceteiros na falta de profissionais experientes, apresentaram um trabalho precário no revestimento das ruas. Mal colocado o matacão ou cabeça de negro, em pouco tempo, deixava as ruas enlameadas nas chuvaradas, criando touceiras de capim, pela falta de limpeza pública sistemática. As chuvas escavavam o calçamento com pedras mal acomodadas numa base de terra e faziam aflorar lama, razão pela qual o perfil urbanístico da cidade era pavoroso: cidade fúnebre, de subidas íngremes, sem acesso a carros e seges. A pouca ou nenhuma iluminação obrigava as pessoas a andar à noite com archotes para evitar agressões de meliantes e para não cair nos covões e buracos. As áreas ocupadas por famílias pobres, afastadas do núcleo central, se formaram sem simetria, como, por exemplo, do Desterro a São Pantaleão.

Uma série de medidas, tomadas pelo poder público para melhorar o perfil urbanístico de São Luís, aconteceu em 1852. O novo Código de Postura obrigou os proprietários fazerem as calçadas das testadas de suas casas, quintas ou terrenos; calçadas de vinte palmos de largura e com meio palmo de elevação nas ruas principais, formando naturalmente sarjetas; alinhamento das ruas, seguido o plano elaborado pela Câmara. O serviço mal feito e pouco duradouro adia o cumprimento rigoroso da feitura das testadas condicionadas ao calçamento das vias. A obrigação por parte dos proprietários, ratificada em 1856, impôs três meses de prazo depois do calçamento. Em 1866, novas medidas disciplinadoras do espaço público urbano, inclusive: a proibição do corte de árvores frutíferas; alteração do nome das ruas e da numeração das casas; limpeza das testadas das casas até a metade da rua; alinhamento e imposição de oito braços das ruas a serem abertas; proibição de aves e animais soltos; espancamento, subalimentação e excesso

de peso aos animais de tiro nos lugares públicos; prazo de oito dias, após a conclusão do calçamento das ruas, para os proprietários construírem suas calçadas, sob pena de multa de trinta mil réis. Todas essas recomendações foram parcialmente obedecidas. No mesmo ano, o Governo contraiu empréstimo para o calçamento e aformoseamento da cidade, cuja execução previu a desapropriação de alguns quarteirões, mais tarde integrados à região nobre.

Com a expansão da cidade, pelos idos de 1878, tendo como referência o Caminho Grande, o governo propôs a abertura de uma estrada ligando o João Paulo à freguesia de São João Batista de Vinhais, indo até a costa do Calhau, além de uma ponte no lugar Caratatiua.

A preocupação de abrir as vias de circulação não abrangeu calçamento, preocupação restrita ao centro da cidade que, no decorrer do século, sofreu três variações no sistema de calçamento: o matacão ou pedra cabeça de negro, o macadame e o tisson, pedra lisa e pontiaguda, muito criticada pelas vítimas pelos sérios tombos causados.

Em 1883, o Governo autorizou a Câmara contrair empréstimo para melhorar o calçamento das ruas do Trapiche, São João, Palma, Paz, Remédios, perímetro preferido pelas famílias de comerciantes, fazendeiros e altos funcionários. Até o final do século XIX, os benefícios urbanísticos foram desfrutados quase exclusivamente pela zona nobre de São Luís.

O calçamento, constantemente feito pela baixa qualidade do trabalho, não suportava o peso das chuvas e dos veículos carregados de frutas, legumes, aves e farinha. Como falou César Marques: *“trabalha-se sempre, e infelizmente continuam as ruas mal calçadas. Terminada uma rua, quase nunca são reparados seus estragos, e dentro de pouco tempo acha-se quase toda inutilizada.”*¹⁵² O descompromisso

¹⁵² Ibidem, p. 168.

de mandatários no acompanhamento dos trabalhos e materiais empregados e de técnicos na execução das obras públicas tonou-se uma constante na história urbanística de São Luís. Nos idos de 1870, Graça Aranha aludiu ao precário calçamento do Largo do Palácio, onde carneiros, cabras e bodes pastavam capim de burro e *“calcetas capinando o largo por onde passavam às nove hora e às três da tarde, os empregados públicos da Secretaria da Tesouraria e do Tesouro.”*¹⁵³

Em 1893, a Intendência substituiu todas as posturas anteriores por novo Código de Posturas, incorporando normas passadas, tais como, a questão do nome das ruas e praças, numeração dos prédios, conservação dos logradouros públicos e calçamento dos passeios. Era imposto aos proprietários, de três em três anos, nos meses de dezembro a janeiro, picar as pedras de cantaria das calçadas, para evitar os constantes escorregões. Em 1896, nem todas as 74 ruas, 16 praças, 21 travessas e alguns becos tinham recebido calçamento. No ano seguinte, nova técnica de rejuntamento das pedras com cimento inglês melhorou consideravelmente as ruas.

O cartão de visitas da cidade resumiu-se ao Largo do Palácio - com a sede do Governo, a Capitania dos Portos, a Repartição do Telégrafo, a Caixa Econômica, a Intendência, o Paço da Câmara Municipal e a Catedral - o Largo do Carmo, a Praça do Comércio e o Largo dos Remédios. Estes logradouros serviam de limites entre as principais ruas habitadas pelas famílias importantes, justamente as servidas pelos serviços públicos urbanos: linhas de bonde, iluminação a gás e água canalizada.

O viajante, restrito às áreas centrais, levava boa impressão de uma São Luís de praças ajardinadas, avenidas arborizadas, ruas calçadas, passeios e sarjetas com pedra de cantaria.

¹⁵³ GRAÇA ARANHA. *O Meu Próprio Romance*. (1931) 4ª. Edição. São Luís: Alumar, 1996, p. 50.

Largo do Palácio e entrada do porto [1860?]. Gravura: litografia.
Biblioteca Nacional Digital



O fim do século careceu de um plano de expansão com projeto de futuros arruamentos, alinhamento das habitações e maior largura das ruas. Esta carência refletiu na formação de bairros fora do disciplinamento do poder público, com ruas mais estreitas e mais tortuosas em comparação às épocas anteriores. A melhoria das casas de palha para alvenaria determinou definitivamente a constituição de bairros com vielas e ruas desalinhadas. O plano de ampliação citadina, com lei de recuo das casas e regras de higiene, capaz de equilibrar as diversas formas de apropriação do espaço urbano, contemplaria a questão da salubridade e da estética da cidade. O poder público se mostra indiferente às invasões, alegando a impossibilidade de orientar o alinhamento dos casebres para não parecer tácita autorização.

A herança colonial e imperial de São Luís representa a parte mais interessante e bonita em termos urbanísticos. As ruas são aferradas aos seus nomes antigos, pitorescos, um tanto líricos, quase um culto popular, maneira de viver o passado e reagir contra a balbúrdia estabelecida com substituições descabidas, *“mudados à força para o de ilustres desconhecidos que em sua maioria não se sabe o que fizeram para merecer a honra de batizar logradouro público.”*¹⁵⁴ Estreitas, pela função de simples linha de comunicação e transporte de cadeirinhas, redes, carros e esquifes, serpentinas, palanquins, todos sem rodas e conduzidos nos ombros de escravos. Algumas ruas perigosas e desconfortáveis, revestidas de pesados matacões e pedregulhos roxo terra, pedra cabeça de negro, tipo de calçamento pé de moleque, escuras à noite, ruas adormecidas ou sonolentas para não quebrarem o silêncio dos muitos anos de história, de nomes evocativos de outras idades, muitos, em contraste com a circunstância ou com o aspecto físico

¹⁵⁴ VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve História das Ruas de São Luís*. Maranhão: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Departamento Regional do Maranhão, 1962, p. 7.



da via. A Rua Direita, torta; a Rua do Norte, no sul da cidade; dos Remédios sem nenhuma farmácia; do Sol, à sombra dos sobrados; dos Afogados, entre Prazeres e Alegria; do Passeio, conduz ao cemitério; da Palma, das Cajazeiras, do Alecrim, das Flores, dos Craveiros, do Coqueiro, da Mangueira, da Manga, da Palha, ausente qualquer destas plantas. A Praça da Alegria, antigo lugar de tristeza, lágrimas e sofrimentos, mesmo lugar do Largo da Força Velha. A Rua da Paz, de intenso tráfego, foi calçada, em 1855, com pedras vindas de São Marcos, pela sua importância na circulação da cidade. A Rua dos Marajás, simples, modesta, sem nenhum prédio suntuoso à semelhança dos ricos palácios indianos.

Vários largos enfeitam a cidade. O Largo de São João, em frente à igreja do mesmo nome. O Largo do Quartel, justificado pelo quartel construído em 1797, ponto de convergência do povo pelo chafariz instalado pela Companhia das Águas do Anil e também ponto máximo de atração nos três dias de carnaval.

Um dos pontos principais da cidade era o largo do Quartel no Campo d'Ourique.
Foto Gaudêncio Cunha

O Largo do Carmo, assim chamado em função da construção de convento e igreja dos carmelitas, um dos primeiros logradouros e coração da cidade no decorrer dos séculos; local do Pelourinho¹⁵⁵; das primeiras feiras ou mercados; do primeiro telheiro para abrigar as vendedoras de hortaliça; de um dos chafarizes; da passagem desde os palanquins até bondes e ônibus; palco de luta nos idos do século XVII ao século XX; um dos locais preferidos pela população nos carnavais; aglutinador dos comícios, das célebres rodinhas dos faladores da vida alheia e de conchavos políticos. O Largo do Cemitério localizado entre as ruas do Passeio e do Norte, ponto de vendedores de flores e quiosques para lanche e bebidas. O Largo da Madre Deus, antes um espaço lamacento, transformado em praça ajardinada apenas em meados do século XX.

Ruas homenageiam santos, mais pela proximidade das igrejas que pela religiosidade do colono: de Santo Antônio, de São João, de Santana, de Santaninha, de São Pantaleão, de Santiago, da Madre Deus, da Cruz. Outras com nomes de astros: do Sol, da Estrela. De outras plagas: Egito, Marajah, Portugal. Nomes antiquíssimos como Rua do Ribeirão, das Barrocas, do Pespontão, da Misericórdia, da Inveja, da Fonte das Pedras, da Passagem. Interessantes são os nomes das ruas da Viração, talvez pela pancada de vento recebida dos lados da antiga fábrica de chumbo e de pregos; do Precipício, calçada com pedras arestadas, polidas pelos pés dos passantes, terminada de maneira íngreme. Rua das Crioulas, muito movimentada pela fábrica Feliz Empresa de pilar arroz, fundada em 1817, a Com-

¹⁵⁵ Meireles. *Efemérides*, p. 338, “Em cerimônia pública é destruído o pelourinho existente no Largo do Carmo, após inflamado discurso de Paula Duarte em que o apontou como símbolo da tirania escravista. O pelourinho era uma coluna de mármore retorcido, encimada por uma lança e foi construído em 1815. Em 1863 a Câmara pretendeu removê-lo para Largo da Cadeia, ao que se opôs o governador provincial.”

panhia Lanifícios Maranhense, beneficiadora de lã, seda e algodão e, posteriormente, a Fábrica Santa Amélia, de Cândido Ribeiro. A Rua da Imprensa, endereço da Tipografia Nacional, instalada em 1821, impressora do primeiro jornal publicado, *O Conciliador do Maranhão*. A Rua das Cajazeiras, assim chamada pela atuação de rapazes do Club das Cajazeiras, em movimento incessante contra os portugueses. A Rua das Barraquinhas, estreita, pitoresca, tomou o nome da capela de Nossa Senhora das Barraquinhas, construída em 1782, famosa pela realização de Pastores populares. A Rua da Palma teve uma posição nobre nos tempos de bonança, rivalizando-se com as paralelas, Rua do Giz e da Estrela. Nela residiam as famílias mais distintas em prédios magníficos, testemunhas da época de esplendor e opulência.

Rua da Estrela, de grande comércio e belos sobrados azulejados. *Album do Maranhão*



O fim do século XIX vai selar o destino dos casarões. Nas salas arejadas e claras assoalhadas de andiroba, maçaranduba ou bacuri não mais circularam as sinhazinhas elegantes, os circunspectos senhores, as decisões políticas ao meio dos serviços da ativa escravaria. O tempo fez mudar os atores: da Rua Direita até a Rua da Palma outras damas, outras aflições e desesperanças acontecerão. A Rua do Mocambo, expressão da língua quimbundo que significa refúgio, remete à escravidão africana. Os negros fugidos se amocambavam nas matas, atacavam e depredavam em reação às perseguições das autoridades policiais. No lançamento predial de 1863, a rua tinha apenas 58 casas perto do Largo da Força e é possível que em épocas anteriores tenha servido de esconderijo para fugidos. A Rua dos Barqueiros, artéria estreita terminada na praia da Trindade, passagem de embarcações e catraieiros rumo à praia. A Rua Grande, nos primórdios, caminho grande até a zona rural, dava acesso a quintas e chácaras. Edificado o casario de azulejo, em 1855, concluíram o calçamento e tornou-se uma das vias mais chiques da cidade. No soberbo sobrado, esquina com o Beco do Teatro, morou Ana Jansen, onde funcionou, mais tarde, o Casino Maranhense. A Rua do Trapiche, típica do comércio de estivas e ferragens, via nobre do comércio, com as firmas portuguesas mais sólidas da época, destacou-se pela proibição do desembarque de aves, porcos e frutas. Somente em 1859 tal proibição pode ser revogada, por razões de ordem política. Quando tomou o nome de Rua Portugal, em honra ao país amigo, “*tocaram tantas girândolas de foguetes de uma só vez que causou espanto.*”¹⁵⁶ Até meados do século XX funcionaram em plena atividade sólidas firmas da Praia Grande. A Rua dos Remédios, oriunda de uma larga estrada aberta em 1776, se destacou

¹⁵⁶ SÁ VALE, José. *Maranhão Antigo e Moderno* apud Vieira Filho, Domingos, op. cit., p. 102.

pela moradia de pessoas gradas, autoridades militares, desembargadores, um presidente da província, dentre outras famílias usufruidoras de uma via ampla, alegre e cheia de sol, terminada pela ermida da santa e do largo do mesmo nome, local dos mais aprazíveis de São Luís. A Rua do Passeio, até 1920, foco de insistentes reclamações através de jornais pela existência da chamada Palhoça, onde era lançado o lixo dos arredores e pelo calçamento terminado no Hospital Português e cuja poeira vermelha, dali por diante, incomodava especialmente os cortejos fúnebres. A Rua das Hortas, com pouco destaque até 1865, possuía apenas 64 casas, longe do mercado das hortaliças. No Caminho da Boiada passavam os rebanhos de bois vindos do interior da ilha para o abate no matadouro, então localizado na Quinta do Gavião.

Além das ruas, muitos becos dão um tom romântico à parte antiga da cidade. O Beco da Caela, estreito e acidentado, por longo tempo, imundo lamaçal. Seu nome vem de um quitandeiro português situado no bairro do Desterro que, ao mimar uma criancinha falava “*dê cá ela*”. O povo excluindo o dê, apelidou o beco de Caela. Desemboca na praia do Desterro, outrora famoso pelo pescado, o Beco do Precipício, calçado com pedras angulosas, polidas pelos pés dos transeuntes, terminado de maneira íngreme, ereto, ameaçador, desafia a coragem do trabalhador apressado. O Beco do Portinho, viela estreita e sinuosa, de casas sujas e tristes, umas arruinadas e outras transformadas em infectas mansardas, singular pelos frades de pedra postos como guardiões silenciosos em sua entrada. O mais singular dos becos de São Luís, o Beco Escuro, acanhada ruela pouco iluminada, corredor sinuoso e calçado com pedras cabeça de negro, teve tráfego intenso de pessoas ligadas ao mercado de ripas, demolido na administração de Paulo Ramos. O majestoso sobrado da Baronesa de São Bento e sua ilustre estirpe, solar ornado de cantaria, arcos para luminária, mirante e senzala, com fachada para a Rua da Saave-

dra fazia esquina com o Beco da Bosta, de calçamento precário em pedra, acesso apertado, trânsito forçado de escravos rumo à maré com os excrementos das casas da redondeza. O Beco Feliz, sujo, enlameado, calçamento escorregadiço, sempre movimentado pelo trânsito de embarcações, canoieiros, pescadores, gente miúda e sofredora. O nome do Beco do Quebra-Costas advém dos frequentes acidentes de transeuntes em sua parte inicial. Estreito, sinuoso, íngreme, de sobrados vistosos, foi conhecido também como Beco da Pacotilha. O Beco da Alfândega, ladeado pelos armazéns da aduana e as antigas barracas da praça, começava na Praça do Comércio e terminava no cais da extinta Companhia Fluvial Maranhense. Ao término da escadaria da Rua da Calçada, bela, margeada de sobrados magros, de dois ou três andares, com românticos balcões sacados a ferro, está o Beco Catarina Mina, nome da ex-escrava Catarina, mulher sedutora, humana, cujo trabalho a fez muito rica e famosa. Este beco não pode ser confundido com o Beco das Minas, assim chamado pela localização da morada inteira, esquina com São Pantaleão, em que negros escravos, alforriados e seus descendentes cultuavam os voduns.

Alguns afortunados abriram becos privados a seu serviço e dirigidos diretamente às portas das suas quintas ou negócios: Beco da Prensa com acesso à prensa de algodão; do Monteiro, direto à quinta do mesmo nome. O Beco do Couto ou do Coito, em declive, situado entre a Rua do Egito e o Cais da Sagração, lembra as ruelas que ligam a parte alta da parte baixa das velhas cidades coloniais brasileiras.

Travessa foi outro nome dado a pequenas vias de circulação. Talvez algum sineiro da Igreja do Carmo tenha morado na travessa do mesmo nome, posteriormente chamada de Travessa do Teatro quando passou a flanquear o Teatro São Luís. A Travessa ou Beco da Passagem, estreita e em certo trecho aladeirada, antigamente ligava a Rua

Grande, do Sol, dos Afogados até Santana, esta última por meio de uma galeria, verdadeiro beco de acesso como o nome antigo indicava. A Travessa do Apicum, próxima ao Caminho da Boiada, passagem das filhas de santo ou noviças da Casa das Minas quando iam encher as jarras sagradas do culto para as abluções e aspersões rituais. A Travessa do Outeiro levava até as quintas do Barão de Bagé e das Laranjeiras, locais agradáveis de belos arvoredos.

Em tempos mais longínquos o nome Rua dos Veados, deveria ser bem aceito. O professor Ruben Almeida levantava a hipótese de algum arvoredo da redondeza ter abrigado aquele tipo de animal. Atualmente moradores preconceituosos quebram quantas placas sejam postas com o nome original, embora o povo conserve a tradição oral, ignorando o atual nome de Celso Magalhães.

Esses nomes tão populares, tão característicos das origens portuguesas de São Luís não se apagam da memória popular, mesmo substituídos por nomes de políticos, de intelectuais ou de datas históricas. Em certos casos, o povo decide.

As leis municipais fornecem subsídios para a reconstituição do calçamento e formas de arrumação de São Luís. O Código de Postura de 4 de julho de 1866 determinou a largura das ruas, oito braças ou oitenta palmos de casa a casa com testadas em direção reta. O calçamento, seguindo as normas de alinhamento determinadas, deveria ser feito e mantida a limpeza pelos proprietários das casas, quintas e terrenos. O referido código de postura pouco acrescentou no que se refere à questão da limpeza pública, somente deixando a cargo do procurador da Câmara a limpeza das praças, multa de dez mil réis a quem sujasse ruas e logradouros e confirmou o mar como depositário das fezes, no horário anteriormente estabelecido.

Tochas nas ruas, luz de vela, candeieiros e lamparinas nas residências clareavam a escuridão da noite até o uso

dos lampiões. Em 1825, foi inaugurada a iluminação pública à base de azeite de peixe, depois com álcool terebentinado. Seu funcionamento foi descrito por Aluísio Azevedo em *O Mulato*: “ainda lá não havia gás, nem querozene; ao bater d’Ave Maria vinha o acendedor, desatava a corrente do lampião, descia-o, abria-o, despejava-lhe dentro aguarrás misturada com álcool, acendia-lhe o pavio, guindava-o novamente para o seu lugar, e seguia adiante!” Poucos foram os privilegiados com a luz dos lampiões, de reduzido número instalados na área nobre da cidade, iluminando prédios da administração, comerciais e ruas do centro, onde estavam localizados os mais ilustres habitantes da cidade. Deteriorados, em 1858, foi autorizada a mudança para iluminação a gás, recebida com euforia por demonstrar desenvolvimento da cidade. Em 1861, a Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão usou o gás de hidrogênio, porém, incorreu na mesma falha do reduzido número de combustores, deixando muitas ruas às escuras, conforme denunciavam jornais e relatórios oficiais. Somente 498 postes iluminaram algumas ruas e 451 casas e prédios se beneficiaram da iluminação a gás. A população beirava trinta e seis mil habitantes, ocupantes de, no mínimo, 3.600 imóveis. As multas impostas pela Câmara aos depredadores dos lampiões são a expressão de revolta popular, sentenciada a viver na escuridão. Somente na segunda década do século vindouro, São Luís recebeu luz elétrica sem, contudo, abranger toda sua população.

As recomendações municipais induzem a considerar a cidade muito suja, por mais que a elite dominante utilizasse o signo da *civilização*, no sentido de abandonar os hábitos rurais e aumentar o nível de salubridade e higiene. A proibição de jogar lixo, vidro, ferro, animais mortos, objetos imundos nas praças, becos e estradas; criar porcos e outros animais na cidade; abrir buracos nas ruas para qualquer fim sem a devida licença da Câmara; salgar, assoalhar e bater couro nas ruas, praças e cais da cidade; fritar

peixe ou quaisquer outros alimentos nas portas das casas, quitandas e lugares de venda; estender roupas nas janelas, ruas e praças; despejar materiais fecais nos chãos vazios; varrer ruas sem primeiro irrigá-las, eram algumas observações contidas no código de postura de São Luís. O lixo devia ser transportado em carroças para aterros em volta do Campo d’Ourique. O desrespeito ao código de postura da cidade é uma tradição resistente até os dias atuais.

O poder público não oferecia um serviço eficaz para a remoção do lixo, nem tinha meios de impedir a população das práticas acima proibidas. Pode se inferir quanta sujeira e justificar as muitas epidemias numa cidade de contraste entre os belos sobrados, de um lado, e, do outro, pântanos recheados de matérias orgânicas em decomposição. O *Publicador Maranhense*, de 6 de julho de 1844, alertou: “A absorção dos miasmas que se desenvolvem nos pântanos, e que resultão da putrefação das matérias vegetais é a causa reconhecida desta moléstia. Muito conveniente seria, para se diminuir a acção dos miasmas sobre a economia animal, a plantação de árvores frondosas nas margens dos rios, e que se cubram os lugares pantanosos de matas espessas para decomponem os miasmas, que continuamente se exalão desses focos de enfermidades.” Não foi objeto da produção literária a terra devastada, a sujeira, a lama e os miasmas permanentes na cidade, preferindo cantar o céu, a lua, as estrelas, os pássaros, não passando da altura das palmeiras. A voz do povo através dos jornais foi insuficiente para a adoção de políticas públicas enérgicas.

O calor e a umidade da estação chuvosa favoreciam o processo de putrefação dos resíduos de cozinha, cascas de frutas, restos de camarão, peixe e outros mariscos, troncos, galhos e folhas dos quintais postos no mais singular dos becos de São Luís, nas portas das casas em cofos e latas a serem recolhidos em carroças abertas, exalando mau cheiro e deixando caídos pelas ruas parte do conteúdo a ser jogado em chãos vazios, igarapés ou no mar. Não ha-

via planejamento nas etapas da remoção: coleta nas habitações, transporte e destino do lixo. Imediações do Campo d'Ourique, do Gasômetro e da Rua da Cascata foram aterrados com lixo. Lama, excremento de animais, sobras dos mais variados materiais jogados nas ruas pelos moradores, raramente eram removidos e a varredura das ruas sem calçamento e os carros de lixo sem cobertura levantavam uma poeira perniciososa à saúde pública. O horário de coleta, muito depois da colocação do lixo na rua, envolvia a cidade de miasmas insuportáveis.

Ao lado de todo esforço anterior dos agroexportadores de melhorar o aspecto físico da cidade, além da falta de política pública de higienização dos logradouros, as tabernas deram sua contribuição ao denegrir a imagem de São Luís, conforme denúncia do jornal *Publicador Maranhense*, de 27 de maio de 1848: *“Numa qualquer destas casas de venda vê-se muito lixo nas prateleiras e teias de aranha formam o teto, e guarnecem também as denegridas prateleiras; sabão misturado com passas, cebolas e mixira, aletria com tainha salgada, farinha e café torrado, ratos vivos e mortos de envolta com queijos, manteiga e banha; sapos e aranhas caranguejeiras aninhadas entre couros, peixe sêco a esmo no chão sujo. A respeito de pesos... nem é bom falar.”*

Várias posturas da Câmara ignoravam as denúncias dos jornais sobre as tavernas. Puniam com multa os que lançassem qualquer tipo de entulho, matérias fecais ou *outras imundices* nas ruas, becos, praças, cais ou estradas, devendo ser jogados no mar entre as dez horas da noite e as três horas da madrugada. Os tigres também foram alvo de insistentes reclamações através dos jornais. O *Publicador Maranhense* de 30 e 31 de janeiro de 1861 insistiu com o fiscal da freguesia de Nossa Senhora da Conceição para ir até a Rua do Mocambo, ao desembocar na Fonte das Pedras, assistir à chegada dos tigres noturnos. O mesmo acontecendo na Rua das Violas, defronte do Senhor Ziegler, no

chão vazio, eram jogados, além de fezes, cães, gatos mortos e outros dejetos. Fora as epidemias, a grande causa de certas moléstias, como catarro, infecção de garganta, defluxo, disenteria, era a sujeira da cidade, especialmente quando ocorria invasão de moscas.

Um único fiscal para toda a cidade justifica a sujeira e o abandono pelo não cumprimento da legislação. Para melhor controle da fiscalização, em 1881, foram numeradas as casas de São Luís, trabalho do Tesouro Público. Em 1882, o Presidente da Província reservou a importância de um conto de réis para a limpeza das ruas, praças e praias de São Luís, tiradas da verba de vinte contos para o calçamento da Rua do Passeio, Sant'Ana, Palma e Mocambo, perímetro onde se concentravam as residências da elite ludovicense.

O Código de Postura de 1893 excluiu a responsabilidade direta do Estado no tratamento do lixo, porém, proibiu lixo perto dos mananciais, disciplinando a ação dos moradores ao determinar os locais da cidade destinados ao lixo. A legislação caminhou lentamente e pouco eficaz em matéria de limpeza urbana.

Fazia parte da tradição de intelectuais e governantes encobrir a realidade com poemas e discursos demagógicos. A idolatria às grandezas históricas, à era de fausto e nobreza da cidade, obnubilava a realidade. As precariedades sempre encobertas pelo culto ao passado. Os boêmios, intelectuais de alma romântica e poetas sonhadores viveram neste século XIX, noite adentro, recitando versos, cantando serenatas ao violão, bebendo nos botequins tradicionais ou em farras em sítios e fazendas do Cutim ou Maioba como que anestesiados perante os problemas da cidade. A luz do sol ressaltava a degradação. Preferiam reuniões noturnas para suas lucubrações literárias, alguns saudosos dos centros europeus e tristes pelo provincianismo entranhado na atmosfera ludovicense.

Páginas seguintes:
Rua do Sol, uma das principais da cidade.

Rua de São Pantaleão, artéria longa e estreita.
Foto Gaudêncio Cunha

Beco da Caela, no Desterro.
Foto Edgar Rocha



SUL AM

SUL AMERICANO

J. ARAUJO & FILIO

ANTONIO IMPERIO FERRER MORALES





Igrejas de São Luís

O braço escravo garantiu também a reforma ou reedificação de prédios religiosos, contribuindo para a beleza de São Luís. Construções modestas, sóbrias, sem os requintes do barroco ou as suntuosidades arquitetônicas de outros templos do Brasil colonial, se comparadas com os templos das cidades mineiras, ou de Salvador, Recife e São Paulo. Uma pintura, um mosaico, um móvel de jacarandá, uma alfaia secular, um altar lavrado em talha, uma porta trabalhada, imagens setecentistas, um púlpito tradicional, uma pia batismal em pedra, uma lápide sagrando nomes, porém nenhum templo considerado verdadeira obra de arte, em seu todo. O valor dessas igrejas está no que significam para a história, em episódios ou ciclos da vida de São Luís. Palco de lutas, locais de conspiração para revoltas, centro de motins, vítimas de profanação, refúgio de escravos, abrigo de irmandades e campo santo significativos da sociedade. Algumas foram erigidas pelos padres e outras, financiadas pela elite, de aparente religiosidade.

Quando os frades carmelitas chegaram a São Luís, em 1615, receberam de Alexandre de Moura o sítio do *Monsieur de Pineau*, correspondente à atual Rua do Egito e construíram o convento e a capela do Carmo, no local, hoje ocupado pela igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.¹⁵⁷ Doze anos depois, arruinada definitivamente, em substituição ao Carmo velho, três frades da mesma ordem, vindos de Pernambuco, edificaram a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o convento, iniciados em 1627 ao meio do matagal da Colina de Santa Bárbara. Em 1641, o convento acolheu mulheres, crianças e peças de artilharia portuguesas e serviu de baluarte nas lutas de expulsão dos holandeses, depredadores de suas torres e paredões.

Altar-Mor da
Catedral de
Nossa Senhora
da Vitória.
Foto Edgar Rocha

¹⁵⁷ As construções foram iniciadas em 20.02.1616 pelos freis Cosme da Anunciação e André da Natividade.

O prédio resistiu a todos os embates e seus sinos tocaram os repiques festivos da vitória, em 1643. Deteriorado, sem ajuda da população nem da Coroa, só foi restaurado quando a situação econômica dos frades mudou em meados do século XVIII. Convento e Igreja sofreram grandes reformas em 1808, ganhando duas torres. Foi sede da artilharia imperial até 1829; em seguida, a parte térrea acolheu o Corpo Policial de Segurança Pública; em 1831, emprestou uma sala para a primeira Biblioteca Pública da capital; com a remoção da Segurança Pública da parte térrea, abrigou o Liceu Maranhense, em 1838. Centro de larga irradiação intelectual cedeu espaço para o jornal opositor ao governo. Partiram ruas daquele núcleo importante da vida urbana, palco de vários episódios. Certo padre contestador percebeu o convento cercado por policiais disfarçados de civis com a intenção de quebrar a tipografia de seu jornal *A Cruzada* e lhe dar as costumeiras surras. O religioso recorreu ao alarme, tocou o *rebate de fogo* nos sinos do Carmo, convocando a multidão e o Corpo de Bombeiros, maneira de se livrar da agressão dos mandões da terra. Outra ocorrência marcou sua escadaria de pedra pela passagem do Conde D'Eu, saudado com grande vaia pelos estudantes do Liceu. Antes de José do Patrocínio e outros companheiros serem deportados para o Amazonas, o mesmo local serviu de tribuna em protesto pelo fechamento do jornal político de oposição, editado no Carmo. O negro falou com as mãos cheias de tipos apanhados a esmo das caixas esmagadas pela brutalidade dos agressores. Seus sinos barulhentos, perturbadores, álacres, em tom alto, alertavam o povo com energia, vibrando do alto da torre capuchinha.

Pelas irmandades acolhidas – de Santa Filomena e de Bom Jesus dos Passos - pode-se inferir a frequência da alta sociedade da Igreja do Carmo. Dentre outras ofertas de potentados, foram doados pelo Comendador, posterior Barão de Coroatá, o altar e a imagem de Santa Filomena.

Passados os tempos áureos, o processo de decadência refletiu na Ordem Carmelita, impedida de receber noviços. Paulatinamente reduzido o número de frades, os trabalhos comunitários também arrefeceram. O único frade sobrevivente, diretor do Liceu, reformou a igreja e administrou os bens da Ordem até seu falecimento, em 1891, deixando, além da igreja e do convento, um hospício no Bonfim, 257 escravos, 7 fazendas, 24 léguas de terra, 640 cabeças de gado vacum e cavalariças e olarias. O governo federal tomou posse do complexo carmelita, um ano depois, entregando à Diocese somente a igreja. Em 1893, os Capuchinhos Lombardos chegaram a São Luís e, no ano seguinte, tomaram posse do Convento na condição de depositários de uma propriedade federal. Posta à venda, os próprios capuchinhos arremataram o prédio, em 1911, continuando sua missão de servir à comunidade.

Em 1621, houve uma epidemia de varíola em São Luís e, para sustar a mortandade, o capitão-mor fez promessa de construir a Igreja Matriz no local a “40 passos a sudoeste da porta principal da presente catedral”¹⁵⁸ e consagrada a Nossa Senhora da Vitória, pela sua participação na Batalha de Guaxenduba, transformando areia em pólvora. Esta primeira Sé, igreja modesta, arruinada, foi submetida a várias reformas e reconstruções.¹⁵⁹ Para o reerguimento do segundo templo sobre as ruínas do primitivo, em 1713, El-rei ordenou ao Capitão-General “que a Sé fosse feita de novo conforme a planta do tenente-general-engenheiro Custódio Pereira, aplicando para suas despesas o produto da venda de 200 índios, que devia ser feita em praça.”¹⁶⁰

Páginas seguintes: Igreja do Carmo, cujas escadarias foram palco de episódios memoráveis. Foto Gaudêncio Cunha

¹⁵⁸ MARANHÃO, Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres (Fr.) *Poranduba Maranhense – Relação Histórica da Província do Maranhão*. In: Revista do Instituto Histórico Brasileiro, Tomo LIV, parte I, 1891, p. 49.

¹⁵⁹ Carta Régia de 1761 ordenou a demolição da primeira matriz de Nossa Senhora da Vitória, a Sé velha, efetuada em 1763.

¹⁶⁰ MARQUES, César, op. cit., p. 588.





O complexo - convento e igreja - tem história. Em 1654, padre Antônio Vieira proferiu inúmeras homilias, inclusive o célebre Sermão de Santo Antônio dirigido aos peixes. O primeiro presépio armado na cidade pelos franciscanos também ficou na história.

Na virada do século XVIII, parte dos membros da Irmandade de Bom Jesus dos Passos, fundada em 1722, rompeu com seus companheiros e decidiu instituir outra irmandade, a do Bom Jesus dos Navegantes. Os separatistas, lusos abastados, emigraram para a Capela de Santa Margarida e, para continuar promovendo a tradicional procissão dos Passos, importaram de Portugal todo o cabedal necessário aos rituais quaresmais, idênticos aos da Confraria dos Passos, exceto o Cristo caído abraçando a cruz na primeira queda. Preferiram uma imagem do Cristo soltando a cruz e beijando o solo. Todo luxo anterior foi suplantado na reforma da Capela, com ossuário anexo e uma câmara mortuária. Avalia-se o prestígio da capela pela composição da Missa Bom Jesus dos Navegantes, para quatro vozes, coro e orquestra, de autoria de Leocádio Rayol.

Em 1838, foi inaugurado o Seminário de Santo Antônio e, no ano seguinte, o governo provincial autorizou uma loteria para complementar a manutenção do seminário. Frei Vicente de Jesus, guardião do convento de Santo Antonio angariou esmolas suficientes para iniciar, a 1 de setembro de 1856, a construção da igreja contígua ao convento. Entre 1856 e 1867, na grande reforma do convento e construção da Igreja de Santo Antônio foi anexada ao prédio, a capela, agora lateral no transepto da Igreja. No dia 17 de janeiro de 1867, por ocasião da inauguração da Igreja, houve um grande traslado da imagem de Santo Antônio vindo de Braga, Portugal. Desembarcada a imagem foi levada à Catedral para, em seguida, ser levada à igreja de seu nome. Todos os portugueses de nome Antônio, residentes em São Luís, contribuíram para a “troca” da imagem.

Capela erguida em 1626, ampliada como igreja em 1679, refeita em 1681 e inaugurada como Catedral da Sé em 1699.
Foto Gaudêncio Cunha

A Capela de Bom Jesus da Coluna, com acesso à Igreja de Santo Antônio, foi construída em 1869 em terreno cedido pela Irmandade de Bom Jesus dos Navegantes. Negros ricos adquiriram as alfaias, a imagem do padroeiro, promoveram a segunda procissão da Quaresma e conservaram a capela até a morte do último irmão. Em 1987, a Capela passou ao Arcebispado, embora seja conservada por remanescentes da irmandade.

As construções dos jesuítas foram sempre bem conservadas. A Capela do Colégio de Nossa Senhora da Luz foi erguida em 1626, como apoio ao Colégio. Com a demolição da igreja matriz, em 1677, o Papa Inocêncio XI deixou a Sé Catedral sob a responsabilidade dos jesuítas. A capela de Nossa Senhora da Luz foi ampliada como igreja, em 1679, e inaugurada em 1681, como baluarte dos jesuítas, cujas torres, segundo documento da época, deveriam “*ser feitas como redutos nos quais se fortificam os povos contra inimigos.*” Essas torres, porém, não evitaram a expulsão dos religiosos pelos revoltosos de Beckman, em 10 de julho de 1687. A Igreja de Nossa Senhora da Luz, Catedral de São Luís, foi refeita em 1690 e inaugurada em 1699, com uma torre. Outra modificação, entre 1717 e 1718, com reforma do frontispício e a imagem de Nossa Senhora da Vitória, no alto, entre duas torres, ‘modernizada’ pelo mau gosto das inovações a que João Lisboa classificou de *feio e desalinhado*. A Catedral voltou a homenagear a padroeira da primeira matriz, como Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Seus sinos harmoniosos, solenes, dominavam o circuito do Palácio do Governo e tocavam na entrada de bispos e ritos das grandes festas.

Antigos documentos registram a Ermida de Nosso Senhor do Desterro, uma das primeiras construções religiosas, localizada quase na orla do Bacanga. Em 1641, o templo foi dilapidado pelos holandeses, antes de chegarem ao centro da cidade. Os nichos e altares esvaziados, tendo como primeiros mártires as imagens da Virgem e de Santo Antônio. A es-

cultura de São Jorge foi a única poupada, talvez pela ética dos militares de não mutilarem um “companheiro de ofício”. Quatro anos depois, na luta final, os invasores amarraram a imagem de Santo Antônio na boca de um canhão no bombardeio aos portugueses. O canhão explodiu sem explicação e a escultura permaneceu ilesa. Conforme Josué Montelo, “*...no parapeito do forte, como se nada houvesse acontecido, lá está a imagem, íntegra, perfeita com todas as côres da encarnação!*” E Astolfo Serra completa: “*Santo Antônio, miraculosamente, safara-se do tiro e ainda por cima ajudara na pontaria...*”¹⁶⁵ Os sinos repicaram anunciando a fuga dos flamengos.

Arruinada, com esmola de devotos, o ex-escravo José Lé iniciou a reconstrução, em 1833, concluída, em 1839, por José Antônio Furtado de Queixo. Em 1867, pessoas da elite a reconstruíram, reinaugurada em 1869, como Igreja de São José do Desterro. A pequena ermida foi lugar de peregrinação dos viajantes nos primeiros tempos coloniais e local de oração das negras fugidas antes de se embrenharem nos matos.

Várias restaurações (1943, 1954, 1975 e 1981) foram feitas, pela insistência dos fiéis do bairro do Desterro, perseverantes em celebrar festas tradicionais do catolicismo popular.

A Igreja de São João Batista já existia em 1641. Betten-



Preparação do largo para a festa de São José do Desterro.

Páginas seguintes: Seminário e Igreja de Santo Antônio. *Album do Maranhão*

¹⁶⁵ SERRA, Astolfo, *Guia Histórico e Sentimental de São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 85.



dorff descreveu a marcha dos portugueses até a cidade à cata dos holandeses “junto a ermida de S. João Baptista que desde então lá havia...”¹⁶⁶ Reedificada em 1665 pelo governador, como penitência por ter gerado uma filha do romance com uma nobre casada, foi entregue aos oficiais e soldados do regimento de linha da cidade, membros da irmandade comprometida em zelar pela igreja e proteger a classe. Com seu prestígio, a irmandade conseguiu do governo, em 1682, importantes donativos de esmolas e alfaias. Foi reinaugurada com todo aparato militar em junho de 1812, primeiro dia da novena do santo. Nova ajuda governamental, em 1819, com grandes melhoramentos; em 1866, quando *ahí se fizeram grandes obras*; em 1867, calçado o largo e retirado o chafariz da Companhia de Águas de São Luís. Em 1856 e 1893, São João foi sede da freguesia da Capital, prova do tratamento diferenciado em comparação às demais igrejas. Em 1894, a igreja ficou sob o comando da Ordem Capuchinha, com sete novos frades.¹⁶⁷

O coronel Joaquim Silvério dos Reis, falecido em São Luís foi sepultado na Igreja de São João com posterior traslado para a Igreja de Santo Antônio.¹⁶⁸

O Senado da Câmara, em 22 de maio de 1654 concedeu aos religiosos da Real Sagrada e Militar Ordem Calçada de Nossa Senhora das Mercês e da Redenção dos Cati-

¹⁶⁶ BETTENDORFF, João Felipe (Pe.). *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, 2ª Edição, Belém: Fundação Cultural Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 62.

¹⁶⁷ Os capuchinhos, extintos no Maranhão, com a morte do frei Ricardo do Sepulcro, em 23.03.1878, retornaram seis anos depois, por solicitação do bispo D. Antonio de Alvarenga, após prévia visita do superior de Recife.

¹⁶⁸ Traidor do movimento findado em 1792, a Inconfidência Mineira, foi execrado pela população, por onde passava. Mudou-se para Portugal e voltou para o Brasil em 1808, escondendo-se na longínqua São Luís. A página 292 do livro de óbito n.8, arquivado na Catedral Metropolitana, registra sua morte em 17.02.1819 e a lápide, posteriormente destruída, confirma o sepultamento. Conforme MEIRELES, Efemérides, p. 57, posteriormente seu corpo foi trasladado para o Cemitério do Gavião.

vos licença para missionarem em São Luís. Protestos impediram os mercedários de ocuparem o local da pequena ermida do Desterro.¹⁶⁹ Optaram pelo local em frente à Rua da Estrela.¹⁷⁰ A agilidade na construção permitiu uma Missa cantada na inauguração da igreja, em 31 de janeiro de 1660. Quatro anos depois foi inaugurado o Convento de Nossa Senhora da Assunção, logo chamado pelo povo, Convento das Mercês.¹⁷¹ Conflitos da Ordem com o Governado e com o Bispo, entre 1797 e 1799, culminaram com a Carta Régia de maio de 1800 pelo confisco dos bens. A reação dos mercedários resultou em outra ordem régia de 15 de julho de 1805 e o frei José Vieira recuperou o convento e a igreja.

Em 1829, a Câmara determinou que algumas igrejas dispusessem de locais para jazigo de mortos e a Igreja das Mercês foi uma delas. Em 1855, muitos sepultamentos no cemitério das Mercês acirraram os ânimos dos concorrentes da Misericórdia.

¹⁶⁹ A primeira ermida do Desterro, coberta de palha, sem porta, a entrada dava para a praia. Com a edificação da igreja a entrada ficou pela Rua da Palma.

¹⁷⁰ Foi concedido pela Câmara, em setembro de 1655, vinte palmos da atual Rua 28 de Julho para a Rua da Palma, naquele tempo, local de mato cerrado.

¹⁷¹ Funcionou no Convento, o seminário, com aulas de latim, grego, filosofia e religião; uma escola de primeiras letras e de música, aulas de latim, gramática, filosofia e canto-chão para meninos e uma biblioteca. Na área social, distribuíam alimento aos mendigos e frades esmoleres acudiam necessitados.



Igreja de São João, em cujo entorno moravam famílias importantes.
Foto Gaudêncio Cunha



Destruída em fins do século XIX, a Igreja das Mercês, próximo à praia do Desterro, teve papel importante na época colonial.

Foto Gaudêncio Cunha

A Igreja de Nossa Senhora das Mercês teve como último mercedário, em 1882, frei Manuel Rufino de Sant'Ana que passou a Igreja, o Convento e tudo o mais que restou do considerável patrimônio mercedário ao bispo.¹⁷² O templo transformou-se em ruínas. No início do século XX, o Bispo vendeu ao Estado todo o quarteirão ocupado pela Igreja e pelo Convento das Mercês.¹⁷³

Primeira destinação estatal do Convento: Quartel

da Força Pública, Corpo de Bombeiros e Piquete de Cavalaria. Em 1975, foi iniciada a nova sede da Polícia Militar do Estado, sendo remanejados todos os órgãos da instituição em 1987 para o quartel Jerônimo de Albuquerque Maranhão. O Projeto "Reviver", do Governo do Estado, recuperou a parte arquitetônica e paisagística do antigo bairro do Desterro, na Praia Grande¹⁷⁴ e a União financiou o projeto "Memória dos Presidentes da República" para acolher os acervos arquivístico, bibliográfico e museológico dos Presidentes da República¹⁷⁵. Com a ajuda dos frades Carmelitas,

¹⁷² O bispo D. Luís da Conceição Saraiva implantou no Seminário das Mercês um curso de humanidades aberto à coletividade e que subsistiu até 1896.

¹⁷³ O bispo Antonio Xisto Albano recebeu do vice-governador Alexandre Collares Moreira Junior a quantia de Rs.40:000\$000 pelo conjunto arquitetônico de 5.217 m² de área construída, em frente da Rua da Palma.

¹⁷⁴ No Convento, acontecem programações culturais e artísticas e, em prédio anexo, a Escola de Música do Bom Menino para crianças do bairro e adjacências do Desterro, cuja atividade principal é a Banda de Música

¹⁷⁵ O Convento das Mercês preserva o acervo bibliográfico, textual, audiovisual e museológico pertencente ao Presidente José Sarney e de sua esposa Marly Macieira Sarney.

a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos foi construída em 1717 pela irmandade de negros, possivelmente escravos, agindo pela sua liberdade, à sombra da confraria religiosa. Em 1752, o padre José de Moraes referiu-se à ermida do Rosário. Pouco conservada, justifica a vistoria em 1772 e seu novo benzimento em 1776. A Igreja foi bastante frequentada por outras irmandades, pela sociedade em geral e pelo bispo, com acontecimentos inusitados, a exemplo da primeira Procissão da Caridade, em 1814 e de enterros gratuitos de pessoas pobres. Em 1821, cedeu espaço para aulas de primeiras letras oferecidas pelo padre Veloso. De 1852 a 1861, serviu de Igreja Matriz, por ocasião de obras na Sé, atingida por um raio.

Não houve renovação das irmandades no século XX e isto refletiu na conservação do templo. Para melhor assistência, em 1947, o arcebispo transferiu a irmandade de São Benedito, da Igreja de Santo Antônio para a Igreja do Rosário, sob o pretexto de proteger os seminaristas da tentação nos largos promovidos todos os anos pela irmandade beneditina. A importância da festa e da irmandade é expressa pela Ladainha de São Benedito, para vozes e orquestra. A bela composição de autoria de um crioulo, exemplo de luta pela liberdade, foi uma das mais cantadas no século XX. Suas duas torres abrigavam quatro sinos, hoje reduzidos a um e de igreja, passou a capela, sem pároco e com missas eventuais. Seu único sino badala ao anunciar missas, em circunstâncias especiais ou falecimentos das freiras Dorotéia, suas vizinhas.

O síndico dos religiosos da Ordem dos Reformadores de São Francisco doou, em 1719, a Ponta do Romeu para um português com o objetivo de levantar uma ermida de Nossa Senhora dos Remédios e casas para romeiros. Aberta a 16 de setembro de 1719, tornou-se centro de organizadas romarias vindas de longe. Um escravo refugiou-se nos matos próximos, depois do assassinato do seu senhor. Apa-

vorado, o povo deixou de visitar a capela, ficando a Santa desamparada e sem culto. Em 1775, Melo e Póvoas mandou abrir a estrada ligando o extremo da cidade (atual Canto da Viração) com a Ponta do Romeu. Naquela oportunidade, encontraram a capelinha, que voltou a ser frequentada e, várias vezes, refeita, até a construção da igreja, em 1804. Os comerciantes a elegeram protetora do comércio e da navegação, investindo no seu enriquecimento. Doações como sinos, custódia de prata, imagem de santos, assim como a grande reforma, em 1860, foram possíveis com a contribuição de devotos. A nova fachada em estilo gótico com os quatro evangelistas – Lucas, Mateus, João e Marcos – foi inaugurada em 1907.

Seus sinos, com jogo de harmonias delicadíssimo, enchem de alegres sons a praça mais bem localizada da cidade e todo o elegante bairro dos Remédios. Sinos evocavam desde a alta sociedade ao mais humilde habitante para a maior festa religiosa de São Luís, tão bem descrita por João Lisboa. Em fins do século XIX, os nove dias de ladainha foram brindados por Antônio Luís Miró com uma composição para quatro vozes e orquestra, a elogiada marcha para a banda acompanhar a procissão e Inácio Cunha compôs a Missa de Nossa Senhora dos Remédios para duas vozes e orquestra. Pela deferência dos compositores inferiu-se a grandiosidade da Festa dos Remédios.

O toque dos sinos, de sentido humano, vive na alma e penetra no coração do ludovicense. Quanto à imagem, há duas versões: a de ter vindo de Portugal para ser entronizada na ermida a ser construída e a de ter sido achada num poço do matagal da aludida Ponta. Os adeptos da segunda hipótese explicam que mercadorias contrabandeadas eram espalhadas pelos matos da Ponta do Romeu para evitar apreensão. Como a imagem era mercadoria diferenciada, deixaram no poço para facilmente ser encontrada. O fato de acharem a escultura intacta foi o bastante para

considerarem milagre e origem do pedido da construção da capela em sua honra.

O jesuíta Gabriel Malagrida, em março de 1753, entregou o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios para as Irmãs Ursulinas administrarem o pensionato para moças solteiras pobres sustentadas pelo Estado ou cujas famílias pagavam pela educação de suas filhas em regime de internato. Saíam casadas levando um dote concedido pelo governo ou por doações testamentárias legadas ao Recolhimento. Grande foi o reboliço da cidade por ocasião da festa das Virgens consagradas ao Senhor, em agosto de 1753, com o Padre Malagrida empunhando um crucifixo e a comunidade de religiosos e soldados compondo o cortejo até a Capela de Nossa Senhora do Recolhimento, hoje localizada entre o atual Colégio Santa Teresa e a Igreja do Rosário.

O padre Malagrida, mentor e construtor do Recolhimento, foi condenado pela Inquisição ao enforcamento e fogueira. As Irmãs Ursulinas ficaram sem seu protetor e, temendo as perseguições de Pombal, tomaram o hábito das Agostinianas, rigorosas em suas regras. Incompatível com a docilidade anterior, as Ursulinas deixaram o Recolhimento. A administração ficou a cargo de uma das recolhidas, passando a designar-se Colégio de Santa Teresa. Aumentado o prédio, em 1871, com outro pavimento capaz de acolher cem meninas. Em 22 de março de 1873, foi concluída a restauração e festejada com Missa, comunhão das alunas na presença do Presidente da Província. No dia 25, a abertura oficial da Igreja do Recolhimento foi coroada pela significativa ornamentação e pela Anunciação de Nossa Senhora pintada por Horácio Tribuzi no forro da capela-mor da Igreja.

Pela impossibilidade da manutenção da ordem com as inexperientes dirigentes, o bispo decidiu convidar as Irmãs Dorotéia que receberam o Recolhimento, o Colégio



e o Asilo de Santa Teresa, em 1894. O Asilo de Santa Teresa, orfanato para meninas pobres, com sede na Rua dos Remédios, esquina com a Praça do mesmo nome, foi inaugurado em 1855. Um ano depois, transferido para a Rua Formosa n. 11, teve como terceiro abrigo o Recolhimento, na Rua do Egito.

Outra menção encontrada sobre a Igreja do Recolhimento é o testamento de uma senhora católica, lavrado em 1800 que, entre outras doações, deixou “cinquenta mil réis para ornato do altar de Sam Raimundo da Igreja do Recolhimento, da cidade de São Luís.”¹⁷⁶

A irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, cuja imagem de madeira veio de Portugal, mantinha seu culto num altar lateral de Igreja do Rosário. Um desentendimento originou a iniciativa da construção de sua própria capela. Ganharam um terreno na Rua Grande, esquina com Rua do Passeio, doado por um membro da irmandade e, com esmolas, concluíram a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1762. Muito frequentada, teve seus dias de glória como sede paroquial, em 1805. A festa da padroeira foi de tal importância, que Costa Bastos compôs o Novenário de Nossa Senhora da Conceição, cantado por contralto, barítono e orquestra. Foi demolida em 1939 e as imagens transferidas para outra Igreja da Conceição, mais modesta, no Monte Castelo. No altar principal fica exposta uma imagem de gesso, e a de madeira, originária do antigo templo, é guardada na sacristia, saindo uma única vez por ano, na procissão de 8 de dezembro.

A Igreja de Santiago Maior de Galiza, inaugurada, em 1789, no largo do mesmo nome por um capitão, foi

A Igreja dos Remédios e o grande terreno em frente, posteriormente transformado na Praça Gonçalves Dias.

Foto Gaudêncio Cunha

¹⁷⁶ CAMPOS, Marize Helena de. “As Donas do Poder: práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista”. In: GALVES, Marcelo Cherche. COSTA, Yuri (org). *O Maranhão Oitocentista*, 2ª. Edição revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis/Editora Uema, 2015, p. 210.

conservada pela geração seguinte. Um neto do português doou o templo a um capuchinho que erigiu, em anexo, um hospício, inaugurado solenemente, em 21 de julho de 1854. Hoje, os prédios não mais existem.

A Igreja da Senhora Sant'Ana data de 1790 na antiga Rua de Tanguetá, logo mudado seu nome para o da santa. As vinte e duas mil almas sob a jurisdição de um só pároco levou o bispo de São Luís, em 1799, a solicitar ao Ministro do Reino a criação de outra freguesia, sem carecer da construção de uma igreja, porque: *"há capellas na Cidade que, pela sua grandeza, se podem destinar para Igrejas Parochiais."* A divisão da Freguesia datou de 1801, e Sant'Ana passou a igreja matriz *por ser a melhor*. As irman-

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, demolida em 1939.

Foto Gaudêncio Cunha



dades vinculadas à Igreja da Conceição dos Mulatos exigiram o direito de sediar a matriz da recém-criada Freguesia. Em 1805, a matriz foi transferida para a igreja da Conceição até 1902. Por desentendimento entre as irmandades e o bispo, Sant'Ana voltou a ser matriz até 1906, voltando a titulação para a igreja da Conceição até sua demolição, em 1939, para alargamento da Rua Grande. Novamente Sant'Ana voltou a seu antigo *status*, herdando imagens e o painel hagiográfico em azulejos portugueses da igreja demolida. O painel, único exemplar de azulejaria figurativa sacra de São Luís, é dos mais belos que se conhecem fabricados no reino, nos idos de 1775. Atualmente a igreja está subordinada à paróquia de São João.

Em 1791, a Igreja de Santa Ana da Sagrada Família, vulgarmente chamada de Santaninha, pitoresca, gordinha, juvenil e convencida de igreja, embora antiga, peça entre barroco e colonial puro, foi edificada ao lado do largo do Quartel do 5º Batalhão de Infantaria e demolida no século XX, sem maiores justificativas.

A primitiva Igreja da Misericórdia ficava no Largo do Palácio com cemitério contíguo, na Rua de Nazaré. Arruinados, igreja e cemitério, a Mesa da Irmandade passou a funcionar na sacristia da Igreja de Sant'Ana, até 1830.

A Igreja de São José da Caridade, iniciada por volta de 1780 por dois ricos leigos católicos para o culto de São José da Cidade, com o falecimento do sócio Pedro da Cunha, o outro, Pantaleão Rodrigues de Castro, entregou as obras, em 1793, juntamente com a imagem do orago São José, para a Irmandade da Misericórdia, em troca da garantia de sepultura para si e seu filho. A irmandade concluiu a igreja de São José da Caridade em 1830 e trasladou os restos mortais do doador. Talvez, nesta ocasião, tenha sido mudado o padroeiro para São Pantaleão, santo muito cultuado em Portugal. A outra hipótese é baseada na afirmativa de César Marques do templo ser vulgarmente co-

nhecido pelo novo nome porque os antigos moradores de São Luís falavam na igreja de seu Pantaleão e daí, transformou-se em Igreja de São Pantaleão. O Largo de São Pantaleão, contíguo à Igreja, e destinado às festas do padroeiro, posteriormente foi ocupado pelo Hospital Infantil.

Concluída a igreja, a irmandade tratou de cumprir a segunda cláusula da doação determinada por Pantaleão Rodrigues de Castro: a edificação da Santa Casa da Misericórdia, com a invocação de São José da Misericórdia.

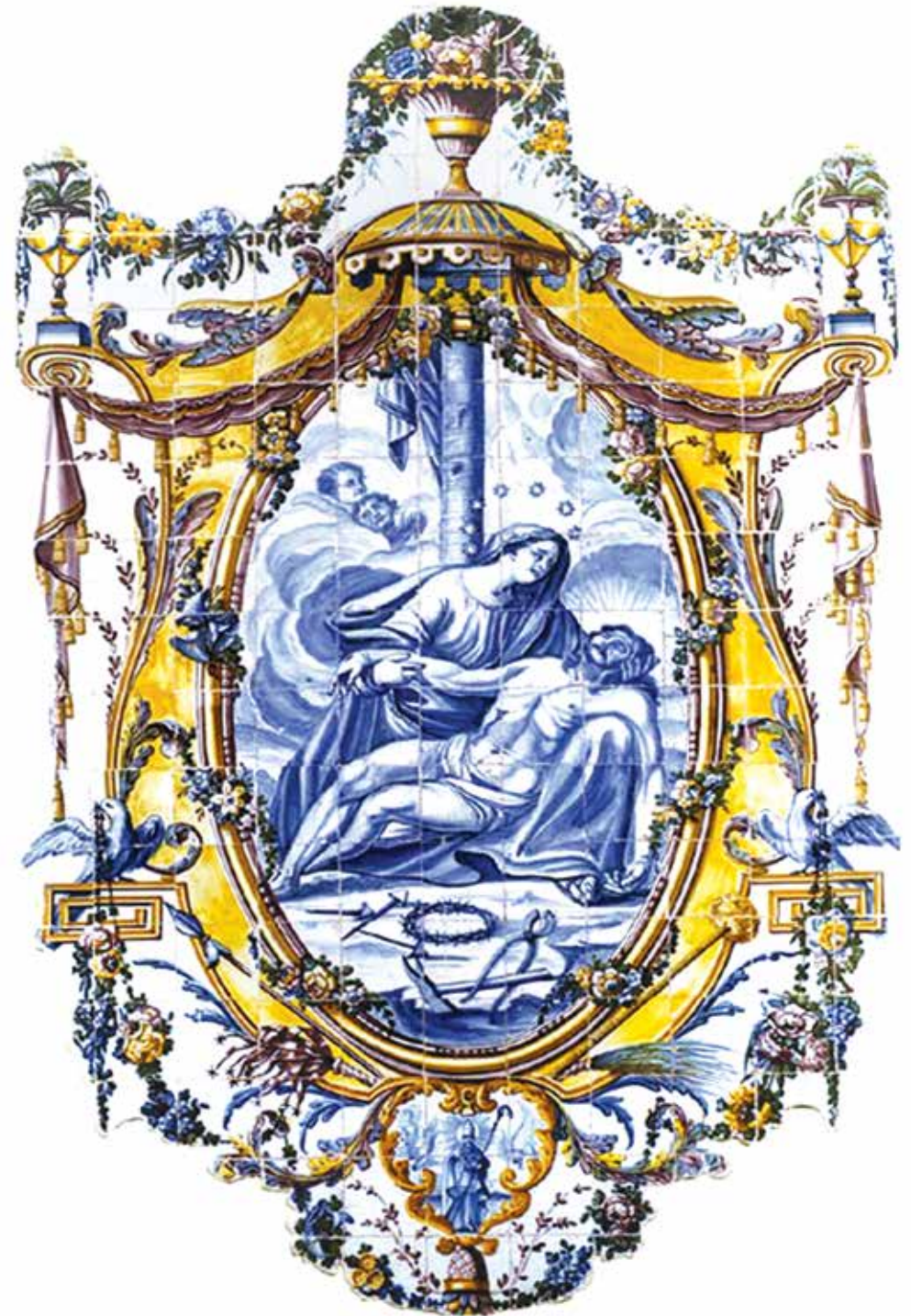
Três características diferenciam a Igreja de São Pantaleão das demais: guarda as relíquias de Santa Severa, trazidas do Rio de Janeiro, em 1877, para a Igreja do Hospício de São Tiago e, trasladadas depois do desmoronamento do prédio¹⁷⁷; manteve em sua lateral, Rua da Cotovia, a Casa da Roda ou Casa dos Expostos, instituição de caridade, onde mães infelizes abandonavam os filhos, ali ficando sob os cuidados de Irmãs da Ordem de Santana¹⁷⁸; e um de seus sinos teve o sagrado ofício do dobre de finados a qualquer hora, todos os dias, ao passar enterros, de rico ou pobre, rumo ao cemitério. O sino, plangente, chorava no ar, solidário aos parentes sofrendores em luto. Emocionava aos mais indiferentes ao féretro, pelo respeito religioso merecido pelos mortos. Sua fachada simples, simétrica, não tem um solene porte colonial, porém parece imponente pela localização num dos trechos mais elevados da cidade. Do alto de suas torres vislumbra-se toda São Luís.

As localidades próximas à foz do Bacanga, do Boqueirão, da Ponta da Guia e do Bonfim, habitadas pelos nativos, ficaram sob o domínio dos padres jesuítas, em reduções. No decorrer dos séculos, comunidades de peque-

¹⁷⁷ Por ordem do papa Gregório XVI, as relíquias da mártir foram trasladadas do cemitério de Santa Inês, Vila Numentana, em Roma, entregue ao chefe das missões capuchinhas no Brasil e trazidas para São Luís pelo frei Doro-teu de Dromero, a 5 de dezembro de 1852.

¹⁷⁸ Na noite de 24.10.1829, o sino da Roda deu o alarme da primeira criança enjeitada.

Painel hagiográfico em azulejo português do século XVIII, transferido da Igreja da Conceição para a Igreja de Sant'Ana.
Foto Edgar Rocha





nos lavradores e escravos às margens do rio foram aumentadas com a vinda de portugueses e seus escravos atraídos pelo trabalho no Canal de Arapapaí, surgindo o Arraial do Furo, com relativo comércio. Com a necessidade de assistência espiritual à comunidade local, foi criada, em 1835, a freguesia de São Joaquim do Bacanga, a quarta freguesia de São Luís. Os habitantes do povoado aproveitaram as ruínas da rústica capela dos jesuítas e, em 1848, iniciaram a construção, em pedra e cal, da Igreja de São Joaquim do Bacanga. Concluída em 1863, recebeu o altar da Capela de São Luís Rei de França, uma vez que a primeira cadeia tinha sido desativada. Desde aquela data aos nossos dias, a comunidade festeja seu padroeiro no mês de julho.

Essas foram as igrejas mais antigas da cidade. Antonio Lobo faz alusão à Igreja da Trindade, cujo capelão, à sua época, era o Frei Gabriel; e, a de São Luís Gonzaga, confinada ao antigo convento de franciscanos, naquele tempo, transformado no Internato dos jesuítas, em que o autor estudou.¹⁷⁹

Muitas capelas antecederam igrejas ou foram oriundas de promessa, por devoção a um santo ou como apoio a instituições como colégios, asilos e hospícios.

No meio da praça indígena da aldeia Eussauap, os capuchinhos franceses levantaram uma capela, benzida e rezada a primeira Missa, em 20 de outubro de 1612. Os jesuítas portugueses estabeleceram uma missão naquele local, chamado Aldeia da Doutrina e substituíram a capela de palha por outra de taipa, coberta de telha. Em 1698, a aldeia ficou sob a jurisdição do Senado da Câmara que pagou diárias a índios pelos trabalhos na construção de uma nova igreja de pedra e cal.

Igreja de São Pantaleão, notável por conter a Roda para receber crianças abandonadas.
Foto Gaudêncio Cunha

¹⁷⁹ LOBO, Antonio, op. cit. p. 59, 76 e 77.

assistência entre duzentas a trezentas pessoas recolhidas na primeira cadeia da cidade.

A Capela de São José das Laranjeiras, contígua à Quinta do mesmo nome, foi edificada em 1811, benta e aberta ao público em agosto de 1816 com a licença do Bispo. A condição do doador foi de ser enterrado na capela e os futuros donos rezarem anualmente uma missa pela sua alma no dia do seu falecimento. A arquitetura e decoração interna mostram a opulência e o bom gosto da época. No único janelão ardiam velas que se consomem noite adentro, uma devoção popular mantida até o século XX.

A Capela do Hospital Português, iniciativa da Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, sob a proteção de São João de Deus, atendia internados, acompanhantes e pessoas da comunidade em Missas e velório de pessoas importantes da colônia lusitana.

Os sinos das igrejas e capelas assinalaram toda uma história, marcando os ritmos de vida secular de São Luís. Anunciavam ao povo, além dos ofícios divinos, atos políticos, a entrada e saída dos governadores, os passeios do bispo pela cidade, cumprindo obrigações estabelecidas no Regulamento de 2 de janeiro de 1724: *“Quando o bispo sair devem repicar os sinos de tôdas as igrejas por onde passar; ajoelhando-se todas as pessoas com quem se encontrar, até que êle de todo passe.”*¹⁸³ Os sinos também repicavam obrigatoriamente cada vez que o Capitão-General entrasse ou saísse do Palácio, como uma espécie de continência sonora. Em 1812, o Conde d’Aguiar participou ao Capitão-General sua decisão, contrariando o Cabido de não *“ser de sua vontade, que repicassem os sinos da Catedral, quando ele entrasse ou saísse de Palácio...”*¹⁸⁴ Difícil julgar o procedimento do Conde: simplicidade ou fuga ao controle da assiduidade

¹⁸³ Ibidem, p. 61.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 61.



ou pontualidade imposta pelo cargo, uma vez que tal atitude ia de encontro aos usos e costumes da época.

O Censo de 1872 registra 2.659 somados sacerdotes e religiosos no Brasil, atuando 114 no Bispado do Maranhão. Grande parte dos sacerdotes ficou servindo igrejas e capelas de São Luís, ou pela questão intelectual para ensinar nos seminários menor e maior ou pela projeção familiar ou por amizade com pessoas importantes do clero ou fora dele. Os seculares predominaram, *“resultado das inúmeras restrições à reprodução das ordens presentes na legislação do governo imperial.”*¹⁸⁵

A Capela,
parte do
morgado das
Laranjeiras.
Foto Edgar Rocha

¹⁸⁵ Neris, Wheriston Silva. *A Elite Eclesiástica no Bispado do Maranhão*. São Luís: Edufma. Hundiá: Paco Editorial, 2014, p. 141.

Costume testamentário

A grande incidência da distribuição de bens a favorecer pessoas, por escrito ou oralmente, corresponde ao tempo mais promissor da economia e acesso aos estudos, razão pela qual o testamento aparece com maior frequência no século XIX. Os mais antigos encontrados no Arquivo da Arquidiocese de São Luís datam do início do século.

Uns costumavam falar abertamente na presença de um padre, de familiares e amigos mais íntimos, em circunstâncias terminais ou de forma privada. Prevaleceu o costume de testarem por escrito para maior garantia no cumprimento dos desejos.

O arrolamento dos bens permite traçar o perfil do testador, a natureza da atividade, se proprietário de terra, lavrador, pecuarista ou comerciante, dono de muitos ou poucos escravos, maior ou menor círculo familiar e de amigos, reconhecimento de filhos naturais, de dívidas, referência, destino ou reconhecimento do trabalho dos escravos, através de alforrias e a credulidade, recomendando Missas em sufrágio da alma, doações para ornar altares ou joias para santos ou omissão de qualquer doação à Igreja.

O número reduzido de testamentos em relação à população livre é justificado pela circunstância da maioria ser analfabeta. Ao testar, sempre com a observação de estar *em seu perfeito juízo*, o doador tinha maior controle sobre a disposição dos seus bens, geralmente distribuídos entre familiares, amigos mais grados, instituições religiosas ou leigas e a escravos.

Não podiam testar, meninos menores de quatorze anos e meninas menores de doze, loucos, heréticos, apóstatas, religiosos professos, condenados à morte, surdos-mudos e escravos.

No testamento constava o apelo aos santos protetores na hora da morte, a confirmação da fé católica e intercessão celeste, a organização do funeral dentro das regras

do cristianismo e, mais raramente, a confissão dos erros, o local onde deveria receber orações dos familiares, amigos e fiéis frequentadores da igreja do sepultamento, o número de missas a serem celebradas em sufrágio da alma, esmolas preestabelecidas para os pobres acompanhantes do cortejo fúnebre (os homens rezavam e as carpideiras choravam). Quanto maior a esmola, mais intenso e alto seria o choro. No testamento, filhos ilegítimos eram reconhecidos, dívidas eram pagas, inimigos perdoados e escravos libertados. Cativos esperavam, ansiosos, a morte do senhor sonhando com sua possível libertação. Os ricos muito vaidosos reservavam grandes somas para um funeral, o mais suntuoso possível, com grande número de pessoas, à noite, à luz de tochas, com rezas e choro em voz alta como expressão de poder, importância e bom conceito social. Determinavam o hábito a ser usado: homens vestidos de santos e mulheres, de santas. O hábito de São Francisco ou de Nossa Senhora do Carmo eram os preferidos pelos ricos. O enterro da maioria abastada causava verdadeiro alvoroço, um acontecimento social que sacudia a cidade. Não raro, mulheres ricas, mas, verdadeiramente católicas, determinavam cortejo fúnebre simples.

Sepultamento

Os filiados às irmandades tinham garantidas as exéquias. Na Rua das Hortas, n. 67, um português inaugurou um estabelecimento de armador e galas funerárias para atender ao costume de transformar a sala principal da casa enlutada em altar macabro para expor o falecido antes de sua ida para o cemitério. As armações funéreas, revestidas de panos negros e roxos com festões lúgubres, os círios acesos adensando o ar, ofereciam um ambiente de réquiem propício às celebrações religiosas de orações pungentes. Depois do cadáver banhado, vestido e colocado no caixão, dava-se início ao velório por toda a noite, alternadas rezas, cafés e conversas entre parentes e amigos. Os mais humildes pediam aos conhecidos café, açúcar e velas para a sentinela com cantoria de “excelências”. Não raro, jogavam baralho, estimulados por boas doses de cachaça em rodas ao ar livre na calçada ou no quintal. Conforme Zelinda Lima, “à medida que a bebida corre, e escorre pelas goelas, as vozes se alteiam, os ‘causos’ se sucedem na narrativa excitada dos acompanhantes, surgem as discussões e, muitas vezes a coisa degenera em brigas. Ressalve-se que a cachaça distribuída não tem significado festivo, mas sim é remédio para ‘clarear’ as vozes das rezadeiras e para espantar o sono dos que velam o defunto.”¹⁸⁶ Os outros tomavam chá de várias folhas como calmante.

As irmandades providenciavam o sepultamento nos templos frequentados pelo falecido, embora, em vida, lhe fosse facultado o direito de escolher outro qualquer lugar santo. Enterrar dignamente os sócios, em lugar de destaque, dentro das igrejas, era uma das prioridades dessas associações e significava maior ou menor projeção da própria

¹⁸⁶ LIMA, Zelinda Machado de Castro e. *Pecados da Gula. Comeres e beberes das gentes do Maranhão*. São Luís: CBPC, 1998, p. 96.

irmandade. Humilhante, até apavorante, ser enterrado ao lado de infiéis e animais em local não sagrado. A luta dos leigos por espaços dignos e dos padres pelo maior conceito de seus templos compeliu as autoridades eclesiásticas a ameaçarem com excomunhão os religiosos que, por algum motivo, induzissem alguém a preferir sua igreja, capela ou convento. Entre 1820 e 1830, o maior número de sepultamentos aconteceu na Igreja do Carmo, por sua maior projeção. A superioridade numérica de negros, mulatos, cativos ou libertos da Irmandade do Rosário somada aos irmãos de São Benedito e do Bom Jesus Redentor das Almas, devotos e frequentadores da mesma Igreja do Rosário, colocaram o templo em segundo lugar na preferência para sepultamentos.

O chão do corpo da igreja era privilégio das pessoas ilustres; o adro, local circundante do templo, reservado para escravos ou pobres livres não pertencentes a nenhuma irmandade. Na capela do Bom Jesus dos Navegantes os irmãos estabeleceram o preço de trezentos mil réis para sepultura na parede da capela, lugar mais cobiçado e trinta mil, réis, no chão lateral do templo. A receita das irmandades advinha das mensalidades, verdadeiro seguro garantidor do sepultamento de seus sócios.

O Cemitério Municipal, do Canto da Viração esquina com Rua Grande, também recebeu cadáveres depois que o Governador e Capitão-General proibiu o sepultamento nos adros, quintais ou largos das igrejas e beira de estradas. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia passou a enterrar seus mortos no Cemitério de sua propriedade, à Rua de Nazaré, fundos com a primitiva Igreja do mesmo nome, no Largo do Palácio. Arruinada a Igreja de Misericórdia e desativado o cemitério por superlotação, a partir de 1805, os sepultamentos passaram para o cemitério de São Pantaleão, junto à igreja do mesmo santo. Rapidamente as epidemias faziam lotar os campos santos.

Páginas seguintes: ossuário ao lado da capela do Senhor Bom Jesus dos Passos.
Foto Edgar Rocha



JAZIGO DE
ANTONIO JOSÉ PEREIRA
DA SILVA

ANTONIO
PEREIRA
LIMA

ANTONIO
LIMA
PEREIRA

Dentre outras mudanças, a Lei Imperial de Estruturação dos Municípios, de reorganização do espaço público citadino, previu o afastamento dos cemitérios das igrejas. A partir de 1828, as capitais brasileiras colocaram em prática a recomendação legal. Em São Luís, o Cemitério Novo da Misericórdia, por trás da Igreja de São Pantaleão, entre as ruas da Cotovia e Cajazeiras, iniciou seu funcionamento em janeiro de 1831.

Para cumprir um de seus propósitos e auferir algum lucro, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, em 1834, iniciou a construção, na Quinta do Machadinho, do cemitério reservado aos seus irmãos. Pela pretensão do monopólio na administração dos enterramentos, a Irmandade da Misericórdia alegou poucas condições de higiene do cemitério concorrente. A vistoria por uma junta médica teve parecer favorável.¹⁸⁷ Com grande influência política, o grupo da Misericórdia tentou sustar os enterramentos no cemitério dos Passos, através de uma segunda comissão de médicos peritos. “*O grande trânsito de pessoas no local poderia lavar aos que ali estivessem ideias tristonhas e pensamentos lúgubres, haja vista que muitos poderiam ali ter enterrado parentes elou amigos próximos.*”¹⁸⁸ Some-se a alegação da péssima estrutura das carneiras, a pouca aeração do local, além da má localização no meio da única estrada que ligava o centro da cidade aos subúrbios. A nova comissão médica desfez o primeiro entendimento. O integrante de ambas as comissões, o médico José Maria Faria de Matos, mostrou ao Presidente da Província as boas condições de higiene do cemitério, tentando anular o embargo. Aceito

¹⁸⁷ Comissão de médicos peritos: José Maria Faria de Matos Junior, José Miguel Pereira Cardoso e Veríssimo dos Santos Caldas.

¹⁸⁸ COE, Agostinho Júnior Holanda. “Questões de Higiene Pública? Debate acerca de um bom cemitério nos periódicos ludovicenses do Século XIX”. In: GALVES, Marcelo Cherche. COSTA, Yuri. (org.) *O Maranhão Oitocentista*. 2ª. Edição revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis/Editora Uema, 2015, p.,120.

pela Câmara Municipal e aprovado, conforme a Lei Provincial 255, de 3 de dezembro de 1849, o cemitério dos Passos passou a receber os irmãos dos Passos no seu “campo santo”.

Até 1855, a cidade recebeu grande contingente de novos cativos vindos da África, a camada mais pobre, ficando o sepultamento nas igrejas restrito aos cidadãos de grande prestígio social e econômico. Os princípios cristãos e o interesse pecuniário das irmandades resultaram em grande reação, suplantada pela política de *civilização dos espaços públicos*. A transferência dos enterros das igrejas para locais distantes do ambiente urbano foi pressionada pelos médicos, que atribuíram as epidemias à contaminação pelos gases poluentes do ar nos ambientes fechados das igrejas.

Entre 1834 e 1871, treze epidemias afetaram a população, a ponto da varíola de 1854 e a cólera morbos de 1856 lotarem o Cemitério de São Pantaleão, obrigando a Irmandade da Misericórdia, providenciar, com urgência, a compra da Quinta do Gavião, ao sul da cidade e fora dos seus limites, seu terceiro cemitério. Inaugurado em setembro

O Cemitério do Gavião foi bem aceito pela elite, pelo capricho com que foi construído e a bela capela para as exéquias.
Foto Gaudêncio Cunha



de 1855, o novo campo santo foi aceito de bom grado pelas classes abastadas por ter uma capela para missas de corpo presente, alamedas arborizadas, divisões em quadras e seções e as sepulturas ordenadas, segundo uma numeração. Poder, opulência, luxo, ostentação foram demonstrados pelas famílias de maior projeção social através dos belos túmulos com esculturas de artistas europeus, mármore de Carrara, bronze e outros acessórios.

Geralmente eram longas as distâncias entre o velório e o local do sepultamento de pessoas pobres, obrigando o cortejo a fazer algumas paradas, colocar o morto no chão para as usuais rodadas de bebida. Não foi por acaso que um bar chamado Último Adeus foi instalado defronte do Cemitério do Gavião, para despedida do morto com um último trago. Esta era a preparação para os discursos, cuja maior ou menor duração dependia do grau de embriaguês dos oradores, na descida do *de cujus* à cova. Nestas circunstâncias, a morte proporcionava grande animação e transformava-se em festa.

Vale a pena conhecer a impressão do menino Humberto de Campos ao visitar o Cemitério do Gavião: “*vi o fervilhar da onda humana, os túmulos cobertos de flores, os jazigos de mármore ou caiados de novo, e toda aquela gente, que ia e vinha sem uma lágrima, sem uma evidente demonstração de tristeza.*”¹⁸⁹ A satisfação à sociedade tornou obrigatório o costume de visitar os mortos a 2 de novembro, Dia de Finados.

Escultura em bronze, mausoleo nº 50, da família Domingues Moreira, segunda secção do Cemitério do Gavião.
Foto Edgar Rocha



¹⁸⁹ CAMPOS, Humberto. *Memórias e Memórias Inacabadas*. São Luís: Instituto Geia, 2009, p. 77.

Irmandades

Previstas pelo Código Canônico e herdadas por Portugal no medievo, associações religiosas de leigos - Ordens Terceiras, Pias Uniões, Confrarias e Irmandades - foram transplantadas para as colônias. A política colonizadora portuguesa esquecia a assistência social em detrimento da gestão de negócios econômicos e políticos. Para amenizar as dificuldades da população desassistida foram inauguradas Santas Casas de Misericórdia para ajudar espiritual e materialmente os mais humildes, atendendo aos doentes e presos, abrigando viajantes, resgatando cativos e enterrando mortos.

Em São Luís, multiplicaram-se as irmandades, basicamente diferenciadas pela cor da pele, posição social e poder aquisitivo, demonstrados pela colaboração na construção dos templos religiosos. As igrejas dos brancos, suntuosas e em locais privilegiados, enquanto os pardos e negros erigiam ou frequentavam igrejas em locais de menos destaque no panorama urbano. O Compromisso, documento definidor dos objetivos de cada associação, determinava as exigências para admissão, direitos e deveres de seus membros. Para seu reconhecimento, era condicionado à análise e aprovação das autoridades eclesiásticas. Os membros se reuniam em oratórios, templos próprios ou cedidos, conforme o maior ou menor poder econômico da organização. Aquelas sem templos próprios eram consideradas "irmandades de altares laterais", ocupavam posição secundária, pagavam taxa anual à irmandade detentora dos direitos sobre o templo pela utilização das partes laterais da igreja. As duas primeiras irmandades nascidas na segunda década do século XVII e as outras surgidas a partir de 1851, se organizaram com caráter especificamente religioso, elegendo um santo padroeiro e uma igreja. De modo geral, os sócios se comprometiam a colaborar na realização das festividades e assistir seus irmãos na doença, na morte, no funeral com sinais dos sinos,

nas missas de réquiem, com repiques dos sinos. O ingresso e outras obrigações específicas variavam, conforme o Compromisso de cada irmandade. O primeiro artigo determinava a categoria social, a cor e a condição de livre ou escravo, sendo um dos mecanismos de aproximação dos recém-chegados negros à religião católica. As irmandades dos negros promoviam sua maior integração na sociedade, embora a legalidade diminuísse a possibilidade de revolta coletiva. "Acontece, ainda, que a corporação, permitindo ao escravo e ao mulato ingressarem nos seus próprios organismos, proporcionou uma forma de luta, um veículo próprio e adequado, além de legal, para a apresentação das suas reivindicações. É por isso que, quando se aprofundam os antagonismos de classe no seio da sociedade, se intensificam os conflitos entre as irmandades."¹⁹⁰ Aos escravos era exigida a permissão por escrito, até porque grande parte de seus membros tinha a mensalidade paga pelo senhor, uma espécie de liberdade assistida.

Havia uma hierarquia interna, determinada, conforme a idade e o nível de conhecimento dos membros. Muitas irmandades de negros admitiam brancos alfabetizados pela conveniência de ocuparem cargos mais elevados. Entre os deveres dos confrades: visitar e ajudar doentes e encarcerados; acompanhar os últimos momentos do moribundo; levar o capelão da irmandade para confissão, comunhão, extrema unção e, se escravo, reafirmar sua fé católica; providenciar roupas mortuárias do santo da devoção do morto; velório com velas, rezas, choro; funeral; sepultamento em local sagrado; epitáfio para a sepultura e missas. O pertencimento a uma irmandade dava certo *status*, especialmente ao escravo, naquele espaço, onde era visto como pessoa e não peça. Do contrário, o indivíduo seria marginalizado da sociedade, sem direito a sepultura em local sagrado.

¹⁹⁰ SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas do Ciclo de Ouro*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963, p. 66.

A diferenciação entre brancos e negros basicamente não passava pela posse de bens materiais e não era esmaecida pelo fato de integrar uma irmandade. Algumas irmandades emprestavam dinheiro a juros para pessoas de modo geral e, não poucas vezes, compravam a liberdade de confrades, embora trabalhassem pela liberdade individual e não, coletiva. Não lutaram pela abolição.

Ser membro de uma confraria dava bom conceito aos senhores e ter escravos pertencentes à irmandades também, sem contar o interesse econômico de estar desobrigado de providenciar sepultura em lugares santos, acompanhar o féretro e mandar celebrar missas ao escravo falecido.

A Irmandade da Misericórdia, a mais antiga de São Luís, instituída em 1622 pela elite econômica, assinalou em seu artigo quarto: *“ser abastado em fazenda, de maneira que possa acudir ao serviço da Irmandade sem cair em necessidade e sem incorrer na suspeita de se aproveitar do que correr por suas mãos.”*

A monumentalidade do prédio da Santa Casa é testemunha da força da elite econômica.
Maranhão Ilustrado



Muito atuante frente às obras pias e humanitárias entre os séculos XVII e XIX, a irmandade da Misericórdia auxiliou doentes, loucos e morféuticos, criou crianças enjeitadas, assistiu pobres e condenados à morte, confortados e acompanhados até o patíbulo, em cortejo, anunciado pelo tremular de uma bandeira branca com a inscrição, Fé, Esperança e Caridade, figurada em uma cruz, uma âncora cruzada com um coração vermelho ao centro. Os sócios da irmandade mantiveram cemitério¹⁹¹, hospital de caridade a seu próprio hospital¹⁹², leprosário¹⁹³, a roda de enjeitados e a Igreja da Misericórdia, posteriormente substituída pela de São Pantaleão. Era tradição de seus membros elegerem o governador como Provedor, maneira de garantir a ajuda do poder público. A princípio, a Irmandade pagava ao Hospital Militar pela permanência dos enfermos pobres, situação permanente por mais de um século. Com o apoio governamental e a contribuição dos membros da associação, em 1806, a Mesa da Irmandade decidiu levantar um prédio adequado ao Hospital da Caridade em terreno doado entre a Rua do Norte e a Rua do Passeio. Concluído em 1814, o Hospital de São José da Santa Casa da Misericórdia alocou os doentes na parte de cima e cedeu espaços nos baixos para: o prelo da Tipografia Nacional, impressora do primeiro jornal de São Luís, Conciliador do Maranhão;¹⁹⁴ aulas de anatomia e cirurgia, teórica e prática, a cargo do cirurgião-mor José Maria Barreto; o Colégio de Educação,

¹⁹¹ Por superlotação, o Cemitério Velho da Misericórdia, ao fundo da igreja, no Largo do Palácio, foi fechado, em 1855 e substituído pelo Cemitério do Gavião.

¹⁹² A Irmandade entregou a administração da Santa Casa à ordem religiosa Filhas de Sant'Ana, sob a direção da superiora Gaudiosa Dertuzzi e a Casa de São José, a chamada Roda, à irmã Umberta Chelucci, chegadas em 1887.

¹⁹³ O primeiro leprosário, dois barracões atrás do Cemitério da Misericórdia, na Rua do Passeio, data de 1833. Em 1870, os doentes foram transferidos para o Leprosário, aos fundos do Cemitério do Gavião, até serem transferidos para o Leprosário do Bonfim, na década de 1930.

¹⁹⁴ Quando manuscrito, o jornal chamou-se O Conciliador do Maranhão; impresso, Conciliador do Maranhão e, posteriormente, Conciliador.

segundo estabelecimento de ensino laico de São Luís; uma das salas para Aula das Faculdades Militares. A irmandade instalou a Capela de São José da Misericórdia, assistida pelas Irmãs Santana e urbanizou a praça do mesmo nome. Em 1826, passou a funcionar a Roda para Expostos, logo transferida para a lateral da Igreja de São Pantaleão.

A demanda de leitos premiou a irmandade a ampliações da Santa Casa da Misericórdia – 1826, 1836, 1838, 1863, 1874 – sendo atualmente uma instituição civil de utilidade pública, amparada pela União, Estado e Município de São Luís, uma vez que atende a enfermos pobres e associados.¹⁹⁵

A segunda mais antiga associação, dos Irmãos do Carmo, formada em 1627 pela elite local, políticos, militares de altas patentes, comerciantes de renome e pessoas das mais altas categorias sociais, funcionou na Igreja de Nossa Senhora do Carmo. A Irmandade de Bom Jesus dos Passos, fundada em 1722 por ricos portugueses, construiu sua capela na Igreja do Carmo e se responsabilizou pela procissão da Quaresma, em que o Senhor dos Passos saía do Carmo e ia até a Igreja da Misericórdia. A Irmandades de Santa Filomena, da fração mais abastada da Província, também com altar no Carmo, gozou de grande prestígio por todo o século XVIII.

A capela do Senhor dos Passos, a de Santa Teresa e o cemitério pertenciam à Irmandade dos Passos, exclusivos dos confrades. A irmandade promovia a festividade dos Sagrados Passos da Paixão de Cristo Nosso Senhor, antecedendo à procissão do Senhor Morto, na terceira sexta-feira depois da Quarta-feira de Cinzas, onde os fiéis paravam nos doze Passos. Localizamos somente sete: o da Rua Formosa, canto com Rua Direita, bem conservado pelos proprietários do Jornal Pequeno; o do Beco da Pacotilha, mantido pela família Naufel; o da lateral da Catedral, guardada a fachada, porém, isolado

¹⁹⁵ Reconhecida a grande assistência à população, o governo estadual, pelo Decreto n. 12, de 8.02.1890, estabeleceu uma loteria em favor da Santa Casa.

por construções internas do prédio; o da Rua Grande, junto à Farmácia Garrido, totalmente desfigurado, adaptado ao Armazinho Zig Zag; o do Largo de São João, junto ao prédio da Maçonaria; o da Rua das Flores, ocupado por parte de uma ótica e o da ilhargá do Convento de Santo Antônio.¹⁹⁶

A força política da irmandade do Bom Jesus dos Passos igualava-se à dos irmãos da Misericórdia.¹⁹⁷ Por ocasião do surto de bexiga, de 1855, o Campo Santo dos Passos foi muito utilizado, contrariando os interesses dos irmãos da Misericórdia, muito solicitados para sepultamento em seu cemitério.

Somente em meados do século XIX as irmandades com fins religiosos proliferaram e a pioneira data de 1851, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de negros, com a peculiaridade de permitir a entrada de brancos, em número limitado. No mesmo ano, outros homens sem diferença de cor se juntaram na Irmandade do Santíssimo Sacramento e, talvez pelo baixo poder aquisitivo de seus associados, o artigo 35 do Compromisso alertava: *o sufrágio terá lugar se o falecido estiver quite com a irmandade, ou seus herdeiros ou testamenteiros pagarem o que estiver a dever, ou se o seu estado de pobreza não permitir tal pagamento*. Ainda em 1851 a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios promovia a segunda procissão da Quaresma. Aparentemente democrática, dificilmente aceitou pessoa da cor negra, livre ou escravo. Instituída em 1852, a Irmandade de Bom Jesus da Cana Verde, de negros escravos e ex-escravos, responsáveis pela terceira procissão da Quaresma, estendia assistência a encarcerados por crime

¹⁹⁶ O único registro desse último Passo está em SERRA, op. cit., p. 86.

¹⁹⁷ A Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, mandou benzer, no dia 3.03.1849, o Cemitério de Santa Cruz dos Passos, às margens do Caminho Grande, na chamada Quinta do Machadinho, um baixo entre o Alto da Carneira e o Apicum. Interditado pela alegação de sua proximidade com a fonte do Apicum, foi reaberto em 1854. A Lei Provincial n.924, de 23.07.1870, determinou o fechamento do cemitério por representar prejuízo à Santa Casa.

não infamante. Originizou-se, em 1854, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, com exigência de uma joia de, no mínimo, quatro mil reis e anuidade de quinhentos mil reis, maneira de elitizar a associação. Além da joia e mensalidades, a irmandade contava com rendas advindas de propriedades, testamentos e de loterias para garantir a reforma e manutenção de sua igreja, auxílio a hospitais, asilos, cemitérios, a compra de imagens de santos, roupas, bandeiras, insígnias, além do pagamento do capelão, sacristão e outros funcionários e as despesas da pomposa festa de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da confraria. O Compromisso da Irmandade de Santa Efigênia, de 1855, punia *os que deixarem de comparecer nos actos de formação da irmandade por três vezes sucessivas, sendo para avisados, quer para festividades, quer para enterros, pagarão a multa de quinhentos reis, não havendo motivo justificado; e a não pagarem serão excluídos da irmandade.* A peculiaridade da Irmandade da Imaculada Senhora da Conceição, formada em 1856, era a determinação do local e tipo de sepultura, conforme a hierarquia: *Fica concedido aos irmãos que tiverem exercido ou exercido cargos de mesa, o terem direito a uma sepultura no chão do corpo da igreja de três palmos quadrados para depósito dos restos mortais seus, de suas mulheres e filhos.* Dissidentes da irmandade de Bom Jesus dos Passos constituíram, em 1862, a Irmandade do Senhor dos Navegantes, cujo ingresso exigia *sangue limpo e conduta irrepreensível.* A quarta procissão da Quaresma, do Encontro de Nossa Senhora, partindo da Igreja de Santo Antonio, com parada na Igreja do Carmo, encontrando-se com o Bom Jesus, vindo da igreja da Sé, Verônica enxuga a face do Cristo e canta: *Oh vós todos quando passais pelo caminho observai e dizei se a dor é igual a minha dor.* No mesmo ano, negros organizaram a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Viagem, cujo Compromisso previa a elegibilidade para tesoureiro de *pessoas prudentes e de algum conhecimento para que possa reunir a razão com o dever.*

A Irmandade de São Benedito, apesar de ter como orago o santo negro, era composta por pessoas brancas da elite, com sua base na igreja de Santo Antônio. Conforme Jali-la Ribeiro, *“imbuídos de ideias progressistas e reformistas uma significativa fração da elite maranhense passou a desenvolver ações concretas em relação à causa libertária, através de entidades religiosas e sociedades particulares. Em decorrência disso, foi grande o número de escravos manumitidos através da irmandade de São Benedito... através de doações, todos os anos, no dia da festa do seu patrono, tornava livre um certo número de escravos menores de idade.”*¹⁹⁸ A igreja de Santo Antônio também acolheu a Irmandade de Bom Jesus da Coluna, de mulatos e pretos livres, profissionais de ofícios e com recursos suficientes para se responsabilizarem pela primeira procissão da Quaresma.

Era comum toda família possuir vestes de devoção. Ricos e pobres se apresentavam nas procissões de suas respectivas irmandades ou outras cerimônias nos dias de festa dos seus santos padroeiros vestidos com hábito, capote e capa, variando entre ricas vestimentas, tecido de chamalote, botões, cordões de golas de ouro, fivelas de prata, ou hábito mais simples em confrarias socialmente menores. Era a maneira de ostentar riqueza e poder. Os hábitos de Cristo, alguns com diamantes, eram exibidos por homens refinados pertencentes às ordens militar e religiosa. Vestimentas das irmandades do Santa Cruz dos Martírios de Nosso Senhor Jesus Cristo, do Senhor São José do Desterro, do Santíssimo Sacramento, do Senhor Morto e do hábito de São Francisco constam de alguns inventários, assim como *“um balandrau da Misericórdia, um hábito do Terceiro, uma roupa do Senhor dos Passos.”*¹⁹⁹

A festividade dos sagrados Passos da Paixão de Cristo Nosso Senhor, antecedia à procissão do Senhor Morto, na terceira sexta-feira depois da quarta-feira de Cinzas, onde os fiéis paravam nos doze passos.
Foto Edgar Rocha

¹⁹⁸ RIBEIRO, Jali-la Ayoub Jorge. *A Desagregação do Sistema Escravista no Maranhão: 1850-1888.* São Luís: SIOGE, 1990, p. 121.

¹⁹⁹ MOTA, op. cit., p.223.



Festas promovidas pelas irmandades

Certos padres mais rigorosos diziam que o espírito religioso do maranhense, padroeiro, mais profano que religioso, teve relevância na vida de São Luís, com folguedos populares, barraquinhas de sorte, balões, foguetes, tabuleiros de doce e fogos de vista. A assiduidade das famílias nas novenas e nas procissões com cortejo dos *anjos de promessa*, zeladoras, irmãos de várias irmandades com roupas vistosas, a tradicional tocha acesa e o bastão de prata assinalando os mordomos e juízes constituíam um grande espetáculo da fé aparente de muitos dos ludovicenses. Havia certa rivalidade entre as irmandades, demonstrada no preparo da Missas, novenas e procissões, especialmente nos ofícios da Treva e da Paixão, tempo de exagero na decoração dos altares do Senhor dos Passos, do Senhor dos Navegantes e de Nossa Senhora das Dores.



A procissão dos Passos, iluminada com velas e archotes, percorria as ruas onde estavam edificadas as capelinhas dos doze passos. Saindo da Igreja de Santo Antônio, a mais fervorosa das procissões da Semana Santa, a do Encontro de Nossa Senhora das Dores com Cristo, atingia o ápice da emoção “quando a Verônica, mostrando à multidão a sacrossanta imagem ensanguentada, cantava plangente o espasmo dilacerante da Mater Dolorosa: Oh! Que lágrimas puras de tristeza e melancolia, eu derramava!”²⁰⁰ E a comoção era geral.

Movimentavam a cidade outras festividades tipicamente variadas conforme o estilo das irmandades, o costume das igrejas, devoção dos fiéis ou em casos extraordinários, como por exemplo, deixar em testamento um número estipulado de autos ou comédias em homenagem a determinados santos, a serem encenados no adro ou no interior das igrejas.

A procissão mais popular, a de São Benedito, com grande e diversificado número de devotos – brancos, pretos, mulatos, senhores, escravos, livres – de responsabilidade da irmandade do santo negro, saía da Igreja de Santo Antônio, rodeada de adultos e crianças vestidos com roupa branca ou marron, sobrepeliz, capuz e cordão castanho e anjos cativos, pelo pagamento de promessa por graça alcançada.

Cada irmandade administrava a igreja promotora da festa de seus padroeiros com o aroma dos incensos, bálsamos e perfume de flores. Imagens, altares, adornos no interior dos templos, com cravos, cravinas, rosas, girassóis, bogaris, espirradeiras rosas, limpa-sapatos vermelhos, músicos e/ou cantores no final da novena e pompa das missas solenes acompanhadas de orquestra, como encerramento da festa.

Andores decorados com o maior número possível de anjos, anúncio do itinerário, conforme aquiescência do pároco, ruas limpas por solicitação dos irmãos, janelas por onde passavam as procissões enfeitadas com lindas toalhas renda-

Na Procissão do Encontro, Jesus ouve o canto de Verônica, em frente da Igreja do Carmo.
Foto Edgar Rocha

²⁰⁰ GRAÇA ARANHA, op. cit., p. 46.



Andor
ladeado por
anjos de
promessa
na procissão
do Sagrado
Coração de
Jesus.
*Foto cedida por
Nizeth Medeiros*

das, bordadas a mão, matizadas, vasos de flores nos para-
rapeitos, venda de velas, estandartes ou bandeirolas aos
acompanhantes dos cortejos, foguetes e fogos de artifício
e repique dos sinos na partida e chegada da procissão; no
largo, muitas brincadeiras (pescaria, sortilégios), sorteios,
rifas, leilões e barracas com guloseimas e bebidas. Alguns
largos mais famosos promoviam danças, cantos e teatri-
nhos nos baixos dos sobrados próximos às praças. O profano
conjugado ao religioso.

Entre as procissões mais antigas, diferenciada foi a
Procissão dos Ossos. No dia 1 de novembro, logo ao anoi-
tecer, empunhando círios, lanternas e archotes, padres e ir-
mandades em extensas filas percorriam as principais ruas
da cidade, com a imagem do Senhor Crucificado à frente,
vários painéis de santos e, por fim, um sarcófago envol-
vido em pano negro com uma cruz de galões mortuários,
contendo ossos. Os irmãos da Misericórdia carregavam nos
ombros o caixão ao som da música militar, chorosa e sen-

tida. A multidão, vestida de preto e branco, acompanhada
pela tropa com as armas em funeral, andava a passos len-
tos até a Rua de São Pantaleão, enquanto todas as igrejas
repicavam seus sinos de dobre como protesto das almas do
purgatório contra as poucas orações dos vivos.

Contam que, do janelão de sua casa de azulejos, um
ateu assistia com riso irônico ao cortejo, quando uma velhi-
nha, toda de preto, pediu que ele segurasse uma vela. Quan-
do apurou o olhar, o incrédulo tinha às mãos uma canela de
defunto. O sino de São Pantaleão dobrou dolentemente no dia
seguinte, pela morte fulminante do descrente.

Além dos fogos e foguetes, as festas públicas, civis
ou políticas, incluíam sinos, zabumbas e bandeiras, acessó-
rios quase obrigatórios.

Em 1948, o arcebispo D. Adalberto Sobral, com a
ajuda de três padres ligados ao Rio Grande do Sul, promo-
veu uma semana eucarística como preparação ao V Con-
gresso Eucarístico em Porto Alegre. São Luís reviveu sé-
culos passados na procissão de encerramento. Em extensa
fila hierarquicamente organizada, todo o clero, irmanda-
des com as respectivas vestimentas, autoridades civis, mi-
litares com farda de gala, fiéis de todas as paróquias com
estandartes e símbolos, e a multidão, acompanharam o Bis-
po, debaixo do pálio segurando o ostensório. Saiu da Igreja
de Nossa Senhora dos Remédios, subiu a Rua Rio Branco,
desceu a Rua Oswaldo Cruz até a Praça João Lisboa e ter-
minou com a elevação do Santíssimo no adro da Igreja do
Carmo. Encerrou às 19 horas, a mais brilhante cerimônia
pública da Arquidiocese de São Luís, só com a hóstia bran-
ca, sem imagens, muitos cânticos, fervor, ordem e milhares
de velas acesas.

Com o passar do tempo, pompa e ruas ornamenta-
das, janelas enfeitadas para a passagem do solene cortejo
foram substituídas por procissões simples, pobres e desor-
ganizadas.

Catolicismo popular

O principal objetivo das grandes festas da Igreja Católica na Semana Santa, liturgias solenes ao som do canto gregoriano, o Ofício das Trevas, a cerimônia do Lava-Pés, da Quinta Feira Santa, o ritual da Via Sacra com a Ladainha de Todos os Santos e no Sábado da Aleluia, as alegrias da Ressurreição, sempre foi revitalizar a piedade cristã. O silêncio, meditações, jejum e abstinência da semana anterior eram recompensados com lautas refeições e descontração em encontros festivos no Sábado de Aleluia. O catolicismo praticado pelo povo se constituiu sob a influência de costumes de outras culturas, afastando-se do sentido teológico do cristianismo, razão do distanciamento entre o catolicismo popular português, do fim da Idade Média e herdado pelo Brasil, e o eclesiástico, obediente às reformas do Concílio de Trento. As circunstâncias de uma sociedade arcaica forçaram a valorização de novenas, devoção a santos, rezas e orações. A personagem de Antônio Lobo mostra a prática do catolicismo brasileiro, em sua maioria: *“D. Amância, viúva rica e beata, cuja vida consistia em rezar aos Santos nas igrejas, espancar as escravas em casa e falar mal da vida alheia.”*²⁰¹

A Virgem Maria com inúmeras invocações: do Bom Parto, do Desterro, das Dores, do Socorro, dos Remédios ou com nome de localidades, como de Lourdes, de Fátima, de Loreto, de Nazaré. Conforme a história de vida de cada santo, o povo determinou proteções específicas. Santa Marta, das moças solteiras; Santo Antônio, das coisas perdidas, santo casamenteiro; São Pedro, dos pescadores; Santa Edwirge e Santo Expedito, das causas difíceis e urgentes; São Lázaro, protetor dos cães; Santa Luzia, protetora dos devotos com problema de visão e, rogada por ocasião de chuva torrencial, como recompensa, o devoto joga uma xícara de café no terreiro; Sant’Ana,

²⁰¹ LOBO, op. cit., p. 56.

das professoras, porque ensinou Maria; Santo Anselmo, dos tecelões; Santa Apolônia ameniza a dor de dente, porque quebraram seu maxilar e seus dentes, quando torturada; São Brás resguarda a garganta, por ter salvo um menino entalado com uma espinha de peixe; São Francisco, defensor da natureza; São Longuinho, dos objetos perdidos, compensado com três pulinhos. Muitas outras “buzões” resistem ao tempo.

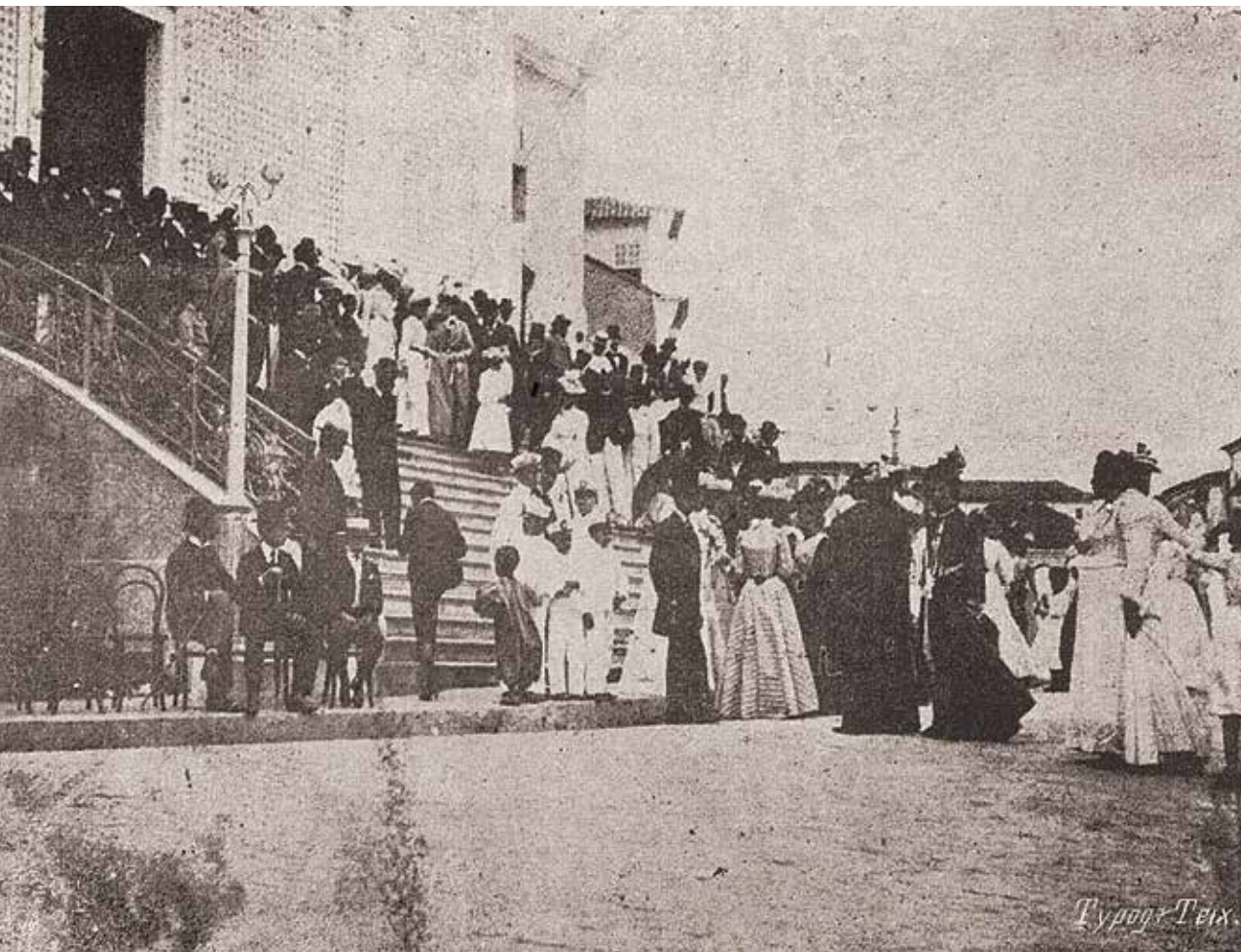
O fiel católico vivia de orações a pleitear os desejos mais bizarros: contra formigas, contra mordida de cobra, para castrar homem pelo rastro, para qualquer aperto, para curar dor de dente, verme, bicheira, carne aberta e nervo torto, flatulência, ventosidade e paralisia facial, para tirar sol da cabeça, para entrar no mato, para estancar sangue, para libertação de traumas, para vencer depressão, para achar coisas perdidas, dentre outros pedidos.²⁰² O livro de São Cipriano ensinava, dentre muitas, a reza da cabra preta. A crença chegaria ao futebol maranhense. Os fanáticos mandavam fazer “trabalhos”, enterrar camisa do adversário no cemitério ou um papel com o nome dos atletas da equipe contrária para “prender” os jogadores, impossibilitando-os de bom desempenho. Antes da entrada em campo, todos da equipe meditavam e um atleta fazia uma breve oração pedindo a proteção divina. Velas e defumação das camisas dos eleitos também faziam parte da torcida a favor.

As novenas e procissões continuavam animando a cidade. Uma das festas religiosas mais notáveis era a de São Benedito, singular pela alforria de certo número de crianças na pia batismal. Depois de esmolarem de porta em porta, mães e filhas de famílias ilustres, filiadas à irmandade do santo negro, através da Sociedade Manumissora Maranhense, também passaram a alforriar crianças na festividade anual em honra ao taumaturgo. Conforme

²⁰² Informações contidas em LIMA, Zelinda Machado de Castro e. *Rezas, Benzedimentos e Orações. A Fé do Povo. São Luís: 2008.*

A Novena de Santa Filomena, uma das festas religiosas mais elitizadas. *Revista do Norte*

forte credence popular era aconselhável o santo desfilar com seu velho manto surrado, do contrário a procissão se realizaria debaixo das fortes chuvas de abril. No dia 13 de junho costumavam terminar a trezena do santo casamenteiro com mesa de doces, chocolate e pastilhas aos convidados. Outra tradição portuguesa herdada pelo ludovicense, a distribuição do pão de Santo Antônio aos pobres na porta das igrejas, também oferecido aos amigos para ser guardado nos oratórios como garantia de fartura à família obsequiada. Outras novenas famosas com procissão e Missa solene de encerramento, em honra a Santa Efigênia, Santa Filomena e a Nossa Senhora dos Remédios, ao som de composições de maranhenses notáveis, incluídas missas, ladainhas e motetos para vozes e orquestra, especialmente dedicadas a cada santa ou santo festejado.



A bonita, tradicional e popular festa dos Remédios, atraía todos os segmentos sociais de São Luís, rico, pobre, livre, cativo, branco, negro, pela variedade de distrações proporcionadas. O templo, em frente à praça mais bem localizada, foi cenário de belas novenas e solenidades externas. A magna sociedade preparava com antecedência a ostentação do luxo e seguia os ditames franceses, assim como chapéus, luvas, vestidos, capas de seda muito em voga, sedas, plumas, rendas, fitas, flores, perfumes, pomadas e penteados do “último grito”. A crônica do Timon, de 15 de outubro de 1851, descreve: “...As pretas, as cafusas, as mulatas sobraçando peças de fazendas, livros de amostras e caixas e mais caixas de papelão dourado com que vão incessantemente de um lado para outro sem conseguir satisfazer o gosto esquisito e requintado das caprichosas senhoritas a quem a erudição e a competência tornam mais difíceis e impertinentes.” Alguns homens eram notados pela coleção de luvas, gravatas, chapéus e corte inglês de seus ternos, pela elegância de porte e fino trato. O povo caprichava, conforme as possibilidades de cada um, exibindo o melhor em termos de vestimenta. Ricos e pobres vestiam roupas novas.

Barracas de lanterna mágica, de cosmorama, da cabeça que fala e da sorte alegravam a criançada, na expectativa de ganhar brinquedos caros e desencantada, quando tirava algo insignificante. Superava a decepção chupando rolete de cana e laranja, seguida de guerra de chupa-chupa até o encerramento da festa com bombas e fogos de artifício.

Foi também alterado o cardápio. A fartura dos comes e bebes com pratos regionais servidos nas barracas de lona armadas no largo da festa religiosa, preterido por pastéis, quitutes e doces como alfenim, ambrosia, areinha, balas de ovos etc. Como falou Abranches, “a vida social de São Luís procurava manter os seus foros aristocráticos. A Sociedade Filarmônica sucedera o Clube Familiar,

instalado no riquíssimo palacete do Comendador Leite, na Rua Formosa."²⁰³

Por outro lado, mulatas afamadas, *as tropas ligeiras* da guerra gastronômica, como definiu João Lisboa, *em extensas filas por todo o largo, com seus tabuleiros iluminados à luz de lanternas japonesas, ofereciam as mais variadas e ricas espécies de doces – cocadas, castanhas açucaradas, broas e corações de doces-finos, rebuçados – à população.* Num tablado apelidado de tanque das tartarugas ficavam gorduchas senhoras e senhores a observarem os jovens namorando rumo à Igreja. O melancólico poeta Gonçalves Dias não faltava a esse famoso festejo. Tal largo tipicamente ludovicense misturava a elegância das damas, o porte dos cavalheiros à simplicidade da plebe num feliz esbanjamento festeiro.

No Domingo de Santa Severa, a festa acontecia na Igreja de São Pantaleão com solene pompa do culto católico. O adro da igreja, bem iluminado, atraía as mocinhas do bairro, modestas, simples, de beleza sem artifícios, rosas no seio e nos cabelos, encantando a todos com sorrisos, transformando o momento em festa ruidosa, intensa, lucrativa e cativante, completada pelo vozerio dos botequins e casas de sorte. Os fogos só iluminavam o céu depois das 23 horas, maneira de prorrogar o máximo a animação. As famílias mais comodistas saíam depois da reza, porém outras pediam cadeiras das casas vizinhas e, da parte superior do adro, admiravam a alegria do povo, sem luxo, porém agressivo perante os moços da cidade e da *"cabroeira dos outros bairros"*. Um motivo banal acabava com a alegria. Bastava uma rapariga com faceirice aos de fora e a briga começava, a capoeiragem fechava o tempo, alaridos ecoavam, corriam as doceiras com suas bandejas, vendedores de garapa e rolete de cana desapareciam, as portas das ca-

²⁰³ ABRANCHES, Dunshee de, op. cit., p. 112.

sas se fechavam e os namoradinhos, frustrados pela oportunidade perdida de conquistar as caboclinhas, chamavam a polícia, impotente, especialmente, quando se tratava de charivari comandado pelos desordeiros do Carrapatal, os mais temidos do bairro.

Um acontecimento interessante, o banquete aos cães da redondeza, oferecido por devotos de São Lázaro, protetor dos leprosos, em pagamento à promessa pela cura, geralmente de uma doença na pele. Nesse dia cachorro passava bem, não era admoestado, maltratado, mas lavado com sabão, penteado e enfeitado com laços de fita ao pescoço. Os donos traziam os animais para a ceia na casa do devoto. Uma toalha bem engomada era posta no chão, pratos limpos com bons quitutes, vinhos e doces, mesa também participada pelo ofertante, ao meio da gula brutal dos felinos e latidos somados ao som de animadas músicas. Comenta Astolfo Serra: *"O fim de toda essa festa é sempre uma briga medonha de cachorros, que devoram tudo e espatifam os pratos, mas nem por isso deixam os donos da festa de se sentirem satisfeitos. Depois que os cães devoram a ceia é que o povo começa a tomar parte no jantar, ao menos, intencionalmente com a canzoada."*²⁰⁴ Todos os anos, na Quinta do Lira, à esquerda do cemitério do Gavião, era oferecido o banquete dos cachorros.

Os católicos pagavam promessas devidas aos santos gêmeos Cosme e Damião, muito venerados em São Luís, oferecendo almoço e distribuindo bombons e doces para crianças. Conforme Zelinda Lima, *"muitos fiéis enviam suas oferendas às casas de culto afro-brasileiras, onde os santinhos são venerados com os nomes de Tossá e Tossé."*²⁰⁵

²⁰⁴ SERRA, Astolfo. *Terra enfeitada e rica. São Luís, 1941 apud LIMA, Zelinda Machado de Castro e. Pecados da gula: comer e beber das gentes do Maranhão. São Luís: CBPC, 1998, p. 99.*

²⁰⁵ LIMA, Zelinda, (2008) op. cit., p. 95.

Festas populares e religiosas afro-ameríndias

Documentos referentes a outras cidades do Brasil apontam, como distrações do colono nos arrabaldes, cantos e danças coletivas e rodas de viola, solo acompanhado por instrumentos dos próprios intérpretes, cantigas de serenata ou canção de seresta, trazidos de Portugal. O convívio de portugueses, negros, mestiços livres, forros e índios contribuiu para a formação de danças e cantos posteriores, como, por exemplo, o gandu e o fandango com castanhola com os dedos, à moda ibérica, se juntando ao lundu do século XVIII e a umbigada no rol de danças das festas dos pardos.

A tradição portuguesa foi continuada entre as famílias ludovicenses. Uma das heranças, o armar presépios com novidades a cada ano, foi conservada por ricos e pobres. Uns tiravam dos oratórios a Sagrada Família, imagens de madeira e ouro, e colocavam em lugar de destaque, pousada em toalha de linho branco bordada em labirinto e rodeada com castiçais de prata, protegidas as velas com mangas de cristal. Outros preferiram armar presépios com muitas figuras em porcelana, assentadas em amplas mesas, com caminhos em areia onde colocavam pastores e ovelhas em direção à manjedoura, animais rodeando a Sagrada Família, tendo ao fundo paisagens orientais em céu estrelado, completado com folhagens de murta e musgos. Os mais pobres festejavam o nascimento de Jesus com presépios mais simples, muitas vezes, só com a manjedoura, personagens evangélicas, animais e a estrela do Oriente em casinha forrada com esteira e rodeada de murta, musgos, palmeirinhas ou galhos de variados arbustos com frutas da época penduradas.

Nas primeiras horas da noite de 24, a movimentação da cidade refletia a alegria da população, circulando em várias direções, conforme o badalar dos sinos em chamamento à Missa do Galo. Na saída das igrejas, ao estampido dos foguetes intercalado ao canto dos sinos, cheiro de incenso e, vez por outra, a subida de um balão em qualquer das praças, o entre e sai das pessoas a percorrerem as casas franqueadas forjava uma atmosfera de alegria na abertura dos presépios.

Há registro de apresentação de pastores dirigidos por Antônio Rayol, regente respeitado e admirado pela camada instruída de São Luís, assídua nestes espetáculos. “*A rapaziada – estudantes e caixeiros, no auge dum entusiasmo abrasado e espalhafatoso, palmava aplaudindo, febricitante, as graciosas pastorinhas, que se exibiam a castanholar e chocalhar os pandeiros, todas encantos e doçuras, no amplo palco onde se erguiam, numa beleza mística e santa, montanhas e floridos bosques.*”²⁰⁶

Os ricos, com parentes e amigos mais próximos, festejavam o Natal no meio familiar, com mimos, ceia com o tradicional peru, brindes com bebidas finas, frutas secas e, vez por outra, a visita de um Pastor. A abertura dos presépios entre os populares era mais animada, com ladainhas acompanhadas por cinco ou mais instrumentos, hinos executados na entrada de um Pastor. Serviam assados com cerveja aos homens e às moças, licor de tangerina e pastilhas de hortelã, chocolate, muita dança e quadrilhas antigas e modernas. Os quarteis da cidade saudavam o dia 25 de dezembro ao som de cornetas e tambores.

Muitas senhoras organizavam seus pastores, cujos personagens, o Pastor-Mestre, a Pastora-Mestra, Galegos, um Anjo, Florista, Pastorinhas, Contra-Guia e chefes de grupos, cada papel entoando seu respectivo canto. Torcidas se organizaram homenageando com aplausos e flores seus ídolos. Discutia-se qual pastora melhor cantava ou melhor bailava. Chegavam a acompanhar suas patronas preferidas até suas residências com elogios e vivas, tal a importância dada a essa expressão cultural daquela sociedade de expressivos valores religiosos.²⁰⁷

²⁰⁶ MARQUES, Astolfo. *Natal* (quadros) 2ª. Edição. São Luís: AML/EDUEMA, 2008, p. 27.

²⁰⁷ O cronista dos arrabaldes, Astolfo Marques, registrou uma variedade de presépios: da casa do Nicolau; da velha Camila, numa porta e janela, na Rua da Misericórdia; do mestre Silvério, no Apicum; da Cesaltina, no Largo do Santiago; das Nóbrega, no Caminho Grande. Imortalizou os Pastores: do Monteiro, do mestre Avelino, da Perpétua, da Sempre-Viva, da Ana-Boi, de Manuel Peixe-Frito, no Ribeirão, do Assunção, do Alvaro e o caprichado da dona Cesaltina.

Os Pastores saíam de casa em casa, espécie de rancho, cujo cordão era liderado pelo pastor ou pastora-mestre conduzindo as pastorinhas a dançar com arcos e flores e cantar ao som da rabeça, flauta e violão, cantigas simples fáceis de decorar. Visitavam famílias conforme os convites, no Natal, Ano Novo e Dia de Reis. Ao desarmarem os presépios, as classes altas e médias festejavam a Queimação das Palhinhas, com exibição de trajes e cânticos. Começado no século XIX, um lindo e artístico presépio era armado todos os anos na casa n. 24, da Rua de Santo Antônio, franqueado ao público, conforme informa o jornal *A Lanterna*, de 24 de novembro de 1913. Pequenas peças intituladas de Pastorinhas representadas pelas meninas das próprias famílias tinham a participação de muitos. Aluísio Azevedo foi criticado por ter desenhado uns figurinos para as Pastorinhas do João Romeu e tido a *“audácia de pôr-lhes carmim nos lábios e nas faces, como se fossem artistas de teatro.”* O rouge ainda não era de uso comum. O capricho de renovar, a cada ano, o guarda-roupa demonstra a valoração daquelas apresentações. Outros pastores foram encenados na residência do doutor Oscar Galvão, célebres na crônica social da cidade. O Reisado, primeiro no ciclo anual, celebrando a Epifania, constituía uma das mais belas festas. No dia 6 de janeiro, São Luís amanhecia engalanada com bandeiras e bandeirolas por toda parte e a população era despertada com foguetes de bomba real. Pessoas saíam em grupo a pedir prendas, reis, ou simplesmente comerem doces e bebidas nas casas das famílias simpáticas à tradição. Os Reis visitavam também os presépios das igrejas. Alguns Reis eram tradicionais: os Reis do Monte Olímpio, da Rua dos Afogados, 54, acompanhado pela orquestra dos irmãos Parga; o Jesusalemitano, da Rua da Cruz, esquina com Saúde; o Reis de Boa União, da Rua de Santo Antônio, canto com a Igreja do Rosário; o Reis da Estrela Matutina, da Rua de Santa Rita, próximo à Praça da Alegria; o Reis da Camélia, na esquina de São Pantaleão com Rua da Inveja e outros. Um presépio montado com a ajuda da autoridade municipal, duas bandas de música, barracas e quiosques armados para as festividades com iguarias e bebidas frias concentravam a população no Largo do Quartel.

Outra festa popular de origem minhota, a Caninha Verde, festejada em Portugal com canções convidativas a moças e rapazes para a vidima, sofreu modificações em São Luís, inclusive no nome dos personagens. O auto lembra o litúgio entre os noivos e os pais da noiva, em meio à roda de homens separados das mulheres, defrontando-se, permutando posições, em pares, cantando e dançando, até a partida e retorno dos noivos, arrependidos do enlace. A indumentária dos atores colorida e espalhafatosa, desde os ricos trajes do rei, dos príncipes e cortesãos até os mais simples, do padre, do mestre, do contra-mestre, do padeiro, de um beberão, moças e rapazes vestidos de marinheiros, conduzidos por um estandarte com o desenho de uma cana caiana. O auto, exibido em casas de família, conclui a representação com a retirada da fita do estandarte e enrolada no braço do dono da casa, simulando sua prisão, libertado depois do pagamento de multa. O porta-bandeira coloca no braço da dona da casa uma faixa verde, guardada como lembrança da festa. Moças e rapazes, os marinheiros, entoam uma canção alusiva ao espetáculo.

Imitando as apresentações dos autos do calendário festivo da igreja, portugueses e africanos se divertiam o ano inteiro, apresentando autos, acompanhados de tambores, batuques, violas, pandeiros e outros instrumentos.

Preciosas expressões culturais afro-ameríndias fizeram parte das manifestações populares. As Congadas, as Serra-Velhas e outros “pagodes” foram assíduos nos subúrbios da cidade.

Com as grandes levas de africanos para o Maranhão, os negros forjaram espaços, especialmente em São Luís, para suas diversões com batuques ou toques de tambores, mecanismo de resistência para guardar suas tradições, perpetuar a identidade negra e esquecer as agruras das senzalas.

Escravos se abrigavam no grande arvoredo do Apicum da Quinta em folguedos tipicamente africanos, definidos pela sociedade intolerante como algazarra infernal perturbadora do sossego público. Vez por outra, os negros eram vítimas de repressão policial pressionada pelos senhores, atentos a possíveis insurreições. Olhavam as festas como fermento de sublevação de



Cenas de roda de tambor de crioula nos arredores da cidade.



escravos. Sobre a folgança dos cativos, o jornal *Eco do Norte*, de 6 de junho de 1853, assentou: “ali fazem certa brincadeira ao costume de suas Nações, concorrendo igualmente para semelhante fim tôdas as pretas que podem escapar ao serviço doméstico de seus senhores, de maneira tal que com este entretenimento faltam ao seu dever...” Outro local de lazer, com tom religioso, era o terreiro, geralmente afastado do centro urbano.

Os participantes das brincadeiras de tambor, dos tambores de mina, de crioula, se afastavam, para fugir da repressão policial solicitada pelas camadas austeras da sociedade, incomodadas pelo som dos tambores.

O século XIX inovou o calendário de festas laicas, de difícil estabelecimento, em séculos anteriores, da fronteira entre as festividades dos santos e folia popular. A reação ao *perpétuo carnaval* teve como resultado a proibição de danças de cheganças, congo, fandango, turés fora dos três dias do Momo. Os setores populares compostos de escravos, alforriados, pobres livres, formaram uma massa urbana com força para impor suas manifestações culturais. O congo, a mais antiga cerimônia registrada em documentos, primitivo auto africano adaptado às técnicas dramáticas portuguesas, era praticado em São Luís, em janeiro, na festa de Nossa Senhora do Rosário, nos festejos de São Benedito, e em outras ocasiões, sem, contudo, haver um calendário definido. Consta de um cortejo, onde negros, em coreografia ritmada, pulavam, requebravam e pungavam, abrindo ala para o rei do Congo, a rainha, a filha, arautos, autoridades, embaixadores, damas de honra, militares, seguindo a hierarquia africana em combinação com a monarquia portuguesa. Ao meio da andança, a filha do rei desfalece ao som de cantos lúgubre e dolentes. O rei propõe ao feiticeiro da tribo promessa de casamento com a princesa, caso ela ressuscite. Teatralizando a magia negra, o feiticeiro levanta a donzela, sopra e, ao ressuscitar, a mão da moça é oferecida ao curandeiro, ao som de cantos alegres, até a realização do casamento, abençoado

pela Virgem Maria. O auto, apresentado em passeata ou num tablado, reproduz as histórias de luta, morte e ressurreição, elementos sempre presentes em vários autos do Congo e de Angola.

A Chegança, dança originada em tempos remotos, misto de história e lenda, teatraliza a luta de portugueses contra mouros e, devido à maneira lasciva, anca contra anca, coxa contra coxa, chegou a ser proibida em Portugal. Transplantada para a colônia como auto, escravos e libertos, vestidos com calções curtos de seda, gibão e manto, espadas em punho, imitando os conquistadores chegando à terra, abasileiraram a brincadeira, acrescentando ao episódio central, cenas com mouros e com figuras da nau catarineta: comandante general, o imediato, o piloto, o mestre e os marinheiros. Em cerimonial quase religioso, ritmo grave de fados tristes e cantigas mouras, falando de saudade, cativo e de desterro, entoadas por mouros e mouras escravizados, em cenas marítimas culminavam com a derrota dos mouros, a descoberta de contrabandos dos marinheiros, as desavenças entre oficiais, a tempestade e, como pano de fundo, quadrilhas populares e canções líricas. A brincadeira fez parte dos carnavais de São Luís e a fantasia de marinheiro, azul e branco, posteriormente, foi muito usada por moças e rapazes nos tempos modernos.

No Fandango, os participantes também levavam espada, sabre, facão e se destacavam pela coreografia, pela música e decoração. Há quem considere o fandango originário de uma antiga dança espanhola, assimilada pelos negros e adaptada em seus autos.

Costume português, canto de romeiras, as *incelenças* são cantos da hora da morte, da tarde, do primeiro canto do galo, do clarear do dia, das partes do corpo do defunto ou de suas roupas, da saída do caixão ou da rede, etc. Estes cantos serviam para o arrependimento dos pecados e salvação da alma. As excelências são cantadas contra o perigo da tempestade e das pestes.²⁰⁸

²⁰⁸ Informações obtidas em LIMA, Zelinda Machado de Castro e. *Rezas, Benzi-mentos e orações. A fé do povo*. São Luís, 2008.

A Festa do Divino, tipicamente africana associada ao culto católico, reunia os participantes na beira de uma estrada ou num terreiro, com bandeirinhas de papel colorido, uma grande bandeira vermelha com a pomba simbólica do Divino Espírito Santo, caixeiros rufando tambores ao som de cantigas de improviso em rimário de desafio, numa toada característica e dolente. Desfilavam pelas ruas, em tom festivo, o imperador, a imperatriz, vestidos a caráter, um pajem carregando uma coroa numa salva e vários personagens até uma igreja para participarem de uma Missa dominical do mês de maio.

Desde os preparativos da festa até seu desmonte, voluntários ajudam na cozinha, geralmente nos fundos da casa da festa ou nos baixos dos sobrados, preparando almoços e jantares com boi, capado, capões, galinhas, patos, bolo de macaxeira, bolo de tapioca, pão de ló, doces de espécie com figura de animais ou corações, cardápios fartos ou modestos, conforme a ajuda de governantes e do comércio, em geral. Havia concorrência ferrenha entre os promotores no afã de suplantarem seus rivais.

Em outros pontos da cidade, à noite, protegidas pelas sombras da fraca iluminação das fumegantes lanternas de óleo de peixe, se juntavam, na maioria, negras e mulatas para certos “excessos” e cantorias, as modas da terra, modinhas e lundus. Mulheres saídas da minoria branca preferiam as casas suspeitas, garantindo a seus clientes um clima de “alegre reunião”.

Houve alternância entre o consentimento de autoridades civis e religiosas para amainar as pressões sociais e a intolerância, conforme a negativa da licença para a festa, alegando a infernal gritaria, indecente e rodeada de desenfreada molecagem, conforme nota em jornal. Requerimentos dirigidos à Chefatura de Polícia de São Luís solicitando licença para a realização de festas, entre 1842 e 1933, dão a conhecer manifestações religiosas afro-brasileiras e outras festas e bailes públicos, embora alguns tenham expressões muito vagas. Constam licenças para: Dança de Reis, Brincadeira Caipora, Pastores, Cinema, Fandango, Clubes diversos, Chegança, Tambor,

Circo, Caninha Verde, Venda de Lança-Perfume, Brincadeiras Diversas, Mina, Brincadeiras Dançantes, Bumba-Boi, Divino Espírito Santo, Teatro São Luís, além de uns trezentos requerimentos de Bailes Diversos.²⁰⁹

Os terreiros, correspondentes às suas divindades africanas, elegem alguns santos da igreja católica. A Casa de Nagô reverencia São Pedro, São João, São Sebastião, Santa Rita, São Cosme e São Damião (Tosá e Tosé), São Francisco de Assis, São Paulo e São Jorge. A Casa das Minas, São Benedito (Avêrêquête), São Lázaro, Santa Bárbara (Inhansã) e São Jerônimo.²¹⁰ E por último, Nossa Senhora (Sobô) e Santa Anastácia, negra canonizada pelo povo.

Os rituais de cura, resultado de mundos e significados culturais cruzados, eram abominados pelos profissionais da medicina. Os jornais combatiam as “casas de pretos feiticeiros” e solicitavam rigorosa sindicância porque São Luís era a “capital desses mestres de feiticeiro, curandeiros ou pajés”. Essas casas persistiram em officiar rituais religiosos e terapêuticos, posteriormente muito combatidos por médicos e higienistas.

A sociedade em sua maior parte repudiava o batuque, candomblé, jarê, macumba, tambor de mina, terecô, xangô e outras expressões das religiões afro-brasileiras, porém frequentava os terreiros quando precisava de cura. Os doentes se submetiam a procedimentos diferentes, conforme seus males. Como sinal de sincretismo, antes do tratamento, o paciente beijava a imagem do santo preferido pela casa. Dentre os vários processos curativos, eram ministrados defumação, purgante, corte dos cabelos, rezas,

²⁰⁹ RIBEIRO, Emanuela Sousa. Requerimentos de Licença para Festas na Secretaria de Polícia de São Luís (1873-1933). Relatório semestral. Bolsa de Iniciação Científica da pesquisa Religião e Cultura Popular – Estudo da Cultura Popular de Festas no Maranhão e em Terreiros de Tambor de Mina. São Luís, 1998, p. 7.

²¹⁰ NUNES PEREIRA, op. cit. p. 112/113.

benzimentos e banhos de ervas. Os “endemoniados” recebiam agressões corporais como surra com corda, golpes no corpo, pequenas queimaduras com vela, dentre vários tratamentos de choque. As rezas, sempre dirigidas a Deus ou a santos, com gestos rituais, afastavam ou curavam os males: mau olhado, quebranto, erisipela, frieira, unheiro, cisco no olho, dor de garganta, de dente, impaludismo, cobreiro, sucesso no parto, cólica, dor de cabeça, soluço, criança malina, jovem no mau caminho, reza para afastar coisa ruim, para enfrentar boi ou vaca brava. Os mesmos males eram curados com benzimentos e, embora os pais de santo fossem discriminados e perseguidos pela polícia, grande parte da população recorria aos terreiros. Esses rituais de cura não podiam ser realizados abertamente, sendo ameaçados por prisões, como foi o caso específico de uma pajé. O termo pajé “é geralmente considerado de origem tupi e é atribuído a especialistas médico-religiosos indígenas, caboclos ou por eles influenciados, da área rural ou dos subúrbios da cidade.”²¹¹ A pajé, no sentido africano e não indígena, organizou seu “templo” nos baixos de um sobrado próximo ao Palácio do Governo. Amélia Rosa curava varíola e outras enfermidades, curas proibidas por lei, razão da perseguição policial e duas prisões. A primeira, sob a acusação de ser mãe de terreiro e a segunda, curandeira, exemplos cabíveis de punição. Embora fosse uma prática com tons de forte sincretismo, misturada pajelança com catolicismo, era aceita e professada, com subterfúgios, por brancos ricos e pobres da sociedade ludovicense.

O povo também recorria às orações fortes em momentos de grandes necessidades. Rezadas ou escritas e guardadas em saquinhos pendurados ao pescoço, um bentinho, um amuleto, um patuá como proteção e um meio de esconjurar a má sorte.

²¹¹ FERRETI, Mundicarmo (org). *Pajelança do Maranhão no século XIX. O processo de Amélia Rosa*. São Luís: CMF/FAPEMA, 2004, p. 28.



Sociedade

Os fazendeiros da geração anterior, com residências na capital, se mostravam *analfabetos quase todos, rotineiros e embrutecidos pelo meio selvático em que viviam*; pela ingenuidade e obscurantismo *“embruteciam a vida colonial em São Luís e prejudicavam por mais de vinte anos ainda esta terra depois da Independência.”*²¹² Os hábitos eram simples, assim como era lenta a vida doméstica. Pela escassez das mobílias, cochilavam, dormiam, se balançavam, conversavam, morriam e até eram enterrados em redes. Maria José Bastos, em interessante estudo afirma que, entre as muitas utilidades, as redes, *“substituíam as cadeiras, pois que das próprias rêdes ditavam-se cartas, decidiam-se negócios importantes e assinavam-se mesmo sentenças de vida e de morte. Nas rêdes, jogavam-se cartas, recebiam-se visitas, parentes e amigos.”*²¹³ A rede fomentou o espreguiçar, o procrastinar do maranhense no decorrer dos séculos. Do primitivismo das aldeias ao fausto dos sobradões, a rede cresceu de prestígio, de fio grosso de algodão à linha esterlina com desenhos artísticos e varandas de labirinto nos tempos vindouros.

Lenta, porém gradativa, foi a renovação cultural. As boas maneiras sobrepujaram certos usos anteriores, uns abolidos e outros conservados com algumas alterações. A fortuna garantiu prestígio, vaidade e vida perdulária. Os meninos mais afortunados com cursos superiores de Filosofia, Matemática, Direito ou Medicina, voltaram das universidades estrangeiras ou nacionais para as fazendas de seus pais sem esquecerem as atividades intelectuais e os hábitos europeus. As gerações de 1820 em diante assimilaram a formação coimbrã, britânica ou francesa e, ao retornarem, disseminaram certo comportamento europeu no

Praça João Lisboa.
Detalhe de cartão postado em 1904.

²¹² ABRANCHES, Dunshee de, op. cit., p. 77.

²¹³ RIBEIRO, Maria José Bastos. *Maranhão de Outrora. Memórias de uma época (1819-1924)*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. Rodrigues & Cia, 1942, p. 11 e 12.

ludovicense. A primeira tarefa dos recém-chegados foi modificar os hábitos e comportamentos grosseiros de seus familiares para a polidez francesa, modelo civilizatório dominante. A lição masculina se estendia aos saberes políticos e científicos, eloquência, fala inteligente e correta, até saraus e bailes. Era obrigatório às meninas ricas da capital e vindas do interior assimilarem os padrões de etiqueta: os movimentos, a voz, o olhar, o sorriso, a linguagem, a gramática, as regras do canto, da declamação, os passos da dança, o estudo do piano.²¹⁴ Os costumes grosseiros e o analfabetismo, de modo geral, prevalecentes entre as mulheres da São Luís colonial, foram dando lugar a uma vida social mais intensa nos salões e no teatro. Para as filhas dos fazendeiros, o trabalho foi bastante árduo e difícil pela maneira natural como foram criadas. No internato dos colégios da capital, aprendiam a se portar à mesa, nos banquetes e como servir as pessoas de distinção. Em 1830, Carolina Vanineli organizou a Escola de Dança, anunciando “*toda qualidade de dança francesa às senhoras e meninas e quem pretender aproveitar-se pode mandar seu aviso a sua morada, na rua do Sol, defronte das Sras. Frazõens.*”²¹⁵ Referências aos costumes franceses garantiam boa clientela.

A vontade das senhoras de boa família de estudar as primeiras letras em aulas particulares demonstrou a superação do preconceito anterior de menina de alta estirpe não precisar ler e escrever. D. Martinha, espanhola casada, em 1820, com Garcia de Abranches, diretor do jornal *O Censor*, fez da sua casa ponto de encontro para senhoras e moças, oferecendo aulas gratuitas.²¹⁶

²¹⁴ O primeiro colégio particular dirigido por Tiago Carlos de La Roca, data de 1821 e incluiu música em sua grade curricular, sem esclarecer se aulas de piano eram ministradas. O jornal *O Conciliador* anuncia, em 1822, a venda de um piano de particular, indício do uso do instrumento entre as famílias. SILVA, Paula Figueirêdo da. *Uma História do Piano em São Luís do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2015, p. 76 e 80.

²¹⁵ JANSEN, José, op. cit., p. 26.

²¹⁶ Tiago Carlos de la Roca teve a primeira iniciativa, em 1821, de abrir um colégio, seguido do Colégio Silveira, em 1822 e o de Nossa Senhora dos Remédios, arrojo de Domingos Feliciano Marques Perdigão, em 1840.

Em 1844, fundou o Colégio Nossa Senhora da Glória, exclusivo para meninas. Além das disciplinas, previu o preparo físico, artístico, social e moral das alunas. O Colégio abriu uma seção para meninos até doze anos, a fim de prepará-los para o ingresso no Liceu Maranhense, fundado em 1838.

Na década de 1860, abriram outros colégios femininos: o de Nossa Senhora de Nazaré, o de Sant’Ana, o de Nossa Senhora da Soledade, o de Nossa Senhora da Anunciação, o da Imaculada Conceição. O Colégio Perdigão, o Instituto de Humanidades e o Colégio Pires ofereceram ensino para rapazes.

Em 1870, a Sociedade 11 de Agosto ofereceu aulas noturnas e gratuitas a operários, com professores não remunerados. Por necessidade da elevação de conhecimentos contábeis pelo crescimento comercial maranhense, foi criado, em 1890, o Centro Caixeiral, reconhecido como de utilidade pública e considerado, a partir de 1923, como Escola Superior do Comércio.²¹⁷

Na década de 1890, foi criada a Escola Normal do Maranhão para formação pedagógica de meninas e o Colégio de Santa Teresa, em substituição ao Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, na Rua do Egito, esquina com a Rua de Santo Antônio.

²¹⁷ Instalado na Rua da Palma, n.8, em seguida, na Rua de Sant’Ana, n.132, conseguiu a sede própria na Praça Benedito Leite, entre a Rua de Nazaré e Beco da Sé. Os decretos n. 3.582, de 25.11.1918, federal e o n. 1.111, de 8.05.1923, determinaram as prerrogativas acima.



Prédio da Rua Direita, onde funcionou o Liceu Maranhense.
Foto Gaudêncio Cunha



Prédio onde funcionou a Sociedade 11 de Agosto (1870) depois, o Centro Caixeiral (1890).
Revista do Norte

O crescimento demográfico de quarenta e oito mil almas alcançado em 1820, refletiu na expansão urbana da segunda metade do século, e nos hábitos do habitante citadino. A respeitabilidade das classes superiores era mantida através do consumo de bens, decoração requintada em suas imponentes moradias, dentre outras diferenças.

A seriedade, sobriedade e autoridade dos homens contrastavam com a delicadeza, fragilidade e modéstia feminina. Os manuais de bom tom destacavam as peculiaridades no comportamento dos sexos. As famílias dos proprietários rurais, vivendo em magníficas residências em São Luís, refúgio na estação chuvosa, adotaram o novo estilo de vida, pelo maior contato social em lugares públicos. Nos recitais das companhias líricas, senhoras e moças mostravam trajes e joias numa confirmação de superioridade e civilidade.

Os trajes mudaram. “...certas recentes inovações da moda nos costumes brasileiros, dada a nossa propensão, mais talvez do que nenhum outro povo, para aceitar sem exame e imitar sem discussão tudo quanto é novidade, mormente procedendo de Paris...”²¹⁸ Costureiras, atendiam aos requintes da moda parisiense exibidos por senhoras e moças nos eventos da cidade. A tendência a aderir aos ditames de Paris sem refletir sobre a adequação ao meio social e ao clima, sem nenhuma ponderação, como observou o jornalista João Lisboa, demonstra a vaidade e futilidade da elite ludovicense. As senhoras dispunham de lojas para comprar os tecidos mais modernos e de costureiras, como a francesa Madame Ory, com ateliê na Rua Grande, e da costureira italiana Teresa Viotti Balisco, antes profissional na Corte de Turim, discípula da parisiense Mme. Fornach, com atelier no Largo do Carmo.²¹⁹

A clientela de São Luís dispunha de estabelecimentos atualizados conforme as regras europeias. “Os cabeleireiros José Figueiredo e Fortunato Ory não tinham mãos a medir com tantas freguesas para atender, em tão frequentes ocasiões.”²²⁰ Eram anunciados nos jornais todos os modelos de vestidos, manteletes, segundo os últimos figurinos e modas de Paris, compatíveis com a escolha e gosto das elegantes de bom-tom, garantida a qualidade do trabalho feito em suas oficinas. Às vésperas de um acontecimento social, “As lojas de modas viviam durante o dia cheias de moças, a comprarem vestidos, a escolherem enfeites, a separarem bordados. As modistas não tinham mãos a medir e os alfaiates da mesma forma.”²²¹

²¹⁸ NASCIMENTO, João Affonso. *Três Séculos de Modas 1616-1916*. São Luís, Instituto Geia, 2014, p.150.

²¹⁹ Algumas senhoras tinham escravas costureiras e cabeleireiros.

²²⁰ JANSEN, José, op. cit., p. 79.

²²¹ LOBO, Antonio, op. cit., p. 105.



Profissionais da capital francesa fabricavam preciosidades artísticas em acessórios, como “*pente, colares, pingentes, broches, brincos, alfinetes, chatelaines, anéis, cabos de sombrinha, grampos para chapéu... para satisfação do luxo e da vaidade: o ouro, a prata, a platina, a tartaruga, o marfim, as pedras preciosas, os esmaltes.*”²²² Os inventários arrolam valiosas jóias – colares, pulseiras, brincos, broches em ouro, brilhante, pedras preciosas – prova de um bom mercado.

O contraste era gritante na sociedade ludovicense. Ao lado das crianças da elite, preparados para futuras lideranças continuavam seus estudos em universidades brasileiras ou europeias, havia um segmento infanto-juvenil variado de pobres, órfãos, desvalidos, enjeitados acolhidos pela roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia, outros oriundos dos interiores que o governo provincial se dispôs a oferecer instrução elementar e algum dos ofícios tão necessários. Se defrontavam com regulamentos rígidos e penalidades duras, como cadeia, chicote, palmatória e outros castigos mais leves conforme a natureza do estabelecimento. O primeiro desses exemplos foi a Escola de Educandos Artífices, a princípio instalada no prédio do antigo Armazém da Pólvora, no bairro do Diamante. Em 1856, passou para edifício próprio, com amplas salas, arejados dormitórios, bem montada enfermaria, uma capela.²²³

As demandas da sociedade foram respondidas pelo governo provincial com a criação da Escola Prática

A Revista do Norte, publicada entre 1901 e 1906, trazia sempre uma seção de moda.
Revista do Norte

²²² NASCIMENTO, João Affonso, op. cit., p. 144.

²²³ Criado pela Lei Provincial 105, de 23.08. 1841 e inaugurada a 25.11, com 28 meninos desvalidos para aprenderem os ofícios de alfaiate, sapateiro, carpina, marceneiro, pedreiro e surrador de cabedal e aulas de primeiras letras. No decorrer dos anos foram acrescentando escultura e desenho aplicado, música, geometria e mecânica aplicada às artes, noções gerais de aritmética, álgebra. Francês e geografia ministrados provisoriamente pelo Visconde de Saint-Armand. Várias foram as exposições com produtos fabricados e comparecimento da banda dos Educandos em solenidades. Sua extinção data de 13.12.1889.



Placa de 1713. Prédio onde, a princípio, funcionou a escola dos Educandos Artífices.

do Corpo de Imperiais Marinheiros e ao serviço de cabotagem local, teve dificuldades em preencher as vagas oferecidas, pelo temor da participação em guerras, além das péssimas instalações físicas, dos maus tratos com punições muito severas, precária alimentação e vestuário, exercícios físicos acima das possibilidades de aprendizes anêmicos e doentes devido a subnutrição denunciada pela imprensa. A instituição funcionou como ascensão social para filhos de forros ou negros livres. Seu fechamento em 1915 ocorreu devido ao pouco atendimento aos objetivos propostos, dificuldade das práticas navais com a crise da Companhia de Navegação a Vapor e outros problemas internos.²²⁵

O Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, com as primeiras internas, em 5 de junho de 1753, na casa do padre José Teles Vidigal e depois para a construção definitiva na Rua do Egito pelo esforço do padre Malagrida e da caridade pública e o Asilo de Santa Teresa, inaugurado em 1855, foram outros exemplos de assistência

²²⁴ Com regulamento aprovado por decreto de 10.09.1858, foi inaugurada em 07.04.1859, sob a direção do agrônomo francês Louis Clément.

²²⁵ Criada pelo Decreto 2.725, de 12.01.1861, para jovens aprenderem a ler, riscar mapas, princípios morais, de subordinação e disciplina e doutrina cristã. Foi extinta em 20.02.1920.

de Agronomia da Província do Maranhão, ou Escola do Cutim. Teve duração apenas de cinco anos (13.03.1864) pelas precárias condições do solo e outras carências.²²⁴

A Escola de Aprendizes Marinheiros instalada em um dos prédios do Arsenal de Marinha para suprir o quadro de praças



a meninas pobres. O Asilo de Santa Teresa, segundo estabelecimento para meninas desvalidas, órfãs e as expostas da Santa Casa, a princípio em casa espaçosa na Rua dos Remédios, esquina com o Largo do mesmo nome, depois mudado para a Rua Formosa, n. 11 e, por último, foi transferido para a Rua do Egito, atual Colégio Santa Teresa. Oferecia as primeiras letras, princípios gerais de gramática, escrita e aritmética até frações, doutrina cristã e deveres morais, ensino de agulha, bordados e costura, trabalhos de economia doméstica, como cozinhar, lavar, engomar e formação religiosa. Instituição para quarenta internas, chegou a sessenta, incluídas pensionistas particulares, pagando 16\$000 mensais. Teve quinze anos de atividade.²²⁶

De modo geral, as escolas gratuitas de educação elementar com lições de artes e ofícios, não diminuíram o analfabetismo, enquanto os segmentos mais abastados buscavam a erudição.

Sede própria da escola dos Educandos Artífices.

²²⁶ Criada pela Lei 404, de 27.08.1855, as educandas foram alocadas no Recolhimento N. S. da Anunciação e Remédios, conforme a Lei 918, de 20.07.1870, as maiores de 17 anos devolvidas aos tutores, curadores ou protetores e as internas, mantidas pela Província até a maioria da última assistida e dissolução do Asilo de Santa Teresa.

Quase obrigatória a presença das famílias em ascensão nas promoções religiosas e culturais, no afã do pertencimento. “Em certos salões, o luxo e a elegância consorciavam-se com as mais requintadas exposições artísticas. A Sociedade Filarmônica dava mensalmente no salão de festas do Colégio Nossa Senhora da Glória, um grande concerto seguido de baile a rigor.”²²⁷ De passagem por Fortaleza, Graça Aranha sentiu a diferença entre o tom plebeu e democrático daquela cidade, das “cearensezinhas, sem chapéus, risonhas, atiradas, tão diferentes das maranhensezinhas sisudas e pretenciosas...”²²⁸

A elite política dançava e pouco se preocupava em manter uma boa aparência da cidade. Em 1832, Alcide d’Orbigny passou por São Luís e registrou suas impressões evidenciando o mau aspecto da capital. Em 1845, os vereadores pediram ao governador da Província recursos para melhorar os largos do João do Valle e da Catedral, demolindo casebres fronteiros àqueles espaços. Em frente ao belo casario, ruas sujas, praças, verdadeiros monturos de lixo, praias infectas, atmosfera fétida, em constantes denúncias por diferentes jornais, no decorrer do século.

A decadência da lavoura do algodão, o endividamento em empréstimos para o fabrico do açúcar e a venda de escravos para São Paulo e Minas não arrefeceram a euforia do antigo bem-estar, da passada riqueza da elite maranhense e o esforço na assimilação de costumes e projetos de modernização da Paris burguesa e neoclássica. No jornal *O Globo*, de 10 de setembro de 1852, foi anunciada a chegada de um sortimento de fazendas francesas e inglesas, juntamente com um perito oficial alfaiate francês.

Com a corrida para o plantio da cana e proliferação de engenhos no interior, outros tempos de rápida abundância enriqueceram a cidade. Os momentos de aparente prosperi-

²²⁷ ABRANCHES, op. cit., p. 107.

²²⁸ GRAÇA ARANHA, op. cit., p. 94/95.

dade facilitaram o preenchimento dos terrenos vazios e São Luís cresceu majestosa formando um conjunto harmônico de verdadeira cidade colonial portuguesa, com ruas brilhantes ao reflexo dos azulejos multicores do imponente casario, sobrados, moradas inteiras, meias-moradas, com sacadas de ferro forjado, azulejos coruscantes em variadas padronagens e policromia, lindos telhados com generosos beirais, mirantes altaneiros batidos de sol e de vento, paredes espessas de pedra e cal de cima a baixo, argamassadas com óleo de peixe, cal de sarnambi ornatos de pedra de lioz e suor dos escravos.

O fascínio pela capital da França, civilizadora e padrão de elegância, sempre em enorme escalada. Quanto mais declinante a economia, mais rigor na obediência aos manuais de etiqueta que ensinavam os hábitos à mesa, a arte de cumprimentar, cortejar, comer, beber, vestir, dançar, falar em público e, para o sexo feminino, como sentar ao piano, declamar, chegando a minúcias como a regra de usar o leque. Descompassada do mundo feminino parisiense era a ideia estereotipada da mulher da elite maranhense amável, pura, frágil, submissa, dominada pelo pai, marido ou irmão, confinada ao espaço privado e, em público, somente acompanhada de um homem, de uma mulher mais velha da família ou de uma escrava. A influência dos jovens chegados da Europa foi decisiva no destino das “moças de família”, antes, vistas só nas missas e festas da igreja e de contatos restritos aos irmãos, filhos, empregados, escravos e ao confessor. O aumento da população, da atividade comercial e a dinamização do espaço citadino impuseram um novo estilo de vida urbana com maior contato social, oportunidades de exibição pública exigente de normas de conduta, refinamento e trajes adequados aos saraus, bailes e partidas.

A fina flor da sociedade buscava mudar os hábitos e costumes considerados civilizados, reunindo-se nos amplos salões luxuosamente decorados, fazendo parte do

Páginas seguintes: missa concorrida na Sé, com muitos homens no adro da igreja.
Arquivo Edgar Rocha



encontro, declamação de poemas, comentários dos últimos romances e citações em francês. O vestuário das moças de decote menos aparente, determinadas flores mimosas nas grinaldas, cores mais discretas, contrastavam com os decotes generosos e flores rubras, camélias e cravos usados pelas senhoras. O *bouquet* usado na entrada dos bailes foi substituído por flores naturais colocadas na cintura, colo ou cabelo. O leque devia ser usado com elegância e conservado fechado ao conversar, rir com o cavalheiro ou na mão que pousa no ombro de seu par ao dançar, podendo ser aberto nos tempos de pausa da música. Onde e como entrar, o que usar, tudo era ditado. Aluísio Azevedo, em *O Mulato*, descreve o comportamento das moças numa festa na casa de Dona Maria Bárbara: “As damas, comodamente assentadas, tinham requebros de etiqueta, gestos cheios de conveniência, risos com boca fechada, olhares por debaixo das pálpebras, o leque nos lábios e o dedo mínimo levantado com galanteria.”²²⁹ Tudo conforme a regra, “como manda o figurino”.

As senhoras e moças de família persistiam em exibir-se nos grandes bailes de fantasia do Teatro São Luiz, nos concertos, óperas estrangeiras ou companhias nacionais de comédia, festas religiosas, espetáculos teatrais e promoções da Sociedade de Recreação Maranhense, a Recreativa, como chamavam. As linhas diretas de navios entre a Baía de São Marcos e a Europa facilitavam o intercâmbio cultural e o acompanhamento da moda europeia. O fascínio por Paris, e o deslumbramento por tudo que vinha da Europa se agigantava.

A vestimenta dos homens, calções, casacas, coletes com botões de ouro ou prata, meias de seda pura e sapato com fivelas de prata, eram complementados com anéis de brilhante, relógios pendentes, bengala ou chapéu de sol de

²²⁹ AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato, Texto integral*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, p. 131.



cabos trabalhado, chapéus, último modelo, alguns ainda portando punhais, espadins ou espadas, símbolo do poder econômico e do *status* social, os diferenciava nas atividades da Igreja e do Estado. Uma clientela especial e exigente contava com alfaiates franceses e com lojas nas ruas Grande, do Sol, de Nazaré e no Largo do Carmo, importadoras de roupas e adereços estrangeiros.

A partir de 1870, a preocupação das elites era a de transformar a sociedade em moderna e civilizada. O comportamento e a educação, conforme os ditames franceses, sempre exigidos em qualquer espaço requintado. Em 25 de setembro de 1871, o *Publicador Maranhense* anunciou um Baile Campestre: “Que principiará depois das 7 horas. Advertindo que os bilhetes para a dança, só serão conferidos às pessoas, que a par de uma boa educação, tenham na sociedade uma posição que estejam em harmonia com o melindre indispensável a uma associação de baile.”²³⁰

²³⁰ O *Publicador Maranhense*, 25 de setembro de 1871.

Reclame publicado na Revista do Norte.

As festas, os saraus, os bailes oferecidos na residência de famílias abastadas constituíam acontecimentos memoráveis. A valsa, polca, schottisch, mazurca, minueto, quadrilha e outras danças da moda levavam alegres casais a rodopiarem nos salões faiscantes pelo reflexo da luz nos espelhos de cristal, ressaltando os finos e caros adereços a combinar com as aprimoradas vestimentas parisienses ou lisboetas. Os mais favorecidos se isolavam em suas confortáveis residências, desconhecendo o mundo exterior. Poucas famílias ajudaram os famintos retirantes cearenses empurrados de suas terras pela grande seca de 1877 a 1880. Abrigados no palácio do bispo em construção, saíam esmolando pela cidade, vítimas de “um Governo pobre, imprevidente e impiedoso.”²³¹

A frivolidade obnubilava os senhores, preocupados com a aparência. Nos idos de 1880, a “tesoura mágica” de Gaspar Pinto Teixeira, especializado em Paris, garantia a elegância masculina da elite. Sua arte era guardada em segredo na alfaiataria do Largo do Carmo, com estoque de fazendas finas, importadas da Europa; a Chapelaria Alemã, dos irmãos Bluhm, na Rua do Sol, n. 27, complementava o traje com chapéus em modelos diversos para cavalheiros e meninos. A Tabacaria Nacional, na esquina com a Rua do Trapiche, atendia vasta freguesia com as marcas mais famosas de cigarros, manipulados com fumos selecionados. Dentre outros o botequim do Gameiro, na Rua da Calçada, servia a cerveja Bass, último lançamento. Dois mais famosos pontos de encontro atraíam homens para falar de acontecimentos da cidade: a Livraria Ramada, cujos frequentadores apareciam das 8 às 11 horas da manhã e o Bar do Torres, com expediente noturno.

Na *Revista Elegante*, de 11 de julho de 1892, Paris aparece como a “capital sagrada, superior, soberba e coração do mundo.”

²³¹ Ibidem, p. 89.

O anúncio de uma festa excitava a alta sociedade. “O Bertolo, dono da única empresa de carruagem da terra, via-se em palpos de aranha para com doze carros atteder a todos os pedidos.”²³² O número reduzido de carruagens de aluguel apoquentava os convidados, todos querendo chegar exatamente na hora marcada, em obediência às regras a serem obedecidas pela burguesia *chic*. Em frente da porta de entrada, usualmente ladeada por jarros de plantas, ficava o famoso “sereno”, pessoas curiosas para ver a entrada dos convidados. Não raro, charangas militares apostas em bancos corridos na calçada em frente do prédio em festa tocava, “ensurdecedoramente os instrumentos” a cada convidado que chegava. Um laudo banquete era oferecido aos convidados, assim como um baile.²³³

Os bailes estavam em moda na segunda metade do século XIX. Os espetáculos líricos cediam o espaço do Teatro para a elite se divertir em festas carnavalescas. Os bailes de fantasia ou traje a rigor aconteciam no salão ricamente decorado e colorido pelas serpentinas e confetes, animados com a guerra de lança-perfumes ou esguichados para chamar atenção de algum flerte, ao som de marchinhas e, ao término, o célebre Zé Pereira. Além do Teatro, a elite contava com clubes e associações carnavalescas efêmeras, porém de muito sucesso. Em 1883, o Clube Francisquinha ofereceu bailes em salão pomposo, cuja renda foi destinada à redenção de cativos. Dez anos depois, o Mefistófeles destacou-se pelo brilho e animação das festas; o Pinto Colás soube manter o cetro da tradição nas festas do momo. Outras sociedades, como a Assembleia Carnavalesca, o Reforma Club, o Clube Internacional, o Clube Happy, o

²³² LOBO, Antônio, op. cit., p. 105.

²³³ LOBO faz referência à dupla atividade do maestro Fideles, “glória musical na província”, chamado Borba quando atendia os clientes como sapateiro.

Clube Caixeiral e o Euterpe Maranhense²³⁴ animavam o carnaval de São Luís com festas dançantes.

A sofisticação da sociedade exigia melhoria na área da saúde. No início do século, o Provedor-Mor da Saúde, em São Luís, acumulou os encargos de físico e cirurgião-mor do reino. Em 1829, abolido o cargo, as tarefas de inspeção de barcos e equipagens, passageiros, mercadorias de outros portos suspeitos de moléstias contagiosas ou epidemias ficaram a cargo da Câmara. Em 1851, foi criada a Junta de Higiene Pública, com atuação no mar e em terra. Além desse órgão, no decorrer do século, médicos estrangeiros e maranhenses formados na Europa clinicaram em São Luís, dentre outros, José da Silva Maia (1811/1893), Antonio Henriques Leal (1828/1885), Afonso Pierrelevée (1830/?), César Augusto Marques (1826/1900), Antônio Santos Jacinto (1827/1906), Almir Parga Nina (1861/1908), Raimundo Nina Rodrigues (1862/1906) Juvêncio Odorico de Mattos (1866/1937), Oscar Lamagnere Leal Galvão (1852/1923), José Ricardo Jauffret, Batista Godois, Francisco Nina, Marcelina da Silva Perdigão, Raimundo de Castro. De modo geral, além da competência, esses médicos se notabilizaram pela humanidade. Como o Doutor Palhares, do romance de Antônio Lobo, que reservava as quintas-feiras para consultar gratuitamente, embora a população acreditasse no Viégas, famoso homeopata da Rua de Santo Antonio, com suas tinturas e glóbulos distribuídos gratuitamente, na benzedura de Nhá Siriaca e, como terceira opção: “o *Polydoro*, farmacêutico de nomeada e a cujo activo, para a benemerencia pública, levava a credice popular e com ella muita gente boa, um sem numero de curas miraculosas.”²³⁵ Mesmo lutando contra as crenças populares, alguns médicos trabalharam até as primeiras décadas do século seguinte.

²³⁴ O Euterpe reuniu associados de projeção política, pessoas gradadas do comércio e da indústria, das letras e profissionais liberais.

²³⁵ LOBO, Antônio, op. cit., p.180.

Veza por outra, a apatia cotidiana da população era rompida. A passeata em regozijo à vitória do Brasil e fim da guerra do Paraguai quebrou o silêncio das ruas com vivas e os lampiões coloridos amenizaram a escuridão da noite. Outro fato sacudiu a pasmação atraindo estudiosos e curiosos ao Cais da Sagração, quando um telescópio foi instalado para ser observada a passagem de Vênus, em 1882.

A riqueza amealhada pelo português mediano adveio de seu próprio trabalho, passando certas privações, abstenendo-se de prazeres, do luxo, até garantir certa fortuna a ponto de impor-se socialmente como acionista de grandes firmas e morando bem. Muitos oficiais de ofício, conseguido algum dinheiro, compraram patentes da guarda nacional, boas casas e viveram de parques rendimentos. Alguns testamentos datados das primeiras décadas do século XIX e estudados recentemente apontam para a excepcionalidade do comportamento de parcela do segmento feminino da sociedade maranhense. Desvencilhadas do estigma de dóceis, frágeis e subservientes, comandaram seus negócios com poder de decisão sobre os bens que adquiriram.²³⁶

Grandes sacrifícios, até com prejuízo de necessidades básicas fizeram pessoas de poucos haveres comprar escravos para ostentar certo *status* social. A origem da riqueza estava prestes a ruir e esses senhores pobres sofreram duplamente com a abolição: pelo prejuízo material e moral e pela reação dos libertos, ao vingarem-se da pequenez daqueles infelizes.

A escravatura tinha seus dias contados e as famílias mantinham o mesmo ritmo de vida, embora alertados pela intensa campanha abolicionista. Certo dia 13 de maio de 1888, São Luís amanheceu em silêncio sepulcral. No alto

²³⁶ Monografias, dissertação de mestrado e teses de doutorado das Universidades Estadual e Federal do Maranhão, com destaque o trabalho de Marize Helena de Campos, demonstraram o rompimento de mulheres com a estrutura patriarcal dominante.

dos sobrados e solares, as famílias emudecidas esperavam a ordem de abrir as portas das senzalas. A arraia-miúda de escravos, funcionários públicos, artistas, homens de letras, operários livres, desclassificados, reunidos nos núcleos abolicionistas, atônitos, almejavam ansiosamente a homologação da Lei Áurea. Desde as 8 horas, dois defensores da liberdade postaram-se à porta dos Correios e, depois de sete intermináveis horas, o tão esperado telegrama participou a decisão da Princesa Isabel. Como previamente combinado, dos Correios, os abolicionistas anunciaram o telegrama com foguetes e girândolas. Nos vários pontos da cidade de residências abolicionistas, entre os preparativos ultimados na véspera figuravam paus de bandeira a ser hasteado o pavilhão nacional, foguetes, balões, velas, archotes, pequenos andores ornados de dourado para os retratos da Princesa Isabel, de José do Patrocínio, de Nabuco e de outros vultos dos gabinetes concordantes com a liberdade dos negros. Girândolas e foguetes sinalizaram a proclamação da Lei e sua divulgação originou diferentes reações.

Alguns velhos ou crias de muita estima, gozando de pequeno conforto, pela sua origem de filha de escrava com sinhozinho ou mesmo pela bondade das famílias, aceitaram permanecer nos casarões, quando antigos senhores franquearam a saída aos agora libertos. Outras famílias, famosas pelas maldades praticadas, foram imediatamente abandonadas, deixando os trabalhos domésticos por concluir. Houve casos em que a raiva, o ódio e a revolta levaram libertos a desatinos como a quebra de móveis, louças e outros objetos encontrados pela frente ou blasfêmias e insultos ecoados entre as frestas das janelas, como punhais cortando a vaidade e prepotência dos ricos, em vias da pobreza.

De todos os bairros saíram libertos e outros populares engrossando espontaneamente passeatas, cuja algazarra dificultava discernirem-se pragas aos cruéis e sanguinários e loas a algumas famílias mansas e delicadas. Em pontos da ci-

dade, oradores saudaram os novos tempos em cenas emocionantes. Na casa de um militante abolicionista, na Rua de São Pantaleão, a comoção foi geral, quando o retrato da Redentora foi exposto, ao som do Hino da Liberdade, composto por Evaristo da Conceição, clarinetista e regente da orquestra presente. Oradores alternavam, conforme a chegada de mais e mais pessoas. Ânimos exaltados, juízos e pensamentos por longos anos reprimidos, expostos em delírios quase febris. De alegria efusiva, grupos e grupos de libertos cruzando as ruas, gritavam obscenidades, insultos às famílias embaixo das janelas dos antigos algozes. Sem a prepotência anterior, os brancos fechavam suas portas temendo violência física semelhante às usadas por eles, até o dia anterior.

Depois do desabafo, negros e solidários à cauda vitoriosa completaram a noite nas tabernas do Desterro, da Praia Pequena, do Caju, e outras bodegas e barracas da cidade, festejantes, em círculo, como cachimbo da paz, passavam de boca em boca bebendo sem limite, a especial cana-capim ou vinho verde em copos de vidro grosso, até esvaziarem. Gritarias, gargalhadas, insultos sem destinatário certo, aumentavam com a chegada de mulheres desgrenhadas, quase em desvario de contentamento. “*As raparigas avançavam sofregamente nos copos, arrebatando-os das mãos dos conhecidos, ou bebiam com eles, e ao mesmo tempo, enroscando-se-lhes nos corpos suados, já descompostos, num desbragamento morno de prazer e de volúpia.*”²³⁷

Os estampidos dos foguetes ouvidos por toda parte da cidade cruzavam-se com risadas, chalaças, frases soltas, conversas cruzadas, comoções, cantorias, ao som do reque-reque, do sapateado, formando um todo heterogêneo onde tudo se ouvia e nada se compreendia ante o zumbido intenso pela noite adentro, espaçando-se o foguetório à medida que o dia despontou.

²³⁷ MORAES, Nascimento. *Vencidos e Degenerados*. 4ª Edição, São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000, p. 38/39.

Houve casos de negros castigados com tanta crueldade que, ao ser aberta a porta das senzalas, enlouqueceram. Escravos de confiança e tratados a pão de ló por saber dos atos comprometedores do senhor, não viram propriamente *vantagem que mereça menção*, a exemplo de Zé Catraia, personagem de Nascimento Moraes.²³⁸

O dia 14 foi diferente na Praia Grande. Uma atmosfera pesada, prenúncio de decadência, envolveu o coração comercial da cidade. O movimento próspero e feliz, a dinâmica do entrar e sair de comerciantes e caixeiros, de escravos e libertos e o cruzar de carroças foram trocados pelo entorpecer dos carroceiros estacionados na Praça do Comércio, sentados à sombra das árvores, tomando cachaça, caixeiros entrando e saindo do Tesouro ou da Alfândega, mostrando atividade, sem encobrir a preocupação dos novos tempos.

Os filhos de antigas famílias da Província, por vaidade e pedantismo, mostravam trabalho, não pela disposição física, pelo bom senso ou princípio moral, mas para gozar de certas vantagens na sociedade e poder olhar os que os cercavam com arrogância e altivez. Conforme suas tendências continuaram nas atividades comerciais de seus pais, conseguiram lugar de destaque como funcionários públicos ou enveredaram para a política, sem muito esforço, costume atávico de usufruir do trabalho de outrem.

A valorização exagerada de estrangeiros trouxe muitas decepções e exigiu grandes esforços dos quase falidos em manter as aparências. A exibição se fazia através de recepções, festas de aniversário, de casamento e outras datas significativas, mesmo sem o trabalho dos negros domésticos no vasculhar e faxinar salas, lavar e engomar cortinas, transportar vasos de plantas emprestados de amigos para enfeitar a entrada e os degraus das escadas, esticar tapete

²³⁸ Ibidem, p. 45.

do batente da rua até a porta da sala principal com flores e folhas salpicadas, cestinhas de flores artificiais no alto das janelas, sem contar com a lista de convites a serem entregues com certa dificuldade pela falta dos negrinhos ou negrinhas antes disponíveis. A reduzida criadagem exigia muito esforço das famílias, empenhadas em manter as aparências em bailes pomposos, de causar admiração, iluminados a gás e candelabros de prata nos principais compartimentos do sobrado, caso falhasse a luz. Na maioria das casas, de um lado da varanda, a mesa de jantar e de doces e num canto, um botequim improvisado, mais frequentado pelos rapazes. Salas destinadas a dança e para jogo de cartas, preferida pelos senhores habituados a esse tipo de vício. O assunto da semana geralmente girava em torno da festa, movimentava famílias, caixeiros, funcionários públicos e estudantes. No dia, aos poucos chegavam os convidados, a maior parte de carro, aglomerava-se à porta do sobrado, a conversar, trocar ideias, criticar os ausentes, sendo rigorosamente observados pelo pessoal do *sereno*. Os convidados, recebidos ao som de uma orquestra, se postavam conforme o interesse de cada um. Cenas de namoro e faceirice, gestos denunciadores de defeitos de educação, vícios e hábitos difíceis de remoção daquela elite postiça aconteciam, não obstante os tempos de progresso e civilização. Ricos imaginários a alardear grandeza enganosa, opiniões sobre poetas e poesias, comentários sobre a origem de certas fortunas ou falência arrefeciam com a valsa do início do baile. No *carpet*, muito em moda, cada rapaz anotava a dança e seu par. Nos intervalos, entre uma música e outra, moças e rapazes, entre sorrisos e galanteios, recostavam-se nas sacadas das janelas e faziam juras de amor. A maioria masculina era de caixeiros, raramente um médico, engenheiro ou advogado. Quando ouviam acordes ao piano, alguém se candidatava a declamar e o pessoal deixava o botequim e a sala se enchia. Estavam em moda os alexandrinos, pelo seu aspecto dramático e tensão comovente. Palmas e outros

poetas alternavam pelo prazer do recitativo ou a fiúza de projeção social. Mais tarde, a quadrilha, dança simpática por incluir progressistas e conservadores, feios e bonitos, moços e velhos, animava senhoras até então nos cantos, entristecidas, silenciosas, cujo sorriso demonstrava a certeza de serem completadas as quadras. Na cidade, eram poucos os coordenadores de quadrilha, marcadores de primeira classe, viajados, conhecedores de diversas escolas, fluminense, paulista, francesa, inglesa, russa. Nas festas da alta sociedade sempre funcionava um marcador preferido e cada um animava sua roda predileta. A falta dos escravos, sentida no decorrer da noite se acentuava no fim da festa. Nas despedidas, a confusão se estabelecia por não saberem onde estavam os chapéus, mantas, bengalas, cujas semelhanças originavam baralhadas difíceis de resolver pela atuação do álcool a confundir os mais embriagados.

A Abolição e a Proclamação da República trouxeram novos símbolos e falas com esperanças de uma cidade liberta de preconceitos, intelectual e moralmente livre, de renovação social, cultural e expurgada do analfabetismo. A mudança política atuou na área da educação com escolas primárias pouco atrativas. Além de aplicados métodos meio bárbaros – palmatória, correia de couro cru, orelhas de burro, quarto escuro - alguns segmentos da sociedade, tais como, filhos de operários, de artistas e outros, se horrorizavam ante “o arsenal de seviciamentos, que diariamente se exercitava nos corpos frágeis” dos alunos. “Aos sábados, então, à hora do argumento da taboada, o berreiro era ensurdecedor”²³⁹ caso a resposta da soma ou multiplicação não fosse respondida imediatamente. A Gramática Portuguesa ao alcance de todos, de autoria do professor Atanásio e a Matemática, de Trajano tinham que entrar na “cachola dos brutinhos” de qualquer maneira. Este esforço assegurador de futuros em-

²³⁹ LOBO, Antônio, op. cit., p. 170.

pregos não diminuiu o analfabetismo. A ignorância prevaleceu entre operários, caixeiros, oficiais de ofício e o povo, de modo geral.

O discurso oficial abarcava o embelezamento e melhoria na condição de vida dos habitantes. A conciliação entre o belo e o bom, o necessário, o imprescindível, transcorreu de maneira tensa e difícil. O aformoseamento da ‘cidade dos azulejos’, calçamento de trechos importantes, como o Largo do Palácio em direção ao Largo do Carmo, prevaleceu em 1892, em detrimento do saneamento, cuja falta resultou em várias epidemias, afetando sobremaneira os menos favorecidos, moradores de locais insalubres.

Uns sentiam depauperamento e mortalidade crescente, enquanto os privilegiados contavam com alternativas para andanças aos fins de semana. Os carros da Empresa Carril Maranhense proporcionavam passeios até o Cutim do Padre. O pacote Gonçalves Dias levava os apreciadores da brisa marinha, ao som de orquestra a bordo, a navegar em volta da ilha. Outros preferiam Alcântara no mês de junho, por ocasião das brincadeiras do bumba-boi, do Divino ou participar da festa de São José de Ribamar, em outubro.

Certos fins trabalhos domésticos continuavam valorizados. As irmãs de caridade, responsáveis pelo Asilo da Piedade incluíam, além de outras cadeiras, a de Prendas e Economia Doméstica, e as senhoras ricas patrocinadoras do Asilo encomendavam toalhas de mesa, guardanapos, lençóis, fronhas com bordados branco no branco do linho ou da cambraia, assim como o enxoval das noivas. Antonio Lobo, descreveu o trabalho de uma interna: “Inventava padrões, formava relevos novos, creava desenhos especiaes que davam ao seu trabalho um realce e um brilho como nunca se vira na terra em obras idênticas. A marca dos lenços de algibeira, com monogramas entrelaçados constituía uma verdadeira especialidade sua.”²⁴⁰ Os

²⁴⁰ Ibidem, p. 166.

ares aristocráticos eram mantidos com a força do orgulho dos tempos passados.

A cidade, um cadinho onde se misturavam fausto e carência, ricos e pobres, valores morais e éticos, ao lado da indiferença ou desconhecimento dos regulamentos e etiqueta estabelecidos e cujo contato resultava num amalgama, às vezes, inquietante e conflituoso.

Os sobrados luxuosos abrigavam descendentes de antigas famílias ricas em andares amplos, claros, ventilados, decorados, fruto do trabalho de seus avós. Muitos vegetavam e ao acordar de sono profundo, espreguiçavam, sentiam o caos em seu redor e, com soberba, cantavam a riqueza acumulada no passado, conservando o prestígio deixado por seus ascendentes, nutrido pelo dinheiro herdado. O tempo da abundância, dos escravos cruzando salas e varandas dos sobrados com bandejas de prata a servir beijus e bolos de tapioca no café, terrinas de porcelana com pratos suculentos no almoço, lanches variados e sopas no jantar, estava esvaindo. A extravagância cedeu lugar ao comedimento. A simplicidade das refeições chegou ao almoço ajantarado, refeição ligeira à noite, sobra do meio-dia, por economia nas compras e no tempo das senhoras, assoberbadas com a execução pessoal dos serviços domésticos. A falta geral de recursos materiais justifica a deterioração de muitas residências.

São Luís ficou entregue a ociosos, a homens de pouca luz, a incompetentes, a funcionários públicos de nível médio e, os mais inteligentes, mesmo filhos de nobres com maiores aspirações, optaram pelo êxodo.

O casario com seus porões escuros, quentes, úmidos e deteriorados também acolheu pessoas humildes, pela dificuldade de casas para a população pobre, aumentada sem a estrutura urbana capaz de alojar os emigrados, depois da abolição, das secas nordestinas ou em busca de emprego. O cortiço, outra alternativa para morar, constituído do aglomerado de pequenos quartos, geralmente ocupados por gente

considerada “a negação dos bons hábitos e costumes civilizados”, como escreviam jornalistas da época, concorria para a densidade populacional no centro. No jornal *A Pacotilha*, amiúde os apelos à polícia de famílias residentes em ruas centrais, com nome e endereço dos atores, descrição minuciosa das arruaças, vocabulário de baixo calão, “fazendo corar as pedras da calçada”. Eram usadas frequentemente expressões como, *linguagem chula, ambiente moralmente contaminado, vadios, mulheres degeneradas, sirigaitas, sururinas, zabaneiras* e outros adjetivos preconceituosos referentes a moradores dos baixos de sobrados e cortiços.

A dificuldade de comunicação do povo, de um lado, sem eufemismos e senhor de um conjunto e complexo vocabulário encampado das diversas tribos africanas e das florestas brasileiras e, de outro, o linguajar preferido pelas famílias da alta sociedade e bacharéis afrancesados, fiéis seguidores da etiqueta e do bem falar, geravam conflito de comunicação. A elite, atormentada pelo desconhecimento ou dúvida de sua origem, insegura pela carência de vestígios concretos ou nos escritos franceses, em luta para apagar a ação lusitana “entregava-se a gente dos altos a um imperialismo cultural que lhe dava a ilusão de manter traços de parentesco, pois não havia na cidade suportes físicos para a construção da memória desejada, já que raríssimos sobrenomes não solucionavam seu complexo de origem.”²⁴¹ Quanto mais calorosas as discussões, mais hercúleo o esforço da sociedade ludovicense de se assemelhar à vida parisiense, especialmente dos rapazes retornados da “Cidade Luz”. A linguagem, os trejeitos, os trajés, ridicularizados pelo despropósito em meio tão descabido, causavam risos, galhofa e cômicos versos dos populares, causando reações,

²⁴¹ CORREIA, Maria de Glória Guimarães. *Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís, EDUFMA, 2006, p. 53.

conflitos e coações policiais²⁴². Não só as brigas, mas as brincadeiras de inquilinos humildes dos baixos dos sobrados e cortiços também eram alvo de críticas, reclamações, ameaças e intimidações do poder público.

Devido a pouca eficácia das denúncias em jornais e a ação ambígua da polícia, ora truculenta, ora indulgente, um terceiro mecanismo repressor veio a atuar: a lei. O Código de Postura de 1893 proibiu novos cortiços no perímetro urbano e obrigou maior higienização, esgoto para águas pluviais e caiação anual das paredes dos existentes. Proibiu também servir de moradia os baixos dos sobrados sem abertura nas paredes pela questão da aeração. Conforme Cláudio Serra Moraes Rego, em 1897, entre baixos de sobrado e cortiços, contavam duzentos e vinte e sete moradias indesejadas pelas camadas mais altas da sociedade.²⁴³

Na virada do século, compatível com a aspiração da elite intelectual e econômica de novos modos de vida e sociabilidade, o discurso médico-higienista continha críticas contundentes às mulheres vendedoras de guloseimas do cardápio maranhense.

O transitar das mulheres, com palavreado *chulo ou indecoroso*, como alguns jornais se referiam, denunciava a ojeriza dos brancos pelos habitantes subalternos. Uma das maiores reclamações publicadas em artigos da imprensa, em defesa da moral e contra a irreverência no palavreado livre das negras vendedoras de peixe das imediações da praia do Caju, Saavedra e Rua do Ribeirão, não repercutiu, uma vez que a polícia, mais condescendente que perversa, não conseguiu reprimir as mulheres de falar o que queriam, quando e como lhes convinha, incomodando as famílias re-

²⁴² A expressão qualhira, usada somente em São Luís, teve origem nos trejeitos de um rapaz, assíduo desfilante pelas ruas "com a lira" rumo às suas aulas de música

²⁴³ CORREIA, Maria da Glória Guimarães, op. cit. p. 46.

sidentes no Ribeirão e imediações. Foi trocada a venda do peixe *in natura* pelo frito, passando a ser um dos comércios mais típicos de São Luís. Até a década de sessenta do século XX, em porta-e-janelas ou nos baixos de casarões do Ribeirão, Rua da Saavedra e Rua da Palma, negras e mulatas vendiam ao público peixe frito à porta da rua, em fogareiros de barro ou de ferro, sentadas em tamboretas. Como lembrou Astolfo Serra, "*as mãos daquelas negras são habilíssimas nesse ofício de fritar. É uma arte singela, mas que tem o prestígio de alguns séculos.*"²⁴⁴ Tainha frita no azeite de coco ou gergelim e sardinha na brasa ficaram famosas pelo gosto e especial limpeza do peixe, fresquinho, direto do pescador ao fogareiro. A venda era anunciada pela luz da velha lanterna de flandres enrolada em papel de seda vermelho que, no escuro da rua, resplandecia com simplicidade.

O bairro do Desterro, um dos mais antigos da cidade, aumentou em população e agitação. A praia, além de casebres dos pescadores e ancoradouro de canoas e igarités de homens em constante movimento de partida mar a fora em busca do pescado, era ponto de venda do produto. As mulheres se ocupavam na venda de tainhas fritas com arroz-de-cuxá. Porto de embarcações a trazer e levar passageiros para as diversas localidades da Baixada Maranhense, à luz do sol, alegrava a vista o colorido das velas e, ao surgir da noite, lamparinas e lampiões, ressaltavam a agitação de centenas de homens rumo ao oceano em seus barcos, Proteção de São José, Comigo Ninguém Pode, Deus te Guie, Rosa do Mar, Estrela da Manhã, Flor das Ondas, Banzeiro Grande, Guarda de São Pedro, entre outros.

São Pedro, o santo protetor dos pescadores, peixeiros e homens ligados ao mar, todos os anos, é homenageado no dia 29 de junho, com uma procissão marítima, em

²⁴⁴ SERRA, Astolfo, op. cit. p. 196.

agradecimento à proteção diária na lida com as águas. Becos apertados ligam a praia à parte alta, de ruas estreitas ladeadas por porta-e-janelas baixas, acanhadas ao lado de casas maiores e sobradinhos de beirais lodocentos, propícios ao brotar de farta vegetação. O Largo, em frente da Igreja do Desterro, no fim da Rua da Palma, foi inspiração de romancistas e artistas plásticos. O brilho das pedras de cantaria das ruas, um convite a passeios de namorados, poetas e seresteiros notívagos e mulheres em noites de lua.

Certos bairros adquiriram celebridade por acolher rapazes chamados trovadores de esquina, musicando poemas da “prata da casa”, traduzindo, compreendendo e interpretando o sentimento local, ajudados por mocinhas pobres, cuja delicadeza e graça ao cantar e ferirem as cordas do violão completavam as noites enluaradas, em serenatas. Nascimento de Moraes recorda o embate das paixões mundanas, lacerantes, embriagadoras, deprimentes e gozosas “*que é o festim das orgias depravadas do Largo do Santiago, dos bailes do Silva Santos, e das alcovas das barrengãs choramingas dos cortiços da Rua das Crioulas.*”²⁴⁵ Tempo tranquilo, de caminhadas noturnas, luaradas, sem maiores perigos.

No entardecer dos domingos, a banda do 5º Batalhão de Infantaria costumava tocar na Praça do Quartel um repertório variado, desde marchas a valsas, lânguidas e tristes, repassadas de amarga melancolia. As notas fortes do barítono, a violência do sax, guinchos estridentes da clarineta por segundos logo devolviam a harmonia agradável ao público, velhos, crianças, rapazes, mulheres e soldados, apreciadores das retretas.

²⁴⁵ MORAES, Nascimento, op. cit., p. 193.

Reflexos das ideias libertárias

A maneira de pensar mudou influenciada pela propagação do movimento abolicionista. A definição carinhosa da escrava, feita por maranhense da segunda metade do século XIX, *de coração doce e amoroso sangue africano nas veias*, demonstra a nova ótica prevalecente naquela época de ebulição das ideias libertárias. Um jovem ludovicense, ao descrever certa mulata, assim se expressou: “*dentes alvíssimos, colo cetinoso e alto, braços roliços, terminando em pulsos finos e delicados, sempre cobertos por seis fios de rubros corais, entremeados de ouro... Todos a elogiavam e lhe queriam bem. Era tida como uma das raparigas mais lindas de São Luís do Maranhão. Sempre alegre, risonha, saía redonda acima dos tornozelos esculturais, quando andava, mal tocavam o solo os pés pequenos, pela metade calçados em sandálias de salto alto, moda exclusiva do tempo das cativas de estimação.*”²⁴⁶ Falando das escravas de modo geral, ressaltou o orgulho das senhoras de possuírem as belas mestiças, jamais postas à venda, nem alforriá-las. “*Negociantes ricos e celibatários as disputavam para companheiras: e muitas vezes não conseguiam obtê-las, quer por compra, quer por alforria.*”²⁴⁷ A concepção das relações sociais mudou. A mancebia era mantida às escondidas, consequência de “*uma colonização a princípio quase sem mulher*”²⁴⁸ somada ao próprio rebaixamento moral de senhores e escravos, imposto pelo sistema escravista. A rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval corroída pela “*influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual.*” justifica a aceitação aparente da moral cristã. Com a lassidão da sociedade, a mancebia passou a ser praticada sem subterfúgios e encarada naturalmente, assim como a apreciação dos dotes físicos de

²⁴⁶ ABRANCHES, Dunshee de, op. cit., p. 9.

²⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 10.

²⁴⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 27ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Record, p. 229.

negras e mulatas, elogiadas em prosa e verso. Mesmo antes do 13 de Maio, escravas conseguiram a liberdade de várias maneiras: advinda de mancebia, alforria ou fuga. Dentro da própria ilha, existiram quilombos de longa duração com o apoio de críticos do regime, disfarçados de caçadores de negros.

Mais lento foi o processo de libertação da mulher branca, escravidão herdada dos colonizadores e inabalada por três séculos. Muitas esposas, equiparadas a mucamas, só podiam pensar, sentir ou querer “*pelos cabeças dos maridos, pelos instintos ou pelos interesses dos seus chefes.*”²⁴⁹ Viviam o cativo das brancas. Suas saídas eram determinadas, limitadas e controladas, conforme afirmou Emília Branco, mãe de Artur e Aluizio Azevedo. A movimentação nas ruas de São Luís aumentava menos pelo número de senhoras ou moças brancas e mais pelas mulheres negras ou mestiças. Eram conservados os pesados preconceitos e baixos costumes na vida social, herança nefasta dos tempos coloniais. A *casa posta* foi comum em São Luís, onde patrões e caixeiros mantinham suas amantes, teúdas e manteúdas e multiplicavam bastardos, estigmatizados pelos filhos legítimos. Era possível no mesmo colégio estudarem filhos do casal com discípulos de filhos naturais.

Interessante reproduzir o significativo depoimento de um jovem intelectual da elite ludovicense, em fins do século XIX: “*Enquanto os instintos se desbragavam, os espíritos definhavam. Aquela floração intelectual brilhante, artificial, da classe dos senhores, extinguiu-se. A poesia e a criação estilizavam-se na gramática e na cópia de clássicos verbais, longínquos e estranhos. Os que deviam trazer a seiva nova ainda não tinham surgido ou não eram entendidos. A inteligência desertou o seu antigo solo e o seu êxodo e o das forças da mocidade precipitaram a decrepitude.*”²⁵⁰

²⁴⁹ ABRANCHES, Dunshee de, op. cit., p. 121.

²⁵⁰ GRAÇA ARANHA, op. cit. p. 91.

Teatro

São Luís não possuiu casa de teatro até a segunda década do século XIX. Henry Koster, de passagem em 1811, observou o confinamento das famílias ricas em suas casas e justificou o amor pelo jogo de cartas, pela falta de divertimentos para a elite. As condições físicas da cidade, cheiro mal, o aspecto macabro de algumas partes, ruas mal calçadas ou de terra, buracos, grotões e outros inconvenientes justificavam esse recolhimento. Pobres livres e escravos animavam as ruas com batuques e autos, indiferentes às precariedades da urbe.

Para amenizar o duro cotidiano, os recém-chegados portugueses promoveram momentos ou locais compensadores. Um lusitano, vindo de Lisboa em 1815, “*por ser muito amante da arte dramática*” pensou em erguer um teatro regular em São Luís. Associado a outro conterrâneo, tentaram aforar um terreno próximo ao Convento de Nossa Senhora do Carmo²⁵¹. O governador sugeriu não só um teatro, como também um salão de bailes e festas e um clube de letras, tão necessário ao núcleo social onde a “*civilização já era uma verdade*”. Os frades se opuseram à localização do prédio de frente para o Largo do Carmo, considerando antirreligioso um teatro próximo a um templo. O embargo julgado pelo árbitro padre José Antonio da Cruz Ferreira Tezinho teve uma prática solução: *É só dobrar-se a esquina* e o prédio teve sua frente para a Rua do Sol. Em 1º de dezembro de 1816, ainda inacabado, o comendador Meireles ofereceu, às suas custas, um espetáculo gratuito em comemoração ao aniversário da Independência de Portugal. A 21 de junho de 1817, a casa de espetáculos recebeu a Companhia Dramática de Lisboa, inaugurando solenemente com o nome de Teatro União, em regozijo à união do Brasil e Portugal, em Reino Unido. Várias companhias contratadas em Lisboa se exibiram no teatro. A solidariedade da popula-

²⁵¹ Iniciativa de Eleutério Lopes da Silva Varela e Estevam Gonçalves Braga.

ção foi demonstrada, quando piratas assaltaram o navio que trazia uma companhia de teatro, deixando os artistas com a roupa do corpo. Uma subscrição a cargo do tesoureiro do Teatro supriu o prejuízo dos figurantes.

Depois de 1821, as apresentações foram suspensas por longo tempo, reflexo das agitações políticas, perturbadoras da vida social maranhense. As artes relegadas ao segundo plano sofreram período de estagnação.

Refeita a comoção provocada pela Balaiada, a elite ludovicense buscou se divertir para apagar da lembrança os momentos de tensão, aspirando *civilité e politesse* para se destacar das outras camadas da população, dos escravos, imagem da barbárie e dos grosseiros tempos coloniais.

Em 1841, atendendo à aspiração geral, foi organizada a Sociedade de Recreação Maranhense, promotora de bailes, festas em casas de famílias e outras distrações associativas, animando o convívio social. Várias vocações foram reveladas depois da publicação de peças teatrais e a vida teatral de São Luís aguçada com a criação da Sociedade Dramática Maranhense, também em 1841. Companhias estrangeiras de ópera e nacionais de comédia trouxeram para o Teatro União artistas conhecidos na Europa, alguns dos quais fixaram residência na capital. A cantora lírica Margarida Ponchielli casou com o comediógrafo Sabas da Costa e ministrou aulas de canto a duas gerações de jovens maranhenses. O maestro João Pedro Ziegler, *spalla* do Teatro Dom Carlos, em Lisboa, ensinou violino na Capital. O professor Guignard, organista na França, atuou depois na Catedral de São Luís. A Sociedade de Recreação Maranhense conseguiu alugar o Teatro União, entre 1841 e 1845, cedendo a artistas visitantes. As famílias voltaram a se distrair e a cidade ganhou renovada animação. As sinhás e sinhazinhas empenhavam-se em desfilar com os mais novos lançamentos da Cidade Luz, polo de elegância do mundo. Madame Breton, modista de Paris, recém-chegada de Pernambuco, anunciava, no *Jornal Maranhense*, chapéus, vesti-

dos, toucas, turbantes e acessórios “do melhor gosto e por preços razoáveis.” O figurino, o gosto e o comportamento se formulavam aos moldes franceses e ingleses. O vestir, símbolo de civilização, era poderoso indicador da classe social de cada um. As diversas crises da lavoura e do comércio se escondiam atrás do refinamento social, padrões de etiqueta e na modificação dos hábitos, longe das características rústicas ligadas à influência lusitana e colonial.

As noites de função no teatro eram precedidas de grande alvoroço na cidade porque cedo os assinantes mandavam suas cadeiras. Numa só noite apresentavam drama, comédia séria ou brejeira, acompanhadas ou não de música, números de variedades, lances dramáticos, numa miscelânea lírico-dramática para um público eclético. A música atuava como elemento suavizante e explicava a predileção pelos diversos gêneros, conjuntamente.

Em datas especiais – adesão do Maranhão à Independência, Sete de Setembro, por exemplo – a programação apresentava desde a exibição da efígie de S. M., hino cívico, sinfonia executada pela orquestra, drama, duetos, comédia, espelho de uma plateia de gosto diversificado. O 11º Presidente da Província convidou as principais famílias da cidade para os festejos da Sagração e Coroação do Imperador. Às cinco e às dezoito horas queimaram girândolas de foguetes e, às vinte horas, o presidente foi recebido no Teatro por uma comissão da Sociedade Dramática com vivas e flores jogadas da varanda. O espetáculo constou de três peças com pratos da casa e a noite de gala foi encerrada com dois meninos oferecendo caixinhas com flores ao presidente e sua esposa. O Teatro bem ornamentado, iluminado por luzes de espermacete, cintilava ao reflexo de lustres e globos de vidro. Os camarotes alegravam o ambiente “não somente pelas senhoras que neles se dividiam como também pelo asseio das cortinas de seda e grinaldas de flores artificiais formando laços, emblemas, legendas, troféus e brasões

*de armas.*²⁵² A tribuna, camarote do Presidente, tinha cortinas de vidrilho de prata, semeadas de estrelas de ouro, tapetada e mobiliada com elegância, tendo a gradaria toda prateada. No centro do teto, forrado de branco semeado de estrelas de ouro sobre campo azul celeste, via-se a Estrela Dalva com a legenda – 28 de julho – suspensa por dois serafins entre nuvens. No intervalo, doces e refrescos servidos aos convidados, ao som de duas bandas de música. Outros festejos tiveram lugar pela cidade, durante alguns dias e muitos poemas alusivas às comemorações foram compostas.

As roupas, à imitação da Europa e inadequadas para o clima quente de São Luís, deixavam os espectadores esbaforidos, motivo pelo qual, ao chegarem em casa, senhoras e senhoritas se desvencilhavam dos complicados vestidos, os homens tiravam a sobrecasaca e, era usual, toda a família ir para a sala de refeições comentar o espetáculo e sobre a plateia, observados pelas mucamas, prontas para servir o habitual caldo de galinha.

Gonçalves Dias, assídua presença do Teatro União, escreveu obras teatrais de influência romântica. Autores há que, estudando a evolução do teatro no Brasil, situam a produção dramática do autor de *Leonor de Mendonça* no nosso “Primeiro Momento da Criação romântica” (1838-1850). Sua exibição em São Luís, a 15 de janeiro de 1848, fez grande sucesso. Ruggero Jacobbi, cento e treze anos depois, escreveu: “*precisaria figurar entre os mais lúcidos manifestos do teatro romântico mundial.*”²⁵³

Um dos proprietários do Teatro União faleceu na ocasião em que sua parte do prédio achava-se adjudicada à Fazenda Nacional por dívidas e, portanto, incorporada parcialmente aos bens nacionais e imediatamente doada à Província. Em outubro de 1848, os herdeiros do outro sócio venderam sua parte, ficando inteiramente de propriedade do Maranhão.

²⁵² JANSEN, José, op. cit., p. 36.

²⁵³ Ibidem, p. 42.

Foi entregue pelo governo da Província ao público, em 1852, com o nome de Teatro São Luiz, depois de grandes obras de restauração e embelezamento, orientado pelo arquiteto José Albuquerque Cardoso Homem, “*coadjuvado por vários de seus discípulos da Casa dos Educandos.*”²⁵⁴ João Lisboa, no folheto do *Publicador Maranhense*, de 25 de março de 1852, desaprovou a mudança do nome e criticou o exagero da decoração, terminando o artigo: “*a grande tribuna, igualmente recatada, desdobra às vistas já fatigadas de tantos esplendores, o seu largo manto de veludo carmezim...*”²⁵⁵ Pela primeira vez, foram usadas esculturas de gesso na decoração interna – as musas da dança, da comédia, da música e da tragédia – bem elaboradas e pintadas à imitação de bronze.²⁵⁶

Em 1846, um Conselheiro do Império, a serviço em São Luís como Desembargador da Relação, escreveu suas impressões sobre reuniões em residências abastadas, inclusive na casa de D. Lourença Leal, mãe de Ana Amélia, a quem Gonçalves Dias dedicou os versos “Seus Olhos” e, conforme o Conselheiro “*olhos únicos no mundo, podiam inspirar tais versos.*”²⁵⁷

A par da boa impressão causada ao visitante, um lado obscuro denunciava a beleza aparente. Em 1861, a imprensa insistia junto ao governo provincial sobre o mau estado do teatro, com a paliativa resposta de vistoria, sugestões e orçamento de setenta contos de réis feitos por uma comissão. Sem dinheiro disponível, a casa de espetáculos continuou fechada. Um empresário apresentou novo orçamento de trinta contos de réis e se responsabilizou pela obra. A reforma foi concluída

²⁵⁴ MELLO, Luiz de. *Pintores Maranhenses do século XIX. São Luís: s/d, p. 25.*

²⁵⁵ JANSEN, José, op. cit., p. 47.

²⁵⁶ Considerados os primeiros escultores maranhenses, José Francisco Gonçalves da Silva, autor da musa da dança e Francisco Raimundo Diniz, da musa da tragédia, ambos foram alunos de Cardoso Homem. As outras duas musas ficaram a cargo do professor.

²⁵⁷ Ibidem, p. 39.

com maior número de lugares e acrescentada uma casa para moradia de artistas itinerantes, sem prorrogação nem reajustes. A história se repete: metade do orçamento apresentado pela comissão governamental, projeto maior, sem adiamento na conclusão da obra. Menor custo e agilidade da iniciativa privada. O superfaturamento e morosidade na execução das obras, mecanismo para adendos no orçamento, foram e são práticas usuais e responsáveis pela condição de permanente decomposição urbana.

Os espetáculos quebravam a monotonia da cidade, razão do interesse da população pela restauração do teatro. Em setembro de 1890, foram abertas as assinaturas para dez récitas de uma Companhia Lírica Italiana, assim anunciada: “depois de tantos anos será a primeira vez que virá uma companhia completa com corpo de baile e luz elétrica...”²⁵⁸ Muitas outras companhias líricas, com récitas vendidas antecipadamente, atuaram no Teatro São Luiz. As complicações políticas não afetaram o entusiasmo artístico e o interesse pelas óperas, chegando a ponto de fundarem uma Associação Lírica para contratar companhias com “bons elementos como nos velhos tempos”.

Nas grandes noites de espetáculo, não mais cadeirinhas de arruar carregadas por negros musculosos, vestidos em cores vivas a conduzir os espectadores mais abastados e de onde saltavam as damas com seus vestidos custosos. Com a evolução dos tempos, os endinheirados exibiam a última novidade em matéria de transporte: o *landeau*, o *coupé*, ou a *vitória*, puxados por belos e luzídios cavalos.

A luz de velas de espermacete foi substituída pelos bicos de gás com camisinhas incandescentes, dando mais brilho ao ambiente. Detalhes muito elogiados, os quatro panos de boca: o primeiro, de 1819, pintado por Antonio Raimundo Braule; o segundo, em 1843, pelo francês Chapelain; o ter-

²⁵⁸ Ibidem, p. 151.

ceiro, em 1868, pelos pintores maranhenses Amaral e Luz; o quarto, em 1899, por Orestes Coliva. Quando este último foi inaugurado, os expectadores pararam ante as nuances de cores e sombras e a exatidão dos desenhos. Uma corda decorativa sobre o fundo tornou-se alvo de apostas, alguns dos quais duvidaram ser pintada ou não, tal a perfeição.

A plateia maranhense, diante da discussão entre *teatro antigo*, com personagens abstratas, e *teatro novo*, de criaturas comuns, pendeu para o teatro realista.

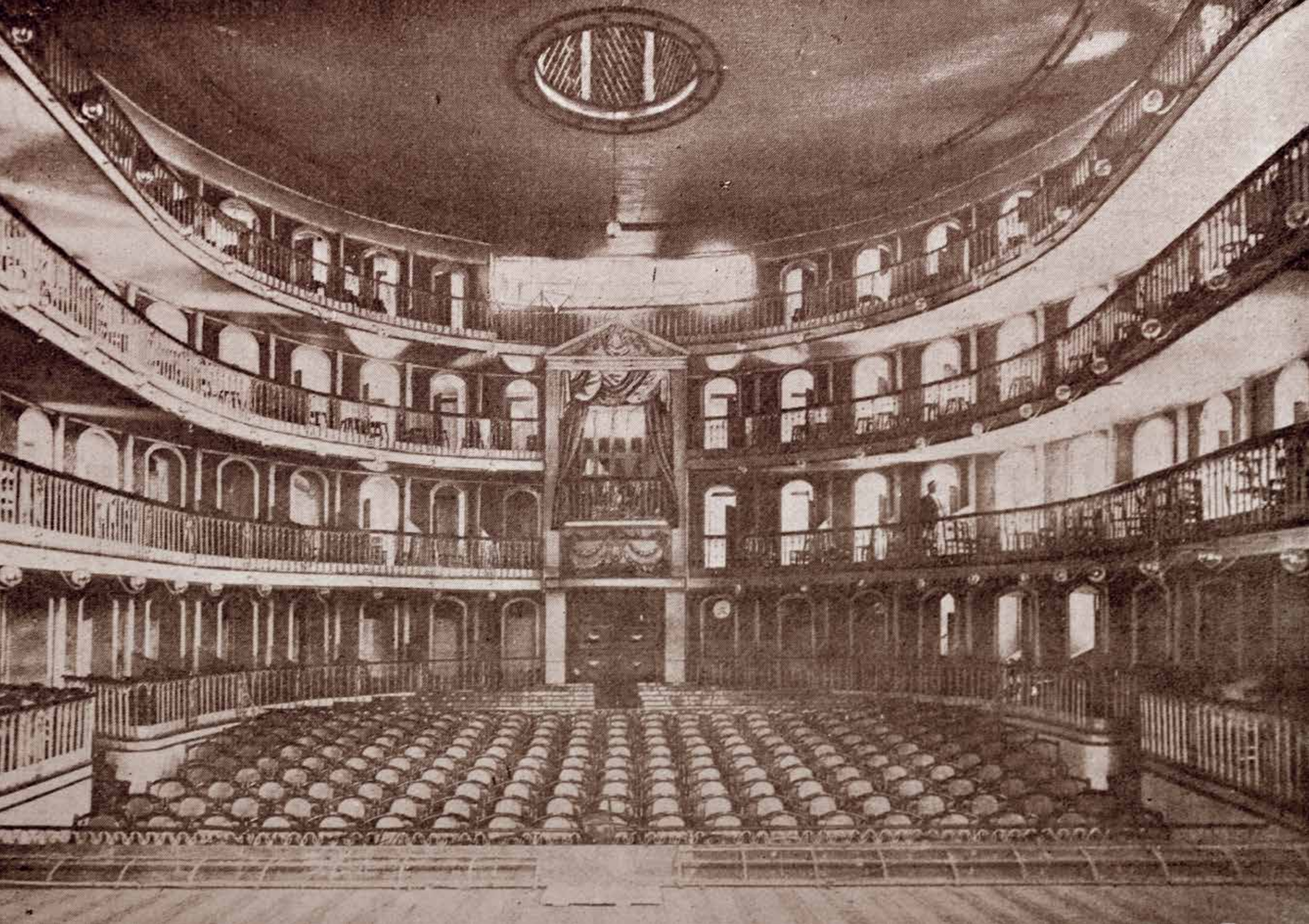
Todos os gêneros foram apresentados: o drama burguês, o romântico, a comédia musicada, o teatro realista e o naturalista. Uns de bom nível, outros difícil de serem tolerados, porém o objetivo dos promotores foi proporcionar ao público aquela diversão realçada, dentre as poucas de que dispunham. Críticos como Gonçalves Dias, Joaquim Serra, Sabas da Costa, Celso Magalhães e outros elogiavam ou repeliavam o logro de um mau espetáculo.

Em fins do século, verdadeiro *teatromania* agrassou a sociedade, com especial predileção pelas peças dramáticas e sentimentais. O teatro teve o mérito de cultivar as artes plásticas (escultura, pintura e arquitetura), a música, a literatura, a dança, conjugando os âmbitos artísticos, sociais, políticos e cívicos, ligados à vida social de São Luís. Sua influência social foi cumprida, estimulando vocações, dentro e fora, como os casos de Gonçalves Dias, Artur Azevedo, Apolônia Pinto, João Colás, Joaquim Serra, Coelho Netto, Viriato Corrêa e outros.

Bons artistas, medíocres e canhestros em todas as formas de espetáculo: drama, comédia, canto, dança, ilusionismo etc., peças brasileiras, óperas italianas, dramas portugueses, operetas francesas, zarzuelas espanholas, em espetáculos dos mais variados matizes, quase sempre mesclando gêneros para satisfazer a plateia.

Páginas seguintes:
plateia original
do Teatro Arthur
Azevedo.

Movimentação
em frente ao
Teatro Arthur
Azevedo em dia
de vespéral.
Revista do Norte





Pintura

No início do século XIX a Praia Grande viveu tempos de expansão, onde a arquitetura colonial lusitana se ergueu em sobradões azulejados, compondo a cognominada “cidade de porcelana”. Pela falta de artistas plásticos radicados em São Luís, senhores de maiores posses contratavam pintores brasileiros e estrangeiros itinerantes. Cumpridas as encomendas, os pintores partiam para outras plagas. Na Rua da Estrela, um sobrado se destaca por uma pintura mural, a lembrar a Praça do Comércio de Lisboa antes do terremoto de 1755. Em outra parede restam fragmentos de outro mural de difícil recuperação.

Foi circunstancial a permanência de um artista plástico na capital maranhense, por cinco anos, em fins da segunda década do século. Antonio Bernardino Pereira do Lago, Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros, veio para o Maranhão com a incumbência de fazer a Carta Topográfica da Capitania. Em 1819, chegou a São Luís seu auxiliar Joaquim Cândido Guillobel (Lisboa, 1787-Rio de Janeiro, 1859) para a missão específica de desenhar a carta e os principais pontos, vistos do mar e respectivas alturas. Paralelamente à feitura da Carta da Província, “*desenhou ou pintou os usos e costumes do povo desta capital, tais como: os pretos ganhadores (como se chamavam então), carregando pipas com os braços entrelaçados por cima das cangas; mulatas de saias e camisas de labirintos e rendas, com o colo coberto de contas e cordões de ouro como tabuleta de ourives, um enorme pente de targaruga, revestido de talas de ouro, parecendo uma torre semicircular, e mais dois pentes menores denominados atracadores, colocados nas frentes com talas também de ouro, e, apesar de tanta riqueza e luxo, descalças e com os dedos dos pés esborrachados...*”²⁵⁹ A classe senhorial também foi contemplada durante sua permanência em São Luís, entre 1819 e 1823.

²⁵⁹ AMARAL, José Ribeiro. *Efemérides Maranhenses*. São Luís: Tipografia Teixeira, 1923. In: MELLO, Luiz de. *Pintores Maranhenses do Século XIX*, p. 7.



Mural na parede do Sobrado, 421, da Rua da Estrela, atual sede da Defensoria Pública do Estado.
Foto Edgar Rocha

A passagem pelo Maranhão de dois viajantes batavos está registrada em litografia, intitulada *Paisagem de Alcântara* (1819), atribuído o desenho a Von Martius e publicada na *Flora Brasiliensis*. Além de viajantes, a prosperidade do Maranhão atraiu imigrantes, companhias teatrais e líricas e com elas vieram profissionais da arte. Alguns de passagem e outros permaneceram em São Luís, pela dificuldade de trabalho em seus países, conturbados pelos distúrbios políticos ou pela resistência às inovações artísticas europeias. As revoluções europeias de 1830 e 1848 alteraram os pensamentos filosófico, literário e artístico, movidos pela ação de intelectuais assentados no princípio de liberdade, elemento decisivo na nova concepção de literatura e de arte como espelhos da realidade. Isto representou a rejeição ao classicismo e ao romantismo, duas correntes ainda muito conservadas pelos que vieram para o Maranhão, animados pela atmosfera propícia à continuação do conservadorismo, perfeitamente compatível ao gosto prevaletente na sociedade ludovicense.

Aliou-se ao gosto acadêmico e autoritário dos estrangeiros o fato das elites locais os acolherem de braços abertos, fascinadas e empenhadas em imitar os usos e costumes europeus. Um artista bem recebido pelas filhas do milionário Antonio José Meireles, o desenhista e pintor Domingos Tribuzi (Roma, 1810-Belém, 1880), formado em Belas Artes pela Academia São Lucas, em Roma, chegou ao Maranhão em 1842. Pintou paisagens, temas mitológicos, religiosos e históricos e, por encomenda, retratos. Inaugurou o ensino sistematizado da pintura em São Luís.

Naquele século, colégios públicos e particulares ensinavam desenho e pintura.²⁶⁰ Tribuzi deu aulas particulares de desenho e pintura e ocupou a cadeira de Desenho do Liceu Maranhense.²⁶¹ No Colégio Nossa Senhora dos Remédios ensinou desenho de figura e paisagem e, no Colégio Nossa Senhora da Glória, desenho. Promoveu exposições com trabalhos de alunos: pintura a óleo, aquarela, desenho a traço, a esfuminho, a crayon e papel de cor, desenho de paisagem e de ornato. Dentre os premiados, destacou-se uma das primeiras pintoras, Maria Emilia Carmini, dedicada ao ensino de desenho e pintura, em sua própria escola, fundada em 1847.

Em novembro de 1847, chegou em São Luís o desenhista, paisagista e escultor José de Albuquerque Cardoso Homem, ex-aluno da Academia de Belas Artes de Lisboa. O português anunciou aulas de figura, paisagem, arquitetura, além de desenho aplicado às várias artes, ou seja, a ourives, prateiros de peças ornamentais, a marceneiros,

²⁶⁰ O ludovicense contou com cinco estabelecimentos de ensino particulares: o Colégio N.S. dos Remédios, localizado na Rua de Santo Antonio, n.15 e o de N.S. da Glória, na Rua do Giz, n. 31, o Colégio de São Luiz, na Rua dos Remédios, n. 24, o Colégio N.S. da Conceição, na Rua da Palma, n. 53 e o Colégio N. S. da Soledade, na Rua da Palma, n. 2, todos ofereciam aulas de desenho.

²⁶¹ CANTANHEDE, João Carlos Pimental. *Veredas Estéticas*. São Luís (s.n.), 2008, p. 34.

serralheiros, torneiros e outros, em sua própria casa, na Rua Grande, n. 26. Abriu-se a possibilidade de o governo provincial oferecer aula de escultura e desenho aplicado às artes e ofícios na Casa dos Educandos Artífices.

Nos tempos áureos, São Luís recebia companhias teatrais e líricas. O grupo de Giuseppe Maria Ramonda aportou em 1856, trazendo o coreógrafo Joseph Leon Righini, nascido em Turim em 1820, com formação na Academia de Belas-Artes de sua cidade natal, dentro da orientação realista. Desligado do grupo, trabalhou em São Luís até 1866, contribuindo como coreógrafo, paisagista, retratista, gravador e fotógrafo, com gabinete na Praça da Alegria, n. 11. Suas paisagens retra-

Vista de São Luís de autoria de Joseph Léon Righini.

tam várias cidades do Norte brasileiro, inclusive a São Luís do século XIX. Faleceu em Belém, em 1884.

Muitos artistas estrangeiros, depois de tentarem a vida em São Luís, emigraram para Belém, certamente atraídos por maiores oportunidades.

A atividade docente ajudava na sobrevivência dos emigrados e contribuía na formação de artistas locais. Um dos alunos de Tribuzi, destacado como retratista em fuminho e em óleo, foi José Maria Bilio Junior, primeiro maranhense a anunciar, em 1854, suas aptidões pelos jornais e a ensinar desenho em dois colégios. Outros foram bons discípulos, como: João Manoel da Cunha, seu filho Horácio Tribuzi e Aluísio



Tancredo Belo Azevedo. Este último, antes de se dedicar à literatura, estudou desenho e pintura, em São Luís, tanto com Domingos Tribuzi, quanto com João Manoel Cunha. Os temas escolhidos, *O Banquete dos Canibais* e *A Vala Comum* se distanciavam dos usuais, sendo considerados revolucionários na sua cidade natal. Aluísio Azevedo também frequentou a Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro e contribuiu com caricaturas para o jornal *Fígaro*.

Francisco Raimundo Diniz, aluno de Cardoso Homem, titular da cadeira de Pintura, na Casa dos Educandos, provou sua competência na feitura de esculturas para decorar o Teatro São Luiz e, como professor de desenho, escultura em gesso e em pedra, gravura, pintura a óleo, afresco, aquarela, além de ministrar aulas de geometria teórica e prática, latim, francês e inglês.

Alguns desenhistas, pintores de paisagem, aquarelistas, litógrafos, cenógrafos, passaram pelo Maranhão entre as décadas de 1850 e 1860, tomaram vistas e ruas da cidade, retrataram pessoas, e uma minoria chegou a dar aulas de desenho e pintura a maranhenses talentosos. Passaram por São Luís, Joseph Dumas, terceiro retratista, logo depois de Tribuzi e Bilio Junior, Friedrich Hegedorm (Alemanha, 1814-1889); Gioveni Venere (Sardenha, 1800, ...), Luigi Monticelli (Turim, 1830-São Luís, 1858)²⁶² e Desoré Trubert.²⁶³

Discípulos mais afortunados iniciaram seus estudos na Província, indo para o Rio de Janeiro complementar a

²⁶² Giovanni Venere e Luigi Monticelli chegaram em São Luís em 1854 na Companhia lírica de Giuseppe Marinangeli e ficaram alguns anos como coreógrafos e paisagistas do Teatro São Luiz. Venere deu aulas de desenho e pintura e Monticelli, desenho elementar para marceneiro, carpinteiro, serralheiro, pedreiro e, em arquitetura, riscos e traços de edifícios. MELLO, Luiz de. *Pintores maranhenses do século XIX*. São Luís: Lithograf, 2002, p. 53 e seguintes.

²⁶³ Recebido pelos conterrâneos o médico Pierrelévée e Duchemin, dono de importante casa comercial, importante local de intelectuais na cidade, o francês Trubert, pintor e pianista, expôs quadros e ofereceu aulas de pintura e lições de piano.

educação, pois as artes plásticas, a música e a literatura funcionavam como diferenciais sociais.

Francisco Peixoto Franco de Sá iniciou seus estudos artísticos com Domingos Tribuzi, em seguida viajou para Madri como pensionista da Província, estudando com Frederico Madrazzo. Com bolsa do imperador D. Pedro II, frequentou a *École des Beaux-Arts* e as aulas de Gustave Jacquet, pintor realista francês. Um de seus trabalhos, *Virgem do Peixe*, ornamenta o Palácio Episcopal. Franco de Sá dominava também as técnicas do gênero retrato e, a propósito, Celeste Franco de Sá contou que seu ancestral, colega de bancos escolares de D. Pedro II, teve como modelo o próprio Imperador em ensaio de figura. Os comerciantes maranhenses, numa homenagem ao dinamarquês dedicado ao desenvolvimento do comércio e da economia local, encomendaram ao retratista Franco de Sá a tela *Retrato de Martinus Hoyer*, exposta na Associação Comercial do Maranhão.

O considerável percentual de pintores especializados aponta para um trabalho muito solicitado entre os mais favorecidos: o da *éfigie*. Como os chefes de família, algumas instituições, irmandades ou congregações encomendavam retratos de seus beneméritos. A Sociedade Humanitária constituiu um acervo de figuras ilustres, expostas no Salão Nobre do Hospital Português de São Luís. Dentre elas, destaca-se uma tela pintada em Portugal, em 1869, retratando, em tamanho natural, D. Luís I, rei de Portugal, segundo filho de D. Maria II e de Fernando II. Dentre os retratistas de passagem por São Luís estão: o alemão Bindseid, também especialista em pintura histórica, com permanência em São Luís entre janeiro e novembro de 1863; Francisco Antônio Nery, além de retratista chegou a oferecer aula de desenho histórico onde se hospedou, no Hotel Boa Vista, na Praia da Trindade; Carlos Hefricter, com técnica a óleo, instalado na Rua de Nazaré, n. 14 e Francisco Pixoto Franco de Sá.

Depois da morte do retratista João Manoel da Cunha, em 1899, Luiz Faustino dos Santos Luz o substituiu, atendendo a muitas encomendas.

Horácio (São Luís, 1845/São Luís, 1873), filho de Domingos Tribuzi, estudou com seu pai e, em Roma, como pensionista da Província. De volta em 1869, deu aulas particulares no Liceu. Entre suas telas: *A Justiça*, do acervo do Tribunal de Justiça e *O Comércio*, da Associação Comercial do Maranhão.

Na segunda metade do século XIX, alguns pintores deixaram cenas religiosas nos forros de igrejas. Horácio Tribuzi foi o autor da pintura *Nossa Senhora da Anunciação*, no forro da extinta Capela do Recolhimento. João Batista de Deus pintou um novo forro na Igreja da Sé e decorou o forro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Tutóia.

Resta observar uma novidade em matéria de técnica na elaboração de quadros. Luis Ory, aos 13 anos de idade, colocou em exposição, na barbearia de seu pai, quatro quadros com temas diferentes e feitos de cabelo, motivo de nota no jornal *O Paiz*, de 12.05.1870.²⁶⁴

Além de um círculo pequeno e rarefeito de pintores, a arte devia ser pouco conhecida numa São Luís carente de galerias, Salões anuais, museus de pintura, pinacotecas ou outros locais apropriados para mostras, havendo exposições esporádicas em locais improvisados. Entre 1860 e 1878, a Casa dos Educandos Artífices promoveu cinco exposições e, em meio aos mais variados artigos agrícolas e industriais, foi reservado um espaço para obras de arte. As três primeiras exposições – Exposição Provincial Agrícola, Industrial e de Obras de Arte – aconteceram em 1860, 1861 e 1866; outra

²⁶⁴ Dois locais muito frequentados pela elite local, a barbearia e studio fotográfico de Fortunado Ory, no Largo do Carmo, n. 9 e o ateliê de sua mulher Josefina Ory, na Rua Grande, n.5, contribuíram para a admiração dos trabalhos do filho. MELLO, op. cit. p. 181.

exposição, na Festa Popular do Trabalho, ocorreu em 1872 e a Exposição Industrial Maranhense, em 1878. Uma das raras exposições específicas para trabalhos dos alunos de Domingos e Horácio Tribuzi ocorreu em 1872, sob a organização dos próprios mestres.

A carência de espaço físico, destinado para retrospectivas, exposições ordenadas e didáticas com informações sobre os diversos movimentos europeus para esclarecer pintores e o público sobre a origem e a evolução da arte moderna, talvez tenha contribuído para o maranhense não se destacar como grande apreciador da pintura. A oscilação entre bonança e crise, o acanhado mercado pela pouca sensibilidade artística mesmo em épocas afortunadas e a falta de apoio governamental foram três fatores agravantes para a retração de grupos artísticos, assim como agentes determinantes para o êxodo de muitos pintores maranhenses e estrangeiros. Aliada à emigração dos artistas plásticos, a morte dos que preferiram empobrecer no Maranhão contribuiu para um verdadeiro crepúsculo do panorama artístico maranhense, engessado pelo espírito tradicional prevalecente por todo o século.

Tais condições de fechamento não possibilitaram ao Maranhão pintores como um Almeida Junior (1850-1899), pioneiro em retratar, em lirismo nacionalista, o homem do campo e a natureza, em arte de visão naturalista, valorizando cenas brasileiras em detrimento dos temas nobres e monumentais da Academia; ou um Eliseu Visconti (1867-1944), primeiro autor brasileiro impressionista a mostrar o efeito da luz do sol nas paisagens cariocas e fluminenses, mestre em fazer do urbanismo uma modalidade diferenciada da paisagem e da pintura de costumes. Por reconhecimento, é considerado o primeiro expoente brasileiro da pintura moderna. Outros pintores com novas, numerosas e mais radicais manifestações artísticas foram ignorados no meio artístico ludovicense.

Ao lado,
O Comércio,
tela de
Horácio
Tribuzi.
Auditório da
Associação
Comercial do
Maranhão.
Foto Edgar Rocha

No final do século XIX, em árduo trabalho na fundação de jornais, revistas, instituições e publicação de livros, jovens intelectuais, objetivando recuperar o cognome de “Atenas Brasileira”, não conseguiram se distanciar da velha ordem, do “mundo das relíquias”, o que veio a refletir na arte pictórica. Naquele fim de século, brasileiros, de modo geral, diante de uma nova fórmula desviada do que estavam habituados a ver, resistiram às inovações fora de suas categorias. O Maranhão permanecia inalterado, o convencionalismo *ateniense* impedia qualquer movimento inovador. Um dos sintomas desse conservadorismo foi o acolhimento, na década de 1880, do cearense José de Paula Barros, retratista, pintor de nus e de naturezas-mortas, chegado em São Luís, para decorar o teatro São Luiz, e onde permaneceu até sua morte, em 1919. Resolveu quebrar o insignificante panorama artístico, onde a pintura estava relegada ao diletantismo, ministrada nas escolas como complemento da grade curricular ou para atender a um exíguo mercado. Dedicou-se ao ensino da pintura para profissionais, dentro dos padrões das escolas de Belas Artes, porém, indiferente ao impressionismo, ao expressionismo e outras tendências inovadoras. O destaque do Maranhão consistiu em sua intelectualidade ser mais relutante e resistente por longo espaço de tempo. Viveu profundamente cultuando o passado, sem olhar ou atentar para o futuro, em direção à modernidade. O conservadorismo também prevaleceu nas artes em comparação com outras regiões, e isto refletiu no século seguinte.

Páginas seguintes:
Retrato de
Martinus Hoyer,
detalhe, por
Franco de Sá.
Associação
Comercial do
Maranhão.

A Justiça,
trabalho de
Horácio Tribuzi
encomendado
pelo Tribunal de
Justiça.
Fotos Edgar Rocha





Música

O ambiente artístico ia se aperfeiçoando ajudado por professores de diferentes especialidades integrados em companhias teatrais ou operísticas vindas da França, Itália e Portugal. De passagem ou fixando residência em São Luís, esses artistas ensinaram piano, flauta, clarineta, rabeça, violão, rabeção, trombone e canto, chegando a formar uma orquestra dirigida por Francisco Libânio Colás, para apresentações em festividades diversificadas.²⁶⁵ Dos meados do século ao despontar do século XX, circularam métodos musicais, impressos na própria cidade.

O lazer em São Luís, na segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do século XX, como escreveu Padre Mohana, “foi um fenômeno sócio-cultural. Ou melhor, sócio-musical, tecido quase exclusivamente com linhas de música.”²⁶⁶

Noções de piano davam *status* às moças de família e o instrumento, peça obrigatória na sala da elite. A livraria e papelaria A.P. Ramos d’Almeida passou a negociar instrumentos musicais e causou grande *frisson* o anúncio do piano Pleyel, premiado na Exposição de Paris. O Casino Maranhense, da Rua Formosa, promoveu um concerto dedilhado pelo pianista Antonio de Almeida Fasciola para o público conhecer os sons do piano.

Músicos e musicólogos ouviam e criavam música para eles mesmos. Provavelmente, o mais antigo autor de música erudita em São Luís, Vicente Ferrer de Lyra (1796-1875) foi organista e mestre capela da Sé, conforme registro em sua lápide, na sacristia da Catedral. Compôs motetos dos domingos, Missa a três vozes e duas ladainhas

²⁶⁵ Professor, violinista, clarinetista, compositor, regente, diretor de orquestras de baile e festividades religiosas, Colás foi muito atuante na vida musical de São Luís, desde a década de 1850 até sua mudança para Salvador, em 1870.

²⁶⁶ MOHANA, João. *A Grande Música no Maranhão*, 2^a. Edição Revista e aumentada. São Luís: Edições SECMA, 1995, p. 93.

para orquestra e vozes. Em 1836, a Missa Defunctorum, de um anônimo, mais tarde, Mottetos a 3 vozes de Colás e Dous Psalmos compostos em 1886 por Leocádio Rayol, são variantes que se sucedem entre o século XVIII e o XIX, como observa Dantas Filho.

As partituras, de modo geral, apontam para o capricho dos calígrafos, dos próprios compositores ou copistas.

Merece registro a chegada de Antônio Luis Miró, em São Luís, em 1851, época em que o Teatro União foi remodelado com o nome de Teatro São Luiz.

Nos idos de 1861, o ludovicense dispunha de 32 professores de música, dentre eles, alguns de companhias líricas estrangeiras. Margarida Sachero, professora de piano e canto, fundou a Sociedade Musical de São Luís.²⁶⁷

Em 1873, por iniciativa do maestro João Pedro Ziegler, a Academia Musical funcionou com aulas de solfejo e canto, instrumentos de sopro (metal), de corda (arco), piano, violão, com vinte alunos inscritos. No mesmo ano o Teatro São Luiz apresentou a orquestra dirigida por Leocádio Rayol.²⁶⁸ A valorização dos profissionais foi algo discutível. O único regente de orquestra disponível para o referido teatro, artista “que estudou, que tem talento e que preenche magistralmente o seu cargo ganha apenas vinte mil réis”, comenta a revista *Flexa*, enquanto o velho Januário, guarda do teatro, além do ordenado pago pelo governo, ganha trinta mil réis por espetáculo.

Os musicistas mantinham escolas domiciliares, em suas casas ou indo à casa dos alunos. Uns oficializavam os cursos, a exemplo do Instituto Musical São José de Ribamar,

²⁶⁷ Almeida, Renato. *História da Música Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp. Editores, 1942. p. 364. In DANTAS FILHO, op. cit. p. 38.

²⁶⁸ Leocádio Rayol (1849-1909), compositor, instrumentista, regente, professor de rabeça na Secção de Música da Academia de Belas Artes, no ano de 1890, violinista do Clube Beethoven, entre 1884 e 1889, Rio de Janeiro, foi muito atuante em sua terra antes de morar no Rio de Janeiro.

de Sinhazinha Carvalho e uma escola de João Nunes. Os estabelecimentos de ensino mantinham aulas de música. A Casa dos Educandos Artífices possuía uma banda juvenil e cursos teóricos. O Liceu manteve a Aula Noturna de Música e Antônio Rayol foi seu professor até quando fundou, em 1901, a primeira Escola de Música do Estado do Maranhão, absorvendo os alunos da Aula. Fazia parte da grade curricular da Escola Normal Primária aulas de Teoria, Solfejo, Harmonia, Composição, Orquestração e Regência.

As famílias Colás, Bluhm, Rayol (Antonio, Leocádio e Alexandre) Billio (Ignácio, Hygino e Marçal) e Parga (Tancredo, Hermenegildo, Raymundo e Anna), dentre outras, marcaram época no meio musical ludovicense, estimulando a juventude, através de aulas e concertos. A 9 de janeiro de 1891, a Escola 11 de Agosto ofereceu um concerto vocal e instrumental com Antonio Rayol como tenor. Em 1892, em vários concertos, o tenor maranhense teve como maestro Ettore Bosi, hospedado por um tempo no Hotel Casino. Nesta temporada, Bosi ensinou piano, violoncelo, harmonia, contraponto, composição, afinou e consertou pianos. Multiplicaram-se as bandas, as orquestras, os conjuntos instrumentais e vocais e os coros. Concursos promovidos por associações musicais e apresentados no Teatro São Luiz tinham a participação de bandas da capital e dos interiores. O povo valorizava a festa pelo grupo musical. Festa pública sem banda não tinha graça. Cada freguesia, de São Luís e do interior teve seu coro. A rivalidade entre os grupos excitava a criatividade, aprimorava a especialização.

Oficlides ou figles usados nas orquestras antigas, clarinete, fagote, flauta, flautim, pistom, trombone, trompa, violino, viola, violoncelo, bombardino e prato foram instrumentos ensinados, o que justifica o registro de orquestras, quartetos, duetos, bandas, dentre outros conjuntos exibidos no Teatro São Luiz.

Compositores proliferaram em fenômeno coletivo, envolvendo ricos, pobres, doutores, trabalhadores humildes, criando música erudita e popular. Médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, marceneiros, funileiros, alfaiates, pedreiros, ferreiros, pescadores, produziram trabalhos artísticos, porém jamais viveram como músicos ou compositores. A grande maioria viveu de outra profissão, aliada à música. Como exemplos, Leocádio Rayol, violinista de projeção fora do Estado, continuou sua atividade de agente postal em São Luís e o clarinetista Saturnino Franco sobreviveu como alfaiate.

Conforme levantamento feito pelo Padre Mohana, o Maranhão contou com 158 homens compositores e 11 mulheres, entre meados do século XIX e o primeiro quartel do século XX. O pesquisador localizou composições eruditas, tais como: sinfonias e obras religiosas menores, oratórios, ladainhas completas para solistas, coro e orquestra, *entre-actos*, missas, marchas graves orquestradas para procissão e atos fúnebres, corais, vocais não religiosos, óperas, operetas, valsas e marchas orquestradas, gavotas, berceuses, minuetos, mazurcas, *pas de quatre*, habaneras e lundus.

Marchas para procissão; dobrados para bandas; *Hymnos* em homenagem a santos e santas; para grupos escolares, para políticos, foram muito exibidos ao público em recintos fechados ou abertos. O Hymno para orquestra, com letra de Godofredo Viana, em comemoração ao 1º Centenário da Independência do Maranhão é um dos exemplos de elaboração para data histórica.

Entre as criações populares: valsas para solos instrumentais e para banda, quadrilhas, partituras completas para pastorais, pastores, e reis, marchas, dobrados para banda, hinos cívicos e religiosos, polkas, sambas (chamados de tangos), sambas-canção, *schotisches* (xotes), marchinhas e marchas carnavalescas, desafios, canções (algumas no estilo de alta modinha brasileira), galop carnavalesco,

foxes, bolero, frevos, cateretês, choros, maxixes, rancheiras e folclores trabalhados.

Um hiato no âmbito musical, uma regressão cultural aconteceu no século XX: escolas e instituições musicais fechadas, bandas caladas, músicos falecidos e partituras de autores maranhenses, empilhadas anos a fio, sem manuseio, sem execução, a mercê da umidade, das traças, cupins ou da indiferença do *ateniense*. Perdeu-se uma quantidade incomensurável de peças, destruídas por herdeiros negligentes, enrolando barras de sabão em quitandas, vendidas a fogueteiros ou queimadas como papel velho em grandes faxinas.

O acervo levantado em trinta anos pelo padre João Mohana, em visita a descendentes de músicos da capital e do interior, em viagens penosas, cheias de emoção, alegrias, raiva, analisando caixas de guardados, partituras antigas, empoeiradas e, como bem se expressou “*com calos nos pés e nas mãos, não nos olhos*”, demonstra a morte da música erudita em São Luís nas primeiras décadas do século XX. Somente com a chegada de D. Lilah Lisboa, fundadora da Sociedade de Cultura Artística Maranhense, houve um despertar para as atividades musicais eruditas, ao promover concertos pela Rádio Timbira, ensinando piano, acompanhando cantores e coordenando o canto orfeônico nas escolas estaduais.

Outros divertimentos

No parque permanente de diversões, o Tivoly, na Rua dos Remédios, oferecia, além de carrossel, tiro ao alvo, bilhar e roda gigante, um espaço para empresas de fora. O Circo Chileno em curta temporada ofereceu uma série de espetáculos dos quais, um foi em benefício da Santa Casa de Misericórdia. O Circo Anglo Brasileiro e o Circo Zoológico, com animais domesticados, também ocuparam o Tivoly. Trupe com mágicos, palhaços, contorcionistas e outros números circenses movimentaram a cidade com bastante público.

Havia outros espaços em moda e, por curto espaço de tempo, reservados a divertimentos, a exemplo do Velódromo Maranhense, organizado por Nhozinho Santos, dentre outros.

Merece ser aberto um parêntese sobre outro espaço, o Jardim Botânico. Uma Ordem Régia de 1804 mandou criar um jardim botânico em São Luís. As autoridades logo providenciaram nomear um Superintendente, um Feitor Geral e um Escrivão da Receita e Despesas incluídos na folha de pagamento. Em dezembro de 1830, o Conselho Provincial recebeu um decreto, enviado um ano depois para a Câmara, para ser “concluído” o jardim botânico. Em 1836, a Assembleia Geral autorizou o Poder Executivo a implantá-lo. O Largo João do Vale, recebia críticas por conservar casebres, habitados por “mulheres de vida perdida” defronte do casario, enfeando o centro da cidade.²⁶⁹ Com o

²⁶⁹ O Largo João do Vale, depois nomeado 13 de Maio, Praça da Assembleia e hoje Praça Benedito Leite. Talvez por tantas mudanças de nome, no decorrer do tempo, o povo resolveu chamá-la simplesmente de Pracinha, por ser um dos menores espaços reservados a uma praça. Naquele tempo, São Luís possuía grandes áreas com matas siliars e foi escolhido um exíguo local pedregoso, desfavorável a um jardim botânico pelo interesse de demolir os casebres.

pretexto de implantar o jardim botânico, entre 1848 e 1850, indenizaram as moradoras e limparam o terreno. Em 1851, Olimpio Machado “levantou esse jardim que ainda existe sem utilidade alguma, tendo despendido até o ano de 1863 a quantia de 28.325\$827 réis.”²⁷⁰

A *Revista* anunciou um espetáculo diferente, evento artístico com sucesso na corte, a ser oferecido pelo empresário inglês Mr. Andorfer, na Galeria Ótica. Sete vistas expostas em seis salas, três do gênero Neuroma e quatro de Cosmorama, seriam exibidos, às 19 horas do dia 3 de novembro de 1844, no sobrado n. 30, da Rua do Giz. A novidade movimentou os mais elegantes de São Luís, porém algo estranho aconteceu: as famílias estancaram de repente no vestíbulo, se recusando a entrar porque senhoras de respeito não entrariam em salas escuras. Ante a ameaça do retraimento do público, o inglês clareou as salas de projeção dos quadros: o castelo de Luxemburgo, a cidade de Petersburgo, dos Dardanelos, São Paulo no cárcere de Roma, dentre outros foram vistos às claras, em São Luís, diferente das exposições realizadas por precursores do cinema, na Europa e em capitais brasileiras do Império.

Dos aparelhos pré-cinematográficos de ampliar gravura, a realidade em tamanho natural e até barulhos para marcar verossimilhanças, foi um passo para os aparelhos cinematográficos, diversão que se potencializava nos últimos anos do século. Os ambulantes chegaram em São Luís a partir dos meados de 1898. Os aparelhos variavam de nome, conforme as novidades alcançadas: Cronofotógrafo, Pantoscópio Automático, Bioscópio, Cinematógrafo e Ale-torama, conforme o avanço da tecnologia. Era um dos artifícios para atrair a plateia, além da maior ou menor fama

²⁷⁰ MARQUES, César. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, 3ª. Edição, revista e ampliada. Verbete Jardim Botânico. (Antônio Lopes). São Luís: AML, 2008, p. 682.

do empresário e da cobertura pelos jornais. As imagens fixas e com sons no decorrer das projeções foram exibidas no Teatro São Luiz, na festa dos Remédios e na Rua do Sol, n. 23. O jornal *Pacotilha*, de 3 de dezembro de 1879, registrou como verdadeira sensação a exibição da imagem em movimento do Pantoscópio, com projeção em cores e Phonógrafo, por ocasião da festa de Nossa Senhora da Conceição, no casarão n. 7, do Largo do Carmo, onde a população pôde ouvir, a grande distância, tenores, barítonos e sopranos. Outra novidade lançada na mesma temporada, o Chronophotographo de Demeny, apresentou desajustes, consertados por Paschoal Carneiro e, pela sua habilidade, tornou-se o primeiro mecânico cinematográfico de São Luís.

Em doze anos (1896 a 1900) São Luís recebeu quatorze diferentes aparelhos ambulantes. Algumas exposições foram de sucesso, outras com paradas por problemas no aparelho, desgastando os empresários. O nome dos filmes, a avaliação dos aparelhos, a iluminação elétrica e a orquestra foram elementos essenciais para o sucesso ou falência das empresas. Findo o século, se consolidava a diversão cinematográfica como gênero individualizado no gosto ludovicense.²⁷¹

A elite clamava por distração. Alguns amadores sob a liderança do inglês Septimus Sumner resolveram fundar um hipódromo, ideia bem aceita, com adesão imediata de pessoas de grande projeção social. O Campo d’Ourique (hoje, Ginásio do SESC, Biblioteca Pública e Praça do Panteon) espaço amplo e central, em frente do 5º Batalhão de Infantaria, foi o local escolhido para as competições do Racing Race’s Club, instalado oficialmente a 4 de setembro de 1881, com *esplendor de rara beleza*, como registrou a *Pacotilha*. Bandeiras, coretos para a Banda de Música do

Páginas seguintes: um trecho do Campo d’Ourique, cujo prédio principal foi a sede social do Fabril Athletic Club.
Foto Gaudêncio Cunha

²⁷¹ Pesquisa realizada por MOREIRA, Euclides. *Primórdios do Cinema em São Luís*. São Luís: UFMA, s/d.



5º Batalhão da Infantaria e Orquestra Filarmônica regida pelo maestro Rayol, girândolas de foguetes, fogos de artifício davam um ar festivo à cidade. Os *jockeys* com seus uniformes vistosos em belos cavalos animaram o enorme público, feliz por mais uma opção de entretenimento na monótona cidade.

A princípio, era franqueada a não associados a participação nas corridas públicas. Sempre aos domingos, sob o mesmo ritual e clima festivo, aconteceram competições bem disputadas, surgindo novos adeptos. As inscrições eram feitas até o meio-dia de sábado, no Bazar Inglês. A animação natural da novidade levava o público a encerrar a distração domingueira num botequim denominado Jockey Club, no Largo dos Remédios, ao lado da igreja, onde eram servidas variadas iguarias, copos de fria *Bass ou Kronen Beer* ou da gelada Onça, ao meio das conversas sobre os páreos. Os jornais registravam as congratulações e os abusos dos cavaleiros em disparadas pelas vias públicas, expondo os transeuntes a graves perigos. Depois da competição de 18 de setembro, *jockeys* vencedores fizeram da Rua Grande, no sentido Largo do Carmo, pista de corrida, colidindo com um bonde de tração animal da Empresa Carril Maranhense. Com o impacto, o bonde foi despedaçado e os cavaleiros muito feridos. A intercorrência não empanou o brilho do movimento.

A música na alvorada e os comentários nos principais cantos da cidade levaram um grande público para a corrida de 13 de novembro, porém os gastos, englobado o cercamento da área, representavam prejuízo aos promotores. Passaram a cobrar pelo ingresso, ínfimo recolhimento perante os custos. Com a retração do público, a diretoria se viu num impasse: impossível continuar com entrada franca ou cobrar, diminuindo o público. As opiniões divergentes resultaram na cisão da diretoria, cuja maioria defendia o pagamento dos ingressos com valores diferentes: defron-

te do Quartel, um mil reis; os bancos, quinhentos réis; as laterais e os lugares junto ao paredão, construído para evitar esbarreamento, aos fundos do largo, duzentos réis. O problema foi se arrastando. A imprensa defendia a continuação dos festivais, mas, com a saída de alguns diretores tornou-se insustentável a manutenção. Uma nota do jornal *Diário do Maranhão*, de 30 de novembro de 1881, anunciou a venda do material existente no Campo d'Ourique e pertencente ao Racing Club Maranhense, sendo leiloado a 13 de dezembro e desocupado o extenso espaço. Movimento deficitário, apatia do público, cisão da diretoria, crítica da população ao fechamento do Campo d'Ourique foram causas do fim da história do hipódromo, uma das distrações de São Luís aos domingos. Adequado ao Circo Maranhense, o local foi cedido para artistas amadores.

Doze anos mais tarde os amantes do hipismo voltaram à baila. Instalaram um escritório na Rua 28 de Julho, junto ao Banco Comercial, e conseguiram uma ampla área ao lado da Estrada João Paulo-Anil, futuro espaço requerido pelo Exército para a edificação do 24º BC. Trocaram ideias com os diretores do Jockey Club Paraense, já estruturado, de onde vieram alguns cavalos. A considerável distância e precariedade do transporte com bondes a tração animal justificaram o diminuto público na inauguração do Prado Maranhense, a 8 de janeiro de 1893, com 5 páreos para uma raia oval e arenosa. A praça, mesmo incompleta, contou com um pavilhão para a diretoria, outro para os juízes e arquibancadas para os torcedores. Nos baixos de uma delas instalaram um botequim e uma casa de apostas, de pouco movimento naquele dia. Cento e cinquenta e duas *poules* não foram vendidas, por desinteresse ou falta de dinheiro dos apostadores. Contudo, o Prado Maranhense representou uma alternativa para a ala feminina da alta sociedade, preocupada com os preparativos das toaletes a serem exibidas nas corridas.

Páginas seguintes: a Praça Deodoro no início do século XX, vendo-se a Rua do Sol à direita.
Foto Gaudêncio Cunha



O desconto de 50% para as famílias demonstra a perda do poder aquisitivo daquele doloroso fim de século. Triste a décima programação, em 28 de maio de 1893, última de mais uma tentativa frustrada do hipismo ludovicense.²⁷²

Os bailes tornaram-se moda na segunda metade do século XIX. Nos salões, a elite se divertia dançando valsa, polka, schottisch, mazurca, aos pares isolados ou em grupos, semelhantes às quadrilhas. Vários clubes surgiram, uns duradouros, outros efêmeros, na maioria somente para temporadas carnavalescas. O Clube Francisquinha, o Mefistófeles, a Assembleia Carnavalesca, o Reforma Club, o Clube Internacional, o Clube Happy, o Clube Caixeiral, o Pierrot, abriam seus salões também para festas dançantes, quadrilhas e carnavalescas. Apresentavam programas relacionados a músicas europeias a serem dançadas num ambiente de luxo ou festas juninas, de maior descontração. Dois clubes, mais estruturados, se destacaram: o Euterpe Maranhense e o Casino Maranhense.

Fundado por jovens idealistas em 1904, como opção para divertimento da elite cidadina carente de um ambiente aglutinador daquela grande família, o Clube Euterpe Maranhense funcionou no antigo palacete do Comendador Leite, na Rua Formosa. Devidamente adaptado para salão de recreação com bilhares adquiridos na França, mobiliário vindo da Áustria e piano, da Alemanha, além dos salões de festa, ricamente decorados e espaço para conferências e debates, foi muito utilizado pela Oficina dos Novos. Como extensão, um terreno no Parque 15 de Novembro foi destinado a tiro ao alvo, tênis etc. Além das festas dançantes, o clube promovia passeios pelos rios Anil e Bacanga. O navio Carlos Gomes, bem confortável e decorado, saía da

²⁷² Sobre o hipismo, ver MARTINS, Djard, op. cit., p. 193 a 214.

Rampa Campos Melo, subia o rio Anil até o sítio Bom Gosto, ao som da orquestra regida por Inácio Billio. Retornava em direção ao rio Bacanga, explorando-o até onde a maré permitisse e, na volta, fundeava nas proximidades da Ponta d'Areia, ao por do sol, tudo documentado pelo fotógrafo Pantoja e o amador José Leão de Sousa. Qualquer evento mais importante era festejado no clube Euterpe.

Uma ala dissidente da diretoria do Euterpe resolveu organizar outro clube também elitizado, o Casino Maranhense, fundado em 1888, com sede na Rua Formosa. Sua inauguração com um concerto de abertura das atividades foi bastante elogiado pelo Diário do Maranhão, início de uma história de grandes eventos. A popularidade alcançada pelo clube levou uma fábrica a lançar a marca de cigarros Casino Maranhense.

A elite abria outros espaços. Em agosto do mesmo ano, durante as festas de Santa Filomena, no térreo de um sobrado do Largo do Carmo, o Teatrinho Familiar ofereceu um espetáculo com entrada de duzentos réis e anunciado por um toque de campinha. Domingos Barbosa deixou seu depoimento sobre o entusiasmo da mocidade maranhense na última década do século XIX: "*Pululavam os palcos particulares. Era quase sempre em baixos de sobrados esses teatros liliputianos, em que a juventude e a mocidade debutavam.*"²⁷³ Artur Azevedo, Américo Azevedo e Augusto Brito eram os ídolos. Quando um deles confirmava o convite formal para assistir a uma representação, o alvoroço era enorme.

A cidade tomou aspecto festivo por ocasião da Procissão Cívica promovida pela Classe Caixeiral em adesão à nova forma de governo. Carros com figuras simbólicas – Justiça, Minerva, Mercúrio, Agricultura, Belas Artes e Marte – desfilaram e à noite, no teatro, autoridades e populares

²⁷³ JANSEN, José, op. cit., p. 164.

ouviram a Marselhesa e, diante da cena aberta com uma apoteose à república, foi cantado o hino Ave Pátria, letra de Luís Medeiros e música de A. Fasciola.

A partir de 1908, a sociedade ganhou mais um clube, o Fabril Athletic Club, com salões onde foram promovidas requintadas festas dançantes, conferências e representações teatrais.

Muitas mesas de bilhar, geralmente contíguas a cafés e bares, foram o passatempo preferido das camadas médias da sociedade. Nos baixos do sobrado, na esquina do Largo do Carmo com Beco da Pacotilha, funcionou o Café Riche, de Lino Moreira, famoso pelos Torneios de Bilhar. O boliche, novidade trazida por Nhozinho Santos ou pelos ingleses domiciliados em São Luís, não ocupou um lugar de destaque entre as distrações do começo do século. Para relaxar e como passatempo, famílias organizavam rodas de jogo de baralho nas casas. Com o surgimento do Fabril Athletic Club, pessoas passaram a jogar cartas no clube da Rua Grande, integrando a categoria de jogo de salão.

O jogo do bicho, criado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, teve grande aceitação popular, chegando a todas as capitais, inclusive São Luís. As classes menos favorecidas, no afã de ganhar dinheiro fácil, apostavam diariamente. As bancas de bicheiro, em quitandas ou calçadas, distribuía as pules com os respectivos números correspondentes aos bichos de preferência do jogador. As apostas podiam ser só em um bicho e em combinação. Um sonho, qualquer indício significativo, uma frase ou palavra casual dita por um pedestre, um número achado em um pedaço de papel, qualquer sinal era interpretado e imediatamente apostado. Foi um vício estendido especialmente às camadas mais baixas, embora gente de projeção fizesse suas apostas com discrição.

Renovação cultural

Ao lado dos entraves administrativos e outras dificuldades, filhos de uma fatia de comerciantes e fazendeiros ricos, de volta a São Luís, contribuíram para proveitosa renovação cultural com projeção na esfera intelectual.

Poetas, romancistas, jornalistas formaram uma plêiade de intelectuais, alguns com destaque nacional, cujas raízes oratórias vinham de Coimbra, onde estudaram várias gerações. Os jovens influenciados pela velha cidade portuguesa retornaram com suas capas romanescas, saturados de novidades revolucionárias. A agitação política sacudia a cidade com discussões de questões escritas em português casto, com clareza de expressão, frases elegantes, envolvidas de singeleza e sobriedade, peças admiradas pelos meios cultos do país, pelo lado literário e pela coragem cívica dos jornalistas, alguns, também parlamentares, magistrados, clérigos, professores, verdadeiros colaboradores da literatura brasileira. Silvio Romero lembrou o papel do jornal como “*o animador, o protetor e mais ainda o criador da literatura brasileira do século XIX em diante.*”²⁷⁴

Em 15 de abril de 1821, circulou em São Luís o primeiro jornal local, *O Conciliador do Maranhão*, uma gazeta redigida manuscrita a bico de pato, no andar térreo da casa de propriedade dos jesuítas. Com a primeira tipografia chegada no Maranhão²⁷⁵, o jornal, órgão oficial do governo, passou a ser impresso, a partir de 10 de novembro do mesmo ano, com igual formato de folha de pa-

²⁷⁴ LOPES, Antônio. *História da Imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Rio de Janeiro, 1959, p. 36.

²⁷⁵ A Tipografia Nacional foi importada da Inglaterra e funcionou na Santa Casa de Misericórdia. Presidente, tesoureiro, secretário, compositor, impressor, ajudante de compositor e amanuense, guarda e servente compuseram o quadro do primeiro prelo maranhense.

pel alçaço. O redator foi um português oficial-major da Secretaria do Governo, Secretário da Junta de Administração da Imprensa. Em abril de 1822, o jornal apareceu somente como *O Conciliador*. De conteúdo diversificado, publicou os atos da administração pública, notícias resumidas, transcrições úteis e assuntos variados. Inúmeras publicações sobre tumultos acontecidos em 13 e 14 de julho comprometeram o jornal ao defender a causa da independência. A reação governamental fora de fechamento do órgão, em 17 de julho de 1823.

Uma profusão de jornais lançados no decorrer do século, uns efêmeros, outros de mais longa duração, apoiaram ou criticaram as duas direções partidárias e atuaram em diversas linhas do pensamento. A princípio, o esmero literário prevaleu e, conforme Antonio Lopes, a partir de 1840, houve uma decaída no referido às discussões políticas a “*chafurdar-se no mais imundo e fétido lodo da corrupção, esquecendo inteiramente o nobre fim para que foi instituída ou a sua missão civilizadora, e assim permaneceu por muitos anos.*”²⁷⁶

O primeiro periódico animou o médico Manuel Rodrigues de Oliveira (apelidado médico do Tujuco) a publicar *Folha Medicinal do Maranhão*, logo enfrentado pelo satírico padre Tesinho, através d’*A Palmatória Semanal*, seguidos por dois outros²⁷⁷ Continuando a série dos inumeráveis jornais, relacionamos alguns por ordem de lançamento: *O Argos da Lei* (1825)²⁷⁸ e *O Censor* (1825-31)²⁷⁹ focados nas lutas políticas pós-adesão da Província à Independência; o *Farol Maranhense* (1827-31), voz da reação

²⁷⁶ Antônio Lopes incluiu no rol dos criticados: o Guajajara, O Caboclo, O Pica-pau, A Malagueta, O Caruru, O Patusco, O Azorrague, A Matraca, O Arrer-Irra, A Voz do Bacanga, e outros

²⁷⁷ O Amigo do Homem e A Minerva.

²⁷⁸ De propriedade de Odorico Mendes, circulou de janeiro a julho, às terças e sextas feiras. Como deputado geral combateu o presidente que mandou fechar a Tipografia Nacional onde era impresso o *Despertador Constitucional*.

²⁷⁹ Seu proprietário, Joao Garcia de Abranches, chegou a ser preso.

liberal, com grande repercussão no espírito do povo, motor da Setembrada²⁸⁰; *A Bandurra* (1828); *A Estrela do Norte do Brasil* (1829-30); *O Semanário Oficial* (1830);

Até 1830, quase a mesma forma de escrever, impetuosa e indiscreta, mudou o tom depois de 1831, muitos, em defesa da federação e bradando contra a ordem esta-

beleida. Os principais opositores ao governo, foram *O Farol* e *O Despertador Constitucional*. De natureza mais amena apareceu *O Constitucional*, com a participação de Odorico Mendes e Sotero dos Reis. *O Brasileiro* (1832), redigido por João Lisboa, desfraldou a bandeira d’*O Farol*, interrompido pela fuga de seu redator, falecido ainda em 1832. Depois do décimo quarto exemplar do *Brasileiro*, Lisboa continuou a publicação d’*O Farol Maranhense*, mudado para *Echo do Norte* (1834-36), liberal e contestado pelo *O Publicador* e, em 1838, pelo *O Investigador Maranhense*, de Sotero dos Reis. Neste ínterim, surge *O Americano* (1836).²⁸¹ O *Echo do Norte* foi substituído por *Crônica Maranhense* (1838-41), onde João Lisboa, notável pelas inteligentes reflexões e elegância de seus artigos, “*principiou a criar esse nome que depois tanto avultou na nossa imprensa jornalística*”, como bem registrou Antônio Lopes. *O Bem-te-vi* (1838) foi acusado responsável pela eclosão da Balaiada, pelos ataques violentos à administração.



Exemplares de jornais antigos editados em São Luís.

Foto Gaudêncio Cunha

²⁸⁰ José Cândido de Moraes e Silva fundou a primeira tipografia particular de São Luís, imprimindo o *Farol*. Foi preso e, a força, sentou praça no Corpo de Artilharia.

²⁸¹ Fundado por Joaquim Franco de Sá.

O interesse pelas notícias cotidianas animou os tipógrafos a inovarem. A 1 de julho de 1842, o ludovicense leu um jornal ilustrado com o retrato de D. Pedro II na página de rosto.²⁸²

A *Revista* (1840-50), de grande significação literária, destaca-se pela moderação do pensamento de Sotero dos Reis, em defesa da ordem.²⁸³ Conforme Antônio Lopes, nessa época brilhante da imprensa “discutiam, argumentavam, não se poupavam às vezes epigramas e sátiras de parte a parte, porém nunca jogaram as armas do insulto, da difamação, e da calúnia.”

De 1840 em diante, a imprensa maranhense publicou aos borbotões: o *Jornal Maranhense* (1841-42) sucedido pelo *Publicador Maranhense* (1842), destacado por sua longa duração; *O Arquivo* (1846); *O Progresso* (1847); *A Imprensa* (1847); *Vulcão* (1848); *O Observador* (1847-49), de Cândido Mendes de Almeida; *O Estandarte* (1848-55); *O Porto Franco* (1850-51); *O Correio dos Anúncios* (1851) chamado Constitucional (1854-56) e *O Maranhense*, ambos redigidos por Sotero dos Reis; o *Jornal de Timon* (1852, 1855), de João Lisboa e dedicado à crítica dos costumes; *O Globo* (1852-59); *Cristianismo* (1854); o *Diário do Maranhão* (1855-1858); *A Conciliação* (1856); *A Moderação* (1857-61); *Eclesiástico* (1862); *O Dissidente*; *A Coalisão* (1862-66) e *O Tempo* (1878-81), importantes folhas políticas; o *Jornal do Comércio* (1858-60) e *O País* (1863-89), ambos de Temístocles da Silva Maciel Aranha e cujas sugestões animaram empreendimentos úteis à coletividade²⁸⁴; *A Situação* (1863-70); *A Verdade* (1864) *A Fé*

²⁸² Conforme MEIRELES, 2016, op cit., p. 189, o jornal foi impresso na Tipografia Constitucional, de Francisco de Sales Nunes com o trabalho do litógrafo Jorge Luís Jumbert. Dentre outras novidades, as caricaturas aparecem no *Jornal para Todos*, nos idos de 1876 e n’A Flexa.

²⁸³ Outros jornais, como *O Sete de Setembro*, a *Crônica dos Cronistas*, *O Amigo do País* e o *Legalista* apareceram com muita acidez.

²⁸⁴ Dirigiu o *Jornal do Comércio* e redigiu *A Imprensa* e o *Publicador Maranhense*.

(1864);²⁸⁵ *O Futuro* (1866); o *Semanário Maranhense* (1867-68)²⁸⁶, focado na literatura; *A Nação* (1869).

Na década de 1870, o *Diário do Maranhão* (1873), de longuíssima vida; *Jornal da Lavoura* (1875); *Revista Juvenil* e *Jornal para Todos*, ambos de 1876; *O Democrata* (1877); *O Tempo* e *O Progresso*, ambos de 1878.

Os anos 1880 oferecem ao leitor, *A Flecha*, *O Tribuno* e *O Pensador*, além de *A Civilização* (1880-90), duelo entre os livres pensadores e o clero e *A Pacotilha*, de tendência abolicionista e republicana²⁸⁷; *Uma Gargalhada do Pensador* e *O Futuro*, ambos de 1881; *Arcádia Maranhense* (1882); *Gazeta de Notícias*, *O Domingo* e *Atualidade*, todos de 1883; *Cruzeiro*, *Carapuça*, e *Jornal da Tarde* datam de 1884. Em 1885, cinco, de pouca duração: *O Povir*, *O Sorriso*, *O Pigmeu*, *A Voz do Povo* e *A Província*. O ano de 1886 não foi diferente, com seis publicações fugazes: *Federação*, *O Eco*, *O Mensageiro*, *A Luz do Clube Espírita*, *Redenção*, *A Liberdade*. *O Liberal* e *O Protesto*. Em 1887, somente dois jornais, *Revista Maranhense* e *O Binóculo*, assim como em 1888, *Vibrações Suaves* e *O Novo Brasil*. Em 1889, *O Globo*, órgão republicano e *O Século*. A década de 1890 apresenta *O Nacional*, *O Ensaio*, *A Cruzada* e *A República*. Quatro foram as publicações de 1891: *A Luta*, *O Estado do Maranhão*, *Centro Caixeiral* e *A Escola*. *O Federalista*, *O Novidades*, *O Operário* e a *Revista Elegante*, da Alfaiataria Teixeira, datam de 1892. *O Diário de Notícia* e *A Idéia* saíram em 1893. Dois anos depois circulou *Filomatia*, dois anos mais tarde, *Argos* e somente em 1898, *O Piaga*, *O Ideal* e *A Regeneração*. No último ano da década, o *Im-*

²⁸⁵ Em razão do desaparecimento dos jornais católicos *O Eclesiástico* e *Cristianismo*, a Igreja de São Luís lançou *A Fé* como seu órgão oficial.

²⁸⁶ Na “*Crônica Interna*”, n. 45 do *Semanário*, João Domingos Pereira do Nascimento registra o reaparecimento do bumba-meu-boi nos festejos juninos, desaparecido desde 1861 e a introdução do “repinicado de matracas.” MEIRELES. *Efemérides*, p. 183.

²⁸⁷ Fundado por Vitor Lobato e João Afonso do Nascimento, o *Joafnas*, colaborou com o *Jornal para Todos* e a *Flexa*.

parcial, *Botão de Ouro* e *Saudade* se distanciaram dos assuntos políticos, assim como, o *Jornal de Instrução e Recreio* e o *Jornal Lavouira*, os três últimos tendo como redator Luís Pedro Nunes Leal. Do 1900 em diante desfilarão na passarela da imprensa periódica outras tantas publicações, na maioria, breves.

Os adeptos dos partidos Conservador e Liberal, em constante luta pelo poder, produziram discursos de muita erudição em reuniões privadas, em lugares públicos ou em jornais, deixando a sociedade efervescente, especialmente a juventude instruída. Internamente também havia conflitos. As facções monárquicas cingiram-se em grupos irreconciliáveis, marcelinistas e salistas, no lado liberal; castristas e maistas, do lado conservador, estimulando ainda mais os debates. Outras agremiações se dedicaram aos torneios literários e científicos, como a *Associação Literária Maranhense* organizada por alunos do Liceu, em 1844 e a *Associação Filomática*, voltada à literatura. A *Arcádia Maranhense* é um dos exemplos de sociedade cujo estatuto restringia as discussões aos campos literário e científico. Dissidentes fundaram a *Aurora Literária*, de idêntica natureza.

A aparência de cidade moderna entre as capitais brasileiras, com o lançamento do sorvete de frutas da terra oferecido pelo Hotel Maranhense, em 1860; a instalação de duzentos aparelhos telefônicos pela Companhia Telefônica de São Luís, em 1890 e outras mostras no campo social e intelectual deslumbrantes ao viajante. Não era mostrada ao visitante a verdadeira São Luís, conservadora, resistente às novas tendências literárias e artísticas, de maioria da população analfabeta, da falta de higiene nos lugares públicos, da carência de boas escolas públicas, de bons hospitais, da falta de esgotos e, sobretudo, da desigualdade social.

Telégrafo e telefonia

A sociedade já usufruía do cabo submarino (Western Telegraph Company Limited) quando instalaram o telégrafo terrestre com postes de madeira plantados em muitas ruas, becos, travessas e praças, como apoio dos fios. A notícia da implantação de seis linhas telefônicas em Belém, em 1880, de locais de trabalho para residências de empresários, foi recebida em São Luís sem grande entusiasmo. A curiosidade levou a Belém Isidoro Pereira de Pinho, jovem inventor maranhense integrante da elite local, onde recebeu orientações teóricas e técnicas do comerciante e industrial Carlos Monteiro e Sousa, trazendo para São Luís telefones, fios, auscultadores, microfones e campainhas elétricas. Em abril de 1880, o Visconde de Itaquí, dono da Empresa de Navegação Fluvial, empolgado, comprou uma linha para ligar seu escritório no Largo do Palácio ao Armazém de Cargas da Empresa Moreira da Silva & Cia, na Rua do Trapiche. Evitou usar os postes da rede telegráfica como suportes à linha telefônica. Preferiu passar pelos telhados de algumas casas e sobrados, saindo da cumeeira da casa do Largo do Palácio para a da Rua do Trapiche. A notícia da primeira linha telefônica de São Luís não empolgou nem serviu de exemplo a outros negociantes, com exceção do sócio da firma Castro Sousa & Cia, que, em junho do mesmo ano, instalou a segunda linha, da sua residência, na Rua de Nazaré, ao escritório, no Largo do Palácio. A terceira linha ligou o Banco Comercial à residência do presidente, Mr. Lewis Gordon King. Carlos Monteiro e Sousa, de Belém, se associou a Alberto Marques Pinheiro, maranhense, e propuseram, em março de 1881, interligar as repartições públicas da capital por meio de linhas telefônicas. Aprovada a proposta e incorporado o financiamento no ano financeiro de 1881/1882, o governo imperial legislou determinando o controle do estabelecimento de linhas telefônicas em todo o Brasil. A quarta linha telefônica ligou a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, com sede na Rua da Estrela, 58 à sua Fundação, na Rua do Pespontão, final da Rua da Tapada. Da Rua da Estrela até a Rua Grande, os fios foram colocados rente aos fios telegráficos,

nos postes do Telégrafo Terrestre. Do Canto da Viração, Rua do Passeio, Largo do Quartel, Rua dos Remédios até a Rua da Tapa-da, os fios se apoiaram nos postes da própria Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, sendo a comunicação inaugurada em novembro de 1887.

José Maria Bernes, engenheiro a serviço da firma inglesa Newland & Brothers, veio residir em São Luís, na Rua dos Remédios. Enquanto ele viajava pelas florestas maranhenses em busca das riquezas minerais e dos recursos naturais, sua esposa, Adélia Eugênia Bernes, com experiência por cinco anos nas centrais telefônicas do Rio e São Paulo, em novembro de 1887, propôs à Câmara Municipal de São Luís licença para organizar uma empresa telefônica. O impacto de uma mulher empresária inovava em todos os sentidos e, com surpresa, a Câmara deferiu o pedido em fevereiro do ano seguinte. Depois de palestras e debates sobre o projeto junto a negociantes, solidarizaram-se com Adélia, Martins, Irmãos & Cia, sediada na Rua do Trapiche, proprietários da Usina de Arroz Bonsucesso e Fábrica de Sabão, ambas no Largo de Santiago e Frago & Cia, influente grupo financeiro. Em 18 de agosto de 1888, o *Diário do Maranhão* anunciou a inauguração da linha de Martins & Irmãos e avisou o público das inscrições abertas naquela concessionária, assim como na firma Frago & Cia. O aviso levou centenas de curiosos ao escritório de Martins & Irmãos para falar com alguém da Fábrica de Sabão. Passada a euforia veio a indiferença e descrédito na empresa. Desanimada, Adélia Bernes, com a saúde afetada, embarcou no vapor Manaus para o Rio, em 20 de dezembro e com ela, o projeto de uma companhia telefônica moldada nas congêneres do sul do Brasil. Esta foi a última tentativa antes da queda da Monarquia. Em dezembro, adaptaram um telefone na linha da Estação Telegráfica de Itapecuru-Mirim e outro aparelho na estação central do Telégrafo Terrestre de São Luís, conectado com Itapecuru pelo Código Morse, ponto a ponto. Em 8 de setembro de 1889, foi estabelecida a comunicação interurbana. O Presidente da Província, Pedro Beltrão, solicitou linhas entre as repartições públicas, cuja permissão che-

gou a ser concedida pelo Ministro da Agricultura e pelo diretor geral dos Telégrafos. Com a demissão do Presidente da Província, mais uma frustrada tentativa telefônica na São Luís imperial.

Os ares republicanos encorajaram os comerciantes de Maia, Sobrinhos & Cia a montar uma rede telefônica e, sem sucesso, seus aparelhos e equipamentos foram aproveitados pela Companhia Telefônica do Maranhão, inaugurada em 18 de novembro de 1890.²⁸⁸

²⁸⁸ Informações colhidas em Mello, Luiz de. *Primórdios da Telefonía em São Luís e Belém. São Luís: ALUMAR/AML, 1999.*



Sede da
Companhia
Telefônica na
Rua de Nazaré.
Álbum do Maranhão 1950

Fábricas

Sem indenização pela libertação dos escravos e desorganizado o trabalho da lavoura, 70% dos engenhos de cana e 30% das áreas algodoeiras foram desativados. O poder público, indiferente à magnitude do momento e impassível ante a desvalorização de 90% das fazendas agrícolas maranhenses, não adotou nenhuma política protecionista. As terras foram abandonadas por grande parte dos senhores, desanimados e sem perspectivas futuras e pela maioria dos escravos, pelas lembranças do trabalho forçado nos algodoais, canaviais e castigos vivenciados naquelas paragens. Muitos fazendeiros fixaram-se em São Luís nos solares, antes habitados nas épocas invernosas, por ocasião dos espetáculos artísticos ou como apoio aos filhos estudantes na Capital.

No apagar das luzes do século XIX, ex-fazendeiros investiram cinco mil contos de réis, somados aos seis mil contos de comerciantes, em fábricas, ora sob a forma de sociedade anônima, ora de particulares. A cidade se viu pontilhada de unidades fabris, vistas como símbolo de civilização e progresso.

Dentre as sociedades anônimas, a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense foi a primeira a ser inaugurada, em 1º de janeiro de 1890.²⁸⁹ O volume de algodão consumido pelos trezentos teares em um milhão e oitocentos mil metros de domésticos, riscado grosso e fino, ocupou mais de 300 operários, cujas moradias no entorno da fábrica originou um bairro, antes a Camboa do Mato, propriedade de Simeão Costa.

²⁸⁹ Paralisada em 1928 por ação executiva do Banco do Brasil, a fábrica foi comprada por Cândido José Ribeiro, em 1931.

Duzentos e vinte operários teciam juta na Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo, inaugurada a 6 de abril de 1891, na Rua São Pantaleão.

No ano seguinte, a 1º de junho, a Rua de São João festejou a abertura da Companhia Progresso Maranhense, com 160 operários fabricando pano de algodão, fio em novelo e linha para pesca. Em janeiro de 1893, a Companhia Fabril Maranhense passou a despertar os moradores do Apicum com o enérgico silvo a chamar seus 600 operários para a labuta dos três milhões de metros de riscado e domésticos de algodão. Dezenove casas foram construídas para os operários mais graduados. No mesmo ano, a Companhia Lanifícios Maranhense se instalou na Rua da Madre Deus e, posteriormente, na Rua das Crioulas, e seus 50 operários fabricavam produtos de lã, seda e algodão. Em 1893, o Anil foi privilegiado com a produção de morins e madapolões por 209 operários da Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil.

A fábrica Cânhamo, inaugurada na última década do século, dinamizou o bairro da Madre Deus. Atualmente o prédio abriga a Ceprama.
Foto Gaudêncio Cunha





Fábrica Rio Anil -
gomador.
Foto Gaudêncio Cunha

Em novembro de 1893, na Rua da Viração, uma torre metálica de cinquenta metros anunciava a fabricação de chumbo e prego pela Companhia Fábrica de Chumbo, com o trabalho de 12 operários, várias vezes in-

terrompido, pelo acúmulo do produto, vítima da concorrência estrangeira. A mesma dificuldade sofreu a Companhia de Fósforo do Norte, edificada no terreno do sítio Distração, Jordoa, de breve existência, para desencanto de seus 60 operários, práticos na embalagem de palitos de fósforo de pinus, sob as marcas Dominó e Cacique.

Semelhante problema aconteceu com a Companhia de Calçados Maranhense, instalada na Rua Nina Rodrigues e impossibilitada de vender seu estoque, pela competição dos sapatos importados.

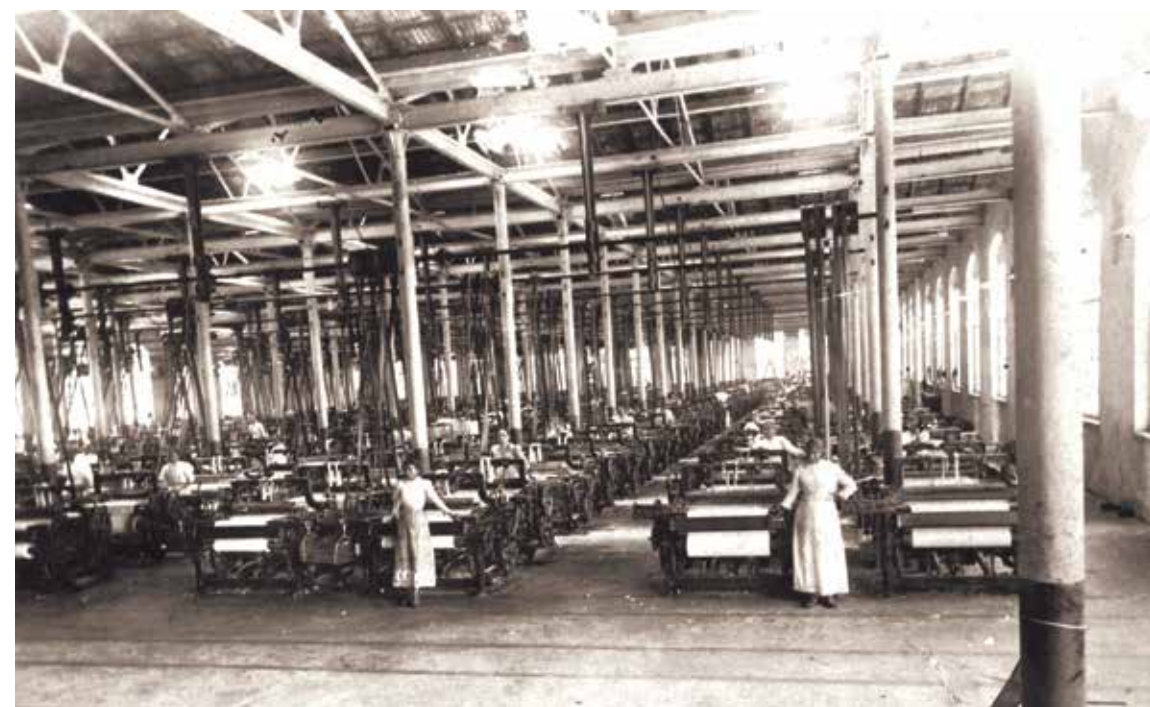
Outro pequeno estabelecimento destinado à fabricação de fio, punho e linha de pesca, a Companhia Industrial Maranhense, na Rua dos Prazeres, chegou a ocupar 50 operários. A Companhia Cerâmica de São Luís, com sede no João Paulo, também foi de curto funcionamento. A Fábrica de Cigarros Elba, funcionou no Caminho Grande.

Entre as fábricas de São Luís pertencentes a particulares, funcionaram: a Fábrica de Arroz São Tiago, situada no largo do mesmo nome, de Martins & Irmãos. Pilava arroz, extraía óleo e fabricava sabão com o trabalho de 40 operários. A Fábrica do Tamancão, de Henrique Gaspar & Cia, instalada no lugar do mesmo nome, à margem do rio Bacanga, em frente à cidade, pilava arroz e fabricava também sabão, ocupando 12 trabalhadores.

A mais antiga fábrica de sabão da Província, vulgarmente chamada fábrica de Lázaro, funcionou na casa n. 1 da Rua da Cruz, desde 1832, sob a razão social de Lázaro Moreira de Sousa & Filho. A fábrica de meias de propriedade de Francisco de Paula Ewerton de Carvalho, a Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton funcionou em casa térrea na Rua de Santana, com início em julho de 1893 e seus 30 operários chegaram a produzir, por ano, quatrocentas dúzias de meias e quinhentos metros de tecido para camisas.

As fábricas contribuíram para a expansão demográfica, formando bolsões operários, verdadeiros elementos de ocupação da zona urbana de São Luís. Essas unidades fabris, instaladas no Centro – Rua de São João, Rua do Sol, Rua da Viração, Rua dos Prazeres, Rua da Cruz e Rua de Santana – em locais periféricos – São Pantaleão, Apicum, Largo de São Tiago – ou mais afastadas – Camboa do Mato, Madre Deus, Jordoa, Anil e Tamancão, resultaram no alargamento urbano com a criação de bairros de formação espontânea, com ruas estreitas e tortuosas, ajustando-se às dificuldades topográficas e a conveniência dos operários, atraídos pela nova oportunidade de trabalho.

Sala de teares
da Fábrica
Rio Anil.
Foto Gaudêncio Cunha





Mais de duzentos operários trabalharam na Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil.
Foto Gaudêncio Cunha

A praia da Madre Deus, de vila de pescadores passou a abrigar operários, assim, como a praia do Desterro, frequentada por embarcações, vindos do interior, ambas se transformaram em locais de moradias urbanas. Um bairro entre Vila Bessa, Codozinho e a Vila da Macaúba se organizou com o nome de Belira; entre o acesso principal à Belira, formou-se o Codozinho; a leste do Cemitério do Gavião cresceu o bairro do Lira, de população humilde, fazendo divisa com Belira e Vila Macaúba. Abrangendo as ruas das Cajazeiras, de Santiago, das Crioulas, das Barraquinhas, até a margem direita do Bacanga, formou-se o bairro de Santiago. Os entornos dos largos de Santo Antônio e de São João tiveram maior adensamento, como reflexo de instalações fabris, naquelas imediações. O Caminho da Boiada se tornou denso, assim como o Canto da Fabril. O Cavaco, atual Bairro de Fátima, formou-se nesse período fabril. O Diamante, sítio do italiano Cagliostro, chamado pelo povo de Caga Osso, foi cortado por ruelas e casas populares. Às margens da linha férrea, casebres espalharam-se formando o bairro do Matadouro, atual Liberdade, e o João Paulo cresceu ao longo do Caminho Grande, incentivado pela passagem dos bondes e pela indústria de cerâmica estabelecida no local. A Jordoa, antes com magníficos sítios, estimulada pela Em-

presa de Cortumes e a Companhia de Fósforos do Norte, atraiu operários, transformando-se num bairro, entre o João Paulo e o Filipinho. Em época anterior, ali a sociedade ludovicense viveu dias de alegria no hipódromo fundado por João Batista Prado, banqueiro e proprietário do palacete, atual Reitoria da Universidade Federal do Maranhão. Fran Pacheco criticou a formação dos bairros recém-surgidos, de ruas apertadas e sinuosas, casas sem alinhamento, sem plano, sem gosto, locais imundos, a exemplo, do Anil, Curupira, S. Pantaleão e Apicum. A dinâmica econômica refletindo na dinâmica do espaço. Os operários careciam de locais próximos ao trabalho pela pontualidade exigida e os empresários com o interesse de ter o operário por perto para maior controle dentro e fora da fábrica.

Luís França, nascido na Madre Deus, em 1916, aos 16 anos, de pescador passou a operário da Cãnhamo. Falando do passado, deu uma noção de como esses bairros na periferia da parte antiga foram se formando. Na Madre Deus, *“era pesca e a fábrica, trabalhavam em fábrica homens e mulheres, na Cãnhamo, na São Luís e a maioria era na pesca... E o Lira tinha o nome só o sítio do Lira, mas não tinha povoação como está agora, só tinha esse hospital que serviu na varíola, né?... E beirando aqui tinha o ‘Cavaco’ que é Fátima hoje, tinha só o sítio lá em baixo, o porto e só isso... Baixinha, tinha a Baixinha, outra Baixinha diferente que hoje nem se fala mais em Baixinha... é o Fundo de Revenda, ali era a Baixinha, tinha o Alto do Bode, Matadouro que mudaram o nome... tinha um alto, umas casinhas lá em cima. Ali era o Alto do Bode, na entrada da Liberdade e Vila Passos, muito pouquinha que tinha, ora o Cemitério dos Passos, lá fora no campo, eu ainda conheci esse Cemitério... na rua principal da Vila Passos. ...essa falada Ana Jansen foi enterrada lá, que tinha o túmulo dela até um certo tempo, eu quando em 28, 29 tava aprendendo ofício, tinha o cemitério ainda, um murozinho e as catacumbas lá dentro, né?”*²⁹⁰

²⁹⁰ Memória de Velhos. Depoimentos. Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense. Vol. II. São Luís: LITHOGRAF, 1997, p. 68 e 69.

Na falta de escravas domésticas, famílias ricas ou remediadas de São Luís traziam meninas, entre 10 e 14 anos de idade, residentes no interior do Estado, filhas de sitiantes, pequenos agricultores ou pescadores, para trabalhar, sem limite de horário nem salário. Cozinham, lavavam roupas e limpavam casa, em troca de abrigo, alimentação, vestuário e primeiras letras oferecidas pelos “padrinhos” ou “pais de criação”. Quando adultas, com ajuda do patrão/padrinho, muitas conseguiram emprego nas fábricas para fazer tudo, como aprendizes, suplentes ou donas de máquina, nos mais diversos setores e em horários convenientes à instituição fabril, mesma dureza das casas de famílias. Conforme estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1920, dos 3.361 trabalhadores fabris, 86,69% era de mulheres. Algumas operárias nasceram em São Luís e outras emigraram em busca de melhores condições de trabalho. O depoimento de uma operária demonstra o rigor das fábricas: *“Eu trabalhei na Fabril, de tarefa...onde me botavam eu ficava. Quando faltava gente, eu ia para aquele lugar... Criei os filhos trabalhando muito. Na fábrica eu trabalhava de duas da madrugada até dez da manhã. Eu fazia as coisas de casa... estava grávida e levantada para ir trabalhar essa hora. Era pesado...”*²⁹¹ O ciclo - infância pobre, casa de família, casamento, nascimento de filhos, emprego na fábrica - mostra a vida de luta da mulher, embora suas lembranças expressem certa nostalgia do passado. Não havia tarefa leve nas fábricas para ambos os sexos, porém, além de não serem imputadas tarefas domésticas aos homens, era frequente abandonarem a família, ficando grande percentual de lares sustentado pela mãe. Com salários inferiores às despesas exigidas pela família, as operárias complementavam suas receitas fazendo doce, costurando, lavando e passando roupa ou faxinando casas de família em jornadas intermináveis. Separadas ou viúvas, sofriam com a ameaça do fechamento das fábricas, pois delas

²⁹¹ Depoimento colhido por NASCIMENTO, Sandra Maria, *Mulher e Folia: a participação das mulheres nos bailes de máscaras do carnaval em São Luís, nos anos 1950 a 1960. São Luís: Plano Editorial SECMA, 1998, p. 68.*

dependia o sustento dos filhos, mães, irmãos, afilhados e outros parentes geralmente vindos do interior. A solidariedade caracterizou aquele segmento da sociedade no interior das fábricas, no bairro, na vizinhança e até nas distrações. iam em grupos para os bailes, umas apoiavam as outras em situações difíceis no lar, no trabalho, nos divertimentos, nas doenças, na falta de dinheiro, ocultando ou preservando discretamente nas redes mais íntimas de sociabilidade. Embora o papel da mulher fosse alterado pela constituição de uma classe operária feminina assimilada pela indústria têxtil, a modificação dos valores morais e a estrutura familiar não afetaram substancialmente os usos e costumes locais.

Em seu auge, as fábricas chegaram a ocupar 3.857 operários. Os 20.000 dependentes aumentavam a preocupação do fechamento e esquecimento da dureza do trabalho fabril. A população de São Luís enfrentou uma fase difícil com a falência das fábricas, queda de produção de alimentos, falta de emprego, precária assistência médica, saneamento básico, luz e transporte urbano deficientes, aliada à perda do controle de exportação pelas grandes firmas, sem o apoio governamental, em crise política naquele momento, dentre outros problemas. Restaram imensos prédios fantasmas, alguns posteriormente recuperados, como o Ceprama, centro de comercialização de artesanato, onde funcionou a Cãnhamo, e o Cintra, escola pública de ensino médio, antiga Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil.

Páginas seguintes:
Companhia Fabril Maranhense, fundada em 1893, chegou a ocupar 600 operários.
Foto Gaudêncio Cunha

Abaixo: ruínas da Fábrica São Luís, construída em 1893, às margens do Rio Bacanga.
Foto Edgar Rocha





COMPANHIA FABRIL
MARANHENSE



IA ESCOLAR

